

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

MÁRIO MESSAGI JÚNIOR

O TEXTO JORNALÍSTICO NO CENTRO DE UMA REVISÃO
DA HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

SÃO LEOPOLDO
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MÁRIO MESSAGI JÚNIOR

O TEXTO JORNALÍSTICO NO CENTRO DE UMA REVISÃO
DA HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Christa Berger

SÃO LEOPOLDO
2009

Um dia, por tolices da juventude, neguei à minha mãe o direito
de ver minha formatura. Tento recompensá-la.
Por isso, dedico esta tese a ela, que não cansa de se orgulhar de mim,
pois não canso de me orgulhar dela.

AGRADECIMENTOS

Entre março de 2005 e novembro de 2008, tempo que levei para concluir esta tese, vivi vidas muito diferentes. Foram onze meses em Porto Alegre, respirando outra cidade, com prazer, descobertas e saudades. Depois, um ano em Curitiba, afastado das minhas atividades docentes. Em 2007, voltei para a Universidade Federal do Paraná, onde terminei este trabalho, misturando a redação com as aulas no curso de Comunicação Social.

O período porto-alegrense foi entremeadado por leituras diversas e muitas manhãs e tardes no Museu da Imprensa de Porto Alegre. Nestas dias, convivi de perto com Carlos Roberto Saraiva Costa Leite, o Beto, responsável pelo setor de periódicos do Museu. Entusiasta da história da imprensa e admirador de Hipólito José da Costa, Beto sempre foi solícito, buscou referência, mostrou livros, me permitiu copiá-los, além de ter sido um excelente interlocutor em diálogos sempre passionais sobre imprensa.

Nas aulas do doutorado, aprendi muito com meus professores, sobretudo com Jairo Ferreira, José Braga, Suzana Kilpp, Pedro Gilberto Gomes, Antônio Fausto Neto, Fabrício da Silveira e Valério Cruz Brito.

No trabalho de pesquisa, não posso deixar de agradecer à Biblioteca Nacional, o acervo mais importante para quem trabalha com história da imprensa no Brasil. Sou grato, sobretudo, a Ana Naldi e a Vera Lúcia Garcia Menezes. No esforço para descobrir se o prelo que imprimiu a Gazeta do Rio de Janeiro foi comprado por Hipólito, agradeço a dois portugueses, que foram extremamente solícitos com um estranho, como sou para eles. São eles: Paulo Heitlinger e M. M. Malaquias.

Também colaboraram diretamente no resultado final meus alunos Renata Ortega e Sandoval Poletto, que ajudaram na revisão e adequação da tese.

Porém, meus interlocutores mais importantes foram os professores da linha de Linguagem e Práticas Jornalísticas da Unisinos Beatriz Marocco e Ronaldo Henn. Críticos cuidadosos e generosos, ajudaram no amadurecimento deste trabalho.

Foi, no entanto, minha orientadora, Christa Berger, minha interlocutora mais próxima e, sobretudo, compreensiva. Nestes quatro anos, terminei meu noivado, reatei, casei e me separei, com todas as agruras que isso traz. Fui, portanto, inconstante, tamanhas as desventuras da minha vida afetiva. Tive não apenas uma orientadora, mas uma amiga que soube respeitar meu tempo, meus momentos, os intervalos que as vicissitudes da vida impuseram. A ela, meu agradecimento mais profundo.

Nestes momentos em que vivi minhas muitas vidas distintas, as oscilações só foram toleráveis graças às pessoas que amo e que me amam.

Aos meus amigos, à minha família e à família que me adotou como filho, carinho e amor.

A quem amo, advirto e corrijo.

Rui Barbosa

RESUMO

A história de imprensa no Brasil precisa urgentemente ser reescrita, por uma perspectiva que seja endógena ao campo da comunicação. Muitas abordagens, exógenas, constituem o campo e se prestam a tentar entender o jornalismo. Acabam por se refletir na historiografia brasileira da imprensa, carregada de questões formalizadas por outros campos de conhecimento, notadamente as ciências políticas. Ou então se transformam em leituras claramente anacrônicas. Uma revisão da história da imprensa do Brasil deve passar necessariamente pela compreensão da linguagem dos periódicos, pois o passado só lega signos como portas para sua compreensão. Ao mesmo tempo em que é central para o processo historiográfico, a linguagem é definidora para a profissão de jornalista. Por isso, se por um lado a profissão demanda conhecimento profissional e teórico da linguagem, por outro o texto é marca distintiva da profissão e condição fundamental para uma visada específica da história da imprensa. O campo profissional, que não se confunde com o campo acadêmico mas com ele dialoga, leva tempo para colocar a linguagem jornalística no centro da definição da profissão. Apesar de tardia, a compreensão teórica da linguagem é definidora de uma visada endógena sobre a imprensa, voltada para a maneira como a teoria do jornalismo pode construir seu objeto teórico de forma específica. Assim, esta tese pretende demonstrar como o texto é central na cultura jornalística, como é definidor da construção do objeto teórico específico da teoria do jornalismo e como deve estar no centro de uma revisão da historiografia brasileira da imprensa, que aqui é apenas anunciada, nos primórdios da imprensa no Brasil, com a Gazeta do Rio de Janeiro e a Idade d'Ouro do Brasil. Ao colocar a linguagem no centro do processo historiográfico, esta tese busca aproximar os interesses do campo profissional (como fazer) com os interesses do campo acadêmico (como analisar).

Palavras chaves: Teoria do jornalismo. Linguagem jornalística. História da imprensa. Gazeta do Rio de Janeiro. Correio Braziliense.

ABSTRACT

The history of press in Brazil demands, urgently, to be rewritten, by a point of view indigenous of the communication sciences. Several exogenous approaches form the scientific field and lend themselves to try to understand what journalism is. These approaches reproduce in the historiography of the Brazilian press a lot of questions drawn from other fields of knowledge, especially political science. Or clearly anachronistic readings. A review of the history of the Brazilian press must necessarily understand the language of journals, because the past only bequeath signs, as way for its understanding. At the same time that it is central to the historiographical process, the language is defining for the profession of journalist. So, while professional and theoretical knowledge of language are demanded of any professional, they are also basic condition for a specific point of view in the history of press. The professional field, which establishes relations with the academic field but should not be confused with it, takes a long time to put the journalistic language in the center of the definition of the profession. Despite the lateness of it, the theoretical understanding of language defines an endogenous point of view about the press, focused on way the theory of journalism can build their theoretical object in a specific view. Thus, this thesis aims to demonstrate how text is central to the journalistic culture, how it is defining in the construction of the theoretical specific object of the theory of journalism and how it should be at the center of a review of the historiography of the Brazilian press. This review, in this thesis, is only initiated, with the beginning of history of the press in Brazil, with the periodics *Gazeta do Rio de Janeiro* and the *Idade d'Ouro do Brazil*. By placing the language in the center of the historiographical process, this thesis seeks the approximation of the interests of the professional field (how to do) with the interests of the academic field (how to analyze).

Key words: Journalistic language. History of the press. *Gazeta do Rio de Janeiro*. *Correio Braziliense*. Theory of journalism.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 1.1 LEITURAS ANACRÔNICAS E EXÓGENAS DOS PRIMEIROS JORNAIS DO BRASIL | 8 |
| 1.2 SABER FAZER; SABER PENSAR | 35 |
| 1.3 HISTÓRIA DO TEXTO | 45 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO | 48 |
| 2.1 O TEXTO JORNALÍSTICO COMO UM PROBLEMA | 48 |
| 2.2 A EMERGÊNCIA DO PROBLEMA NO TEXTO JORNALÍSTICO NO BRASIL | 55 |
| 2.3 JORNALISMO EM TRANSIÇÃO | 68 |
| 2.4 POLEMISTAS CONTRA O JORNAL POLÊMICO | 73 |
| 2.5 A ERA DOS MANUALISTAS | 83 |
| 2.6 A SEGUNDA GERAÇÃO DE MANUALISTAS | 100 |
| 2.7 O TEXTO JORNALÍSTICO COMO PROBLEMA PRÁTICO... AINDA | 113 |
| 2.8 O TEXTO JORNALÍSTICO PARA ALÉM DO CONHECIMENTO INSTRUMENTAL | 121 |
| 2.9 EM SÍNTESE | 138 |
| 2.10 PROJETAR O JORNALISMO DO FUTURO; ENTENDER O PASSADO DO JORNALISMO | 140 |
| 2.11 OS GÊNEROS DO DISCURSO | 150 |
| 3 METODOLOGIA | 158 |
| 3.1 GÊNEROS, DISPOSITIVOS, SEMIOSE, IMPRENSA, HISTÓRIA | 158 |
| 3.2 RECORTE TEMPORAL | 172 |
| 4 A FUNDAÇÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA | 177 |
| 4.1 GAZETA DO RIO DE JANEIRO | 177 |
| 4.2 CARTAS PUBLICADAS OU REPUBLICADAS | 198 |
| 4.3 DOCUMENTOS PUBLICADOS OU REPUBLICADOS | 206 |
| 4.4 RELATOS DE RELATOS | 207 |
| 4.5 REPUBLICAÇÃO DE COMPILAÇÕES | 210 |
| 4.6 ARTIGOS POLÊMICOS | 212 |
| 4.7 NARRATIVAS LAUDATÓRIAS | 215 |
| 4.8 AVISOS | 219 |
| 4.9 ANÚNCIOS | 220 |
| 4.10 CONCLUSÃO PARCIAL | 221 |
| 4.11 UM PASSEIO ATÉ 1811 | 222 |
| 4.12 DO CENTRO À PERIFERIA | 230 |
| 4.13 GAZETA PARA OS BRASILEIROS | 244 |
| 4.14 OS TEMPOS ÁUREOS | 252 |
| 4.15 RUMO AO FIM | 256 |
| 5 CONCLUSÃO | 261 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 265 |
| ANEXOS | 274 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 LEITURAS ANACRÔNICAS E EXÓGENAS DOS PRIMEIROS JORNAIS DO BRASIL

A Gazeta do Rio de Janeiro, publicada pela primeira vez em 10 de setembro de 1808, e o Correio Braziliense, cuja data do primeiro número é usualmente apontada como sendo 1º de junho de 1808 (Lustosa, 2003. Werneck, 1983. Melo e Souza, 1986), são considerados os dois primeiros jornais no Brasil. A data atribuída ao Correio é uma impossibilidade histórica, oriunda de uma leitura voluntariosa e, involuntariamente, anacrônica. Na primeira edição do Correio, a notícia mais atual é de 15 de junho de 1808.

Londres, 15 de Junho. Quarta feira pela manhã, cerca das sette horas chegaram aqui dous Nobres Hespanhoes, o Visconde Materosa, e D. Diogo de la Vega; accompanhou-os ao Almirantado o Capt. Hill do Humber: sahram de Gijon, n'um bote descoberto, e offerecêram ao Capt. 500 guinés para os trazer a Inglaterra. Trazem novidades da maior importancia, pois vem pedir soccorros da parte dos Hespanhoes para se oppor á invasão dos Francezes. O nosso Governo fez-lhes o melhor acolhimento possível, e ja tem dado ordens para se expedirem os soccorros que pedtam. Ambos estes nobres estavam em Madrid quando la succedêram as catastrophes que eustáram a vida a tanta gente, na sua opiniaõ morrêram cerca de 4.000 Francezes, entre os quaes havia muitos officiaes.

Correio Braziliense, junho de 1808, página 78.

É evidente que Hipólito José da Costa Pereira Furtado, em Londres, onde estava em auto-exílio escrevendo o periódico, não poderia noticiar um fato ocorrido em 15 de junho no dia 31 de maio, última data possível para redigir um jornal que circularia no dia seguinte. Portanto, é impossível que a data de fundação da imprensa no Brasil seja 1º de junho de 1808. O erro é, provavelmente, resultado da leitura anacrônica da página 3 do periódico, datada de “junho de 1808”.

CORREIO BRÁZILIENSE

DE JUNHO, 1808.

Na quarta parte nova os campos ara,
É se mais mundo houvera la chegara.

CAMOENS, C. VII. e. 14.

E também do texto de apresentação, na página 3, de 1º de junho, que é o dia em que provavelmente foi escrito, já que era prática comum que os textos do periódico levassem a data da confecção.

Como o hábito usual da imprensa contemporânea, e da grande maioria dos jornais ao longo da história da imprensa no Brasil, é colocar na capa a data da publicação, foi essa a interpretação dada ao recorte acima. Na falta de um dia específico, até pela periodicidade mensal do Correio, foi atribuído o primeiro dia do mês, data do primeiro texto. No entanto, a notícia de 15 de junho desmente esta data. Na segunda edição, datada de julho, Hipólito repete o procedimento.

Londres, 11 de Julho. Aquí se publicou hoje a seguinte noticia official. Secretaria do Almirantado, 11 de Julho, de 1808. Recebêram-se Despachos esta manhã, nesta Secretaria, do Vice-Almirante Lord Collingwood, e do Almirante Cavalleiro Carlos Cotton, que fôram trazidos a Plymouth no *Primrose*. Pelo primeiro se vê, que a esquadra Franceza em Cadiz arçiou bandeiras aos Hespanhoes, e se rendeo ás sette horas da manhã, no dia 14 de Junho, e immediatamente se içáram as bandeiras Hespanholas a bordo das mesmas. Os navios Francezes não ficáram muito damnificados, nem houve grande perca de parte a parte. De Portugal ha o seguinte.

Correio Braziliense, julho de 1808, página 143.

CORREIO BRAZILIENSE

DE JULHO, 1808.

Correio Braziliense, julho de 1808, página 81.

E na edição de agosto, faz a mesma coisa.

Londres, 15 de Agosto, de 1808.

PERGUNTA. Como as Ordens de S. M. em Conselho de 4 de Julho, de 1808, determináram, que todas as hostilidades contra a Hespanha, da parte de S. M. cessassem immediatamente, e que desde logo se levantasse o bloqueio de todos os portos de Hespanha, excepto aquelles que estivessem ainda em posse, ou debaixo da influencia da França ? Poderá um navio Americano ir dos Estados

Correio Braziliense, agosto de 1808, página 199.

CORREIO BRAZILIENSE

DE AGOSTO, 1808.

Correio Braziliense, agosto de 1808, página 153.

Portanto, é razoável concluir que o mês que Hipólito põe na capa, ao contrário do que era usual e da prática contemporânea, se refere ao mês de confecção, ainda que ele publique notícias de meses anteriores, sobretudo as que chegam de longe – atrasadas, devido ao grau de desenvolvimento dos transportes na época. A capa da primeira edição deve ser lida como “documentos, acontecimentos e textos doutrinários de junho” ou “até junho”.

Esta organização no Correio remete a uma relação do autor com sua obra que pouco tem a ver com informações periódicas de consumo rápido, tendência que o jornalismo já começava a trilhar no século XIX. Hipólito produz algo perene. Diz Dines:

Nada sugere a descartabilidade ou a fragmentação. Tudo induz à perenidade. Seja no tocante ao teor, seja nos recursos voltados para a consulta e a referência. Exemplo da ênfase são as capas rigorosamente uniformes, como frontispícios de livro. Servem para marcar as edições que iniciam os volumes (...) Quanto à organização das páginas, segue a organização semestral, tal como o índice que o redator organiza com a minúcia que lhe é peculiar. (*in Costa, 2001: xxiv*)

Sendo obra de referência, é compreensível que Hipólito organize seu trabalho pensando na coleção completa, encartada. Quando os volumes são colocados juntos, como uma única obra, parece muito mais razoável a data remeter ao mês de confecção, que é também o mês das notícias mais atuais. Assim, a recuperação de informação é privilegiada. O Correio se insere mais próximo da cultura livresca do que da cultura periodística. Hipólito

pensa como bibliotecário de sua própria obra. Por isso, adota tal organização. Por este motivo o 1º de junho, data considerada inaugural da imprensa no Brasil, é uma impossibilidade histórica. Neste dia, Hipólito começava a escrever o Correio.

O prazo limite de notícias, ao longo das primeiras edições, é normalmente o dia 15 do mês anotado nas capas. Na primeira edição, este é o dia da última notícia publicada. Como o texto de abertura da primeira edição, onde Hipólito expõe seu projeto para o Correio Braziliense, data de 1º de junho de 1808, tudo indica que, num periódico mensal, este seja o dia que ele começou a escrever o periódico. Levou 15 dias para terminar a redação, passando, em seguida, a acompanhar o processo de composição e impressão, que deveria levar, portanto, outros 15 dias, fechando o mês.

As quatro rubricas que separam o Correio por assuntos – a saber: Política, Commercio e Artes, Literatura e Sciencias e Miscellanea – estão organizadas cronologicamente, de forma, inclusive, a permitir uma leitura diacrônica dos acontecimentos. Por vezes, a diacronia se instaura num acontecimento, que se inicia e esgota. Quando trata-se de um assunto, ele é explorado em ordem temporal. Esta lógica compreensiva, voltada à demanda de explicar ou, para usar um termo que provavelmente agradaria mais Hipólito, esclarecer os leitores, rege a forma do conteúdo do Correio. A rubrica Literatura e Sciencias é a mais distante da lógica cronológica compreensiva que permeia o texto.

É evidente que Hipólito, um periodista neófito e um pensador liberal ligado ao Iluminismo, priorizou o resultado, o conteúdo final do Correio e não o processo de sua fabricação, aspecto no qual se limitou a organizar o próprio tempo. Isto é relevante por que interfere na rapidez com que o texto é composto, impresso e transportado. O material não era organizado apenas conforme a ordem de chegada, mas de forma a ter coerência de conteúdo. Também não há espaço fixo e o tamanho de cada rubrica varia de edição a edição. Se Política na edição de junho toma 14 páginas, na de julho atinge 29. Tudo isso leva à conclusão de que o processo de composição e impressão não poderia se adiantar muito antes ao processo de redação. Seria possível compor algumas páginas, mas poucas, antes do final da redação. Ou seja, seria praticamente impossível começar a imprimir antes de terminar de escrever, como é prática usual hoje nos grandes jornais. Além disso, Hipólito tinha que supervisionar o trabalho dos impressores ingleses, que compunham em uma língua estrangeira para eles, o português. Isso provocava muitos erros e aumentava o trabalho do redator, que na segunda edição pede desculpas e justifica tais erros.

Itoga-se encarecidamente ao Leitor, que emende os erros da Imprensa; pois nam ha cuidado, que baste, para fazer com que o impressor Inglez seja correcto, no Portuguez: só quem tem dirijido uma edição pode a juizar deste trababalho material das correcçoens d' imprensa.

Correio Braziliense, julho de 1808, página 81.

Acelerar a impressão seria ainda menos provável. O prelo mais moderno no momento em que Hipólito está redigindo o Correio é o Stanhope (veja fotografia, feita em Munique, Alemanha), inventado pelo lord Charles Stanhope (1753-1816)¹, terceiro Earl Stanhope (Thomson, 1818), por volta de 1795.



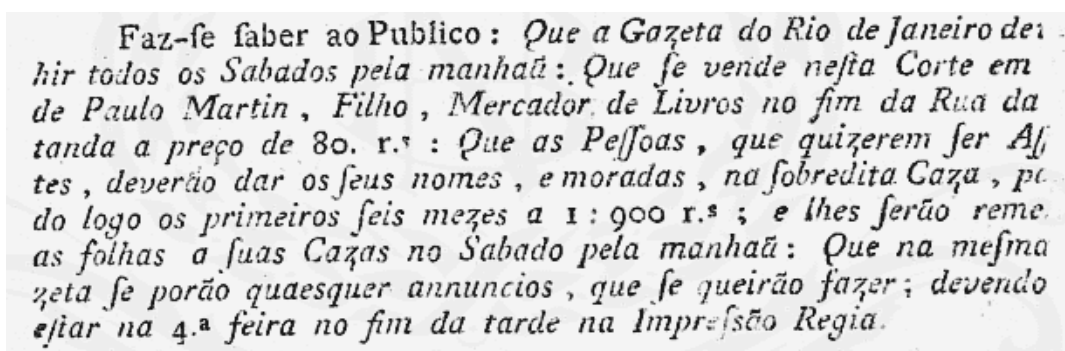
Este prelo foi um avanço considerável nas técnicas de impressão e continuou hegemônico, copiado mundo afora, por muito tempo. O que isto significa em termo de produtividade? Na melhor das hipóteses, 250 impressões por hora. Cada edição do Correio exigia 40 impressões, duas páginas por folha. Ou seja, uma tiragem de apenas 200 exemplares levaria 32 horas de prelo, sem contar as mudanças de placa de impressão, finalização e empacotamento. Em menos de duas semanas após o fim da redação do periódico seria impensável tê-lo pronto para embarcar para o Brasil. Além disso, os barcos tinham frequência

¹ Filantropo inglês, que concebeu por volta de 1795 um prelo, para publicar as suas obras, que pela primeira vez era totalmente construído em ferro, excluindo a cruz em madeira onde assentava. As suas principais inovações foram a pressão regulável através de um alavanca, as calhas oleadas onde desliza o cofre e a capacidade, dada a sua força de pressão, de imprimir de uma vez só toda a superfície da forma. Devido a um contra-peso no braço (alavanca de pressão) regressava automaticamente à sua posição inicial. Com estas melhorias no sistema de prensagem e na entintagem (feita manualmente com as chamadas "balas"), a sua utilização permitia já uma produção de 100 exemplares à hora. A sua penetração no restante continente europeu foi muito rápida, tendo chegado a França em 1814, estando já à algum tempo ao serviço do jornal inglês "Times". O escritor e também impressor Honoré de Balzac descreve ao longo das páginas do livro "Ilusões Perdidas", editado em 1837, as transformações e conseqüências da importação para França deste tipo de prelo. Com um prelo semelhante trabalharam as célebres famílias de Didot, em França, Giambattista Bodoni, em Parma e Baskerville em Inglaterra. Em Portugal foi Joaquim António Xavier Annes da Costa, administrador da Imprensa Régia na segunda década do sec. XIX, que introduziu os prelos de Stanhope, mandando construir, pelo modelo de dois provenientes de Inglaterra, treze prelos daquele tipo. Na mesma empresa, mas denominada agora, e desde 1823, por Imprensa Nacional, existiam ainda em 1863, seis prelos manuais à Stanhope, construídos em Lisboa. Na Imprensa da Universidade de Coimbra existiam, em 1877, dois prelos do sistema Stanhope. (extraído do site do Museu Virtual da Imprensa, do Porto, em Portugal: <http://www.imultimedia.pt/museuvirtpress/>, consultado em 18 de janeiro de 2008)

irregular, e mesmo que Hipólito conseguisse despachar seu jornal em tempo mínimo, ele só chegaria ao Brasil no início de setembro, já que a travessia de navio levava mais de dois meses.

Por tudo isso, a data de surgimento do Correio Braziliense pode ser assinalada como começo de julho ou, com otimismo, fim de junho. A chegada da imprensa ao Brasil não poderia ser antes do começo de setembro de 1808. O 1º de junho de 1808 é apenas o dia em que o Correio começa a ser escrito, data que usualmente não é utilizada para assinalar o surgimento de uma obra impressa. Assim, o periódico de Hipólito e a Gazeta do Rio de Janeiro, redigida pelo frei Tibúrcio José da Rocha, começam a circular em momentos muito próximos, sendo impossível com os dados obtidos pelo trabalho de pesquisa para esta tese afirmar, com certeza, qual começou a circular antes, pela imprecisão sobre a chegada do Correio ao Brasil.

A Gazeta do Rio de Janeiro, pelo contrário, adota a regra padrão e anuncia já no primeiro número quando irá circular.



Faz-se saber ao Publico: Que a Gazeta do Rio de Janeiro de
hir todos os Sabados pela manhaã: Que se vende nesta Corte em
de Paulo Martin, Filho, Mercador de Livros no fim da Rua da
tanda a preço de 80. r.º: Que as Pelloas, que quizerem ser Af
tes, deverão dar os seus nomes, e moradas, na sobredita Caça, pe
do logo os primeiros seis mezes a 1: 900 r.º; e lhes serão reme
as folhas a suas Caças no Sabado pela manhaã: Que na mesma
zeta se porão quaesquer annuncios, que se queirão fazer; devendo
estar na 4.ª feira no fim da tarde na Impressão Regia.

Gazeta do Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1808, página 4.

Assim, o mês mais provável para a chegada da imprensa no Brasil é setembro. E a única data precisa confiável é o 10 de setembro, dia em que começou a circular a Gazeta.

Contemporâneos, pairam sobre o Correio Braziliense e a Gazeta do Rio de Janeiro leituras diversas, motivadas muitas vezes por disputas político-ideológicas do presente, cujos partidários se esforçam em reler, pelo seu viés, o marco inicial da imprensa no Brasil. A disputa sobre a data de início da imprensa é apenas um sintoma destas leituras anacrônicas, movidas por interesses do presente e não pela tentativa de compreender o passado. Ao não compreendê-lo, erram.

O marco mais evidente da forma como as disputas presentes interferem na leitura do passado do jornalismo foi a campanha iniciada em 1998 pela ARI – Associação Riograndense de Imprensa – para mudar a data de comemoração do Dia Nacional da Imprensa, de 10 de setembro (aniversário do início de circulação da Gazeta do Rio de Janeiro) para 1º de junho,

suposto dia em que o Correio Braziliense começou a circular (*in* <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp030620033.htm>, consultado em 27 de dezembro de 2007). A ARI entregou neste ano uma minuta de projeto de lei para o deputado gaúcho Nelson Marchezan (PSDB-RS) mudando a data, que havia sido fixada por Getúlio Vargas, 60 anos antes. O deputado apresentou a minuta como projeto de lei, que foi aprovado e sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 13 de setembro de 1999, sob número 9831. Em 2000, pela primeira vez, o Dia Nacional da Imprensa foi comemorado na nova data.

Isto não seria nada além do que atos secundários de um poder legislativo se a mudança não implicasse uma valoração distinta do passado e não se sustentasse em justificativas teóricas para colocar o Correio Braziliense como primeiro jornal brasileiro; e Hipólito José da Costa como patrono da imprensa brasileira. Havia também um esforço nítido para reler o passado, limpando os traços da história oficial que havia colocado a Gazeta como primeiro jornal.

Uma das motivações para esta valorização pelo presente de um personagem do passado é regional. Hipólito nasceu em 25 de março de 1774, em Colônia do Sacramento, atualmente território uruguaio. À época, pertencia a Portugal, mas estava sitiada por espanhóis (Bento, 2005). Apesar de não ter nascido, a rigor, no Rio Grande do Sul, Hipólito é considerado gaúcho. A prova disso é o livro de Cláudio Moreira Bento, cujo título é límpido e claro: *Hipólito da Costa – o gaúcho fundador da imprensa do Brasil* (2005). O texto foi o 2º colocado de um concurso nacional realizado em 1972 pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e pela Associação Riograndense de Imprensa (Bento, 2005). Desde então, uma cópia datilográfica ficou guardada na biblioteca do Colégio Nossa Senhora de Canguçu, até que foi resgatada por Bento para ser publicada. O autor é presidente da AHIMTB – Academia de História Militar Terrestre do Brasil – e do IHTRGS – Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. O livro foca nestes aspectos centrais: a condição de gaúcho de Hipólito e a carreira militar, tanto dele, quanto do pai e dos filhos (Bento, 2005: 23-25). Outro indício da relação de afeto e orgulho dos gaúchos com Hipólito é o próprio nome do Museu da Comunicação, em Porto Alegre: Museu Hipólito José da Costa, onde, inclusive, obtive o livro de Cláudio Moreira Bento.

Não é de se estranhar, portanto, que haja um esforço deliberado vindo do Sul para converter ou para se reconhecer Hipólito como patrono da imprensa brasileira. O segundo fator que pesa a favor do redator do Correio Braziliense é a ligação com a maçonaria. Ser maçom fez toda diferença na vida de Hipólito. Educado no Brasil até ingressar em 29 de

outubro de 1792 no curso de matemática da Universidade de Coimbra, mudou de curso três dias depois, ingressando em filosofia. Um ano depois, começou o bacharelado em direito. Em 7 de agosto de 1798, após cinco anos e meio em Coimbra, recebeu o diploma de advogado. Dois meses depois, em outubro, por obra de dom Rodrigo de Souza Coutinho, então ministro da Marinha e do Ultramar, foi nomeado funcionário público (Rizzini, 1957. Dourado, 1957. Bento, 2005). Em 16 de outubro 1798 Hipólito é enviado por dom Rodrigo aos Estados Unidos da América. Segundo Carlos Rizzini, Hipólito deveria:

Estudar na República Norte-Americana, para aplicação no Brasil, a cultura de árvores nativas, do cânhamo, tabaco, algodão, cana, pastagens; a construção de pontes, moinhos e engenhos d'água; a mineração; a pesca da baleia e o preparo do peixe salgado. Do encargo desempenhou-se acima do esperável de bacharel novato (...) Simultaneamente, o Ministro o teria incumbido de outros estudos, de ordem administrativa e política. (Rizzini, 1957: 4)

Provavelmente, supõe Rizzini (1957), ele visitou escolas, repartições, museus, hospitais, cadeias, templos, foi a tabernas, teatros, circo, leu gazetas livres e freqüentou jantares, saraus musicais e reuniões. E voltou inebriado pelo novo mundo. Foi, ao mesmo tempo, sua experiência mais forte com os novos ideais, que posteriormente norteariam o Correio Braziliense, e com a maçonaria, então uma propagadora das idéias liberais e progressistas. Por anotações no diário de Hipólito, Rizzini (1957: 6) conclui que foi na Filadélfia que Hipólito se tornou maçom.

No entanto, mesmo antes da maçonaria, sua atividade de botânico já o situava como um estudioso, representante da ciência, do conhecimento professado pelas luzes do Iluminismo. De volta a Portugal, mantém-se próximo de tais atividades, atuando na imprensa régia como tradutor e editor. Já maçom, sua próxima viagem será à Inglaterra, para Londres, em abril de 1802 (Bento, 2005). Deveria adquirir livros e maquinaria para a Imprensa Régia², mas desenvolveu intensa atividade maçônica. Segundo Rizzini (1957: 7), Hipólito tentava filiar as incipientes lojas portuguesas ao Grande Oriente de Londres. A maçonaria, na época, estava proibida em Portugal, pela Inquisição. No fim de julho de 1802, já de volta a Portugal, Hipólito é preso a mando do intendente Diogo de Pina Manique, por suspeita de atividade maçônica, sob a alegação de ter viajado à Inglaterra sem passaporte. A prisão durará três anos

² Os equipamentos trazidos ao Brasil junto com a corte de dom João VI e que serviram para montar a Imprensa Régia foram comprados, segundo Luiz Edmundo (1957) da Inglaterra, anos antes de 1807. É possível, portanto, que Hipólito tenha intermediado a compra dos equipamentos que, posteriormente, seriam utilizados para imprimir a Gazeta do Rio de Janeiro.

e de lá Hipólito só sairá em 1805, graças a uma oportunidade aproveitada de forma ardilosa.

Relata Rizzini:

No mundo de fogo morto, que era a Inquisição, no Rossio, não respiravam senão quatro habitantes: dois presos (...), um guarda e seu ajudante. Uma noite, ao servir a ceia de Hipólito, contou-lhe o ajudante estar só no plantão, porque, receando ser prêso por dívidas, escondera-se o guarda principal. Incontinenti acudiu a Hipólito um plano de fuga. ‘Fingiu-se incomodado com uma forte dor de barriga e pediu ao guarda lhe fôsse aquecer uma pouca de água e lha trouxesse. Êste não teve dificuldade em lhe fazer a vontade e partiu para lha ir buscar, deixando ali o molho de chaves com que fechava as portas. Tanto que o viu ausente por alguns momentos, Hipólito, descalçando as botas e enfiando-as nos braços, pegou as chaves e com elas foi abrindo as portas que já bem conhecia, e chegou são e salvo até a rua, porque a cozinha estava longe e não podia ser percebido pelo guarda. Ali é que estêve por um momento arriscada a sua fuga, porque, metendo a chave na fechadura da porta da rua, e vendo que não dava volta, ficou na maior ansiedade e susto. Sucedeu, porém, e sem saber como, que tocou no fecho da porta e esta se abriu. (1957: 14-15)

A história é contada pelo frade José Liberato, que acolheu Hipólito logo após esta fuga e, provavelmente, ouviu-a da boca do seu personagem principal. Como o próprio fugitivo, Liberato era maçom, orador da 1ª Grande Loja. A escolha não foi aleatória. Hipólito procurou irmãos maçons que lhe dessem acolhida, como o grão-mestre Sebastião Sampaio, neto do Marques de Pombal. O frade foi, porém, o único que ele encontrou em casa. Ficou escondido alguns meses, até passar para a Espanha, atravessar o estreito de Gibraltar e chegar na Inglaterra (Rizzini, 1957: 15), onde foi acolhido e protegido pelo Duque de Sussex, outro maçom, que havia envidado esforços para libertar Hipólito. O Duque seria grão-mestre a partir de 1814 e teria sido sob seus auspícios, que, em 1804, os maçons portugueses fundariam a loja Oriente Lusitano (Bento, 2005: 82).

As ligações com a maçonaria estão presentes na vida de Hipólito desde a viagem aos Estados Unidos, onde foi atraído para a irmandade por Benjamin Franklin (Dines *in* Costa, 2001: xxxi), passando pela missão inglesa, levando-o à prisão, facilitando sua fuga e auto-exílio, e chegando à vida que levou na Inglaterra e ao trabalho que lá desempenhou. E seguiu, mesmo após sua morte, quando a maçonaria mantém o vínculo com Hipólito e defende a precedência histórica do Correio Braziliense sobre a Gazeta do Rio de Janeiro. Neste processo, a comunidade maçônica influenciou para que o “Patrono da Imprensa Brasileira” assim fosse reconhecido.

O fato de interesses gaúchos e maçônicos terem resgatado Hipólito e mudado a data em que se comemora o Dia Nacional da Imprensa não invalida em nada o mérito do Correio Braziliense. O trabalho historiográfico escolhe fontes, ordena fatos, estabelece relações e narra a história a partir dos interesses do presente. Ilumina alguns acontecimentos, minimiza

outros. Ele não apreende todo o passado na sua narrativa. Passado e história são distintos. A distinção, segundo Jenkins (2001), é essencial. “Se for compreendida, ela [a distinção] e o debate que suscita ajudarão a esclarecer o que a história é na teoria”, diz (2001: 24).

Jenkins cita como exemplo a supressão, insistente, das mulheres do relato histórico. Isto não significa, evidentemente, que o passado estava repleto de homens, exclusivamente. Mais óbvio, significa apenas que a história construída numa sociedade guiada por valores masculinos, para não dizer machistas, excluiu as mulheres de suas narrativas. “As feministas estão agora engajadas na tarefa de ‘fazer as mulheres voltarem para a história’, ao mesmo tempo que tanto homens quanto mulheres vêm examinando os constructos de masculinidade que são correlatos ao tema”, diz Jenkins (2001: 26)

Os métodos historiográficos produzem relatos históricos se desdobrando sobre o passado, mas é evidente que o passado em si e os relatos são de naturezas distintas. Cada presente constrói os relatos que o estatuto cultural e social permite, vê o que o tempo permite que seja visto, narra, como história, aquilo que interessa ao presente. Ou seja, não é o passado que constrói o presente, mas o presente que constrói, como história, o passado que não pode mais ser resgatado.

Diz Michel de Certeau:

Finalmente, o que é uma “obra de valor” em história? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que representa um progresso com relação ao estatuto atual dos “objetos” e dos métodos históricos e, que, ligada ao meio no qual se elabora, torna possíveis, por sua vez, novas pesquisas. O livro ou o artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao *complexo* de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma “realidade” passada. É o produto de um *lugar*. (1982: 72-73)

Ser “produto de um lugar” não significa, porém, um relativismo absoluto. Ou seja, que qualquer passado pode ser objeto de história e que qualquer narrativa sobre acontecimentos idos seja necessariamente história. Assim, memórias seriam história. E a história oficial que coloca a Gazeta do Rio de Janeiro na origem da imprensa brasileira seria tão boa ou tão legítima quanto à história que coloca o Correio Braziliense com tal distinção. Se a história é resultado de um lugar, este lugar deve ser regido pelos princípios legítimos do campo de produção de conhecimento da história. Foi o próprio avanço do campo, preconizado por Certeau, que permitiu superar as narrativas da história oficial. Reconhecer, porém, a falsidade da história oficial não significa legitimar seu contrário ou qualquer história que a substitua. O

processo historiográfico está sujeito ao jogo de forças atuais que, ao reconstruir o passado, funda mitos, heróis, legitima o presente, ilumina, por um viés, a contemporaneidade. Apesar disso, do presente eleger o passado que quer historiar e, a cada tempo, observar ângulos diferentes, a história não se desfaz numa pluralidade de relatos uns tão bons quanto os outros. Se por um lado a reconstrução do passado promovida pela história é apenas um efeito do discurso, posto que o passado não pode ser reconstruído, por outro o campo discute, conscientemente, suas limitações e opera metodologicamente para construir uma narrativa que lhe é própria e, assim sendo, apenas quando respeita os princípios do campo de conhecimento pode ser tomada como história, como resultado do processo historiográfico. Desta forma, refundar, historiograficamente, o passado é legítimo, desde que o campo, seus princípios e procedimentos operatórios sejam respeitados.

É impossível saber se uma narrativa histórica é verdadeira, mas é possível aceitá-la, a partir de certos princípios, como confiável. Já a narração falsa, oriunda de projetos políticos que são estranhos ao método historiográfico são facilmente identificáveis. Este é o caso dos argumentos utilizados para justificar a consideração de Hipólito como patrono da imprensa brasileira. O artigo “Sai a Gazeta, entra o Correio”, no site do Instituto Gutenberg, após lembrar a mudança da data de comemoração do Dia Nacional da Imprensa, afirma:

A troca simboliza um ato de independência da imprensa brasileira contemporânea: a Gazeta foi destronada por ter sido o jornal oficial da Coroa, e o Correio, exaltado por constituir exemplo de jornalismo independente, da iniciativa privada. (Instituto Gutenberg. Boletim nº 29. Série eletrônica. Nov.-Dez., 1999, consultado no site www.igutenbegr.org, consultado em 21 de janeiro de 2008)

É um artigo crítico³, que questiona tenazmente a troca da data, contra-argumentando os postulados que a justificariam. Aponta aspectos secundários, como, por exemplo, a condenação da Gazeta por seu oficialismo e a promoção do Correio Braziliense através do uso de meios oficiais, passando por um deputado de situação à época e pelo presidente da República. Mas atinge o ponto central quando tangencia o anacronismo da releitura da história da Imprensa no Brasil:

Destronar a Gazeta é tentar copidescar a história. O jornal do príncipe significou a instalação da imprensa no Brasil com as limitações da época: um jornal oficial, sob censura como tudo que se publicava no reino, de livros a cartas de baralho. (*Idem*)

³ Não foi possível localizar nenhum artigo dos defensores da troca da data, apesar da busca insistente. Por isso, utilizei um artigo crítico que, no entanto, expõe os pontos que pretende criticar.

Independência é um valor que o jornalismo formulou, nos termos atuais, apenas a partir do final dos séculos XIX, nos Estados Unidos, e XX, no Brasil. Avaliar o passado para atribuir valor aos jornais por este critério é lançar as amarras do presente no julgamento da história. Não cabe nem julgar, nem valorar. O movimento que busca entender as origens da imprensa, como tudo na operação historiográfica, deve estar imbuído do projeto de entender outro momento, lançar pontes explicativas sobre ele. A relevância de um jornal do século XIX só pode ser medida pelo papel que seu próprio tempo atribuiu a ele, na perspectiva sincrônica, ou que o momento seguinte atribuiu a ele, na perspectiva diacrônica. Ou seja, o Correio ou a Gazeta são jornais importantes pelo valor que lhe atribuiu seu próprio tempo ou pelas marcas que lega no futuro próximo. Se o presente ilumina o passado, compreender o passado deve contribuir para entender o presente em dois sentidos: 1) como negação do presente, posto que é distinto dele e, assim, deve permitir que olhemos para o presente também como um momento do processo histórico; 2) como continuidade, que lega marcas no momento seguinte e, quiçá, no nosso próprio tempo.

O Correio não é a origem do jornalismo independente no Brasil, nem seu precursor, pois a questão nem se coloca para ele, nem para o momento que o sucede. Além disso, a independência do Correio é fabulosa, mítica e irreal. Não havia condições, então, para a existência de um veículo independente no Brasil. Hipólito pode ser laureado pelos que o admiram, mas seu jornal não se confunde com ele e não pode dar origem a algo cujo tempo, então, não podia engendrar. A liberdade defendida por Hipólito é a do pensamento, livre da opressão da ignorância. Este valor ele explicitamente professa.

Dines descreve os dois jornais iniciais da imprensa no Brasil. Advoga que a Gazeta do Rio de Janeiro era “o diário oficial que a corte lançará a 10 de setembro para divulgar os seus atos” (*in* Costa, 2001: xxvi). Já Hipólito era “um liberal no sentido clássico: era contra a escravidão, as ditaduras, a Inquisição, contra a força da Igreja, a censura. Era um ideário iluminista bastante avançado” (*in* <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd200620014.htm>, consultado em 3 de janeiro de 2008). Continua Dines: “A revista que produz solitariamente no exílio de Londres ao longo de quase quinze anos (...) é produto do Iluminismo europeu e daqueles que pretendiam estendê-lo às Américas” (*in* Costa, 2001: xxvii).

O Correio é comparado com a Gazeta do Rio de Janeiro, com vantagens, a partir do grau de liberdade de cada um dos jornais. Fruto de um espírito livre, filho legítimo do Iluminismo, o periódico inaugura, segundo Dines, um jornalismo de boa cepa no Brasil. A partir da sua condição de publicação livre da censura, além do brilho intelectual e das

posições progressistas de Hipólito, o Correio é um marco inaugural formidável. Seu autor tem consciência do papel da imprensa no progresso das nações e assume para si a tarefa de conduzir a nação, de contribuir com a formação de uma elite ilustrada. Dentro deste projeto, ele exercita suas habilidades. Diz Dines: “Hipólito é, assim, não apenas o precursor do jornalismo brasileiro mas um revolucionário capaz de enxergar como devem começar as transformações duradouras: para dar certo, elas devem começar no espírito e nas mentes” (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd200620014.htm>, consultado em 3 de janeiro de 2008).

Hipólito é claro no seu propósito e no seu vínculo, e o enuncia nas primeiras linhas do Correio. O texto, que é considerado a declaração de princípios de Hipólito e que serve para fundamentar muitas das análises feitas sobre o Correio Braziliense, está na primeira edição do periódico e é reproduzido abaixo:

CORREIO BRAZILIENSE

DE JUNHO, 1808.

Na quarta parte nova os campos ara,
E se mais mundo houvera la chegara.

CAMOENS, C. VII. e. 14.

Introdução.

O PRIMEIRO dever do homem em sociedade he ser util aos membros della; e cada um deve, segundo as suas forças Phisicas, ou Moraes, administrar, em beneficio da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O individuo, que abrange o bem geral d'uma sociedade, vem a ser o membro mais distincto della: as luzes, que elle espalha, tiram das trevas, ou da illuzão, aquelles, que a ignorancia precipitou no labyrintho da apathia, da inepticia, e do engano. Ninguem mais util pois do que aquelle que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro. Tal tem sido o trabalho dos redactores das folhas publicas, quando estes, munidos de uma critica saã, e de uma censura adequada, representam os factos do momento, as reflexões sobre o passado, e as solidas conjecturas sobre o futuro.

Devem-se à Nação Portugueza as primeiras luzes destas obras, que excitam a curiosidade publica. Foi em Lisboa, na imprensa de Craesbeck, em 1649, que este Redactor traçou, com evidencia, debaixo do nome de Boletim os acontecimentos da guerra da aclamação de D. João o Quarto. Neste folheto se viam os factos, taes quaes a verdade os devia pintar, e desta obra interessante se valeo, ao depois, o Conde da Ericeira, para escrever a historia da aclamação com tanta censura, e acertada critica, como fez.

Introdução.

He de admirar que, sendo Nós os primeiros promotores dos jornaes publicos, na Europa, e sendo certo, que estas publicações excitaram tanto o enthusiasmo publico da Nação Portugeza nas guerras da aclamação, que varios officiaes de officios mechanicos se prestaram voluntariamente a ajudar a tropa nas diferentes batalhas de linhas d'Elvas, Ameixial, e Montes Claros, recolhendo-se depois da victoria ao seio das suas familias, e ao seio do trabalho ordinario, até que uma nova occasião de defeza nacional pedisse outra vez o soccorro das suas armas, para a extirpação do inimigo commum. Sendo tambem Nós aquella Nação, que comprou a sua liberdade, e independencia com estes jornaes politicos, seremos agora a unica, que se hade achar sem estes soccorros, necessarios a um estado independente o qual poderá algum dia rivalizar, pela sua situação local, em que a natureza poz o vasto Imperio do Brazil, ás primeiras Potencias do mundo?

Levado destes sentimentos de Patriotismo, e desejando aclarar os meus compatriotas, sobre os factos politicos civis, e literarios da Europa, emprendi este projecto, o qual espero mereça a geral aceitação daquelles a quem o dedico.

Longe de imitar só, o primeiro despertador da opinião publica nos factos, que excitam a curiosidade dos povos, quero, alem disso, traçar as melhorias das Sciencias, das artes, e n'uma palavra de tudo aquillo, que pode ser util á sociedade em geral. Feliz eu se posso transmitir a uma Nação longinqua, e socegada, na lingua, que lhe he mais natural, e conhecida, os acontecimentos desta Parte do mundo, que a confusa ambição dos homens vai levando ao estado da mais perfeita barbaridade. O meu unico desejo será de acertar na geral opinião de todos, e para o que dedico a esta empreza todas as minhas forças, na persuasão de que o fructo do meu trabalho tocará a méta da esperanza, a que me propus.

Londres, 1 de Junho, de 1808.

Em vários trechos, o autor expõe a crença na liberdade, no pensamento, na ciência e na importância do periodismo para propagar as luzes e enlevar as nações. Tal pensamento, como é próprio desta corrente, inscreve no indivíduo, na razão manipulada pelo sujeito, o centro do processo de esclarecimento. Diz Hipólito:

Ninguém mais útil do que aquelle que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro. Tal tem sido o trabalho dos redactores das folhas publicas, quando estes, munidos de uma critica saã, e de uma censura adequada, representam os factos do momento, as reflexoens sobre o passado, e as soldidas conjecturas sobre o futuro. (Correio Braziliense, junho de 1808: 4)

É razoável, portanto, considerar que Hipólito acredita no periodismo como ele o pratica: atividade de um único homem, ilustrado e voltado para o bem público. O propósito de Hipólito é o próprio projeto da razão, é o desencantamento do mundo, a superação da ignorância. É, sobretudo, atividade de formação sobre questões atuais. Diz ele que pretende não apenas excitar a curiosidade sobre os fatos atuais, mas “traçar a melhoria das Sciencias das artes e, n’uma palavra de tudo aquillo, que pode ser util á sociedade em geral” (Correio Braziliense, junho de 1808: 4).

O conceito de independência jornalística sofre influência da liberdade do pensamento liberal iluminista, mas o especifica para o campo. Quando mal se distingue o periodismo da produção livreira, o valor que lhe norteia como positivo é o mesmo que se aplica às ciências e ao livro: a liberdade e a racionalidade do autor. Será apenas com o desenvolvimento da teoria democrática no século XIX (Traquina, 2004) que o jornalismo vai reivindicar como valor a independência dos poderes, tanto públicos quanto privados. Tal mudança implica uma ruptura com o modelo anterior. A liberdade liberal já é insuficiente. O conceito de independência norteia outro tipo de jornalismo. Não é mais a liberdade do intelecto, mas a independência do veículo jornalístico. O indivíduo já não é o centro do processo, ainda que seja imprescindível. Para Hipólito, a questão da independência nunca se pôs e, por isso, é falsa toda crítica que pretende diminuí-lo por suas relações com a Inglaterra ou por sua provável dependência financeira (Dourado, 1957), seja da corte portuguesa, seja do Duque de Sussex. O importante era preservar sua liberdade intelectual. Ser subvencionado só seria questão relevante muito tempo depois. Por isso, enxergar em Hipólito um jornalista venal é incidir em anacronismo, posto que ser subvencionado não era prática condenável numa época em que todos os jornais eram subvencionados. O importante era preservar a capacidade de análise livre e crítica. Da

mesma forma, ver em Hipólito um paladino da independência da imprensa é lançar sobre ele de maneira falsa valores do presente, incidindo, tanto pior, em anacronismo.

Dines, um entusiasta de Hipólito, o mantém dentro do projeto de onde ele surge, mas rapidamente desliza para o anacronismo também. Segundo ele, reunindo pensamento e ação, o redator do Correio é o primeiro jornalista interpretativo, o primeiro jornalista cultural, o primeiro jornalista científico e consegue ser ainda o iniciador de um gênero surgido recentemente (na última década), ainda pouco discutido, designado como "jornalismo público" ou "jornalismo cívico" e articulado com ações afirmativas.

(...) podemos atribuir-lhe outros galardões igualmente inovadores: Hipólito é também o primeiro repórter investigativo, primeiro analista internacional, primeiro repórter político, primeiro repórter de economia e primeiro defensor da liberdade de imprensa em língua portuguesa (...)

E, como se não bastasse, é também nosso primeiro crítico da imprensa porque, ao responder às críticas e insultos gerados pelo despeito e os interesses contrariados, procurou estabelecer normas e padrões de correção jornalística e civilidade. (*in* <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd200620014.htm>, consultado em 3 de janeiro de 2008)

Por fim, Dines afirma que “Hipólito adota a opção do jornalismo analítico, interpretativo” (*in* Costa, 2001: xxviii). Ele nunca comenta um acontecimento de forma incompleta, mas sempre contextualizado, com tabelas estatísticas, mapas e notas de rodapé.

Na melhor das hipóteses, Hipólito pode ter sido precursor das tantas segmentações da cobertura jornalística, organizada, hoje, em editorias. Mas nem isso ele é, pois nenhum precursor pode ser tão anterior ao momento que ele antecede e vislumbra precocemente. Tal tipo de raciocínio é que leva a afirmar que havia imprensa em Roma, pois as *actas diurnas* romanas⁴ teriam sido nossa primeira forma de jornalismo. A distância temporal e a descontinuidade de tal prática indica que não havia condições nem técnicas nem sociais para a existência da imprensa. Também não há relação de causa e consequência alguma entre as *actas* e a imprensa. Logo, aquilo só pode ser interpretado como um acontecimento isolado, sem consequência alguma para a história da imprensa. Mais que isso, só uma ânsia de alongar o tempo de um acontecimento que tem começo claramente delimitado e encontrar raízes milenares (ainda que inexistentes) explica uma ligação com algo tão distante. É um olhar anacrônico que vê nas *actas* algo que possa ser tomado como movimento precursor da

⁴ Em 59 antes de Cristo, o imperador romano Júlio César determinou que circulassem diariamente as *Actas Diurna*, que eram copiadas e colocadas à disposição do público também nas províncias do império. Expostas em locais públicos, eram folhas de notícias com decretos e outros informes oficiais junto com notícias privadas sobre nascimento, mortes, casamentos, etc.

imprensa ou ampliar de tal forma o conceito de imprensa que ele se misture com o conceito de comunicação e se torne inútil, portanto, por ser amplo demais e não designar nada, ao mesmo tempo em que designa quase tudo. Por isso, Hipólito não pode ter inventado o jornalismo cívico há 200 anos, nem pode ter sido o primeiro jornalista científico, sob pena de qualquer comentário em qualquer área do saber em jornais ser tomado como o precursor de uma segmentação de cobertura, cujo início é muito posterior. Além disso, tal raciocínio pode conduzir à tese saudosista de que quase nada pode ser criado. Tempos progressos, áureos, já teriam inventado tudo.

Porém o pior de entender o Correio com categorias do presente (independência, segmentação de cobertura, etc) é perder de entendê-lo como forma de fazer imprensa localizada no seu tempo e específica enquanto tal. O modelo de que se serve Hipólito não é inovador. Ele não inventou nada disso, como explica o próprio Dines⁵:

É evidente que Hipólito não inventou tantos procedimentos jornalísticos, inspirou-se na imprensa do Reino Unido — a melhor do mundo naquele momento — mas a sua capacidade de adequar estes procedimentos a outro idioma, outra cultura e, sobretudo, a outros hábitos de leitura, confirma uma extraordinária criatividade e um pacto com a qualidade. (*in* <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/spe021220031.htm>, consultado em 21 de janeiro de 2008)

E, assim, adaptando para o português uma tradição europeia iluminista, desenvolveu, segundo Dines, “mais do que um projeto jornalístico, autêntica revolução cultural” (*in* Costa, 2001: xxvii). Mas tal revolução está enalacrada dos valores liberais, do projeto de formação de seres autônomos e racionais, próprio do Iluminismo, e se fazia pelas formas de comunicação consagradas na Europa. Hipólito era um homem do seu tempo. Moderadamente progressista, não estava, porém, à frente do seu tempo. O Correio é o retrato disso.

As disputas políticas da área explicam certas leituras, de todo enviesadas, de jornais do século XIX, mas este não é o único problema. Como evidência irrefutável da vida social, os jornais, ao longo do tempo, têm sido objeto de estudos para responder a questões de outras áreas, como, por exemplo, a representação do negro pela mídia e o estímulo à violência pelos meios de comunicação, ou para esclarecer acontecimentos históricos. As áreas de sociologia e história têm se servido vastamente dos jornais como fonte de estudo, para entender problemas próprios dos seus campos. Diz Alzira Alves Abreu:

⁵ Palestra proferida no seminário "*Imprensa, História e Literatura*", realizado no Rio de Janeiro, na Fundação Casa de Rui Barbosa no dia 26 de novembro de 2003

Até muito recentemente, a imprensa não constituía objeto de estudo da história e dos historiadores, embora os jornais desde muito tenham sido utilizados como fontes para a pesquisa por essa categoria de estudiosos. O jornalista (...) tampouco havia merecido até agora atenção maior por parte dos historiadores. (1996: 7)

Se a imprensa entrou recentemente no rol de preocupações dos estudos historiográficos, não é por isso que se institui para ela, desde sua origem, uma visada específica. Contribui para isso uma precariedade na definição do campo sobre qual é seu foco, uma solução simples da questão apenas com base no discurso da interdisciplinaridade. Diz Martino, apontando os motivos que levaram os estudos em comunicação a serem tão rapidamente aceitos como área acadêmica, apesar da sua precariedade epistemológica:

Três fatores estiveram disponíveis e geralmente presentes na argumentação daqueles que discutem a fundação do campo comunicacional: a abundância dos processos comunicacionais; a incontestável importância de seu estudo; a urgência de seus propósitos. Estes fatores tiveram um papel decisivo para sua rápida aceitação e institucionalização, malgrado o precário estado de sua fundamentação teórica. (2004: 12)

O campo surge respondendo a demandas práticas, para entender e conjurar seus poderes, inclusive como instrumento de gestão das multidões (Mattellart, 1999). Seja pela perspectiva instrumental ou pelo projeto autonomista, a comunicação responde, de início, a problemas práticos, relacionados sobretudo à sociedade e à democracia. Citando, novamente, Martino:

O desenvolvimento desse saber se deu pela pressão da opinião pública, de políticos, de dirigentes, de comerciantes e mesmo por interesses individuais (por exemplo, pais de famílias preocupados com o real impacto dos media sobre a educação e a saúde de suas crianças, ou do cidadão com o efeito da propaganda política ou comercial). A urgência em obter respostas a esses problemas levaram a uma certa indulgência em relação ao estado de fundamentação do saber emergente. (2004: 13)

O resultado a esta demanda é a formulação de teorias, como a da agulha hipodérmica, para explicar o problema posto pela urgência do desenvolvimento do aparato tecnológico. Toda vertente da escola funcionalista americana (Mattellart, 1999. Wolf, 1987. Cohn, 1987. Hohlfeldt, Martino e França, 2001) é, na verdade, um esforço de diversas áreas do conhecimento para entender os efeitos dos meios e conjurá-los ou usufruí-los, pelo Estado ou pela iniciativa privada. Continua, portanto, muito presa a uma demanda prática.

Isso explica, em parte, a incapacidade do campo de amadurecer uma visada específica para os estudos de história da imprensa, mas não a predileção por abordagens via ciências políticas. A relação do jornalismo com a política e a escolha de problemas políticos, desde a

origem dos debates sobre a imprensa, a induzem a ser tratada, por longo tempo, como problema político. O jornalismo, bem como a deontologia profissional, incorporara a democracia como parte do ideário da profissão, pelo qual ela é cobrada, inclusive. A questão da democracia e como ela é afetada pelo jornalismo, ainda que seja pertinente e tenha legitimado a profissão, revela um interesse acentuado do campo. Diz Hanno Hardt:

Os escritores americanos Edward A. Ross (1866-1951), Robert Park (1864-1944) e Walter Lippmann (1889-1974) representam uma tradição intelectual nos Estados Unidos que estabeleceu um foco na crítica social enquanto contribuição positiva para o bem-estar da nação. Cada um deles, a seu modo, participou da centralização de questões relacionadas à comunicação social, tratando de questões de liberdade de expressão, participação no discurso público e o surgimento da opinião pública.

O foco do interesse consistia em avaliar o papel crucial da comunicação numa democracia, a habilidade dos indivíduos de participar efetivamente das discussões públicas e os perigos das restrições potenciais que ameaçavam o livre curso das idéias, especialmente o papel e a função da imprensa enquanto voz do povo. Seus artigos também refletem a luta entre os avanços da tecnologia e a prática da democracia numa sociedade em rápido processo de mudança, na qual a industrialização, a urbanização e a migração se constituíam em forças sociais motoras do desenvolvimento cultural, político e econômico, acompanhados por uma complexidade crescente da vida e do significado do conhecimento especializado. (*in* Marocco e Berger, 2006: 19)

Apesar de reconhecer o problema político na origem do debate, Hardt (*in* Marocco e Berger, 2006), ao fazer um balanço destas teorias, mantém o jornalismo no mesmo pé, sem superar as teorias exógenas. A questão da política faz parte do jornalismo e da comunicação, como o legado legitimador da medicina se incorpora na psicanálise, mas não a define mais, pois ela se livra de tal perspectiva teórica, ainda que, como prática profissional, continue na área médica. A comunicação, como um todo, tem uma relevância social que é, sobretudo, política, mas não se restringe a isso, nem se define como tal. Apesar disso, Hardt afirma:

Mais propriamente, a mídia desempenha um papel crucial no acompanhamento das lutas pelo poder no interior da sociedade, onde posições ideológicas são representadas e legitimadas pela criação e pelo fortalecimento de uma ativa e consistente cultura de mídia que controla as massas através de formas adequadas de informação e entretenimento. Desde então, a mídia tem desempenhado o papel de extensões indispensáveis do poder e dos meios técnicos de dominação do mundo. (*in* Marocco e Berger, 2006: 20)

O foco está evidente. A mídia desempenha, sobretudo, um papel político, no entender de Hardt. Este aspecto é principal para compreendê-la. O papel político desempenhado pela imprensa se incorpora no ideário da profissão de jornalista, mas não é o foco que permite entender a imprensa pela sua própria perspectiva. Como parte da história do jornalismo, esta

questão é relevante, mas está longe de ser definidora do jornalismo. Mesmo do ponto da história da profissão, o jornalista só se constitui como um profissional com identidade própria, não como um agregado à política ou um político que migrou para a imprensa, quando ele se livra deste viés. Seu papel político migra da ação doutrinária para os direitos da cidadania.

Contemporaneamente, no Brasil, contribui para isso o interesse de autores ou de campos do conhecimento relacionados com a política para a preservação desta visada como a mais usual. E a forma como as abordagens acadêmicas mais referenciais entendem a fundação do jornalismo brasileiro está permeada pelas condições teóricas contemporâneas. Isabel Lustosa, por exemplo, defende a importância do Correio pelo papel político que ele desempenhou. Em uma entrevista para o jornalismo Luiz Egypto, ela deixa claro esta posição:

Luiz Egypto: O então longevo Correio Brasileiro influenciou ou inspirou de algum modo os jornais que aqui surgiram?

Isabel Lustosa: O prestígio de Hipólito da Costa e de seu jornal era grande entre a gente esclarecida do Rio de Janeiro. No entanto, se a influência de suas idéias liberais pode ser sentida em todo o cenário político que se estava estabelecendo, os jornais mais radicais daquele momento não defendiam exatamente os mesmos projetos que Hipólito. Isto se devia ao fato de que por trás de quase toda a agitação política que se verificava no Brasil e em Portugal estava a Maçonaria, e esta era então dividida entre uma tendência francesa (mais republicana) e outra inglesa (mais monarquista constitucional). Hipólito e José Bonifácio se identificavam com esta última; Joaquim Gonçalves Ledo e João Soares Lisboa, com a primeira. A grande briga da imprensa durante os anos que estudo em meu livro se deu entre essas duas tendências. (Luiz Egypto entrevista Isabel Lustosa. Disponível em: <http://www.mombu.com/culture/brazil/t-o-nascimento-da-imprensa-brasileira-1004441.html>, consultado em 26 de dezembro de 2007)

A influência, se existia ou não, é política. O Correio é pensado como instrumento de propagação de idéias esclarecidas e defende uma posição liberal moderada, diferente da posição liberal radical republicana. Portanto, a influência sobre os jornais, como deixa claro Lustosa, é da mesma natureza que a influência que o Correio teria exercido sobre a elite leitora. Ele está inserido e totalmente assimilado pela discussão política. Esta perspectiva se repete no livro de Lustosa *O nascimento da imprensa*. Ela explica brevemente os motivos por que o Correio se assemelhava mais a um livro (2003: 14) e passa em seguida para a discussão do papel político tanto do Correio quanto da Gazeta. Sobre o primeiro, diz:

Boa parte do jornal era dedicada a comentar e criticar as autoridades portuguesas e os seus equívocos administrativos. Hipólito defendia a gradativa substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Achava que o meio certo para isso era a imigração de europeus pobres para o Brasil. Mas achava também que para este processo dar certo era preciso que o Brasil tivesse leis claras e eficazes, que o Estado reduzisse a sua interferência sobre as ações da sociedade. (2003: 17)

Sobre a Gazeta, repete o procedimento, mas não lhe dá atenção. Dedicava meia página para dizer que era um jornal oficial, anódino e com informações filtradas pela censura. Em seguida, passa a discutir os jornais independentes. Ao falar dos jornais O Amigo do Rei e da Nação e O Bem e a Ordem, de 1821, diz: “Esses dois jornais ainda não expressavam o sentimento dos liberais que, no Rio, começavam a se inquietar com os rumos que a revolução ia tomando em Portugal” (2003: 23). Assim vai, descrevendo e discutindo o papel político de cada jornal brasileiro relevante do período.

Tal foco na questão se explica pelo campo a partir do qual Lustosa analisa o nascimento da imprensa brasileira. Mestre e doutora pelo IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – na área de ciências políticas e sociologia, trabalhando com a história das mentalidades e a história das idéias, é natural que pense os jornais a partir da forma como eles representaram e construíram as idéias políticas de cada época. Não é sua prioridade lançar luzes sobre problemas das ciências da comunicação. A imprensa está aqui constituída, no pensamento de Lustosa, pelos conteúdos que propaga. Os jornais são agentes políticos relevantes e, como tal, tornam-se objeto de análise. E um objeto constituído teoricamente por outro campo que não o da comunicação, com foco em problemas que são secundários para o jornalismo, não pode naturalmente responder às questões deste campo.

A área de ciência política faz a apropriação mais conflituosa, por ser mais intensa, do campo das ciências da comunicação. Muitas vezes, inclusive, suas abordagens são consideradas como próprias do campo da comunicação pelos pesquisadores da área. A ciência política, ao se voltar para os jornais antigos, o faz com o objetivo de descrever a história política da qual eles participaram. Tal abordagem parece evidente, posto que os jornais se definiam como agentes políticos em boa parte da história da imprensa. No entanto, no momento em que os jornais atuam assim a própria imprensa está confundida com a política e não há uma atividade distinta do político e do homem de jornal. São, ambos, a mesma pessoa. O campo do periodismo está apenas em parte subsumido ao campo político, pois desde sempre no Brasil existem jornais que se recusam a agir como entes políticos e limitam-se à função informativa. Estes, porém, normalmente tem o papel minimizado pela leitura histórica feita pela ciência política. E evidentemente que, se avaliados pela contribuição política-institucional que deram ao país, são mesmo menores. Entretanto, continuar hoje a avaliá-los pelo papel político é negar que os jornais tenham tido qualquer outra especificidade senão esta. É pensar a política e negar a

especificidade da imprensa enquanto tal. Para o campo da imprensa, o interesse neste tipo de abordagem é secundário.

As abordagens de outros campos ou a abordagem das ciências políticas não são distorções. São apenas a maneira como era possível colocar o problema por cada campo ou mesmo a forma como o campo das ciências da comunicação conseguia colocar o problema.

Estas apreensões anacrônicas, oriundas de disputas políticas do presente, ou marcadas pelos interesses de outras áreas de conhecimento, são comuns na comunicação e afetam os estudos do jornalismo. Da mesma forma, a história da imprensa e do jornalismo carece de abordagens que a especifiquem. Por isso, a abordagem política tem sido a mais comum para narrar a história da imprensa e, principalmente, os períodos-chave da história política do país, o que inclui os anos em que a corte portuguesa ficou exilada no Brasil. A abordagem política é a mais usual, posto que os jornais eram pensados na época como agentes políticos. Nada parece mais evidente do que analisá-los politicamente. Sobretudo neste princípio da história do Brasil independente, enfocá-los como tal parece ser muito razoável. É o que faz a maioria das obras que tratam do tema, como *Jornal, história e técnica*, de Juarez Bahia (1990) e *Impressões do Brasil*, de Cláudio Mello e Souza (1986), além de uma infinidade de artigos que versam sobre o tema, apresentados em congressos e encontros científicos. A grande referência, nesta área é, porém, o trabalho mais vasto e anterior de Nelson Werneck Sodré: *História da imprensa no Brasil* (1983). O autor inicia sua periodiza o antes do começo da imprensa, descrevendo as tentativas anteriores a 1808 de instituir-la, os movimentos reprimidos e todas as a oes realizadas para inibir o periodismo e os livros no Brasil. Tais a oes são desenvolvidas por Portugal e estão em paralelo com a ausência de universidades no Brasil, visando impedir a forma o no país de uma elite intelectual. A história descrita por Werneck Sodré começa no século XVI, com a persegui o   imprensa ainda em Portugal. Antes de chegar a 1808, passa pelo século XVIII e pela persegui o aos livros e aos impressores. Tudo isso pretende delinear o ambiente e as condi oes políticas e materiais em que surgem e se desenvolvem os jornais no Brasil.

Historiador marxista, Werneck Sodré entende o desenvolvimento da imprensa como decorrência do desenvolvimento do capitalismo. Diz ele:

Por muitas razões, fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa   a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista (...) A liga o dialética   facilmente perceptível pela constata o da influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos. O traço consiste na tendência   unidade e   uniformidade. Em que pese tudo o que depende de barreiras nacionais, de barreiras ling sticas, de barreiras culturais – como a imprensa tem

sido governada, em suas operações, pelas regras gerais da ordem capitalista, particularmente nas suas técnicas de produção e de circulação – tudo conduz à uniformidade, pela universalização de valores éticos e culturais, como pela padronização do comportamento. (1983: 1-2)

Um sinal desta visão anacrônica de Werneck Sodré é a forma como ele descarta os jornais áulicos para fora da história da imprensa. Diz ele:

Considerar esta imprensa áulica (...) como brasileira, e mesmo como imprensa, parece exagero. Nenhum critério salvo o simplesmente cronológico fundamenta esta consideração de todo imerecida. A fase serve, entretanto, para caracterizar a adversidade de condições políticas para o estabelecimento da imprensa. Porque, na verdade, as condições materiais começavam a surgir. Eram insuficientes, tomadas isoladamente, para permitir o aparecimento do periodismo regular, mesmo em bases modestas, porque faltavam condições políticas. Quando estas surgiram, existindo as materiais, a imprensa teve função efetiva, desempenhou um papel. Claro que a função e o papel que lhe permitiam todas as condições, em conjunto, e com a influência proporcional a este conjunto de condições. Por aí se começa a verificar como o problema da imprensa é, na realidade, em última análise, político. (Sodré, 1983: 34)

Este texto é revelador da forma como se impõe uma leitura aos fatos. É possível não considerar a Gazeta do Rio de Janeiro e o Correio Braziliense como jornais brasileiros, até mesmo porque eram feitos e consumidos por portugueses e não manifestavam uma mentalidade brasileira, uma brasilidade. De toda sorte, tal brasilidade deve ser definida, com seus traços específicos, para apenas em seguida servir como régua para julgar o que era ou é brasileiro. Mas considerar imerecido que os áulicos façam parte da imprensa é desqualificá-los excessivamente pelo seu oficialismo. Não há razão para não incluir no rol de periódicos históricos do Brasil um jornal como a Gazeta, que existiu por 14 anos, com duas edições por semana, no início, e três por semana a partir de julho de 1821. Tal veículo, inclusive, se deixou de existir foi porque outros surgiram para suprir sua função social.

Mas Werneck atenta contra isso. O Brasil não tinha leitores suficientes, nem urbanização suficiente, nem desenvolvimento econômico suficiente para ter imprensa. Logo, se as condições não existem, na leitura do autor, os periódicos não poderiam existir. Se existem, contra tudo isso, devem ser desconsiderados. Quando se insurgem contra as condições materiais e insistem em existir contra toda probabilidade, não podem ser considerados, pois não existem condições políticas, como a liberdade de imprensa, a ausência de censura. Assim, não cumprem nenhum papel político e devem ser desconsiderados. Mas os jornais áulicos cumprem um papel político, apesar de não ser o papel que Sodré valoriza.

É típico das análises marxistas, mesmo aquelas que admitem dinâmica na relação entre a infra-estrutura e a superestrutura, reduzir a história de atividades específicas, como a

imprensa, à história do próprio capitalismo. No caso do início dos periódicos, o método de análise pode ser marxista, mas a conclusão não pode ser que a imprensa deriva do capitalismo, pela razão simples de que o capitalismo ainda não existe. A imprensa é anterior aos sistemas econômicos hegemônicos do século XX. Logo, não pode ser confundida com tais sistemas ainda que, como tudo, das condições materiais da vida aos códigos morais, seja naturalmente perpassada por eles (Genro Filho, 1989).

A consequência de um projeto historiográfico desta natureza é a diluição da especificidade da imprensa. No caso, Werneck Sodré conduz a uma análise que parte das condições materiais para chegar até o papel político desempenhado pela imprensa. Dito isto, é possível apontar três divergências fundamentais desta tese para com o trabalho de Werneck Sodré:

1) A imprensa não é tratada, nesta tese, como atividade derivada, mas como prática discursiva que se insere na cultura e nela marca seu ponto de vista axiológico como forma específica de narrar, de se inserir na semiose social e de produzir sentido. Forma que se altera com o passar do tempo, por fatores endógenos, internos à própria produção dos periódicos, e exógenos, que dizem respeito ao desenvolvimento social, cultural e material da sociedade;

2) Não há aqui uma visão normativa sobre a imprensa, que impõe a ela uma função oriunda da concepção do autor. Os vários periódicos que compõem a história da imprensa no Brasil são heterogêneos entre si, não desempenhando uma função homogênea. Devem ser avaliados pela função que desempenham, não pela insuficiência em relação à função que deveriam desempenhar, segundo os critérios de quem analisa. Tal abordagem impõe à imprensa objetivos que ela não pretendia cumprir e produz uma versão forte dos acontecimentos. Versão forte aqui diz respeito à produção de uma explicação que, deslindando a névoa que recobre a realidade, pretende expor uma verdade nua e crua, pelo método marxista. Por este caminho, tudo que não cabe na explicação é expurgado dos dados. Assim, se os periódicos não cumprem um papel político, não são imprensa ou são a deteriorização do papel da imprensa. Porém as publicações são heterogêneas entre si, cumprem várias funções e nem sempre desempenham um papel fundado na liberdade e no progresso social. Recusá-las para análise por causa disso é recusar-se a compreendê-las;

3) Consequência das duas anteriores, esta tese evita ter uma visão anacrônica. Não lança sobre os periódicos julgamentos fundados em concepções que os antecedem. São as próprias publicações, no Brasil, que devem mostrar, como objeto de análise, que função desempenha a imprensa.

Ao contrário de Sodré, considero periódico todas as publicações produzidas pelos prelos que versam sobre a atualidade e saem periodicamente. Tal definição é suficiente e faz o conceito de periodismo mais amplo que o de jornalismo, como o entendemos. Por isso, podemos dizer atualmente que nem tudo que atende aos requisitos de periódico é jornalismo, concebido como uma atividade profissional que surge em determinado momento e, baseado no conceito de informação, desenvolve uma ética própria, uma cultura, se associa ao ensino superior e constitui um campo novo de problemas teóricos (Kunczik, 1997. Traquina, 2004). Portanto, é necessário separar periódicos (toda e qualquer publicação que verse sobre temas atuais e que seja editada periodicamente), jornais (publicações que saem periodicamente, contendo em suas páginas uma infinidade de gêneros textuais, entre eles os jornalísticos) e jornalismo (atividade profissional com todos as suas condicionantes que produz material jornalístico).

Assim, no início, no Brasil não havia jornalismo, nem jornais, mas havia imprensa e periodismo. E serão estas atividades que, posteriormente, engendrarão os jornais e o jornalismo. Por estes critérios, muito usuais, que definem o que é imprensa periódica, apenas um julgamento axiológico pode excluir as publicações oficiais da história da imprensa no Brasil.

Os periódicos que Werneck Sodré inclui entre os áulicos são todos os que surgem por ação ou sob licença do poder público, no momento monárquico. Entre eles estão a Gazeta do Rio de Janeiro, A Idade d'Ouro do Brasil (Bahia), O Patriota (Rio de Janeiro), além de vários outros redigidos em Londres e que visavam polemizar com o Correio Braziliense, tais como O Investigador Portuguez e Reflexões Sobre o Correio Braziliense. Werneck Sodré trata estes periódicos como “fase proto-histórica da imprensa brasileira” (1983: 29), um sinal de que a monarquia estava em declínio, pois tinha que usar da imprensa para se defender.

Evidente está que a atuação política para o autor só poderia ser contra a monarquia. Se assim não fosse, não era imprensa. Assim ele descreve a Gazeta do Rio de Janeiro: “Era um pobre papel impresso, preocupado quase tão-somente com o que se passava na Europa (...) Dirigia este arremedo de jornal o frei Tibúrcio José da Rocha (...) Por meio dele só se informava ao público, com toda fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias natalícios, odes e panegíricos da família reinante. Não se manchavam estas páginas com as efervescências da democracia, nem com toda exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, deveria ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca tinha se expressado um só queixume” (Sodré, 1983: 19-20).

“Arremedo de jornal”, para o autor a Gazeta não é nem imprensa. É uma leitura, no todo, enviesada. Demonstrarei isso à frente, mas para questionar ainda parcialmente tal visão basta lembrar que a Gazeta desempenhava funções orgânicas, mediando seus leitores. A comunidade urbana do Rio não apenas anunciava bens, como casas, e comunicava a fuga de escravos, mas também informava a praça e realizava atos legais performativos⁶, como a destituição de um procurador, o que se assemelha aos avisos de abandono de emprego hoje, por exemplo. Tudo indica que, enfadonha ou não, a Gazeta, até por ser o único periódico produzido e publicado no Rio, tinha uma demanda social e era utilizada pela comunidade de leitores. Segundo Marcello de Ipanema e Cybelle de Ipanema, a Gazeta foi um “jornal de caráter informativo de grande aceitação na época” (2005: 13).

É falso também que a Gazeta nunca noticiou acontecimentos relativos à democracia. O fluxo de informações seguia o fluxo comercial. As cartas e periódicos que alimentavam a publicação chegavam nos mesmos barcos que traziam produtos, oriundos da Europa. Logo, a informação que chegava era naturalmente escassa e sujeita a censura. Além disso, a Gazeta era um jornal para muitos portugueses e poucos brasileiros, pois a colônia, como é sabido (Fausto, 2004. Malerba, 2000. Sodré, 1983), era atrasada culturalmente, resultado de uma ação pensada da Coroa. E tais portugueses, residentes no Brasil, eram da trupe que veio para o Rio com dom João VI. Logo, se as informações eram controladas e versavam quase sempre sobre a Europa, no início, isso não impede que, quando as rotas comerciais aproximam o Brasil dos Estados Unidos da América, notícias sobre a república americana sejam publicadas, inclusive pronunciamentos do presidente. A Gazeta, neste ambiente limitado, cumpre um papel. Isso explica sua longevidade e o fato de, em 1821, ela ter passado a sair mais amiúde. Em 1822, ela deixa de existir, depois de ter defendido moderadamente a independência (posição de Dom Pedro I), pois perde sua função social parcialmente e é substituída por outros periódicos.

Portanto, não é de “quando em quando” que são publicados atos d’ofício, mas, a partir de certo momento, sempre que o governo realiza um ato legal. As notícias sobre a Europa tratam de acontecimentos diversos, começando pela cobertura da guerra empreendida por Napoleão e que motivou a fuga da família real de Portugal. E ela não fala do Brasil, pois é apenas uma compiladora de notícias que chegam já escritas. Além disso, o foco dos leitores lusos está na Europa. A tradição dos compiladores será longa, aliás, no Brasil. A Gazeta, como quase todos os jornais da época, faz poucos relatos exclusivos. As poucas vezes que dá

⁶ Segundo a pragmática, atos de fala performativos são aqueles que realizam a ação que descrevem. O exemplo mais usual é o verbo prometer, pois o enunciador promete no exato momento em que profere as palavras.

uma notícia exclusiva é quando cobre as ações de dom João ou do governo. Isso é, porém, insuficiente para reduzir o periódico somente à cobertura das ações do príncipe.

Este é um exemplo de como posições políticas do presente são capazes de enviesar a leitura do passado. A Gazeta é monarquista. Isso traz implicações, mas não a diminui a ponto de praticamente anulá-la. Além do mais, entender o jornalismo no Brasil implica não deixar de lado sua origem oficial e seu tom oficialesco. Se julgarmos o passado a partir de um ponto de vista normativo sobre o jornalismo, sobre como ele deveria ser, o resultado não pode ser satisfatório quando empreendemos um trabalho descritivo. A paixão pelos jornais polêmicos livres, tomados como o melhor da história da imprensa, não pode ser a régua para analisar os jornais atrelados ao poder, tão comuns na nossa história.

Este trabalho de reescrita da história da imprensa no Brasil por uma perspectiva específica do campo de comunicação tem sido empreendido por diversos autores. Ana Paula Goulart, com *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50* (2006), e Marialva Barbosa, com *História cultural da imprensa* (2007), são dois exemplos disso. Autoras vinculadas institucionalmente aos cursos de comunicação, carregam nitidamente a preocupação em construir uma perspectiva, ainda pouco clara, de abordagem específica ao campo de onde falam. Ribeiro explicita esta preocupação no elogio que faz a Barbosa, em resenha da Revista da Intercom. Depois de ressaltar a qualidade do texto, diz:

Os méritos do livro de Marialva Barbosa, no entanto, não estão apenas no estilo envolvente de sua escrita, mas também – e, sobretudo, – nas contribuições que a autora dá à construção de uma teoria da história da imprensa, assim como de uma metodologia de pesquisa dos meios de comunicação. A autora concebe a comunicação como um sistema que se realiza num circuito no qual os produtores das mensagens têm tanta importância quanto aqueles que, de maneira plural, se apropriam dessas mensagens, construindo novas significações. Por isso, cabe ao pesquisador considerar tanto a dimensão da produção quanto da recepção, assim como procurar ver o processo comunicativo em suas relações com extensões sociais mais amplas: a econômica, a política e a cultural. (2008: 227)

Ao colocar o processo de produção de comunicação, envolvendo os sistemas de produção e de recepção, o livro busca ir ao coração do campo, construir uma perspectiva endógena, historiar a imprensa, enfim, e não se servir dela para responder a problemas de outros campos.

Mas é o livro *História do jornalismo no Brasil*, de Richard Romancini e Cláudia Lago (2007), que empreende a releitura de maior escopo da história da imprensa. A obra abrange uma larga periodização. Começa pelos primórdios da imprensa, tomado como contexto para entender o atraso no surgimento dos periódicos no Brasil e a importância do ano de 1808,

quando a periodização começa de fato, indo até 2002, com a vitória de Lula nas eleições presidenciais. No entanto, em menos que 280 páginas, o livro faz um passeio panorâmico sem aprofundar demasiadamente em nenhum momento específico antecedente a 1964. Em comparação com o clássico *História da imprensa no Brasil*, de Werneck Sodré, em termos de periodização, concentra seu foco nos 38 anos que separam o golpe militar no Brasil e a primeira eleição de Lula para a presidência da República. Os outros 156 anos de imprensa, até 1964, são narrados em 118 páginas, menos da metade do livro. Assim, o livro é complementar à obra de Werneck Sodré, mas tem distinções. O papel político da imprensa está atenuado, mas continua extremamente relevante, inclusive no período mais contemporâneo. Construído com base em leitura de fonte secundárias, sobretudo, o livro não entra a fundo na análise dos jornais em si e da sua especificidade. Romancini e Lago assumem, desta forma, as concepções historiográficas dos autores que citam, seja a perspectiva funcionalista de Marques de Melo, em certos momentos, seja o foco na importância política atribuída por outros autores para narrar a Gazeta do Rio de Janeiro e o Correio Brasileiro.

É comum entre os pesquisadores, a convicção de que a *Gazeta do Rio de Janeiro* tem menor importância, do ponto de vista da formação da opinião pública – e conseqüentemente no que é próprio da atividade jornalística – do que o mensário *Correio Brasileiro ou Armazém Literário* editado por Hipólito José da Costa, desde junho de 1808, em Londres, cidade na qual era impresso sem submeter-se à censura. (Romancini e Lago, 2007: 25)

A leitura está assentada nas obras de referência utilizadas. O livro não se propõe, nem poderia dado seu escopo, a mergulhar numa releitura dos periódicos. Assim, repete a postura dos pesquisadores que não são normalmente da área. Mas os autores assumem a tese de que a função própria da imprensa é a formação da opinião pública. Isto se reflete nas leituras posteriores, da imprensa pós-1964. Assim, o livro contribui de forma inequívoca para o conhecimento na área, mas não realiza nenhum esforço mais consistente de revisão metodológica sobre a maneira de narrar a história da imprensa, do periodismo e do jornalismo.

A tarefa a que esta tese se propõe continua pela frente, ainda que haja contribuições relevantes para tanto: a história da imprensa no Brasil precisa ser reescrita de uma perspectiva própria das ciências da comunicação e da teoria do jornalismo. Eis a tarefa, para a qual este trabalho apenas indica caminhos.

1.2 SABER FAZER; SABER PENSAR

Em áreas de conhecimento que se confundem com profissões (o jornalismo como prática social e o jornalismo como objeto de estudo, por exemplo), o desenvolvimento profissional sustenta a legitimidade acadêmica dos estudos na área, formula as primeiras questões e, não raro, também impede avanços teóricos por hostilizar o trabalho acadêmico ou por ter cristalizado explicações que legitimam e explicam, ainda que precariamente, as práticas profissionais. É o caso da teoria do espelho, amplamente superada na academia, mas que prevalece na categoria profissional.

Estas relações entre campo profissional e campo acadêmico são estreitas no Brasil, segundo José Marques de Melo. Em 1983, na sua tese de livre-docência, ele já mapeava o pensamento sobre jornalismo no Brasil sem apartar mercado de academia e dizia que suas observações constituíam:

Um ponto de partida para que os pesquisadores das novas gerações possam aprofundar a análise e perceber com maior nitidez esta característica singular da pesquisa sobre o jornalismo no Brasil: a de ser determinada pela conjuntura ao mesmo tempo em que a afeta e participa de sua configuração. (2006: 34)

A pesquisa sobre o jornalismo no Brasil, segundo Marques de Melo, passa necessariamente pela constituição dos cursos de graduação, a partir da década de 1950, descrevendo quatro correntes de pensamento distintas. A primeira seria a ético-social, marcada pela presença de diversos professores oriundos dos cursos de direito, que migraram para o jornalismo, e que centravam suas preocupações em aspectos legais e éticos. A segunda corrente, na qual se centra com maior afinco esta tese, é a técnico-editorial, que surge quando migram para os cursos profissionais de redação, preocupados sobretudo com a formação profissionalizante. É a geração de manualistas. A terceira corrente seria a político-ideológica, nascida como uma reação ao crescimento da indústria cultural no Brasil sob as asas de um Estado autoritário, e que tem início nos primeiros programas de pós-graduação, quando surgem as primeiras teses com viés fortemente frankfurtiano. Estes trabalhos contribuem para que o foco da pesquisa na área seja nos meios e não nas profissões e apartam o exercício da profissão da academia - mercado de trabalho e universidade se hostilizam, como estranhos. A quarta corrente é, na interpretação desta tese, a retomada da segunda, mas com o viés crítico legado pela terceira. Tenta reaproximar-se das práticas profissionais, até como forma de encontrar uma abordagem específica do jornalismo. Diz Marques de Melo:

Delineia-se, portanto, um momento novo nas reflexões sobre o jornalismo, que assume um caráter crítico-profissional. Já não se evita, dentro da universidade, identificar no jornalismo sua real natureza, que é a de uma profissão dotada de grande significado social e de grande influência política. Estudar esta profissão, entendê-la, sistematizá-la, contribuir para que assuma um ritmo dinâmico, atualizando-se continuamente, é a meta que colocam de modo prioritário inúmeros integrantes da comunidade acadêmica. Com isso, abandonam conscientemente aquela postura subalterna de tentar focar o jornalismo sempre a partir dos parâmetros de outras ciências ou disciplinas que nem sempre lhe dizem respeito. (2006: 32)

Num esforço hoje amplamente reconhecido de superar tanto a fase técnico-editorial quanto a político-ideológica, Genro Filho (1987) formula uma crítica precisa à ausência de teorização sobre o jornalismo. Segundo ele, a atividade jornalística é rica, mas pouco explorada teoricamente. As práticas profissionais são tomadas como auto-explicativas, o que é uma contradição em termos. Todo conhecimento é necessariamente teórico, se tomarmos a noção de teoria como tudo aquilo explica ou sistematiza para um sujeito o mundo. Não há conhecimento exceto em e para sujeitos. Logo, conhecer é subjetivar o mundo. As práticas em si não podem ser subjetivadas, mas podem sim se converter em teoria.

O próprio Genro Filho, ao criticar os manuais, como o de Hohenberg (1981) e o de Bond (1959), demonstra como a recusa de se enxergar como teoria é falaciosa. Ensinar jornalismo na prática, como pretende Bond, por exemplo, é impossível, pois todo conhecimento é teórico. Os manuais teorizam e sistematizam uma prática que está consolidada no campo profissional, mas recusam os estudos teóricos mais distantes da profissão. Ao não se assumirem como teoria e tomarem os próprios valores como naturais, os manuais incidem no que Genro Filho (1987) chama de funcionalismo espontâneo, uma teorização que por se negar como tal é presa de valores correntes e, portanto, incide em conservadorismo teórico.

A crítica de Genro Filho pretende superar o momento que os manuais representam na história do pensamento teórico sobre jornalismo no Brasil, mas não pode escapar da dialética deste processo. Ao fazer o movimento que pretende enterrar o momento anterior, o autor se nutre do estatuto teórico alcançado pelo jornalismo em função da teorização ingênua de muitos manualistas. Ao sistematizarem as práticas profissionais, os manuais dão consistência teórica ao novo paradigma de jornalismo que surge no Brasil a partir dos anos 1950, com as reformas no Diário Carioca e no Jornal do Brasil (Abreu, 1995). Mesmo que sem discutir os próprios pressupostos, mesmo que funcionalistas e conservadores, mesmo que se neguem como tal, os manuais são um esforço de teorização, ainda que incipiente.

Com eles, Genro Filho partilha um traço comum: volta o olhar de seu esforço teórico para as práticas jornalísticas. Ou seja, tem com o campo profissional uma grande proximidade teórica e se sustenta na própria legitimidade da profissão. Materializa, assim, mais um episódio da relação entre campo profissional e campo acadêmico que marca o jornalismo e a teoria do jornalismo. Torna-se, neste movimento, um dos mais notáveis esforços da corrente crítico-profissional.

Mas se a relação entre campo profissional e campo acadêmico marca a pesquisa no Brasil sobre jornalismo, o trabalho de resgate do pensamento teórico de Beatriz Morocco e Christa Berger demonstra que os estudos sobre o jornalismo são muito antigos e permeados por interesses instigados, no mínimo, pelo trabalho na imprensa. Em *A era glacial do jornalismo – volume I* (2006), as autoras anunciam que os textos são originários, sobretudo, de autores com relações profissionais com o jornalismo ou, função correlata, professores da área. Apenas a vertente de críticos dos efeitos mantém uma posição totalmente afastada da prática profissional, que induz ao pensamento teórico. Dizem elas:

A coletânea de textos que começa a aparecer com o presente volume (...) reúne um conjunto de teorias elaboradas entre o final do século XIX e meados do século XX por intelectuais alemães e norte-americanos que de alguma maneira haviam compartilhado ora as práticas jornalísticas, como repórteres ou articulistas, ora o interesse pelo ensino do jornalismo no ambiente acadêmico, ora a crítica dos efeitos do jornalismo, ora a sociologia como um campo disciplinar em que se dava o estudo e o ensino do jornalismo. (Marocco e Berger, 2006: 9)

Logo, a relação entre profissão e academia não é exclusiva do Brasil.

Há explicações para isso. O jornalismo não surge na história como ciência, da mesma forma como acontece com diversas outras áreas como a física, a biologia, a sociologia, a antropologia e a história. Surge como um campo de atuação social, sem estatuto de profissão, como atividade menor, tributária e dependente de outras áreas, como a política. Como atividade subsumida a outra, não pode ser tomada como objeto de estudo exceto por outras áreas. Não há, na história do jornalismo, possibilidade de fundá-lo como objeto de estudo autônomo exceto quando a própria profissão está autonomizada. Mesmo neste momento, a condição está dada, mas não garante o surgimento do campo científico. É condição necessária, mas não suficiente. Esta relação de desenvolvimento do campo profissional e do campo acadêmico em paralelo é próprio de áreas em que a profissão não é, em si, produção de conhecimento científico, como as profissões do campo da comunicação, a contabilidade, o design gráfico e a própria literatura, por exemplo.

O profissional do jornalismo não é um cientista que tenta entender o jornalismo. É um jornalista. Esta distinção, aparentemente um truísmo, força a pensar a história das teorias do jornalismo levando em conta as relações entre os dois campos, posto que eles não se separam, na prática. O interesse pela compreensão do jornalismo leva tempo para deixar de ser minoritário e passar a compor a própria definição da profissão, mas existe desde a origem. São os profissionais, trazendo questões do campo profissional que farão as primeiras abordagens teóricas e abrirão a possibilidade de teorizações mais sofisticadas e menos ingênuas.

No entanto, estas abordagens refletem a própria condição dos pesquisadores que as formulam. Oriundos e ligados a outros campos, não são jornalistas em primeiro plano e tendem a formular os problemas de forma exógena, focando nos interesses do campo acadêmico ao qual se ligam. As “epistemes exógenas” (Marocco e Berger, 2006: 10) são oriundas da própria falta de especificidade da profissão, exercida por profissionais de outros campos que apenas incursionam pela imprensa, por razões diversas. Normalmente, será nesta incursão que vão se interessar pelo objeto.

Se o desenvolvimento do campo profissional é condição necessária para o desenvolvimento do campo acadêmico, ele também faz com que as abordagens teóricas na área demorem a acontecer, justamente porque as antecede. O jornalismo tarda a ser tomado como objeto privilegiado de estudos, pois o exercício da profissão se insinua antes. Por outro lado, mesmo quando se converte em objeto de estudo, o foco é externo, até pela imaturidade da área para definir o que seria um foco próprio de estudos do jornalismo.

Ambos (a vertente alemã e a vertente americana), entretanto, convergem na idéia de que a investigação da imprensa não deveria constituir uma nova “ciência” e sim constituir-se em uma área importante da sociologia.

Através desse olhar externo, o jornalismo foi descrito de maneira singular, crítica e, até a emergência de Otto Groth, sem o objetivo de estabelecer uma disciplina para o campo, ou, dito de outra forma, não havia da parte destes pensadores a pretensão de fixar os limites de um campo disciplinar, através de um conjunto de objetos, conceitos e escolhas teóricas. Havia sim uma possível intenção de tratar sistematicamente a influência do capitalismo sobre a imprensa e a opinião pública, e conservá-la como uma figura controlada de fora, livre das margens de um domínio e, ao mesmo tempo, bem recebida no seio de outros espaços acadêmicos e “discursos científicos”. (Marocco e Berger, 2006: 10)

Otto Groth será o primeiro a formular uma proposta de ciência não exógena para o jornalismo e, por isso, lhe cabe o papel de um dos principais precursores da teoria do jornalismo.

Otto Groth (1875-1965) irá criticar esse pensamento que “quis acomodar na sociologia toda a pesquisa do universo dos jornais (e revistas)” e com isso deixar para trás o limiar de epistemologização do jornalismo e atravessar o que se poderia considerar o limiar de cientificidade da constituição do pensamento jornalístico. Para ele, o jornalismo não deveria se converter em uma área importante da “sociografia” e, por sua complexidade, uma ciência do jornal dependeria, isso sim, das ciências gerais da sociedade (sociologia e estatística) e de mais outras quatro ciências consideradas “auxiliares”: as ciências da economia e do trânsito, a ciência política e o direito, as ciências das criações da cultura intelectual mais elevada, particularmente a ciência literária e as disciplinas filosófica e psicológica. (Marocco e Berger, 2006: 11)

É evidente que Groth coloca o jornalismo em primeiro plano. Não pretende formular metodologia própria, mas ao afirmar que o objeto demanda tratamento interdisciplinar, já aponta para sua autonomia ao menos como problema acadêmico, cuja complexidade impede sua incorporação a algum campo específico já constituído, notadamente a sociologia.

O pioneirismo de Groth não foi suficiente para a elaboração do jornalismo como objeto teórico específico e não como objeto de epistemes exógenas. Ainda que haja avanços notáveis no Brasil neste campo, a questão ainda é controversa. Nem mesmo a relação campo profissional e campo acadêmico está clara, e a academia por vezes repete o discurso político-ideológico e coloca o exercício profissional em pólo apostado ao seu, repetindo o movimento de distanciamento feito pelos profissionais no mercado. Evidente, como aponta Martino, que são campos distintos, com histórias distintas:

Desde logo dois sentidos se abrem frente ao historiador da comunicação: uma *história dos processos* (comunicação interpessoal, comunicação de massa, tecnologias, etnologia da comunicação...); ou uma *história do saber comunicacional* (história das teorias, da emergência do campo, do estabelecimento de uma disciplina acadêmica e suas instituições...). Mas estes dois eixos têm desdobramentos desiguais. Se a história dos processos comunicacionais parece se confundir com a emergência mesma do ser humano, perdendo-se portanto na noite dos primeiros tempos, a emergência do saber comunicacional, entretanto, depende diretamente da idéia que temos do saber em questão. (Martino, 2004: 10)

Se a mistura entre o plano empírico e o disciplinar é indesejável, a emergência conceitual do jornalismo como questão acadêmica tem relações estreitas com a solidificação da profissão. As relações entre o campo profissional e o campo científico são evidentes. Se a comunicação, como processo, remonta ao início da história, o momento em que surgem práticas sociais relacionadas com a comunicação de massa é bem posterior e marca a época em que pessoas passaram a viver disso, seja integralmente ou parcialmente.

O desenvolvimento em paralelo, ainda que desigual, do ensino, da profissão e da ciência é comum na formação de categorias profissionais específicas, que passam a exercer o controle de acesso à profissão, como aconteceu com médicos, advogados e engenheiros (Traquina, 2004. Kunczik, 1997). Concordando com Martino, estes campos devem ser historiados separadamente, mas antes do jornalismo se afirmar como profissão, é difícil formular problemas que sejam de interesse do campo específico. Ou seja, mesmo separados, estes campos se interpenetram e se influenciam mutuamente. E à medida que a crença de que o jornalismo é prática que se aprende nas redações é superada pela tese de que o jornalismo pode ser ensinado, a demanda de ensinar jornalismo força a ter que pensá-lo como prática profissional, de início, e como objeto teórico, por fim. Tal movimento se deve, sobretudo, àqueles que estão à frente da corrente técnico-editorial e produzem os primeiros manuais para se ensinar jornalismo. Se a confusão entre jornalismo e a teoria do jornalismo é prejudicial, estas atividades encontram-se de tal imbricadas que já não é possível separá-las. Diz Elias Machado:

Na verdade, para desfazermos a confusão, que permeia boa parte das discussões epistemológicas do campo da comunicação, devemos reconhecer que, como as demais práticas profissionais, dependendo da perspectiva, o jornalismo desempenha três funções diferenciadas: 1) de prática profissional; 2) de objeto científico e 3) de campo especializado de ensino. (2004: 2)

Esta condição é inerente ao jornalismo, onde as três áreas descritas se desenvolvem concomitantemente. A necessidade de criar cursos e ensinar jornalismo vai impor que o jornalismo seja estudado. Ao mesmo tempo, a consolidação do ensino superior ajuda a legitimar a profissão, que, por sua vez, legitima o jornalismo como objeto de estudo. Impossível separar as três dimensões. O processo histórico leva até o momento em que é possível defender o jornalismo como objeto específico.

A tarefa é ingrata e esbarra na interdisciplinaridade presente no campo da comunicação e, supostamente, no próprio objeto. Para Martino, diversas outras perspectivas vão se agregar ao campo da comunicação, que se escusa de formular uma perspectiva própria e se define como interdisciplinar sem discutir tal estatuto. Se o problema na origem está na forma como outras ciências se apropriam dos meios de comunicação, tal visão acaba por se constituir como um totem aceito e nunca debatido, que é usado como justificativa para a ausência de perspectiva específica. Vassallo Lopes (2004), por exemplo, advoga que fenômenos como a globalização impõem às outras ciências que se abram de seus feudos, pois os objetos já não podem ser apreendidos exceto de forma interdisciplinar. A comunicação estaria assim pronta para responder a estas demandas. Mas se o objeto se apresenta como

interdisciplinar, pela multiplicidade de injunções que pesam sobre ele, a comunicação não pode assumir o caráter multifacetado da experiência como justificativa para nunca avançar do objeto empírico para o objeto teórico.

De fato, qualquer campo pode aparecer como intrinsecamente interdisciplinar, já que, sem um sentido especializado – e portanto próprio a uma certa disciplina –, toda matéria de investigação se apresenta como uma injunção de diferentes segmentos da realidade. Qualquer objeto banal de nossa vida cotidiana pode ser apreendido de diversas maneiras. Uma cadeira, por exemplo, pode interessar o historiador, o desenhista industrial, o sociólogo das técnicas... Mesmo noções tão básicas como as de tempo e espaço, tão caras aos estudos da Física, são passíveis de serem apreendidas de outras perspectivas e de entrarem na linha de investigação de disciplinas como a psicologia ou a geografia, por exemplo. E nem por isso a história da Física envolve os avanços dessas outras disciplinas ou isto faz dela um saber interdisciplinar. A intersecção de saberes sobre o objeto empírico não é suficiente para constituir um saber como interdisciplinar, seja porque neste sentido todos os saberes seriam interdisciplinares, seja porque um saber não pode ser fundado em relação ao objeto empírico, mas sim em relação a seu objeto de estudo (Martino, 2004: 5).

Martino defende que o empírico funda um campo de estudos, que é múltiplo, mas que é a elaboração teórica do objeto que funda uma disciplina.

Enquanto a noção de campo se funda no objeto empírico, a noção de disciplina, ao contrário, diz respeito à perspectiva teórica que constrói um certo objeto. Então o *objeto empírico* está para a noção de campo assim como o objeto teoricamente construído, ou simplesmente *objeto de estudo*, está para a noção de disciplina. (Martino, 2004: 7)

A comunicação não elabora um ponto de vista específico. Faz um recorte empírico: define que faz parte do seu escopo tudo que diga respeito à comunicação social e suas conseqüências. Numa sociedade onde os meios de comunicação de massa são cada vez mais proeminentes, isto significa tomar todos os acontecimentos com significado social como seus. Torna-se assim ciência sem fronteiras; tudo e, portanto, nada. O equívoco parte da noção de que áreas de conhecimentos recortam empiricamente o mundo e se detêm diante de objetos de outras áreas, o que é falso, pois elas se definem por um olhar específico e aí sim avançam, com suas questões próprias, sobre objetos empíricos mais usuais em outras áreas.

Toda disciplina em ciências humanas e sociais gera um olhar sobre o mundo, e não apenas sobre um objeto; se cada uma acaba se concentrando em determinados pontos, é porque, de sua perspectiva, estes lhes parecem ser os pontos mais relevantes para a compreensão do Homem, este objeto genérico comum a todas elas: trata-se de sua contribuição para compreensão do universo humano. O que chamamos de “disciplinas” nada mais é do que a designação de uma dessas perspectivas fundamentais através das quais se tenta apreender a significação do homem, objeto cuja totalidade, assim como qualquer outro, é inacessível através do discurso (nenhum discurso pode abarcar e esgotar a realidade). É um erro ingênuo, e

nem por isso pouco disseminado, acreditar que a divisão disciplinar corresponde a uma repartição qualquer das “coisas” e do mundo. Desconsidera-se, assim, um importante papel da teoria, que não somente explica, mas constrói seu objeto. (Martino, 2004: 8)

Assim, o objeto da teoria do jornalismo não é o jornalismo, posto que tal objeto é multifacetado e passível de abordagens as mais diversas. Uma disciplina deve formular um ponto de vista específico sobre objetos empíricos, não se funda num recorte do mundo, que lhe garante um objeto só seu. Com a comunicação, isto é evidente: os objetos de estudos são passíveis de serem abordados pelas mais diferentes áreas. Machado advoga, porém, que o jornalismo não deve apenas se tornar um objeto de estudo acadêmico, mas um objeto com estatuto próprio:

Como objeto científico com status próprio, deveria ficar claro que o jornalismo possibilita a fundação de um campo de conhecimento especializado que tendo na prática jornalística um objeto legítimo necessita para a sua plena compreensão o desenvolvimento de metodologias próprias, adaptadas as suas demandas particulares. (Machado, 2004: 2)

A defesa de um campo de estudo focado nas práticas profissionais responde, claramente, às demandas de ensinar jornalismo e, por certo, encontra uma abordagem que especifica um objeto teórico como próprio do jornalismo, sobretudo se tais técnicas forem entendidas como o resultado de um processo social que levou o jornalismo a ser o que é, a significar para a sociedade como significa. Ou, para explicitar uma concepção teórica sobre jornalismo, como tais práticas materializam uma forma de conhecimento (Meditsch, 1992. Genro Filho, 1987). Responder questões próprias, de interesse jornalístico, é o que torna a formulação do problema endógena, para “estimular o desenvolvimento de metodologias adaptadas à compreensão do jornalismo como prática profissional, como objeto científico ou como campo especializado de ensino” (Machado, 2004: 5).

Teoria do jornalismo é, para Machado, a área com maior desenvolvimento acadêmico no campo das ciências da comunicação. Mas faltam áreas como “Metodologias de ensino em jornalismo; Metodologias de Pesquisa em Jornalismo; Teorias da Narrativa em Jornalismo e Pesquisa Aplicada em Jornalismo” (2004: 8).

Na mesma seara, Alfredo Vizeu foca seu trabalho na pesquisa do jornalismo, ponderando as práticas profissionais como componente fundamental, mas incorpora questões mais amplas. Diz ele:

A nossa preocupação ao longo do texto é discutir o jornalismo, em especial, a notícia como um campo relevante na construção do presente social. Partimos do princípio que a notícia é resultado da atividade diária dos jornalistas que a partir da cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares (as regras de redação), da língua e das regras do campo das linguagens, no trabalho da enunciação, produzem discursos. A operação sobre os vários discursos resulta em construções que, no jargão jornalístico, são chamadas de notícias.

O nosso objetivo é buscar pistas sobre como se dá esse processo. A hipótese que levantamos é que na prática diária os jornalistas constroem representações da economia, da política e da cultura que contribuem fortemente para a construção do mundo pela sociedade. Para procurarmos entender esse processo propomos algumas reflexões sobre as relações entre o jornalismo e representações sociais. Na caminhada procuramos estabelecer conexões entre a mídia, o campo do jornalismo, as práticas e a cultura profissional e as representações sociais. (2004: 2)

Vizeu aponta para uma perspectiva mais ampla, ao articular a maneira como as práticas profissionais constroem a notícia, relacionadas com a cultura profissional e como isso se reflete em linguagem, em uma forma de narrar o mundo, de dar a conhecê-lo aos leitores. Nisto, Vizeu relaciona as demandas do saber fazer ao saber pensar. O desenvolvimento de tais preocupações, em cujo o centro estão as práticas profissionais e a forma como elas descrevem o mundo, especificam o jornalismo e se concentram sobre a linguagem jornalística como aspecto central.

Não pode haver uma abordagem que pense a imprensa a partir do jornalismo antes que o jornalismo tenha se consolidado como prática profissional e sem que a teoria do jornalismo tenha acumulado conhecimentos e se especificado de forma a permitir a diferenciação dos problemas. Assim, a academia deve incorporar o desenvolvimento do campo profissional como condição para formular o problema de maneira adequada, mantendo aquilo que é central no jornalismo sob foco: a linguagem jornalística e a forma como o jornalismo produz significados sociais, como discurso com características próprias; os processos e a cultura do jornalismo; e o caráter moral da profissão, que impõe uma deontologia⁷ rígida e autônoma.

No caso específico do trabalho historiográfico, algumas peculiaridades se colocam de pronto. Os processos de produção e a cultura jornalística ou da imprensa (se localizarmos o jornalismo como prática bem posterior à imprensa, como esta tese sustenta) são acessíveis apenas por relatos secundários e, sobretudo, pelo que o próprio texto dos jornais deixa entrever, abrindo as portas do passado, como documentos de história que são. Logo, se é possível

⁷ Deontologia e ética são conceitos distintos. Ética é um ramo da filosofia que estuda, de forma consciente e racional, quais princípios devem regular a vida em sociedade. Deontologias são valores normativos específicos de cada profissão, relacionados com a cultura e as práticas de cada área e apenas compreensíveis neste contexto. A formação desta cultura profissional demanda a existência de espaços de discussão de tais normas, organização de classe e instrumentos de aplicação de sanções ao desvio.

trabalhar com os processos de construção da notícia hoje, é impossível, pelo mesmo método, resgatar os processos de produção dos periódicos. O texto coloca-se mais central, pois é tudo que resta para fazer história. Da mesma forma, os critérios de definição do que é notícia não são acessíveis, apenas podem ser inferidos pelo próprio texto.

A questão deontológica, como campo onde se discute, de forma prescritiva, como deve ser o jornalismo, a pertinência e aplicabilidade dos códigos de ética e sua história, também não se coloca. Primeiro, porque deontologia diz respeito a profissões consolidadas e nem sempre ao longo da história há uma deontologia tornada explícita ou que possa ser inferida. Há, por exemplo, no século XIX, algo bem mais genérico: valores morais e sociais que podem ser deduzidos, mas não deontologias. Logo, a discussão moral sobre princípios deontológicos não se coloca para o trabalho historiográfico, exceto como tarefa de descrever, a cada tempo, quais eram estes princípios e, em certos momentos, como tarefa de reconhecer que não existem princípios deontológicos vigentes, mas coerções morais de outra natureza.

Por fim, os efeitos sociais em si da imprensa são quase sempre inacessíveis para o trabalho historiográfico, sobretudo se levarmos em conta que, para o jornalismo, importa como o jornal se insere a cada tempo na vida em sociedade e o que ele significa para cada agrupamento humano em cada momento específico. Importa menos quais os efeitos de conteúdos específicos veiculados pela imprensa, como, por exemplo, discursos a favor da declaração de maioridade precoce de dom Pedro II.

Se os efeitos em si são inacessíveis, a forma como o jornal supõe ser seu papel social em cada sociedade - se o texto materializa uma relação dialógica, onde existe um enunciador e um enunciatário; se ali se constitui uma cena discursiva, onde um leitor suposto compõe os textos - não o é. Se o efeito é inacessível, a pretensão de efeito é dedutível.

Por tudo isso, o texto jornalístico é central no trabalho de descrição da história da imprensa e deve ser colocado no centro deste esforço. Ainda que se recorra a outros instrumentos de pesquisa, o jornal em si, composto de múltiplos gêneros, organizados um em relação ao outro e distribuídos espacialmente, dentro de um dispositivo midiático formal, deve estar no centro de uma história da imprensa. Uma história própria, como o desenvolvimento do campo acadêmico na área de jornalismo tem condições agora de formular, assumindo sua forte relação com o campo profissional.

Acessível para o historiador, o texto jornalístico ou o texto dos periódicos antes do momento histórico em que o jornalismo se desenvolve é a materialidade que se oferece para estudo. Dela é necessário deduzir as práticas que a engendraram, as formas como se

intencionou produzir sentido. Por este viés, é possível reescrever a história da imprensa com foco nos interesses específicos da área.

1.3 HISTÓRIA DO TEXTO

Segundo Mikhail Bakhtin (1992b), o texto é o terreno comum por onde se espriam as ciências humanas. Diz ele, em *O problema do texto*: “Onde não há texto, também não há objeto de estudo e de pensamento”. Na sua distinção, as ciências naturais produzem texto sobre a natureza e a matéria; as ciências humanas produzem texto sobre texto, pensamento sobre pensamento. Logo, o conhecimento é, necessariamente, intertextual e intersubjetivo. Nas ciências humanas, a relação sujeito/objeto não existe, pois onde existe um objeto nas ciências biológicas e exatas, há um outro sujeito nas ciências humanas. Mais que isso, o homem das ciências humanas difere do homem das ciências biológicas porque produz texto, manifesta sua subjetividade com a linguagem. Fora disso, é organismo biológico, fenômeno da natureza, não da cultura. Neste caso, Bakhtin toma a concepção de texto em sentido amplo, como conjunto de signos, verbais ou não verbais, dotados de singularidade. Na relação do pesquisador com o seu “objeto” surge então uma forma de conhecimento dialógica, pois entre os dois seres que produzem linguagem o conhecimento é diálogo. Bakhtin ilustra isso quando diz que as ciências naturais se debruçam sobre objetos mudos. Nas ciências humanas, o “objeto” fala. E isso não é pouco. Diana Luz Pessoa de Barros ilustra esta distinção:

Ao contrário do caminho empreendido pelos estudos lingüísticos, que tomaram a língua por objeto e começaram pela busca de unidades mínimas ou de unidades até a dimensão da frase, Bakhtin afirma que a especificidade das ciências humanas está no fato de que seu objeto é o texto (ou o discurso). Em outras palavras, as ciências humanas voltam-se para o homem, mas é o homem como produtor de textos que se apresenta aí. Duas são as principais decorrências dessa concepção. Em primeiro lugar, o homem não é conhecido através dos textos, mas se constrói enquanto objeto de estudos nos ou por meio de textos, o que distinguiria as ciências humanas das ciências exatas e biológicas que examinam o homem “fora do texto”. Em segundo lugar, se o texto é o objeto comum das ciências humanas, como diferenciá-las? Bakhtin separa assim o “objeto real” (na verdade, objeto construído das ciências humanas em geral) dos objetos da investigação científica e propõe, para cada ciência humana, um objeto específico, pois pontos de vista diferentes sobre o texto constroem textos e, portanto, objetos também diferentes. (*in* Faraco, 2001: 23)

Cada uma das ciências humanas – história, literatura, antropologia, sociologia, psicologia –, têm na realidade dos fenômenos de linguagem sua matéria, ainda que utilizem

métodos e conceitos distintos. Esta pluralidade de procedimentos e de abordagens cria objetos distintos e áreas de conhecimento igualmente distintas.

Por conta desta peculiaridade, cada área de conhecimento tem se aproximado do seu objeto com perspectivas diversas para interpretar textos, ainda que não formulem, explicitamente, teorias do discurso. A falta de preocupação com a questão leva algumas áreas a adotarem concepções simplistas de linguagem. O problema não parece evidente. A concepção de linguagem fica na cômoda noção de código que transporta conteúdos e reflete a realidade.

Na história, as abordagens dedicam graus distintos de preocupação com o tema. Esta preocupação é estimulada por uma evidência prática: os historiadores mantêm uma relação próxima de documentos escritos, sejam jornais, relatórios, documentos da igreja, livros ou ações jurídicas. Assim, a relação da história com textos é mais clara do que, por exemplo, a da antropologia.

No entanto, não se tratam apenas de textos, no sentido comum da palavra, mas de enunciados, de discurso. Portanto, linguagem que, em determinada data, serviu para mediar pessoas e, no caso do processo de construção historiográfica, está mediando o historiador e seus sujeitos. Se os textos com os quais trabalham os historiadores podem ser tomados como discurso, isto abre outras perspectivas. Os gêneros do discurso de Bakhtin apontam para a regularidade de enunciados, mas também na sua possibilidade de transformação histórica. Os gêneros não são perpétuos. Isto permite vislumbrar não só um método historiográfico que conceitue, de maneira consciente, os textos com os quais trabalha, mas também uma história destas formas discursivas: os gêneros.

Os textos publicados na imprensa, pela propriedade de serem veiculados no mesmo material que lhe serve de suporte, o papel, são fáceis de arquivar e acessíveis para consulta. Por isso, é uma das fontes mais óbvias para as ciências humanas, em especial para a história. Além disso, tem a característica de ser interativo (a capacidade de se navegar pela página do jornal conforme o interesse do leitor). Sobre ele, se debruçam pesquisadores voltados para problemas os mais diversos – como a história política do Brasil, a poesia marginal, a arquitetura, a história da TV no Paraná –, pretendendo ver, através do texto, formas de sociabilidade, mentalidades, estruturas de poder ou outros aspectos da sociedade onde ele é gerado.

Mas é possível abordar o texto como portador de uma história de si mesmo. Em outras palavras, o texto como testemunha da própria história do texto. Este tipo de trabalho é usual em outras áreas, como a literatura, onde são produzidas, por exemplo, histórias do romance.

Normalmente, visam explicar o autor ou a própria obra e, não raros, fazem referência ao ambiente sócio-histórico.

É possível também pensar na história do gênero discursivo, do conjunto mais ou menos estável de enunciados produzidos dentro de esferas de produção específicas. Os gêneros periodísticos, em si, possuem uma singularidade que permite pensar uma história do texto separada, embora relacionada com a história social. Ou seja, o texto não é mera decorrência do ambiente cultural, político, econômico e social onde está inserido. Ele dialoga com todos estes fatores, mas guarda para si características que permitem distingui-lo de tudo isso. Ele não se dilui na cultura ou nas condições sócio-econômicas. Por isso, é possível, tomando como fatores condicionantes a cultura, a economia, a política e a sociedade, descrever uma história do texto. Esta posição significa dispensar o marxismo mecanicista que toma as condições infra-estruturais como suficientes, e a superestrutura, a cultura aí incluída, como decorrência dedutível da primeira. O mecanicismo marxista invalidaria a pertinência de uma história do texto.

O texto se situa numa sociedade específica, numa teia de relações sociais, das quais é produto e exemplo. Paul Ricoeur aponta para o mesmo caminho de maneira diversa e olhando especificamente para o texto. Segundo ele, é possível entender textos como representantes de um mundo do qual brotam. Se são produtos de relações sociais e discursivas específicas, por outro lado descortinam estas mesmas relações. Ao mesmo tempo, o exercício de compreender o passado permite constituir uma poderosa crítica do presente. Gardiner explica o ponto de vista de Ricoeur da seguinte forma:

The text opens up an imaginative dimension which may contradict 'given' reality, it holds up the possibility of a critique of the real: 'A hermeneutics of the power-to-ser thus turns itself towards a critique of ideology, of which it constitutes the most fundamental possibility' (Ricoeur, 1981: 94). Moreover, he argues, if it is correct to assert that the task of hermeneutics is not to discover a hidden meaning behind the text, but rather to unfold a world in front of it, then one does not appropriate the 'intentions' of the author but the meaning of the text itself. (1992: 129)

Enfim, entender o texto implica entender o mundo onde ele é gerado. Desdobrar o mundo diante do texto; desdobrar o texto diante do mundo.

Porém, o processo que constitui o texto como um problema teórico e permite uma releitura específica da história da imprensa é lento ao longo da história do Brasil. Neste longo caminho, saber fazer e saber pensar estarão dialeticamente relacionados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O TEXTO JORNALÍSTICO COMO UM PROBLEMA

O texto jornalístico tem sido um problema recorrente para mim, desde muito cedo. Na graduação em jornalismo, nas primeiras aulas de prática textual, já me descobri um redator com poucas qualificações. Ainda não estava às voltas com o modo de escrever jornalístico, mas escrever bem, além de uma vaidade pessoal, era condição para ser um bom profissional. Apenas escritores têm uma relação com a escrita que pode ser considerada mais umbilical que a dos jornalistas. Literatura e jornalismo encontram-se, neste ponto, em condição de quase igualdade. Historicamente, surgem, no entender de Walter Benjamin (1994) em *O Narrador*, do mesmo processo histórico que culmina com o fim das narrativas. O texto é definidor na literatura do tipo de competência que deve ter o escritor e é o objeto preferencial da teoria literária. O mesmo não acontece no jornalismo. Intuitivamente, minhas aflições com o texto me levavam para o coração da profissão e, por este caminho, para um dos aspectos centrais na construção de uma abordagem teórica específica sobre o jornalismo.

Escrever mal, para um profissional do texto, de um tipo específico de texto, seria o naufrágio de uma carreira. Daí o tamanho do meu problema. Problema prático, é verdade: a necessidade de escrever bem. Ainda era algo substancialmente distinto de um problema acadêmico, no que ele se converteu anos depois. O caminho que leva de uma coisa a outra pode parecer, dito assim, evidente. Uma armadilha semântica aponta para isto. A palavra “problema” recobre tanto o significado mais usual de problema prático, dificuldade a ser superada, quanto o de problema acadêmico, colocação dos termos a partir dos quais se pretende avançar em determinada área, respondendo a uma indagação relevante para o conhecimento. Em certo sentido, ambos são problemas, ambos apresentam uma situação que deve ser superada por outra. E, necessariamente, implicam uma ação para superar tal estágio. Guardam, portanto, similaridades, mas também diferenças.

Meu problema prático de vida tinha surgido diante dos meus olhos como evidência irrefutável. Eu o via, claramente, e sabia como superá-lo, ainda que não soubesse se o superaria um dia como não sei se superei. O caminho passava tanto por tentativa e erro, convertendo as soluções adequadas em aprendizagem, quanto pelo conhecimento acumulado e transmitido, aplicado para novas tentativas com possibilidades menores de erros. Era o

caminho, como aponta Karl Popper (2001) em *A vida é aprendizagem*, do conhecimento de senso comum, o *commom sense*, cuja melhor tradução para o português talvez seja “bom senso”. Popper afirma haver uma linha entre o bom senso ou senso comum e a ciência. O conhecimento científico seria uma continuação do conhecimento de senso comum. Diz ele: “A ciência surgiu do conhecimento pré-científico; é uma continuação bastante notável do conhecimento de senso comum, que por sua vez pode ser considerado uma continuação do conhecimento animal” (2001: 20). Mas mesmo para um neopositivista, um problema da vida comum, como o meu, se distingue de um problema científico, até nas ciências naturais, muito mais propensas ao experimentalismo. Os problemas da vida comum emergem diretamente da percepção. Eles se impõem aos olhos, como foi meu caso, abalando inexoravelmente a minha auto-imagem com uma evidência irrefutável. Problemas científicos podem surgir de percepções, mas neste estágio ainda não são problemas científicos. Para tanto, devem ser elaborados enquanto tal. Neste ponto, Popper afirma uma dessemelhança na linha que leva de um problema a outro.

A velha teoria da ciência ensinava, e ainda ensina, que o ponto de partida da ciência é a nossa percepção dos sentidos ou a nossa observação sensorial. Isso parece, à primeira vista, bastante razoável e convincente, mas está basicamente errado. Pode-se facilmente demonstrar-se isso com a tese: sem um problema não há observação. Se eu vos pedisse “Por favor, observem!”, então a correção linguística exigiria que me respondesse perguntando-me “Sim, mas o quê? O que devemos observar? Por outras palavras, pedem-me que vos coloque um problema, que possa ser resolvido através de vossa observação; e se eu não vos der um problema, mas apenas um objeto, já é alguma coisa, mas não é de forma alguma suficiente. Por exemplo, se eu vos disser “Por favor, olhem para vosso relógio”, continuarão a não saber o que realmente pretendo que seja observado. Mas já é diferente assim que vos colocar o problema mais banal. Talvez o problema não vos interesse, mas pelo menos saberão o que se pretende que descubram através da percepção ou observação. (2001: 20)

Assim, Popper defende que o ponto de partida da ciência não são as observações ou percepções dos sentidos, mas problemas específicos, formulação de questões que sejam correlatas aos interesses do campo que as formulam. Por esta razão, o questionamento científico ainda estava distante da minha dificuldade com a escrita. Tinha um problema, mas não tinha formulado um problema. O senso comum tem um problema prático que precisa resolver. Muitas vezes, a ciência parte de problemas práticos para construir problemas teóricos, que serão submetidos a uma experimentação controlada ou resolvidos com pesquisas de campo ou com a análise de dados.

É perfeitamente aceitável que boa parte dos problemas que a ciência se propõe partam de demandas práticas, da necessidade de conhecer para aprimorar a ação de profissionais ou

de operários de áreas específicas. O componente instrumental, como bem ensinam Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985), sempre esteve presente no projeto da razão. A instrumentalização do conhecimento não é estranha à ciência e motiva boa parte da necessidade humana de conhecer, mas também não se confunde com a razão como um todo. Há projetos diversos, que partem da mera necessidade de conhecer, do propósito de livrar a humanidade do jugo da ignorância, de emancipar o ser humano. Assim, a modernidade legitimou, discursivamente, a ciência como prática voltada para o interesse universal, não a interesses particulares. O debate está posto ainda hoje, sobretudo na área de bioética.

De qualquer forma, a razão instrumental é inseparável da razão emancipatória (Freitag, 1994). O risco de aplicação de ciência como instrumento de dominação da natureza e dos seres humanos, como indistintos no seu estatuto epistemológico, é evidente e não pode ser diminuído. De qualquer forma, os problemas da ciência nem sempre visam fundar uma prática social e nisso se distinguem, também, da resolução de problemas práticos.

Na área de comunicação, o dilema entre conhecimento emancipatório e conhecimento instrumental desde sempre esteve presente. Os meios de comunicação e as profissões da área oscilam entre o projeto autonomista da sociedade e o projeto de dominação de grupos sobre outros grupos. Como poucas, a história dos estudos na área de comunicação se constitui da forma como Popper descreve, partindo de problemas práticos, cotidianos, e buscando superar este estágio inicial, com enormes dificuldades.

Diz Martino, apontando os motivos que levaram os estudos em comunicação a serem tão rapidamente aceitos como área acadêmica:

Três fatores estiveram disponíveis e geralmente presentes na argumentação daqueles que discutem a fundação do campo comunicacional: a abundância dos processos comunicacionais; a incontestável importância de seu estudo; a urgência de seus propósitos. Estes fatores tiveram um papel decisivo para sua rápida aceitação e institucionalização, malgrado o precário estado de sua fundamentação teórica. (2004: 12)

O campo surge respondendo a demandas práticas, para entender e conjurar seus poderes ou como instrumento de gestão das multidões (Mattellart, 1999). Seja pela perspectiva instrumental ou pelo projeto autonomista, a comunicação responde, de início, a problemas práticos, relacionados sobretudo à sociedade e à democracia. Citando, novamente, Martino:

O desenvolvimento desse saber se deu pela pressão da opinião pública, de políticos, de dirigentes, de comerciantes e mesmo por interesses individuais (por exemplo,

pais de famílias preocupados com o real impacto dos media sobre a educação e a saúde de suas crianças, ou do cidadão com o efeito da propaganda política ou comercial). A urgência em obter respostas a esses problemas levaram a uma certa indulgência em relação ao estado de fundamentação do saber emergente. (2004: 13)

Se problemas práticos como a mensuração dos efeitos sociais dos meios podem engendrar o nascimento de um campo, não podem porém ir muito além de uma formulação teoricamente precária. O conhecimento acumulado deverá ser capaz de redefinir seu próprio estatuto, colocar-se em outro nível, reelaborar seus problemas, desvinculando-se das demandas cotidianas. Se não fizer isso, estará eternamente na infância do conhecimento. Ao se reelaborar, terá mais chances de produzir bons resultados e chegar a uma teoria acadêmica. A própria pesquisa poderá impor um novo problema, que não poderia surgir mais do senso comum nem da percepção, pois não seria percebido ou seria percebido equivocadamente pelo senso comum.

Popper (2001) defende este ponto de vista. Segundo ele, a ciência passa por quatro fases:

1. o antigo problema
2. formação de tentativas de teoria;
3. () tentativas de eliminação através de discussão crítica, incluindo testes experimentais;
4. os novos problemas, que surgem da discussão crítica e das novas teorias. (2001: 30)

As ciências humanas diferem, em diversos aspectos, do quadro desenhado por Popper. Primeiro, por que são raros os estudos que permitem o teste experimental dos resultados. Talvez apenas pesquisas de opinião qualitativas com grupos se aproximem disso. Segundo, por que os resultados não podem ser medidos de forma tão matemática quanto na física, por exemplo, ainda que haja uma tendência matematizante muito forte, mesmo nas ciências humanas (Sábato, 1993).

Tal qual a linha descrita por Popper, o texto jornalístico foi um problema para mim desde o conhecimento pré-científico até minha dissertação de mestrado e a presente tese. Não mudou só a forma de vê-lo, mas também de concebê-lo como objeto de estudo. O caminho que percorri se repete, de certa forma, nas investidas ao longo da história sobre o texto jornalístico, sejam elas acadêmicas ou não. Começa por uma fase em que o problema se coloca, como foi para mim o problema da escrita no segundo grau, como problema genérico (escrever bem), passa pela discussão específica do texto enquanto competência profissional dos jornalistas e chega a abordagens acadêmicas, como esta tese pretende ser. O campo, intuitivamente, coloca o texto no centro da profissão e no centro da teoria do jornalismo,

ainda que, muitas vezes, seu papel esteja mitigado, secundado por outros aspectos que lhes são, afinal, inerentes.

Meu esforço de compreensão teórica do texto jornalístico me levou a tentar historicizá-lo, a tentar reconstruir, da maneira como a literatura faz, a história dos gêneros jornalísticos, sobretudo dos gêneros informativos, como a notícia e a reportagem. De início, me pareceu evidente tal empreitada genealógica, para entender como um gênero tão importante para a maneira como a sociedade vê o mundo e como vê a si própria se constituiu historicamente. A projeto estava nitidamente colocado no campo da teoria literária, pois se inspirava na história dos gêneros literários, como o romance e o conto. De grande monta, o trabalho de reconstrução da história dos gêneros jornalísticos restou apenas como um projeto de história da imprensa, cujo interesse estava no século XIX, por ser o momento fundador do periodismo no Brasil. A passagem pelo doutorado em História me fez abandonar de vez o viés genealógico.

Às voltas com a história da imprensa no Brasil, tendo o texto como foco central, reduzi substancialmente minha periodização, ampliando o escopo do tratamento dos jornais. Precisava olhar o passado de frente para trás. Tentando explicar o presente, o texto surgia como algo que se desenvolve de forma contínua até chegar onde ele está. Não era, de fato, um projeto historiográfico. Entender o texto impunha entender seu entorno, endógeno e exógeno: o conjunto significativo que foram os jornais que pretendia analisar e a cultura de onde tais práticas brotavam e onde realizavam sentidos. Era preciso olhar condicionantes internos e externos da imprensa. Ou seja, olhar o jornal como matéria significativa, os processos de sua feitura, conforme fosse possível deduzir dos próprios jornais e de fontes secundárias, e olhar a sociedade, sobretudo como os jornais a indicavam, pela forma como era feito, não pelos conteúdos que veiculava. Assim, a existência de um jornal informativo como o *Jornal do Commercio*, a partir de 1827, era um indício de que havia uma demanda que aquele tipo de imprensa supria. O jornal é o mais longevo da história da imprensa no Brasil. Não poderia ser casual tal perenidade.

O pertencimento do jornal à cultura é sabiamente explorado por Robert Park (*in* Marocco e Berger, 2006), em *A história natural do jornal*. Diz ele:

O tipo de jornal que existe é o tipo que sobreviveu sob as condições da vida moderna. Os homens que fizeram o jornal moderno – James Gordon Bennett, Charles A. Dana, Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst – são os homens que descobriram que tipo de jornal os homens e mulheres leriam e tiveram a coragem de publicá-lo.

A história natural da imprensa é a história desta espécie sobrevivente. É uma narrativa das condições sob as quais o jornal existente cresceu e tomou forma. (in Marocco e Berger, 2006: 33)

A partir da sociologia, com foco nas cidades, Park formula o problema de forma extremamente original e centrada nos interesses do jornalismo. O jornal se desenvolve por uma lógica que lhe é muito própria e não apenas derivada de injunções econômicas e sociais. Solidário a este tipo de abordagem, fui obrigado a abandonar meu conceito inicial de texto, que deixava de ser estrito (a própria escrita), para ser amplo (tessituras de símbolos que fazem sentido para determinada sociedade). O texto deveria ser também uma espécie de sobrevivente, posto que inserido na dinâmica social, tomado como discurso, carregando em si a relação dialógica de onde brotou, não poderia existir exceto se cumprisse um papel social.

Se a perspectiva genealógica tinha sido sugerida por Bakhtin, em *Problemas da poética de Dostoiévski* (1997), o conceito ampliado de texto também vinha de Bakhtin, do artigo *O problema do texto*, publicado na coletânea do autor *Estética da criação verbal* (1992b).

Tal perspectiva histórica, com foco no texto em sentido amplo, buscando a maneira como o jornal fazia sentido em determinado momento e lugar, era inovadora, mas tanto a história como a análise do discurso eram teorias exógenas ao campo, e apesar de tal aplicação poder ser legítima, o problema deveria ser do campo da comunicação. Isso pode não significar muito, posto que apenas por tratar de jornalismo a tese poderia ser considerada pertinente. Mas a demanda não era oriunda apenas da necessidade institucional, pois a tese seria defendida num programa de comunicação, mas vinha do meu próprio desconforto com a diluição do campo em múltiplas influências, com a definição interdisciplinar da comunicação. Como jornalista cuja profissão julgo específica, com competências próprias, e como mestre em letras, tendo conhecido a fundo o legado de Ferdinand de Saussure (1995) para a especificação do objeto da lingüística, me era inescapável ir para o coração, para o núcleo duro da comunicação, e não para as bordas. Meu objeto e meu problema tinham que ser inquestionavelmente comunicacionais. Dentro da comunicação, tinham que estar vinculados à área da teoria do jornalismo e, de alguma forma, ajudar a construí-la.

Minha releitura da história da imprensa, da qual conhecia algumas referências, como Nelson Werneck Sodré (1983) e Juarez Bahia (1990), mostrou o quanto os problemas abordados na historiografia da imprensa passavam longe do campo da comunicação. O enfoque mais usual era político. Estava, é verdade, insinuado no papel que a imprensa desempenhou, de forma explícita, em boa parte da história do Brasil. Para Werneck Sodré (1983), por exemplo, o problema da imprensa é, em última instância, político. Se este é um

aspecto fundamental da questão, não é o mais relevante, posto que os efeitos políticos da imprensa estão relacionados às condições discursivas em que os periódicos eram produzidos. Como instrumentos de ação política, interessava sobretudo a forma como eles agiam e produziam sentidos sociais. Assim, se a imprensa no Brasil desempenha hoje um papel político, interessa menos qual é este papel e mais qual o estatuto social que ela tem, como realiza sua tarefa, como produz sentido social. Interessa menos, para a teoria do jornalismo, as posições que a Folha de São Paulo defende e mais a maneira como a imprensa faz isso e o que a leva a ser o ator social relevante que ela é. As posições em si da Folha interessam à ciência política, para quem a imprensa é um componente no jogo político. Mesmo que a imprensa seja central na historiografia brasileira, a política é, normalmente, o objeto privilegiado, não as publicações em si.

A história da imprensa no Brasil foca na política sobretudo, ou por vezes nas condições econômicas do Brasil que permitiram o surgimento da imprensa e seu desenvolvimento. O jornal em si é apagado como objeto, exceto para explicar questões que lhe são inerentes, mas não centrais. Meu projeto era reconstruir este objeto, especificar um olhar, construir um problema e formular métodos necessários para chegar a contento no resultado que pretendo.

De certa forma, o projeto é reforçar uma historiografia que, centrada no texto como componente definidor do jornalismo e da teoria do jornalismo, solidifique uma história da imprensa que tenha a própria imprensa no centro da questão.

O problema, portanto, que está posto, longe de ser um problema prático, é um problema acadêmico, que vai muito além desta tese. O jornalismo ainda não conseguiu, institucionalmente, se firmar como objeto de estudo de teorias próprias. Tampouco é pacífico que seja possível formular uma teoria autóctone do jornalismo. A percepção das ciências da comunicação como interdisciplinares na sua própria natureza induz à tese de que a área deve ser permeada por diferentes saberes. Diluídas em abordagens de origens muito diferentes, as ciências da comunicação são conjugadas no plural, espaço que são da diversidade. A teoria do jornalismo padece desta vagueza inerente do campo, aprofundada, no Brasil, por um projeto político-epistemológico que pretendia apagar o jornalismo como objeto de estudo (Meditsch, 1999).

Dois aspectos centrais se colocam como desafio: 1) a formulação do problema de forma a torná-lo inerente à teoria do jornalismo. Isso implica discutir o que constitui e especifica o campo, em paralelo à conceituação do que especifica a profissão; 2) a formulação de metodologias específicas ou, no mínimo, adequadas ao problema. Neste

aspecto, o desafio é muito maior, pois não há indícios de uma metodologia propriamente comunicacional. Mesmo um autor como Braga (2004), defensor de que os problemas devem se localizar no campo das ciências da comunicação, não avança na formulação de metodologias específicas, apontando na pertinência do problema condição suficiente para definir as bordas do campo científico.

2.2 A EMERGÊNCIA DO PROBLEMA DO TEXTO JORNALÍSTICO NO BRASIL

O problema do texto jornalístico emerge no Brasil após os anos 1950, com a introdução das técnicas americanas de redação, planejamento e edição, a consolidação dos cursos de jornalismo e a publicação dos manuais. Antes disso, não existe enquanto problema específico. Antes de 1950, o jornalismo está tão confundido com a política que é, por um lado, pensado enquanto tal. Por outro lado, é tomado como fazer literário, importando mais a qualidade estética ou retórica do texto que sua finalidade informativa. A ligação com a política é tão antiga quanto o próprio jornalismo no Brasil, faz parte dos mitos que cunham a legitimidade social da atividade (Traquina, 2004. Kunczik, 1997), dentro da teoria democrática, e perdura ainda hoje, mesmo dentro de outro paradigma legitimador da atividade, a saber: o paradigma da informação. Já a subsunção do jornalismo à literatura é resultado de um processo que começa na segunda metade do século XIX, quando grandes literatos, como Machado de Assis, trabalham nas redações e os jornais publicam obras ficcionais e textos polêmicos de grande valor estético. É por este caminho que ele pretende se elevar do terreno da retórica e da polêmica para o campo das artes. Por aí, constrói uma legitimidade estética e um norte utópico, uma meta gloriosa, que por vezes é vista como realizada, por outras é um objetivo permanente.

Três clássicos exemplos destas abordagens que refletem o pensamento hegemônico sobre o jornalismo antes de 1950 são *A imprensa e o dever da verdade*, Rui Barbosa⁸,

⁸ Rui Barbosa nasceu em 5 de novembro de 1849, em Salvador, Bahia. cursou Direito, de 1866 a 1870, em Recife e São Paulo, junto com Joaquim Nabuco, Castro Alves, Rodrigues Alves, Afonso Pena e o futuro Barão do Rio Branco. No curso superior, começa na vida política, participando de organizações abolicionistas. Em 1868, estréia na imprensa, nos jornais *O Ipiranga*, *O Independência* e *Imprensa Acadêmica*. Um ano depois, funda, com Luís Gama, Bernardino Pamplona, Benedito Ottoni e Américo de Moura, *O Radical Paulistano*. Em 1872, de volta à Bahia, começa na advocacia e passa a colaborar no *Diário da Bahia*, atividade que manterá até 1878, quando é eleito deputado na Assembléia Legislativa Provincial da Bahia. Um ano depois, se torna deputado na Assembléia Geral Legislativa da Corte e muda para o Rio de Janeiro. Em 1881, é nomeado membro do conselho Superior de Instrução Pública e elabora projeto de reforma ensino secundário e superior. Recebe do imperador, em 1884, o título de conselheiro e redige a lei dos sexagenários, que libertava todos os escravos aos

publicado em 1920; *O problema da imprensa*, de Barbosa Lima Sobrinho⁹, publicado em 1923; e *O jornalismo como gênero literário*, de Alceu Amoroso Lima¹⁰, o Tristão de Athayde, publicado em 1958. São três livros com distinções claras, que refletem posições específicas sobre o jornalismo e que irão, cada um a seu modo, deixar marcas na ideologia e nas práticas do jornalismo brasileiro. O último, por ser publicado em 1958, é extemporâneo, mas reflete uma discussão que se acumula no período anterior. Um quarto livro de relevância neste momento é *Curso de jornalismo*, do precursor originalíssimo Vitorino Prata Castelo Branco, de 1945. É um livro *sui generis*, pois antecipa, com grande incompreensão para o seu

60 anos. Apesar disso, perde a eleição para a Câmara do Império. Faz campanha pela abolição da escravatura. Em 1888, é assinada a lei áurea. Um ano depois, Rui se torna redator-chefe do *Diário de Notícias*, e escreve uma série de artigos, vários deles defendendo a federação. Coloca-se ao lado dos conspiradores pela República e rejeita a Pasta do Império, no Gabinete Ouro Preto. Quando é proclamada a república, Rui é nomeado ministro da Fazenda e, interinamente, da Justiça. Redige os primeiros decretos da República. Em 31 de dezembro do mesmo ano, é nomeado o Primeiro Vice-Chefe do Governo Provisório. Em 1890, redige o projeto da primeira constituição republicana e é eleito senador pela Bahia. Em 1893, reeleito senador, combate, através do *Jornal do Brasil*, a política do Marechal Floriano Peixoto e é exilado no Chile. Em 1894, de Londres, escreve uma série de artigos para o *Jornal do Comércio*. Em 1895, regressa do exílio. Assume o cargo de redator-chefe do jornal *A Imprensa*, em 1898, até 1901. Em 1905, disputa a Presidência da República, mas não é eleito. Em outubro de 1906, é eleito vice-presidente do Senado. Participa como representante do Brasil da conferência de Haia, em 1907. Em 1908, é eleito, presidente da Academia Brasileira de Letras, em substituição a Machado de Assis. Em 1909, renuncia ao Senado e inicia a *Campanha Civilista*, 2ª candidatura à Presidência da República, mas perde para Hermes da Fonseca. Rui se torna feroz opositorista. Mantém atividade na imprensa. Em 1913, é candidato a Presidência pela terceira vez, mas renuncia antes da votação. Em 1915, é reeleito senador pela Bahia. Em 1919, se candidata pela 4ª vez à Presidência da República, mas não é eleito. Mantém atividade política até morrer em 1º de março, em Petrópolis (www.casaruibarbosa.gov.br).

⁹ Barbosa Lima Sobrinho nasceu em Recife em 22 de janeiro de 1897. Formou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1917 pela Faculdade de Direito do Recife. Colaborou com diversos periódicos: *Diário de Pernambuco*, *Jornal Pequeno*, *Jornal do Recife*, em Pernambuco, *Revista Americana*, *Revista de Direito*, *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, e na *Gazeta*, de São Paulo. Mas ao mudar-se para o Rio de Janeiro, optou definitivamente pelo jornalismo. No *Jornal do Brasil*, em 1921, começou como noticiário, foi redator político e, em 1924, assumiu a função de redator principal. Foi presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI – de 1926 a 1929 e de 1978 a 1992. Foi deputado federal por Pernambuco, entre 1935 e 37 e 1945 e 1948, quando assumiu o cargo de governador do Estado de Pernambuco, com mandato até 31 de janeiro de 1951. Após, dedicou-se à carreira docente, na cadeira de Política Financeira e, mais tarde, a de História Econômica, na Faculdade de Ciências Econômicas Amaro Cavalcanti, do Estado da Guanabara. Voltou à Câmara dos Deputados na legislatura 1959 a 1963. A importância de Barbosa Lima Sobrinho foi reconhecida inúmeras vezes. Em 1981, recebeu a Medalha Quadragésimo Aniversário da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; em 1984, tornou-se Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Pernambuco e recebeu o Prêmio Imprensa e Liberdade, conferido pelo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade; em 1987, recebeu o Prêmio Governo do Estado do Rio de Janeiro e o título de Cidadão Benemérito da Cidade do Rio de Janeiro; em 1989, levou o Prêmio Juca Pato, conferido pela União Brasileira de Escritores e o Prêmio San Tiago Dantas; em 1992, recebeu a Medalha Tiradentes, conferida pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Faleceu no Rio de Janeiro, aos 103 anos de idade, no dia 16 de julho de 2000. (www.academia.org.br)

¹⁰ Alceu Amoroso Lima nasceu em Petrópolis (RJ), em 11 de dezembro de 1893 e formou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1913. Crítico literário, adotou o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Convertido ao catolicismo, Alceu assumiu a direção do Centro Dom Vital, que congregava os líderes do catolicismo no Rio de Janeiro e se tornou um dos mais respeitados paladinos da Igreja Católica no Brasil. Na década de 1930, produz incansavelmente: "Introdução à Economia Moderna" (1930), "Preparação à Sociologia" (1931), "No limiar da Idade Nova" (1935), "O Espírito e o Mundo" (1936) e "Idade, Sexo e Tempo" (1938). Manteve também intensa atividade jornalística e ministrou cursos sobre civilização brasileira em universidades estrangeiras. Faleceu em Petrópolis, em 14 de agosto de 1983. (www.academia.org.br)

autor, em pelo menos 6 seis anos o início da conversão do modelo americano de jornalismo em padrão hegemônico. A quinta referência importante é o livro *A missão da imprensa*, de Carlos Lacerda, publicado em 1949. Pela data, estes dois últimos livros são prova cabal de que os anos 1940 e 1950 foram de grandes contradições e disputas sobre o conceito de jornalismo e as práticas jornalísticas. Este período marca a mudança de um paradigma hegemônico por outro, mas as contradições sobre o jornalismo existem antes disso e perduram para muito além desta data.

Em *A imprensa e o dever da verdade*, Rui Barbosa começa defendendo o papel da imprensa na democracia como fundamental. Pensa, portanto, a imprensa como atividade política, imprescindível para o Estado Democrático.

A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonégam, ou roubam, percebe onde lhe alveja, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.

Sem vista mal se vive. Vida sem vista é vida no escuro, vida na soledade, vida no medo, morte em vida: o receio de tudo; dependência de todos; rumo à mercê do acaso; a cada passo acidentes, perigos, despenhadeiros. Tal a condição do país, onde a publicidade se avariou, e, em vez de ser os olhos, por onde se lhe exerce a visão, ou o cristal, que lha clareia, é a obscuridade, onde se perde, a ruim lente, que lhe turva, ou a droga maligna, que lha perverte, obstando-lhe a notícia da realidade, ou não lha deixando senão adulterada, invertida, enganosa. (2004: 20 e 21)

Rui Barbosa defende, com todas as letras, a tese da imprensa como vigilante do poder. Ao longo do livro, deixa claro que enxerga na polêmica o real papel da imprensa, o instrumento através do qual irá questionar o Estado. Por isso, se aproxima firmemente da teoria do *watchdog*, do quarto poder (Kunkzik, 1997), que emerge nos Estados Unidos no século XIX (Emery, 1965). A imprensa se soma, por esta concepção, a um sistema que pressupõe quatro poderes. Por esta tal importância, a imprensa, quando não cumpre bem o papel que lhe cabe, causa dano proporcional à sua grandiosidade. A má imprensa é, portanto, nefasta. Diz Rui: “Se o fiel der em ladrão, não haverá, neste mundo, ladrão tão perigoso” (2004: 22). Ele defende a independência da imprensa e demonstra porque a corrupção dos jornais produz, no mais das vezes, regimes absolutistas. O livro é resultado de uma conferência que Rui Barbosa escreveu, mas que não teve a possibilidade de proferir, por estar doente. Seria seu último trabalho, cujos dividendos foram revertidos para o Abrigo dos Filhos do Povo, uma entidade com finalidade social que, à época, mantinha 10 escolas para crianças carentes, algumas delas tão precárias que tinham apenas uma cobertura de palha.

A conferência que Rui não proferiu se situa como uma polêmica contra a relação do governo de Epitácio Pessoa¹¹ com a imprensa. Ou seja, o livro desempenha, dentro do assunto específico, o papel que Rui defende para a imprensa como um todo: olhos que vêem, voz que critica, com independência e em defesa do interesse público, o Estado. Tal concepção continua prevalecente na imagem que os jornalistas têm do seu fazer, seja no Brasil ou nos Estados Unidos. Diz o sociólogo radicado nos Estados Unidos Herbert J. Gans: “Journalism also embrace this ideal, and consider it their work to inform people so that journalists they can carry out their democratic responsibilities.” (2003: ix) Mas há uma distinção fundamental, neste ponto. Rui parece próximo da tese do quarto poder como instrumento de exposição das mazelas, vinculado assim mais ao dever de informar que ao dever de polemizar. Mas na sua concepção vigiar impõe polemizar, debater, encontrar pelas vias da razão dialógica o melhor caminho para o Estado. Professa os valores que Habermas mais tarde (1984) teorizaria, ao narrar a história desta mesma imprensa polêmica e literária. Com o tempo o jornalismo vai se afastar da seara da polêmica. Gans incorpora este valor: a imprensa deve vigiar, mas apenas para informar. Não lhe cabe debater, mas abrir espaço para o debate. Este é um valor fundamental da imprensa liberal: pluralismo de opinião (Kunczik, 1997).

Rui vai afirmar outros valores que até hoje são relevantes para o jornalismo, como a independência. “Todo o bem que se haja dito, e se disser da imprensa, ainda será pouco, se a considerarmos livre, isenta e moralizada” (2004: 22). Com base nesta defesa da independência da imprensa, desce a minúcias, criticando subvenções concedidas pelo governo federal aos jornais, num ataque direto ao ex-presidente Epitácio Pessoa. Rui condena o gasto, a título de subvenção, de mil contos de réis por um ex-presidente, que assume o ato em carta póstuma, como publicidade para os jornais. É considerado como compra e perversão do real papel da imprensa. Rui é enfático: “Aí está senhores. Que mais eloquente documento histórico se poderia imaginar, ou exigir do que este? Nele tendes confessada, por um ex-presidente da mais ortodoxa honestidade, a compra de jornais pelo governo, ou o derrame, pelo governo, de liberalidades pecuniárias entre os jornais” (2004: 27 e 28). O nome eufemístico “subvenção” é um acinte para Rui, pois se trata na verdade de peculato. Contra tal “culto assalariado da mentira”, Rui defende a verdade, concluindo seu texto e dando sentido ao título do livro: “A República, entre nós, se consagrou ao culto da mentira. Só nos salvaremos, opondo a essa idolatria a religião da verdade” (2004: 36). Ele condena tanto o governo que concede tais benefícios quanto os “escritores” que os aceitam (2004: 53).

¹¹ Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa foi presidente da República de 1919 a 1922.

Em momento algum, o texto perde o fio de ataque polêmico ao governo. Em nenhum momento, ele toca explicitamente em questões acerca do texto e dos procedimentos jornalísticos. O que aparece como peculiar ao jornalismo é sua relação com o poder, seu papel social, seu vínculo com a política e com a democracia. Mesmo negada, a questão do texto jornalístico transparece em dois aspectos: Rui chama os jornalistas de escritores, ao final. Não distingue, nitidamente, uma competência lingüística específica, mas apenas uma competência geral. O segundo aspecto perpassa todo texto. A discussão sobre a verdade, em Rui, fica restrita a um desejo de verdade, a um dever, a uma obrigação, a um debate sobre moral, espaço onde a polêmica se situa, seja para definir deveres de Estado na relação com a imprensa, seja para definir os deveres da imprensa na relação com o Estado. Nem de longe o texto tange as formas de produção desta verdade. A verdade é, em suma, resultado de uma vontade de verdade do polemista. Se discutisse as formas de produção da verdade, teria que tanger questões de linguagem, posto que é o texto que transporta a verdade que Rui pretende idolatrada. Apesar de propor um jornalismo muito distinto do que é produzido hoje, os valores defendidos por Rui vão perdurar, mesmo após a mudança do jornalismo da seara polêmica, senão como metas e/ou deveres reais, ao menos como ideologia justificadora.

O livro de Rui figura como um bom exemplo de como a discussão se dava nos anos 1920. Neste momento, o jornalismo, na sua concepção idealizada, está obrigado a certos deveres, e é prática de escritores, de polemistas. Seu valor se vincula, sobretudo, à autoridade de quem escreve, muito distinto da verdade que se constrói pelo processo e pela forma. A competência lingüística do jornalista, em 1920, é uma competência geral. O próprio Rui é um exemplo disso. Polemista de grande talento, demonstra suas qualidades de redator em ações diversas, que passam pela produção de livros e pela diplomacia. A discussão sobre o texto jornalístico em si está oculta ou diluída.

Apenas três anos depois, Barbosa Lima Sobrinho (1997), no livro *O problema da imprensa*, especifica a discussão e foca em temas que versam sobre o jornalismo em si mesmo, nas suas necessidades de regulação, na liberdade de imprensa e seus limites, no direito de resposta, etc. Diferente do texto de Rui Barbosa, que desenvolve um argumento só do começo ao fim, o livro de Barbosa Lima é uma coletânea de artigos que tratam de temas diversos, relatam passagens da imprensa em momentos históricos cruciais do Brasil e falam, sobretudo, de questões legais, das leis que devem reger o trabalho da imprensa. Neste aspecto, é um texto muito mais focado nas especificidades do jornalismo, que entra em minúcias claras, não apenas em valores gerais abstratos. Sobre a necessidade de responsabilizar a imprensa por seus atos,

discussão extremamente contemporânea principalmente em face da ausência de leis que permitam ao cidadão se defender das mazelas do jornalismo, diz Lima Sobrinho:

Em face da imprensa exaltada, a existência de um freio legal, isto é, de um processo eficaz de responsabilidade, não evita, mas forçosamente atenua a violência. Existe sempre operação mental que leva o indivíduo a comparar o receio dos perigos a que se arrisca e a incitação que o arrasta à violência. Acrescentar o temor de uma responsabilidade efetiva vale por argumentar, naquela balança, a parte das causas de inibição. (1997: 57-58)

Note-se que Barbosa Lima não defende o cerceamento da liberdade, mas sua responsabilização. Argumenta assim a partir do interesse público, que deve estabelecer regras que regulem a imprensa numa sociedade democrática. Não defende a opressão da imprensa por um poder que pretenda controlá-la simplesmente. Neste aspecto, estabelece argumentos que pensam o jornalismo a partir dele mesmo, das suas necessidades e do seu dever social. Os capítulos que tratam do tema da regulação são: *As leis e a imprensa*; *O valor de um freio legal*; *A liberdade de opinião, a ditadura da opinião*; *O jornalismo e o governo*; *Os delitos da imprensa*; *A questão da responsabilidade*; *O direito de resposta*; e *As garantias jurídicas da imprensa*. Quando trata de linguagem, Barbosa Lima aborda o que chama de “a violência de linguagem”. Neste ponto, não trata de um aspecto específico, mas de algo que antecede o jornalismo, não se limita a ele e não lhe é distintivo. Ele cita vários jornais de combate franceses e seus redatores, homens renomados. “Como se vê, estamos diante não de vulgares escrevinhantes, mas dos nomes de intelectuais entre os maiores que possui a pátria francesa. Ainda assim, nas polêmicas, esses letrados usam linguagem desabrida e não sabem estacar diante da vida privada de seus adversários” (1997: 37). Em suma, Barbosa Lima escreve um livro fundamental que reflete uma discussão mais moderna para o momento que a de Rui Barbosa, que, por seu lado, reflete um jornalismo de longa tradição no Brasil, cujo primeiro grande jornal foi o *Reverbero Constitucional Fluminense* (1821-1822). Esta produção periódica está vinculada aos combates políticos e é muito importante em alguns avanços, como a abolição da escravatura. No entanto, nos anos 1920, o debate não se restringe a como devem agir os homens de imprensa, notáveis que dedicam a vida a uma causa. O debate já começa a se deslocar dos indivíduos e suas ações para o jornalismo em si e seu papel. Neste ponto, Barbosa Lima pensa a imprensa mais que os homens de imprensa. Por isso, o debate é mais específico, mas ainda não chega a pensar o texto na sua especificidade nem tampouco a propor regras de como elaborá-lo.

Outro aspecto que é notável na obra de Barbosa Lima é o caráter de ensaio geral, de descrição completa ou de abordagem dos principais aspectos do jornalismo. Esta estrutura será muito comum após os anos 1950, com a introdução das descrições gerais feitas pelo que, nesta tese, chamo de manuais, ainda que não se restrinjam a ser um compêndio de regras.

Barbosa Lima é um sopro, em 1923, pela discussão do jornalismo como algo específico, pelo menos do ponto de vista político e jurídico. Mas o livro de Tristão de Athayde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, publicado em 1958, é um testemunho incontestável de que o jornalismo continuou, também, sendo pensado por longo tempo sobretudo como parte da literatura. O livro é publicado sete anos depois de começar a reforma no Diário Carioca, que introduziria as técnicas americanas de redação e afastaria o jornalismo da literatura. De certa forma, ele sintetiza uma posição que já estava em declínio. Neste momento, o jornalismo já se afastava da literatura.

Tristão de Athayde não pensa o jornalismo como campo autônomo. Seu esforço é para provar que o jornalismo é um gênero da literatura e deve ser pensado teoricamente dentro dela. Logo, ele se situa na polêmica a favor dos que pretendem manter o jornalismo subsumido à literatura, mas contribui, contraditoriamente, para especificar a discussão, para a formulação teórica autônoma do campo. Tal qual Danton Jobim (1960) e Celso Kelly (1966), ele é um dos primeiros autores a abordar o texto jornalístico como problema específico.

Tristão de Athayde se situa dentro da literatura, pensa o jornalismo como parte desta. Busca resolver dois problemas: caracterizar o que são gêneros literários e, enquanto um gênero específico, localizar o jornalismo como prática estética. Opta por um conceito flexível de gênero, que por um lado não o transforma em regra inflexível, nem tampouco o elimina completamente, como se não existisse gênero, mas apenas o reino da liberdade com as palavras.

O gênero é assim compreendido não como uma imposição ou um modelo, de fora para dentro, mas como uma livre disciplina, de dentro para fora, como princípios ordenadores determinados pela própria arte em sua função criadora. Não desaparece, como em Croce, nem se impõe, como em Brunetière, nem dita regras e se exclui um ao outro, como na retórica tradicional. (Lima, 1958: 15-16)

Este conceito permite pensar os gêneros como flexíveis, suscetíveis de serem respeitados ou transgredidos, organizados a partir de dentro, pelas suas regras internas, mas, de toda forma, princípios de inteligibilidade. Ou seja, é possível escrever aceitando as regras que os próprios gêneros estabelecem por serem formas mais previsíveis e, portanto, de leitura mais fácil. Uma demanda por comunicabilidade rege os gêneros. Tristão de Athayde cita Welleck e Warren:

‘A moderna teoria dos gêneros é, claramente, descritiva. Não limita o número dos gêneros possíveis e não prescreve regras para os autores. Supõe que os gêneros tradicionais podem ser misturados e produzir um novo gênero (como a tragicomédia)... Em vez de acentuar a distinção entre gênero e gênero, interessa-se – depois da acentuação Romântica da unicidade de cada gênero original e de cada obra de arte – em achar o denominador comum de cada gênero, sua participação em esquemas e finalidades literárias... O gênero representa, por assim dizer, uma soma de esquemas estéticos à mão, à disposição do escritor e já inteligíveis ao leitor. O bom escritor, em parte se conforma com o gênero já existente, em parte o nega. Em geral, os grandes escritores não são criadores de gêneros: Shakespeare e Racine, Molière e Johnson, Dickens e Dostoiévski aproveitaram-se dos trabalhos de outros.’

É na base dessa concepção metodológica e racional dos gêneros literários que podemos considerar o jornalismo como um deles. (Lima, 1958: 17)

Este conceito flexível serve para Tristão de Athayde para incluir o jornalismo como um gênero, o que seria impossível com conceitos mais rígidos. A produção, muito mais difusa e variada dos jornais, seria dificilmente enquadrável em conceitos rígidos. Daí a necessidade de um conceito que opere com padrões, regularidades de acontecimento lingüístico, mas não com regras rígidas. Este primeiro movimento teórico vai especificar o jornalismo como gênero.

O segundo movimento é a definição do que é literatura, posto que é necessário responder se jornalismo é literatura. Sem definir o que é literatura, é impossível responder a questão, obviamente. O conceito utilizado é o que concebe que a literatura é o uso da palavra para estetizar a palavra como função primeira. Diz ele:

Literatura (...) é toda expressão verbal com ênfase nos meios de expressão. Expressão verbal, antes de tudo, pois a palavra é a diferença específica da literatura entre as outras artes. Mas a palavra com valor de fim e não apenas com valor de meio. O que faz com que a História ou Filosofia, Matemática ou Física sejam diferentes de literatura, é que nelas, além da especificidade diferente do seu objeto a palavra tem apenas valor de meio. (Lima, 1958: 19)

Tal conceito é bastante elegante e pode ser aplicado a outras artes. A possibilidade de generalização, neste caso, é fator importante para a consistência do conceito. O movimento do corpo quando transformado em fim gera a dança ou a expressão corporal no teatro. A voz, quando tornada fim, produz o canto. A cor, pelo mesmo processo, inventa a pintura. As habitações, se passam a ser um fim em si mesmo, produzem a arquitetura. Se são apenas meios, não alçam jamais vôo para o olimpo das artes.

Esta teoria, no extremo, produz a tese da pura estética, enforma a defesa da arte pela arte, da arte que não deve a nada reportar, bastando-se por sua qualidade estética. Neste extremo, o conceito exclui o jornalismo, cujo uso da linguagem para um fim (informar) é

nítido. Por isso, Tristão de Athayde defende a tese de que a arte, sendo a transformação de um meio em fim, não pode esquecer dos fins que antecedem a arte. Ou seja, a dança não pode ser puro movimento, desconsiderando o que é o movimento enquanto meio. A literatura não pode, igualmente, ser a arte da palavra em si, mas deve manter relação com o uso da palavra como meio. A literatura, em outras palavras, se relaciona com a filosofia, a história, as biografias, etc.

Com base nisto, Tristão de Athayde faz o último movimento para incluir o jornalismo na literatura: “Tudo é literatura desde que no seu meio de expressão, a palavra, haja uma acentuação, uma ênfase no próprio meio de expressão, que é seu valor de beleza” (Lima, 1958: 22). A conclusão é imperativa: “Sendo assim, não há como negar ao jornalismo o seu cartão de entrada no recinto literário” (Lima, 1958: 22). O jornalismo teria como condição ter alguma ênfase nos meios com fim. Sem isso, segundo Tristão de Athayde, “é publicidade ou propaganda, ou noticiário, ou anúncio”. Logo, o jornalismo só pode ser literatura. Não existe fora desta condição, pois não existe sem colocar um acento nas palavras como fim.

As portas estão abertas. O conceito, flexível, traz para a literatura diversos outros fazeres lingüísticos, como grandes discursos, biografias e cartas. No esquema de Tristão de Athayde, o jornalismo é literatura em prosa, tal qual o romance, a novela, o conto e o teatro, gêneros sobre os quais não se discute o pertencimento ao campo literário. Enquadra-se também no que ele chama de gêneros de apreciação, que estão voltados para a análise de algo, de um terceiro, de um referente. Nos gêneros de apreciação, estão a crítica (de obras), as biografias (de pessoas) e o jornalismo (de acontecimentos). Pelas portas abertas por Tristão de Athayde, entram também a conversação, a oratória e a epistolografia, gêneros de comunicação.

O esforço é derradeiro. O movimento teórico consistente de Tristão de Athayde vai logo se desfazer diante dos acontecimentos, do processo de transição da imprensa brasileira (Abreu, 1996). No mesmo momento em que ele está escrevendo para provar que o jornalismo é literatura, o jornalismo no Brasil começa um movimento resolutivo de separação da literatura e da constituição de um campo específico, recheado de debates conceituais polêmicos, mas autônomo. No exato momento em que o jornalismo reforça a linguagem como meio, não como fim, Tristão de Athayde inclui o jornalismo na literatura pela razão inversa. Se até 1950 o jornalista deve achar uma boa história para contá-la de forma atraente, mesmo que sacrifique com isso a precisão, informar de maneira precisa é uma das regras fundamentais que a reforma jornalística irá defender. E o jornalismo passa a incorporar isto como valor canônico.

Mesmo reforçando a linguagem como meio, a reforma do jornalismo brasileiro, iniciada pelo Diário Carioca em 1951 e propagada pelo Jornal do Brasil a partir de 1956¹², vai centrar muito firmemente sua discussão no texto para, é verdade, limpá-lo de qualquer pretensão literária. O texto jornalístico assume papel fundamental na definição do campo, pois será nele que o habitus¹³ da profissão vai se consolidar. Por isso, se de Rui Barbosa sobra uma série de valores que o jornalismo ajusta e incorpora aparentemente sem contradições, como imagem idealizada ao menos, de Tristão de Athayde o que sobra é resistência à reforma. Ou seja, se as novas técnicas podem incorporar Rui, por outro lado elas se opõem e desconstróem o jornalismo literário, confinado a espaços específicos, mas distante do material lingüístico mais usual nos jornais: o texto informativo.

Se Tristão de Athayde é um suspiro tardio de um jornalismo que entra em declínio, o livro de Carlos Lacerda¹⁴, *A missão da imprensa*, de 1949, é precoce e mostra que as

¹² Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva, em *O adiantado da hora* (1991), as inovações trazidas pela reforma são introduzidas no Brasil por alguns jornalistas que viveram nos Estados Unidos nos anos 40, como Pompeu de Souza, Danton Jobim e Samuel Wainer, e, posteriormente, por Alberto Dines, que havia passado pelo Los Angeles Times.

¹³ Segundo Bourdieu (1983), o conceito de habitus expressa o condicionamento adquirido pelo indivíduo na sua relação com a sociedade. É a forma como as regularidades sociais se internalizam no sujeito.

¹⁴ Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu em 30 de abril de 1914 no Rio de Janeiro. Tinha a política e o jornalismo no sangue. O pai, Maurício Paiva de Lacerda, foi jornalista, deputado federal, participou das revoluções de 1922 e 1924 e de 1930. Foi membro da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e acusado de envolvimento intencional comunista de 1935. O avô foi ministro no governo de Prudente de Moraes e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Os tios foram líderes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Lacerda começou no jornalismo em 1929, no Diário de Notícias. Em 1932, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Durante o curso superior, se aproximou da Federação da Juventude Comunista, órgão do PCB. Em 1934, abandonou o curso de Direito. Participou do grupo articulador da Aliança Nacional Libertadora (ANL). No mesmo ano, em outubro, surgiu o jornal A Marcha. Lacerda seria um dos redatores. Em 1937, manteve intensa atividade política, mas a partir de 1938 dedicou-se às atividades jornalísticas. Escreveu para a revista mensal Observador Econômico e Financeiro e para a revista Diretrizes, de Samuel Wainer. Colaborou na revista Seiva, da Bahia, única publicação antifascista e legal na época, sob o pseudônimo de Marcos Pimenta. Foi secretário de redação de O Jornal – principal veículo da cadeia dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand – até 1944. Rompeu com os comunistas em 1939, alegando que a "solução comunista" passava pela instituição de "uma ditadura, pior do que as outras, porque muito mais organizada, e, portanto, muito mais difícil de derrubar". No início de 1945, trabalhou como free-lancer no Correio da Manhã, onde publicou, em 22 de fevereiro, uma entrevista com o ex-candidato a presidente José Américo, que criticava o governo Vargas e reivindicava a convocação de eleições. O texto foi considerado o marco da supressão da censura à imprensa – pois pela primeira vez o DIP não esboçou qualquer reação –, abrindo caminho para outras manifestações de oposição. Nas eleições de 1945, Lacerda se filia na União Democrática Nacional (UDN) e apóia a candidatura derrotada do brigadeiro Eduardo Gomes, mas dedica sua energia a mover, através do Diário Carioca, uma violenta campanha contra o candidato do PCB, o engenheiro Iedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis (RJ). Em 1946, foi criada no Correio da Manhã a seção intitulada "Na tribuna da imprensa", assinada por Lacerda. Neste mesmo ano, se converte ao catolicismo, influenciado por Alceu Amoroso Lima. Em 1947, é eleito vereador no Distrito Federal pela UDN. Renunciou em 1947, em protesto contra a decisão do Senado de retirar da Câmara Municipal o poder de examinar os vetos do prefeito. Em 1949 foi afastado do Correio da Manhã pela publicação de um artigo, mas conserva o direito de usar o título da sua coluna. Decide lançar um novo jornal. Assim, em 27 de dezembro de 1949, surge a Tribuna da Imprensa, que seria um dos principais veículos de oposição a Getúlio Vargas. Em 1950, participou da VI Conferência Interamericana de Imprensa, em Nova Iorque, e foi eleito

concepções que vão fundamentar as reformas dos anos 1950 são anteriores a esta data. Lacerda defende a profissão contra as incursões de aventureiros e deixa claro que concebe o jornalismo como uma profissão específica:

O fato de não se exigir muito conhecimento para começar no jornalismo, aliado à circunstância de ser o jornal um estuário da ambição e da vaidade próprias e alheias, cria aparentes facilidades pelas quais toda gente julga que é, pensa que foi ou crê que pode vir a ser jornalista. (1990: 31)

A crítica deixa implícito seu contrário: que jornalismo demanda conhecimento, que o jornal não deve ser estuário de ambições e da vaidade e que nem toda gente pode ser jornalista.

O quadro contra o qual se rebela Lacerda é pintado em cores vivas por Nilson Lage, testemunha da história e repórter do Diário Carioca a partir de 1955, sob os ventos da reforma.

Do ponto de vista formal, havia uma multidão de jornalistas, com carteiras funcionais de sindicatos (os verdadeiros e os fantasmas), de associações existentes e inexistentes, de veículos reais ou fictícios, de "cursos de jornalismo" que se limitavam a breves ciclos de palestras de políticos e figurões. Ser ou ter sido jornalista significava, para empresários, acadêmicos e profissionais liberais, um título acrescentado a seus currículos; para estelionatários, bicheiros, proxenetas e marginais de todo tipo, o direito, principalmente, à prisão especial (quem já viu um xadrez de delegacia brasileira sabe o quanto isso é importante); para pequenos vigaristas e espertalhões, o poder de dar carteiradas em boates, bares, nos casos de intervenção eventual do policiamento ostensivo etc. (À frente, o passado *in* Federação Nacional dos Jornalistas, 2002)

No quadro dos anos 1940 e 1950, a desvalorização da profissão dos jornalistas vai justificar tanto a defesa de Lacerda, quanto à reforma estilística. O amadorismo reinante e a súcia de malandros espalhados pelas redações produzem, como reação, a defesa do profissionalismo, que virá acompanhada da padronização do texto por regras que o subordinam ao trabalho de informar. Será este profissionalismo que vai conceber o texto como fazer específico, trazendo junto o excesso, por outro lado, da tecnificação da escrita. No entanto, apesar de tecnificar o texto, é este processo que inicia o pensamento sobre os gêneros jornalísticos como domínio de uma competência profissional específica e da linguagem como objeto de estudo autônomo¹⁵.

membro do conselho diretor da Associação Interamericana de Imprensa e designado secretário da organização no Brasil. No mesmo evento, apresentou uma moção que serviria de base para a Declaração de princípios da Imprensa do continente americano, e pleiteou dos governos americanos a retirada do papel de jornal da lista de mercadorias sujeitas a licença prévia. (www.cpdoc.fgv.br)

¹⁵ Tomo texto em sentido mais restrito, como os gêneros discursivos que compõem o jornal e a competência profissional inerente a eles. Já linguagem tem sentido amplo, que engloba também a arte gráfica e os estudos que se focam nos sentidos e imagens que o jornal constrói. Isto tem sido objeto de estudo acadêmico no campo da

Se não ainda tomada como uma técnica, Lacerda defendia a escrita do jornalismo como um ofício, um instrumento, não como uma arte. A ele, não agrada a gratuidade das palavras. Era, como é sabido, voraz polemista e nunca separou o político do jornalista. Apesar disso, defendia o texto como um trabalho. Não é incoerente com isso que o jornalismo deva cumprir um papel social, defender a democracia, vigiar o Estado e manter sua independência como condição fundamental da sua existência.

Quando se requer do jornalista que seja construtor está-se a ordenar que ele veja, que mostre, que não silencie, que ouça e prove que ouviu, e não se deixe peitar nem domesticar, nem por dinheiro nem por temor, nem pela fonte maior de toda corrupção, que é a incapacidade de crer. (1990: 27)

Apesar de repetir Rui Barbosa, citando a influência explicitamente, Lacerda já se põe a refletir sobre o que é fazer jornalismo, não apenas sobre seus deveres e sua condição legal. O texto é o ofício do jornalista; a independência, sua condição; a crítica, seu dever.

De fato, Lacerda não versa sobre a questão do texto em si, mas antecipa tal discussão claramente, pois o jornalismo, sendo a arte de ver e mostrar, é produção de linguagem sob determinadas condições e por pessoas dotadas de certas competências. Portanto, já é possível conceituar o que é o jornalismo, não apenas o que ele deve fazer, como em Rui Barbosa, ou sobre suas condições sociais e jurídicas, como em Barbosa Lima. Lacerda se sente em condições de elaborar uma definição:

Ouso formular a minha definição de jornalismo. De certo modo, ele é a arte de simplificar a complexidade dos fatos e das opiniões, tornando-os acessíveis à compreensão de um número apreciável de pessoas, fixando-os num momento da sua trajetória, o que confere certa permanência à sua transitoriedade. E assim, na imobilidade de um momento, neles encontra a marca da eternidade. (1990: 35)

A definição é poética, mas afirma a relação do jornalista com o transitório, com os acontecimentos do dia e seu dever de ser claro. Lacerda defende a cobertura do cotidiano, o comezinho fazer diário da imprensa e a relação com o leitor. O conceito constrói a especificidade da profissão de forma nítida e com grande lucidez. Sobre este alicerce se apoiará a discussão do texto jornalístico. A especificidade de um é baseada na especificidade de outro. Ou seja, não existe jornalismo sem texto jornalístico e não existe texto jornalístico sem jornalista. Diz Lacerda: “Sustento que fazer jornal deve ser uma profissão e não uma

comunicação, mas extrapola as pretensões deste trabalho, que não se foca nos sentidos produzidos, mas nas formas de produzir sentido através das modalidades específicas de texto, relacionados com o ambiente social e cultural em que estão inseridos.

distração. À força de não ser, propriamente, uma profissão para ninguém, o jornalismo entre nós chegou a ser o divertimento de todo mundo” (1990:75). Ao defender o jornalismo como profissão específica, ele prepara o terreno onde vai vicejar a discussão sobre o texto. E, à frente do seu tempo, vai professar crenças que estarão na base das reformas editoriais dos anos 1950.

Se Lacerda antecipa mudanças, estando à frente do seu tempo, Vitorino Prata Castelo Branco¹⁶ parece totalmente deslocado do momento em que produz. O livro *Curso de jornalismo* (1945), compilação de lições distribuídas como educação à distância pelo correio em 1943 e de discursos polêmicos em defesa do jornalismo e dos jornalistas, é, a um só tempo, uma das polêmicas mais claras a favor de um jornalismo que só começaria a se tornar hegemônico na década seguinte e um esforço de ensinar a profissão que só ganhará impulso também no próximo decênio. Diz ele:

Sobre a técnica jornalística, já dissemos, nada há em português, ou melhor apenas existe aquela que estamos publicando sob os olhares irônicos dos expoentes da imprensa nacional.

Quando nós outros tratamos do assunto, agítamos estas questões, publicamos os nossos trabalhos, os veteranos da imprensa, envelhecidos na tarimba, sorriem incrédulos e dizem: – Tudo isso é bobagem, o jornalista nasce jornalista, não é preciso escola, nem livro, nem nada...

Assim não pensam, felizmente, os profissionais progressistas que dia a dia procuram aperfeiçoar os seus próprios conhecimentos, no desejo nobilíssimo de ser hoje mais do que ontem e de ser amanhã mais do que hoje.

No rol destes jornalismo adiantados, incluímos aqueles que, não encontrando aqui os meios para aperfeiçoarem-se, vão ao estrangeiro, beber, nas melhores fontes, os segredos modernos de escrever em jornais e de dirigir órgãos de imprensa. (1945: 271)

¹⁶ Vitorino Prata Castelo Branco nasceu em Itirapina (SP) em 1904. Faz parte da primeira geração de professores de jornalismo, muitos deles oriundos da área de direito. Bacharel pela UFF/RJ (1956) e doutor em direito pela USP (1958), além de especialista em filosofia do direito, medicina legal, psicologia jurídica, criminologia e jornalismo, Castelo Branco foi um dos pioneiros do ensino de jornalismo no Brasil. Em 1943, depois de ter ministrados cursos de jornalismo já baseados nas modernas técnicas americanas voltadas para o dever informativo da imprensa, organizou e distribuiu cursos por correspondência, divulgados através da Revista Mensal de Ensino Prático (1937), da qual era diretor. Além de jornalismo, distribuiu cursos em áreas como farmácia, contabilidade, taquigrafia, publicidade, corte e costura, etc. Precursor, foi mal compreendido, acusado de charlatanismo e perseguido publicamente. Acabou abandonando a área de comunicação para se dedicar à advocacia criminal. Sua produção mais prolífica é na área de direito penal. Foi professor da Faculdade de Direito de Guarulhos (SP), da Faculdade de Administração de São Paulo e da Sociedade Brasileira de Direito, além de diretor do Instituto Paulista de Comércio, presidente da Associação Educacional de São Paulo e da Sociedade Brasileira de Direito Criminal e membro do Instituto dos Advogados, da Associação Paulista de Direito e da Sociedade de Criminologia de Paris. Sua relevância foi reconhecida posteriormente, com o prêmio "Aníbal Freire" da ABL (Academia Brasileira de Letras) e a "Medalha do Cinquentenário", concedida pela USP em 1984. Duas de suas obras são importantes para a área de jornalismo, uma de caráter polêmico outra voltada para o ensino: *Jornalistas de Todo o Brasil, Uni-vos* (1944) e *Curso de Jornalismo* (1945). Faleceu em 1994, aos 90 anos.

Transparece no trecho o ambiente de grande contradição em que se instaura, precocemente, uma disputa entre o velho e o novo jornalismo, uma disputa entre os que acreditam que jornalismo é uma profissão que se aprende e se ensina e os que acreditam que jornalismo é um dom, inato. Ao mesmo tempo, Castelo Branco anuncia a mágoa com a perseguição e incompreensão que lhe cerca. Mas não está sozinho. Mesmo minoritário, há um esforço de profissionalização, que envolve as redações e a nascente academia de jornalismo. Carlos Lacerda é um que perfila a seu lado.

Se guarda um tom polêmico, o livro também estrutura com impressionante organização todo um processo de aprendizado sobre o jornalismo. Organizado em lições com exercícios que devem ser desenvolvidos ao longo de um mês, o curso tem previsão de dez meses de duração, abrangendo discussões conceituais, como o tamanho da influência americana na imprensa brasileira, e conteúdos relativos à redação de textos, títulos, subtítulos, conceito de crítica, organização do jornal, processo de produção de periódicos, etc. O curso foi “atacado, apupado e apedrejado mas não vencido” (Castelo Branco, 1945: 7), segundo seu autor.

O texto, como competência própria dos jornalistas, aparece como peça central. Diz Castelo Branco.

A arte de escrever, aplicada ao jornalismo, divide-se geralmente em três partes – a narração comum dos repórteres, o debate dos articulistas e a exposição fundamentada e profunda, literária ou científica, dos colaboradores, constituídas as três em escadaria que deve ser galgada pouco a pouco. (1945: 31)

Em seguida, ele explica cada modalidade de texto e, ao longo do livro, fornece exercícios que permitem treinar tais competências. Muito à frente do seu tempo, Castelo Branco é polemista em defesa do jornalismo informativo e precursor do manualistas. Seu papel só não é mais relevante pelo grau de incompreensão que o cercou e o fez, inclusive, abandonar a área de jornalismo.

2.3 JORNALISMO EM TRANSIÇÃO

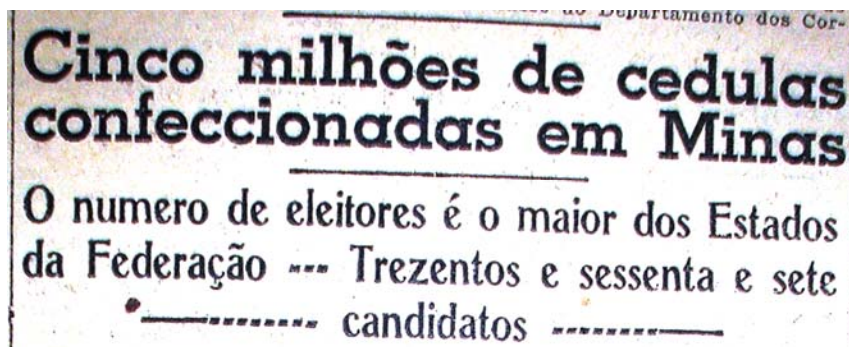
O Diário Carioca, em 1951, encabeçado por Luís Paulistano, será o primeiro a inovar nas técnicas jornalísticas, tornando-se precursor da “era dos manuais”. Pompeu de Souza será o autor do primeiro manual de estilo ou *style book* (<http://dc.serqueira.com.br/>) produzido no Brasil, para ser utilizado na redação do Diário Carioca.

Se cabe ao Diário Carioca o mérito de ter introduzido as novas técnicas de produção jornalística, foi, porém, o Jornal do Brasil o propagador da nova escola de jornalismo.

Em junho de 1956 foi lançado o Suplemento Dominical do Jornal do Brasil, criado pelo poeta Reynaldo Jardim, que alcançou grande repercussão com a sua forma neoconcretista e seu conteúdo inovador, que misturava artes plásticas, literatura, ciência e outros assuntos e onde escreveram Mário Faustino, Ferreira Gullar, os irmãos Augusto e Haroldo de Campos e Mário Pedrosa, entre outros nomes ilustres de nossa literatura. O SDJB foi o embrião do futuro Caderno B, lançado em setembro de 1960, que foi o primeiro caderno da imprensa brasileira exclusivamente dedicado a variedades e passou a ser o modelo para os segundos cadernos e cadernos culturais editados em todo o País desde então. Em 1957, em continuidade ao seu processo de reformulação, a direção do Jornal do Brasil convidou Odylo Costa Filho, que trouxe com ele uma equipe de jovens jornalistas, que trabalhavam no Diário Carioca e na Tribuna da Imprensa, da qual faziam parte Jânio de Freitas, Carlos Lemos, Wilson Figueiredo e Amílcar de Castro, entre outros, que imprimiram ao jornal um estilo mais leve e agressivo ao mesmo tempo. (*in* http://jbonline.terra.com.br/destaques/113anos/1946_1960.html, consultado em 08 de agosto de 2006).

É evidente que não se pode fazer um corte seco no tempo, supondo, por um lado, que o jornalismo informativo e a prática de produção de reportagens começa, no Brasil, em 1950, nem tampouco que antes disso o texto não era pensado nem discutido. Nem uma coisa nem outra é verdadeira. A publicação do texto de Lacerda em 1949 e do texto de Tristão de Athayde em 1958 são exemplos de que a discussão começa antes e continua mesmo depois de 1951. Na verdade, o jornalismo informativo inicia no Brasil em 1808, com a Gazeta do Rio de Janeiro, passa pelo Diário do Rio de Janeiro, a partir de 1821, e pelo Jornal do Comércio, a partir de 1827 até hoje. A Gazeta, apesar de ser lida normalmente como um jornal da corte, com pouco interesse, surge desde o princípio com a preocupação de compilar informações que chegam pelo porto, na forma de cartas ou de periódicos europeus, e que relatam os acontecimentos das guerras napoleônicas. Portanto, volta-se para o interesse do público cortesão, exilado no Brasil. O Diário optou por não abordar nenhum tema político, sendo chamado de O Diário da Manteiga, pois trazia os preços dos gêneros alimentícios nas suas páginas. O JC voltava-se para os homens do comércio, que buscavam informações para dirigir seus negócios. Os três foram jornais de vida longa. Outro exemplo são algumas coberturas da Agência Meridional¹⁷ publicadas em O Jornal nos anos 1930, que trazem boa parte das características que depois serão consagradas em manuais.

¹⁷ A Agência Meridional foi a primeira grande agência de notícias do Brasil, criada em 1931 por Assis Chateaubriand.



O Jornal, 14 de outubro de 1934, página 4.

O texto diz o seguinte:

BELLO HORIZONTE, 13 (Agencia Meridional) – A campanha desenvolvida, não só na capital, como em todo Estado, foi intensa.

Enquanto as caravanas do P.P., P.R.M. e outras percorriam o interior realizando “meetings”, conferencias em prol dos candidatos dos seus partidos, aqui na capital era a campanha organizada de uma maneira excepcional.

539.578 ELEITORES

Conforme já transmittimos, Minas possui 539.578 eleitores, ocupando assim, o primeiro lugar na Federação.

Calcula-se que 80% desse eleitorado compareça às urnas, ou sejam, 431.654 suffragios, teremos um quociente eleitoral para o primeiro turno, de 11.359 votos, e admitindo-se que só 420.000 eleitores accorram às urnas, teríamos o seguinte quociente eleitoral: - para a Constituinte mineira, 8.750, e para a Camara Federal, 11.525 votos. (O Jornal, 14 de outubro de 1934, página 4)

É nítida a postura de informar, sobretudo, sem tomar posição, sem defender nenhum dos candidatos. Não se organiza, ainda, da forma como a técnica americana preconiza, mas é um texto de caráter claramente informativo. O jornal traz uma série de textos polêmicos, o que mostra que informação e opinião, como prevalência de um ou de outro, sempre estiveram presentes na história da imprensa. O jornalismo informativo não começa no Brasil em 1950, como também outras formas de fazer jornalismo, tomadas como superadas a partir da introdução dos manuais, vão perdurar por longa data. A relação entre estas formas de fazer jornalismo nunca será estanque, com o início e data marcada de uma e o ocaso de outra. A introdução das novas técnicas atingirá primeiro os grandes jornais dos centros urbanos, mas encontrará resistência na periferia. Além disso, o jornalismo praticado sob outros princípios terá sempre lugar enquanto houver algum papel social que ele possa desempenhar. Logo, falar em cortes históricos entre antes e depois não é pertinente, ainda que possa ser útil metodologicamente.

Os jornais, como não poderia deixar de ser, são um cadinho de formas distintas de práticas lingüísticas. Mas em alguns momentos uma forma de fazer jornal é eleita como a forma mais usual, canônica, verdadeiro jornalismo em detrimento da infinidade de práticas que pouco tem a ver com isso. A disputa impõe algumas práticas, tomadas como jornalismo em determinado momento. Assim, se conduzir a opinião pública é prática lícita e legitimada na imprensa durante a regência, quando Dom Pedro II ainda é menor de idade (1831-1840), já hoje isso é militância política, mas não jornalismo. Não cabe a esta tese dizer o que é jornalismo, mas analisar como o que foi a forma hegemônica a cada tempo era praticada.

Por isso, o marco dos anos 1950 é verdadeiro. A partir dali, um modelo hegemônico, em relação ao qual o jornalismo informativo era minoritário e menor, definha, abrindo espaço para que a informação e a comunicação passem a ser as condições de uma nova prática. Se a introdução das novas técnicas vai ser paulatina, levando, por exemplo, cinco anos para que o JB resolva fazer o que o Diário Carioca fez em 1951, por outro lado o ingresso destes jornais nesta nova lógica marca um novo momento histórico. O movimento cuja reforma no JB é um marco coloca as práticas jornalísticas em discussão como nunca antes acontecera no país (Ferreira, *in* Abreu, 1996). O texto é central neste processo. Por isso, este momento é fundador de uma forma nova de pensá-lo.

Marieta de Moraes Ferreira (*in* Abreu, 1996), em *A reforma do Jornal do Brasil*, descreve os anos 1950 como de grande efervescência criativa no jornalismo:

Paralelamente [ao processo de desenvolvimento industrial dos anos 1950 e às mudanças em curso na arte], a imprensa brasileira também passou por intenso processo de transformação. Novos jornais foram criados, outros fizeram modificações na forma de apresentar e diagramar suas matérias. Produziram-se mudanças expressivas nos padrões da imprensa no Brasil (Lattman-Weltman, 1991). O jornal *Última Hora* é um exemplo deste quadro de mudanças que já tinha se delineado desde o início da década. Fundada em 1951, a *Última Hora* revolucionou a imprensa, introduzindo uma série de novas técnicas de comunicação de massa. (...) Deve ser mencionada igualmente a importância do Diário Carioca nesse movimento de renovação da imprensa do Rio de Janeiro. Embora não contasse com recursos técnicos expressivos, o Diário Carioca reuniu ao longo dos anos 50 uma equipe de jornalistas de grande talento – liderados por Luís Paulistano e Pompeu de Souza –, que inaugurou o uso do lead e utilizou pela primeira vez um corpo de copidesques na redação. (*in* Abreu, 1996: 143 e 144)

Esta concepção sobre o texto inova por uma razão fundamental: pela primeira vez, as preocupações recaem sobre o texto jornalístico como algo específico, prática profissional específica, não como decorrência natural da competência geral para a escrita ou como gênero menor da literatura. O jornalismo deixa de ser prática de escritores para, pela primeira vez na história no Brasil, ser prática de jornalistas ou, pelo menos, passa a ser defendido enquanto

tal. Pela primeira vez, o texto jornalístico é pensado em sua especificidade. Em outras palavras, ele surge como problema específico, sobretudo como uma técnica específica, que deve ser adquirida e praticada pelos jornalistas, e que se conforma a uma ética, de início incipiente, mas cujo desenvolvimento é condição fundamental para que o jornalismo seja tomado como uma profissão. Surge, como surgiu para mim, como problema profissional específico, competência que só pertence ao jornalista e que não se limita a uma técnica, pelas coerções deontológicas que pesam sobre o fazer jornalístico.

O quadro é contraditório. Por um lado, as novas técnicas vão se opor ao jornalismo literário, mesmo que comparadas a ele pareçam ser um empobrecimento. Por outro, vão profissionalizar o jornal, atacando o amadorismo, o que parece um avanço. Apenas uma idealização do passado permite apagar uma das duas facetas da contradição. Ao ver o jornalismo como a produção de textos literários por grandes escritores, é de se esperar que a reforma seja combatida, vorazmente. Deste ponto de vista, ela empobrece o jornalismo ao retirá-lo dos braços da literatura e ao torná-lo prática de um profissional da informação, que é o profissional que corresponde à reforma. Mas mesmo por este viés, é nítido que é neste ponto que o jornalismo ganha autonomia, mesmo que apartado da literatura possa ser visto como menor que ela.

Já o quadro descrito por Lage faz a reforma parecer muito mais premente e justa. Na miríade de possibilidades que é e era o jornal, estavam presentes tanto a realidade dos amadores quanto a dos grandes literatos. Em relação às duas, como movimento de autonomização do jornalismo, as reformas foram relevantes. Afastar-se da literatura tem suas conseqüências negativas, como a diminuição do estatuto do jornalismo, deposto do olimpo da arte, mas é o que permite a constituição de um campo e, dentro dele, o estabelecimento da linguagem jornalística como problema acadêmico. Em relação ao amadorismo reinante, é um evidente avanço, ainda que a profissionalização implique fechar as portas da profissão para muitos neófitos.

O surgimento das escolas¹⁸ também contribui para a constituição do jornalismo como objeto de estudo. Mas a existência das escolas de jornalismo sustenta-se ou no mínimo se apóia sobre a aceitação do jornalismo como profissão. Logo, é um movimento que relaciona diversos setores, que se ligam de forma interdependente. Daí por que, neste momento, a academia

¹⁸ Getúlio Vargas criou legalmente, em 13 de maio de 1943, o Curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro. O funcionamento regular, no entanto, só começou em abril de 1948. Mas houve iniciativas anteriores, como a tentativa da ABI – Associação Brasileira de Imprensa – em 1918 de criar uma escola de jornalismo, para aprimorar a formação dos profissionais. Em 1943, na Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo, acontece uma série de palestras e conferências, resultando o primeiro Curso Livre de Jornalismo no Brasil (Dias, 2004).

investe em descrições do jornalismo, deste jornalismo praticado pelo profissional jornalista, que é trazido para o Brasil a partir de 1951. O jornalismo profissional é o que a academia defende e sobre o que se sustenta. Por isso também os trabalhos são acríticos, pois o campo está em consolidação e não convém no momento questionar seus fundamentos ou práticas.

A padronização afasta dos jornais os grandes escritores, diminui a presença dos grandes polemistas e valoriza os profissionais da técnica. Mas, sem dúvida, é a introdução destas técnicas que vai iniciar uma maior profissionalização da categoria, vai fortalecer o jornalismo como fazer específico e vai ampliar a discussão sobre o texto jornalístico. Este movimento se fazia em três frentes nos anos 1950: nos jornais, entre os jornalistas e na academia. Curiosamente, aquilo que hoje é visto como a morte do estilo e do autor, uma padronização em níveis inaceitáveis, foi na origem o ponto de partida da discussão sobre o texto jornalístico como problema específico.

2.4 POLEMISTAS CONTRA O JORNALISMO POLÊMICO

Não há como separar o movimento que especifica o texto como prática daquele que o especifica como problema, ainda que se trate, como foi para mim, de problema prático. Refletindo o movimento dentro das redações, Celso Kelly¹⁹ (1966), autor de *As novas dimensões do jornalismo*, Danton Jobim²⁰ (1960), autor de *O espírito do jornalismo*, e Luiz

¹⁹ Celso Kelly nasceu em 1906 e foi um dos pioneiros do ensino de jornalismo no Brasil, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além de professor, fundou em 1928 a Associação Brasileira de Artistas e foi presidente da ABI – Associação Brasileira de Imprensa – de 1964 a 1966. Renunciou ao cargo em 9 de fevereiro de 1966, três meses antes de completar o mandato, para assumir a função de diretor-geral do Departamento Nacional de Ensino do Ministério da Educação. No MEC, organizou a primeira grade curricular do curso de comunicação, instituindo a formação polivalente dos comunicadores, através do parecer nº 984 de 1965. Esta concepção de curso estava sob a influência do CIESPAL - Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina - mantido pela UNESCO e sediado em Quito, Equador. O último cargo público de Celso Kelly foi o de governador do Estado da Guanabara, de 1972 a 1975.

²⁰ Danton Pinheiro Jobim é natural de Avaré (SP), onde nasceu em 8 de março de 1906. Mudou-se para o Rio de Janeiro na década de 1920 e se tornou repórter do jornal A Noite. Foi secretário de redação dos jornais A Crítica, A Manhã, A Esquerda e A Batalha. Primeiro grande pensador brasileiro ligado à academia no campo da comunicação, Danton Jobim foi professor de jornalismo, na Faculdade Nacional de Filosofia, primeira instituição a ter um curso de jornalismo. Foi professor visitante da escola de jornalismo da Universidade do Texas e professor de Didática do Jornalismo do CIESPAL, no Equador. A experiência nos Estados Unidos fariam de Danton Jobim um defensor e um introdutor das técnicas americanas de imprensa. Ao lado de Luís Paulistano e Pompeu de Souza, na década de 50, participou da reforma e modernização no Diário Carioca, onde trabalhou de 1933 a 1956 e viveu o auge de sua carreira. Ao lado de Pompeu de Souza e Luís Paulistano, comandou o processo de modernização do Diário Carioca. Quando o jornal acabou, assumiu a direção de redação do jornal Última Hora, outro veículo que contribuiu muito com a transição do jornalismo brasileiro nos anos 1950. Foi senador e presidente da ABI. Faleceu em 26 de fevereiro de 1978, de parada cardíaca provocada por embolia pulmonar. (www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/dicionario_jbr.htm)

Beltrão²¹, autor de *Iniciação à Filosofia do Jornalismo* (1960), serão os defensores e ao mesmo tempo os elaboradores dos primeiros marcos teóricos, no Brasil, da nova escola. Os três, na verdade, defendem posturas diferentes, mas são entusiastas das “novas dimensões do jornalismo”.

Sintomaticamente, os três defendem a subordinação do jornalismo à lógica da informação. Jobim e Kelly também debatem a questão das relações da literatura com o jornalismo. Esse é um sinal claro de que o debate era cadente e que a questão do jornalismo como prática literária era sólida. Até então, os jornais apareciam como espaço de polemistas que viam ali a chance de exercer suas habilidade com a “pena”. A própria história de Assis Chateaubriand, que começa como polemista (Moraes, 1994), é um indício de como era a imprensa na primeira metade do século XX. Aos jornais, décadas antes das reformas, haviam chegado diversos literatos, como Rui Barbosa e Machado de Assis. As relações da imprensa com a literatura eram evidentes. Contra isso, a reforma será um adversário feroz ao regradar o texto, ao subordiná-lo à sua função comunicativa, retirando-lhe a pretensão de ser um fim em si mesmo, como na literatura. O jornalismo, via reforma, luta para deixar de ser subgênero literário e passa a ser um gênero com finalidade própria e regras claras, subordinadas ao seu papel de informar. Não é estranho que a reforma seja vista, em si mesma, como uma diminuição do texto, já fora do navio da literatura. Agora o jornalismo é um campo distinto de fazer lingüístico, mas perde a nobreza literária. Por isso, a introdução dos *style books* não pode ser pensada em seus aspectos positivos, por especificar o fazer jornalístico e criar um campo autônomo de reflexão, com suas próprias regras, sem levar em conta os aspectos negativos: a tecnificação que passa, então, a exigir bem menos competência redacional dos profissionais em comparação com os grandes literatos, ainda que exija bem mais em comparação com o redatores medíocres que perambulavam pelos jornais. Tal situação, criticada por Lacerda, é descrita nos seguintes termos por Nilson Lage:

²¹ Luiz Beltrão era pernambucano, nascido em Olinda, em 8 de agosto de 1918. Trabalhou em diversos veículos comerciais, como o Diário de Pernambuco, Folha da Manhã, rádio, revistas, agências e assessorias de imprensa. Participou também ativamente da vida sindical da categoria dos jornalistas, sendo presidente da AIP – Associação da Imprensa de Pernambuco, de 1951 a 1957, e vice-presidente da Fenaj – Federação Nacional dos jornalistas. Como presidente da AIP, ajudou na fundação do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco. Criou o primeiro curso de jornalismo no seu estado e foi um fervoroso lutador pela profissão e pelo estudos aprofundado do jornalismo. Foi fundador do Instituto de Ciências da Informação - ICINFORM, primeiro centro acadêmico nacional de estudos midiáticos, e de *Comunicações & Problemas*, primeira revista de ciências da comunicação (Universidade Católica de Pernambuco, 1963) e se tornou o primeiro Doutor em Comunicação do Brasil (Universidade de Brasília – UnB, 1967). Publicou diversos livros, entre eles *Iniciação à Filosofia do Jornalismo*, *A Imprensa Informativa*, *Jornalismo Interpretativo* e *Jornalismo Opinativo*. Faleceu em Brasília em 1986.

Quando, tempos depois, passei a trabalhar no copy desk, rapidamente descobri porque o jornal era quase todo reescrito: muitos dos repórteres, alguns com longo tempo de profissão e experiência na coleta de informações, não apenas não dominavam a técnica jornalística que estava sendo introduzida como jamais a dominariam: simplesmente não sabiam escrever. Textos chegavam com erros de regência, concordância, ortografia, às vezes contraditórios ou ininteligíveis. (À frente, o passado *in* <http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/lage-afrente-opassado.html>, consultado em 8 de agosto de 2006)

Para os defensores, a reforma é vista como a profissionalização do jornalismo, como é, de fato. Para outros, como Nelson Rodrigues, que chamava os praticantes do texto jornalístico tecnificado de “idiotas da objetividade”, evidentemente não. Diz Ruy Castro sobre Nelson:

A busca da ‘objetividade’ significava a eliminação de qualquer bijuteria verbal, de qualquer supérfluo, entre os quais os pontos de exclamação das manchetes – como se o jornal não tivesse nada a ver com a notícia. Suponha que o mundo acabasse. O *Diário Carioca* teria de dar essa manchete sem um mínimo de paixão. Nelson, passional como uma viúva italiana, achava aquilo um empobrecimento da notícia e passou a considerar os ‘copy-desks’ os ‘idiotas da objetividade’. (Castro, 1992)

Se tomarmos o jornalismo pelos grandes vultos que nele ingressaram no Brasil, como Machado de Assis, Euclides da Cunha, Rui Barbosa ou até mesmo Nelson Rodrigues, a reforma dos anos 1950 pode ser vista, legitimamente, como um retrocesso, uma desvinculação injustificável da literatura; ainda que tal desvinculação, repito, tenha permitido a constituição autônoma do campo, com efeitos positivos para a profissão, para a academia e para o pensamento sobre jornalismo no Brasil. Mas se posta ao lado do que era a média dos jornalistas, com a realidade das redações, a reforma é um ganho em todos os aspectos, mesmo com todas as críticas que possam ser formuladas.

O jornalismo no Brasil, nos anos 1950, inicia um processo de consolidação como campo, com suas próprias regras, seu habitus e seus capitais específicos (Bourdieu, 1983). O primeiro embate, neste processo, será naturalmente o acerto de contas com a literatura, campo ao qual o jornalismo pretendeu pertencer e do qual busca, na reforma, se distinguir.

Celso Kelly (1966), autor de *As novas dimensões do jornalismo*, entra na discussão, com posição divergente de Tristão de Athayde, mas sem romper com a concepção anterior. Defende o novo jornalismo, mas o concebe como prática literária. Ou seja, sustenta-se sobre uma contradição: o jornalismo como prática informativa e estética, ao mesmo tempo. Para Kelly, a prática do jornalismo subordina-se à lógica da informação e, ao fazer isso, produz uma arte tal qual o pintor ou o músico, pois é função da arte partir de um objeto, um referente para estetizá-lo. Diz ele, defendendo a lógica da informação como matriz do jornalismo:

O jornalismo, pois, reside nesse enunciado singelo: a escolha e captação do fato, a sua reformulação em notícia, a divulgação regular da mesma a um público cada vez maior (ou a um público determinado) e a receptividade por parte desse público. Saber captar e transferir constitui a técnica da comunicabilidade, vale dizer, a essência do jornalismo. (1966: 12)

Páginas à frente, porém, defende uma concepção de jornalismo que o devolve ao território das artes:

O processo jornalístico assemelha-se aos demais processos da criação artística. Quer pelos requisitos de ordem ética, quer pelos requisitos de ordem estética. De um lado, a captação do fato ao meio, tal como o pintor ou o romancista diante de uma criatura que se tornará modelo ou personagem; de outro lado, a comunicação do fato captado, não de maneira fria e documentária, mas segundo a sensibilidade do repórter ou cronista, contando o contável e provocando nas entrelinhas o manancial de sugestões que a sua palavra enxuta possa produzir. (1966: 29)

Ainda que não argumente com a mesma solidez e método que Tristão de Athayde, apenas afirmando uma posição, é evidente que para Kelly jornalismo é literatura, pela mesma ênfase nos fins da linguagem que é defendida por Tristão de Athayde. Não poderia ser diferente. Seu conceito de arte é elástico e comporta não apenas o jornalismo e todos os demais subgêneros já elencados em *O jornalismo como gênero literário* (1966), mas também a própria publicidade e discursos políticos, entre outras atividades lingüísticas. Diz ele:

Dentre os caminhos da criação literária, figuram os do jornalismo, em suas variações, da notícia à reportagem e entrevista, do tópico ao artigo de fundo, da crônica às colaborações assinadas. Difícil traçar fronteiras entre tais caminhos, dadas as afinidades e as influências recíprocas. (1966: 31)

Um tal conceito é tão amplo que, no limite, dilui as bordas da literatura. Qualquer coisa que parta de um referente para produzir estética é literatura. Neste campo, qualquer coisa serve, inclusive o jornalismo informativo e, talvez, sobretudo ele. Kelly não contraria as concepções vigentes, não diminui as fronteiras da literatura. Não nega, em si, que o jornalismo é literatura, mas ao ampliar as bordas do literário faz com que ser ou não literatura seja irrelevante. Se tudo é literatura, pouco importa o que é literatura. Assim Kelly resolve o problema sem contradizer as concepções tradicionais. O jornalismo, dotado de funções amplas deveria: “Divertir, tal como o teatro; informar, tal como uma enciclopédia; formar a opinião, tal como um discurso” (1966: 33). O jornalismo é, portanto, tudo. Não há nada contra o que se oponha, contra o qual marque seus limites, não há função que não desempenhe.

Em 1960, quatro anos após a reforma no JB, Danton Jobim lança *Espírito do jornalismo*, reunindo uma série de conferências realizadas entre 1953 e em 1957. Pela data e pela contundência, Danton Jobim foi muito mais importante para o novo jornalismo do que Celso Kelly. A atenção que ele dedica à comparação entre jornalismo e literatura é um indício muito forte de que a discussão estava posta. Mas Jobim vai defender uma postura bem mais clara, sem negar a pertinência da análise de Tristão de Athayde. Como os defensores da reforma, ele argumenta a favor das suas posições. E, como nenhum outro autor, faz emergir a discussão do texto jornalístico no Brasil. Jobim vai na contramão de Tristão de Athayde:

Jornalismo, em si mesmo, não é literatura. Eventualmente, porém, a reportagem, o editorial, a crônica, poderão converter-se em exemplos de belas letras. 'A imprensa – diz Gonzague Truc – converteu-se sobretudo em órgão de informação, e, se atingiu certo grau de perfeição nesse particular, não foi sem sacrificar bens preciosos e velhas virtudes. A informação quer clareza, variedade, pitoresco; entrega-se à pintura de quadros cada vez mais sumários; apressa-se em deduzir causas e conseqüências; quer seduzir, mais que instruir a fundo; arrebatá-lo, mais que comover; é imagem do choque, mais que pensamento ou sentimento.' (1960: 33)

Ainda que não use tais conceitos, Jobim coloca claramente a linguagem como meio no jornalismo, não como fim. O jornalismo não é fazer estético, ainda que, eventualmente, produza belas letras. Neste aspecto, vai centrar seu argumento num dos pilares da reforma. O texto é instrumento para a função do jornalismo: informar. Por isso, deve ser desidratado de estilismos injustificáveis.

Subordinar o texto aos desígnios da informação é propósito evidente das técnicas americanas, ainda que isso possa ser, perante a concepção do jornalismo polêmico, mais superficial que a formação da opinião ou menos relevante para a democracia que a condução das massas pela imprensa. Também está evidente o elogio do acontecimento, da novidade, daquilo que choque mais que provoque o pensamento. Este valor vai acompanhar o jornalismo para sempre a partir de então, muitas vezes com conseqüências trágicas.

A forma de argumentar é cautelosa. Jobim não descarta que o jornalismo possa ser literatura, mas apenas eventualmente. Ser literatura está longe de ser sua função. Ou seja, o jornalismo pode eventualmente ser literatura, mas não pode ser feito para sê-lo. Sua função é descrever a realidade, o novo, da forma mais fiel possível.

Um fato que desafia contestação é que o jornal contemporâneo, o grande jornal de informação, é um constante esforço para oferecer ao leitor diariamente o quadro tão realista quanto possível da vida na comunidade. Está longe, por certo, de ser espelho fiel dos tempos, mas um confronto dos seus padrões de informação com os do

passado mostra que ele tem caminhado sempre no sentido da objetividade e da exatidão maiores do noticiário. (1960: 27)

Neste ponto, Jobim se aproxima da teoria do espelho, que perpassa boa parte da história do jornalismo (Traquina, 2001: 65) e o persegue, como mito fundador, inconsistente, mas legitimador da ação dos jornalistas e, ao mesmo tempo, norteador das práticas profissionais. Ao longo do texto, mais do que apenas este valor, este mito da profissão, Jobim constrói muito do que é a concepção contemporânea sobre a imprensa. O texto é seminal do pensamento sobre o jornalismo informativo no Brasil. Ali já está presente o que no início do século seria considerado como perversão da imprensa, que é sua destinação, sua subordinação, como produto e como prática, aos interesses do leitor. A objetividade é resposta a esta demanda. Ela responde, segundo Jobim, “a pressão da massa de leitores” (1960: 28). É esta massa que espera um jornal com informações não distorcidas, mas com “noções corretas, não deformadas, sobre os acontecimentos” (1960: 28). Objetividade é construída, portanto, em dois sentidos. Primeiro, é fidelidade ao real, adequação da linguagem aos fatos, bem aos moldes do que o positivismo defendia. Reflete nitidamente o distanciamento da imprensa da literatura e sua aproximação, ao menos como idealização, da ciência (Messagi, 1998). O segundo sentido é da imparcialidade. Um retrato fiel não permite a interferência de interesses. Todos estes aspectos se refletem nas técnicas de texto. Será o texto, a partir de agora, que cumprirá as demandas que Jobim defende. Se o leitor já não confia mais em um jornal que seja partidário, se quer retratos, quadros perfeitos, se a questão da credibilidade se põe, é o texto que deve construir isso no imaginário do leitor. Apenas nas reportagens com mais tempo o repórter pode burilar a linguagem e ter pretensões literárias (Jobim, 1960: 34). Jornalismo e literatura não estão totalmente separados. “O fato é que uma e outra não são mundos fechados; intercomunicam-se esses dois domínios, entre os quais, separados que estão por uma linha fluida, haverá sempre uma passagem discreta” (Jobim, 1960: 39). Ao afirmar a proximidade de dois campos, discretamente Jobim afirma a existência de dois campos. Ou seja, afirma a existência do jornalismo como campo independente. E arremata, severamente: “Seria absurdo, por certo, considerar literatura esse aluvião de lugares-comuns que se derramam pelas páginas do noticiário local” (1960: 43). Em outras palavras, jornalismo é menos que literatura. Portanto, não é literatura. A autocrítica mal disfarça um desejo de distinção.

Esta imprensa deve sobreviver comercialmente, subordinar-se aos interesses do leitor, não promover nem se vincular a causas. Deve buscar credibilidade, produzir relatos fiéis, ser simples e compreensível. Isso constrói um estilo, que, segundo Jobim:

Requer simplificação quase esquemática do conteúdo e de forma para facilitar ao máximo a rápida absorção do texto; requer uma ordem, nem sempre lógica, no dispor os elementos de uma narrativa, que visa a introduzir o leitor na essência da matéria logo que lhe inicia a leitura. E, além disso, mais três qualidades: concisão, concisão, concisão. (1960: 46)

É o elogio do lead, não como as seis perguntas, simplificação grosseira feita por alguns manuais e vendida aos jovens alunos de jornalismo, mas do lead como informação principal, resumo ou parte mais importante da notícia. Do lead como resultado de uma competência profissional no reconhecimento da relevância das informações, não como mera resposta a uma série de perguntas.

Por fim, Jobim, como conclusão impositiva do seu raciocínio, elogia os *style books*, os manuais, que estão na dianteira do novo estilo de texto jornalístico. Para ele, os manuais são uma “tentativa louvabilíssima” (1960: 48) de melhorar a qualidade do texto jornalístico e um amparo fundamental aos principiantes.

Danton Jobim é um profissional de imprensa que se aventura pela conceituação do jornalismo, seguindo mesmo a tradição de Ruy Barbosa e Carlos Lacerda, e migrará para a academia. Luiz Beltrão fará o mesmo movimento, optando pela academia, trabalhando pelo reconhecimento da profissão, enveredando pela carreira de professor e de pesquisador na área. Mais que um percurso profissional, é um caminho teórico, realizado junto com o próprio campo. Beltrão é o fio de Ariadne que leva à afirmação de um novo tipo de jornalismo, à preocupação técnico-editorial dos manuais e à elaboração de trabalhos que iniciam o esforço de teorizar o jornalismo e os gêneros textuais jornalísticos. Ele terá sua história ligada ao próprio movimento de profissionalização da área e de especificação teórica do objeto, testemunha das relações entre campo profissional e campo acadêmico que marcam a teoria do jornalismo no Brasil, segundo Marques de Melo (2006).

O livro *Iniciação à filosofia do jornalismo* (1960) difere, no entanto, dos esforços de Celso Kelly e de Danton Jobim por não estar focado, prioritariamente, na afirmação de um novo paradigma jornalístico, ligado à informação. Beltrão compartilha esta posição, mas a dá de bandeja, como implícita. Diz, brevemente: “Fazer jornalismo é informar. Jornalismo é antes de tudo informação, costumava repetir aos meus ouvidos de ‘foca’ esse mestre da

imprensa brasileira que é Aníbal Fernandes” (1960: 61). O paradigma não lhe soa novo, mas sim ensinado por uma geração anterior, que já tomava o jornalismo como informação

Iniciação à filosofia do jornalismo não é, pois, apenas um texto polêmico, apesar de ter claramente um lado na discussão. O livro é mais acadêmico, busca uma visão de conjunto, que vai além da mera descrição da maneira como o jornalismo funciona e é praticado. Busca integrar estes dados em análises teóricas que englobem o jornalismo como um sistema completo; sistema que ultrapasse os próprios dados analisados e seja aplicável para toda e qualquer prática jornalística. Nesta abordagem, Beltrão demonstra uma precoce maturidade acadêmica, que vai se perceber até mesmo nos trabalhos de cunho mais aplicado. Ela se verifica, por exemplo, na sua consciência histórica do desenvolvimento do jornalismo até o momento e do papel que lhe foi legado:

As primeiras manifestações jornalísticas foram puramente utilitárias, respondendo a exigências primárias da vida social. Em seguida, observou-se uma fase de alegre despreocupação: o jornalismo era, então, enredo e maledicência amável e inconseqüente. Mais tarde, registrou a época da polêmica, dos fatos apresentados em conflito e usados para a defesa ou o ataque. Houve, ainda, o instante da boemia, da quase irresponsabilidade. Somente há pouco mais de um século que o jornalismo e o jornalista iniciaram a sua batalha de aperfeiçoamento, de fixação de metas a serem ultrapassadas, de superação do empirismo para um enquadramento ético e estético, um planejamento filosófico e sociológico que responde não só à reclamações primárias e meramente utilitárias mas à necessidade do espírito do homem, com tempo para viver e para pensar. (1960: 170)

É deste momento atual do jornalismo de que fala Beltrão que ele próprio participa, momento de superação do empirismo, de conversão do jornalismo numa prática profissional e do seu estudo em ciência. A visão histórica perpassa todo o livro, sendo seu principal eixo na parte inicial da publicação. A partir da história do jornalismo, articulando valores que a ele foram incorporados pelo tempo, Beltrão chega à definição da atividade:

Jornalismo é a informação dos fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum. (1960: 62)

Ele inclui no conceito tanto a prática profissional como a missão do jornalismo, seu dever social. Joga a discussão para a esfera moral, impondo ao jornalismo e ao jornalista uma missão, um dever. As características do jornalismo, para Beltrão, são: atualidade, variedade, interpretação, periodicidade, popularidade e promoção (1960: 63-113). O aspecto moral do jornalismo, seu dever e seus direitos, são discutidos sobretudo na terceira parte do livro. Mas é no momento em que pensa o jornalismo como um sistema, com partes integradas e

interdependentes, que Beltrão avança para uma formulação teórica original, uma descrição que não se limita a apenas mostrar como os jornais são organizados, mas que se pretende uma descrição sistêmica, genérica, que incorpora dados empíricos ao mesmo tempo que os formula teoricamente. A atividade jornalística envolveria o público, o editor, o técnico e o jornalista.

O editor, no caso, é um conceito que se assemelha ao termo *publisher*, do inglês. É o responsável, em última instância, pela publicação do jornal, normalmente o próprio proprietário da empresa jornalística. São quatro tipos: o financista, cujo objetivo com o jornal é o lucro (1960: 124); o idealista, que faz do jornal uma ferramenta política, para melhorar as condições sociais por onde deveriam se espalhar suas idéias (1960: 128); o Estado editor, que provê condições de funcionamento aos meios de comunicação (1960: 132); e o Estado editor idealista, que pretende também propagar idéias (1960: 137).

O técnico incorpora as funções fundamentais para a confecção do jornal, mas na concepção de Beltrão não desempenha atividade jornalística. Um exemplo são os diagramadores. Diz ele: “O técnico, o homem que domina a natureza das coisas, é aquele intermediário entre a realização subjetiva de uma atividade e a sua realização objetiva, material” (1960: 140). No trecho, mesmo na discussão de atividades que seriam as mais práticas possíveis, o domínio conceitual é evidente.

Ao público, participante deste sistema de produção e consumo dos jornais, Beltrão reserva um papel muito mais detalhado do que apenas o de receptor passivo. No caso, trata-se de uma infinidade de agentes, que lêem, assistem ou ouvem jornais impressos, telejornais e radiojornais, mas que com eles se relacionam de forma mais ativa, inclusive fornecendo informações e interagindo com os jornalistas. O público, na concepção de Beltrão, é responsável direto pela produção de parte do que é veiculado pela imprensa, através das cartas de leitores e dos colaboradores externos ao corpo profissional que confecciona o jornal, além de entidades associativas, sindicatos, partidos, igrejas e empresas que se comunicam através das suas assessorias.

O jornalista, evidentemente, está no centro deste processo, pois é o agente criador, com responsabilidade e competência profissional, mas também com um compromisso moral muito forte com um projeto de esclarecimento da opinião pública. Beltrão aponta as características dos jornalistas e já anuncia um perfil profissional. No centro da democracia moderna, a imprensa é o fazer do jornalista, “aquele que encontrou a sua vocação no servir e é porta-voz e intérprete dos fatos sociais” (1960: 160). Outro aspecto fundamental do profissional é o tipo de curiosidade que o move. Ao contrário das pessoas comuns, que são

curiosas para saber de coisas que lhes afetem, o jornalista é curioso por natureza, mas para contar aos outros, pensando no interesse de terceiros. Para isso, deve ser “fecundo”, com “capacidade de reconhecer o fato e mesmo de provocá-lo (...) e juntar-lhe, com exatidão e rapidez, os elementos que o irão transformar, na forma e no fundo” (1960: 162). A isso, Beltrão soma a objetividade e a descrição, a capacidade de separar o verdadeiro do falso e o dever de divulgar qualquer notícia comprovada, sem ponderar nesta decisão as conseqüências, ainda que ele as conheça claramente. Por fim, a última característica é o senso estético, relacionado diretamente ao texto jornalístico, competência final do profissional na hora de preparar o texto para divulgação. Diz ele:

É o senso estético que dita o estilo jornalístico, que há de ser correto, mantendo igual distância entre o preciosismo e o vulgarismo; que há de ser claro, fugindo ao simbólico e ao metafórico; que há de ser uno, mediante a ordenação das idéias numa seqüência lógica; que há de ser enérgico, fixando expressões ou detalhes essenciais; que há de ser, finalmente, harmônico, adotando um ritmo próprio de ‘linguagem’, de molde a evitar dissonâncias e choques. (1960: 169-170)

O sistema se fecha, com todas as partes em relação. Beltrão antecipa, em 1960, as discussões sobre *gatekeeping*, no Brasil, pois já havia percebido que o jornalista exerce um papel de filtro, ao longo do seu trabalho, selecionando e hierarquizando informações. Com tantas informações, cabe ao jornalista “seleccioná-las, comentá-las, lançá-las ao público com maior ou menor relevo” (1960: 78).

Este ensaio inicial de Beltrão irá guiar boa parte da sua produção acadêmica. Fiel à tese de que jornalismo exige formação, responsabilidade, domínio de conhecimentos técnicos e humanísticos, ele produzirá o livro *A imprensa informativa*, com clara finalidade de ensinar jornalismo. Será um dos pais da área de folkcomunicação, pois percebe que muitas produções periódicas escapam ao seu esquema, que se volta para a grande imprensa, mas não privilegia todas as formas de comunicação popular e comunitária.

Os livros *Jornalismo interpretativo*, lançado em 1976, e *Jornalismo opinativo*, de 1980, são decorrências do seu esforço inicial de descrever, com rigor, o campo profissional. Excetuando a obra *Subsídios para uma teoria da comunicação de massa* (1986), onde Beltrão aborda os meios de forma mais ampla, incluindo referências a Marshal McLuhan, ao funcionalismo americano e às teorias da linguagem (lingüística e semiologia), os outros livros tratam substancialmente de jornalismo, ponderando as práticas profissionais com viés acadêmico e mirando sempre nos resultados para o ensino da profissão.

Um exemplo de como *Iniciação à filosofia do jornalismo* contém vários aspectos que serão depois abordados em outras obras é a discussão ali já inserida sobre jornalismo e interpretação:

A interpretação jornalística difere substancialmente da histórica ou da filosófica porque está jungida ao presente, ao atual, ao positivo, requerendo não somente bom senso, honestidade e imparcialidade, da parte do agente, como uma excepcional aptidão para apreender o centro de interesse, o ponto nevrálgico, o núcleo do fato ou da matéria que se há de utilizar no trabalho. (1960: 79-80)

O tema será, depois, esmiuçado em *Jornalismo interpretativo*. Os trabalhos de Beltrão irão focar na profissão de jornalista e são nitidamente um esforço para construir uma teoria endógena ao campo, que pensa o jornalismo a partir dos seus próprios problemas, pois coloca as práticas profissionais no centro da sua teorização. Ao lançar este olhar, ele insinua a relevância do texto e, nas obras seguintes, o coloca como objeto privilegiado de análise.

Por este caminho, Jobim, Kelly e Beltrão contribuem para especificar um novo campo profissional, onde duas coisas se cruzam: uma prática profissional, e o texto que esta prática produz, e os profissionais do campo, agora não mais apenas literatos menores (1960: 79), mas jornalistas. Menores que os escritores, talvez, mas não escritores menores.

2.5 A ERA DOS MANUALISTAS²²

Danton Jobim e Celso Kelly são intelectuais importantes nos anos 1950 e representam uma vertente do movimento que vai introduzir novas técnicas no jornalismo brasileiro: são formuladores teóricos, justificam as novas práticas, defendem-nas, descrevem o momento histórico e as condições sociais que demandam uma nova imprensa. São intelectuais orgânicos, profissionais que atuam em duas frentes normalmente: nas redações e nos cursos de jornalismo. Preparam o terreno para que o jornalismo coloque o texto no centro do seu fazer profissional.

O novo jornalismo anunciado por Kelly e Jobim vai se espriar na academia, nos recém-criados cursos de jornalismo, onde surgirão, no Brasil, os pioneiros do pensamento acadêmico descritivo do fazer jornalístico, como Luiz Amaral e Luiz Beltrão. Mas Kelly e

²² Chamo de manualistas os primeiros autores, do Brasil ou não, que realizaram trabalhos de descrição geral do jornalismo, muitas vezes com caráter didático e, em parte, com viés normativo, por estabelece regras para o bom jornalismo. Tais normas incluem técnicas de redação.

Jobim se encontram ainda na seara da polêmica. Ajudam a justificar um novo modelo de jornalismo, mas não são estudiosos dele, não o formulam senão em linhas gerais. Querem firmar uma posição, não ensinar ou descrever como se faz jornalismo. Não subordinam seus escritos a dupla demanda de produzir livros amplos e descritivos sobre o jornalismo, que sirvam como manuais introdutórios, e de realizar descrições amplas do jornalismo como ele é, que será a tônica de várias obras que se seguem aos dois autores, porém sustentam, e se sustentam, na mesma concepção de jornalismo.

Tais trabalhos se caracterizarão por serem produzidos por homens do meio universitário ou profissionais que apostam na formação jornalística, num tempo em que prevalece a crença de que jornalista é alguém dotado de um dom e não de um conhecimento específico. Os jornalistas são “homens de jornal”, aponta Hohenberg (1981: 14), embora não concorde com a definição. Serão os manualistas, como o próprio Hohenberg, que atacarão esta crença, apostando na formação profissional. Jornalistas subordinam seus textos a uma lógica que impõe o trabalho descritivo, muitas vezes focado na demanda de ensinar jornalismo, e a um ainda frágil rigor científico como parâmetro. As condições no Brasil, como defendo nesta tese, para o pensamento específico sobre o jornalismo ainda não estão dadas quando surge o primeiro curso na área, em 1943. Mas o início da formação acadêmica em jornalismo contribuirá para a construção destas condições. Ao mesmo tempo, a academia vai se alimentar, sustentar e ser sustentada por estes trabalhos de viés científico ou no mínimo descritivo dos manualistas.

Antes deste momento, a concepção do jornalismo como fazer político, por um lado, e a subsunção à literatura, por outro, não permitem ver nos jornais qualquer especificidade que os delimitem como campo autônomo, seja de atuação profissional, seja de produção acadêmica. Os 16 anos que separam o primeiro livro de Beltrão da criação do primeiro curso de jornalismo são uma prova disso. O campo não está conformado, nem na academia, nem no mercado. O jornalismo ainda não é uma área profissional claramente delimitada. É verdade que ainda pena, hoje, para ser reconhecido como tal. Mas há um esforço consciente para que isso ocorra a partir dos anos 1950. As novas técnicas carregam isso: o jornalismo é uma profissão, não um fazer político ou estético. Este esforço vai buscar constituir, ao mesmo tempo, o jornalismo como objeto de estudo e o jornalismo como profissão específica. Uma coisa não se separa da outra. As demarcações da área de atuação profissional e do campo de conhecimento científico ocorrem paralelamente. A vinculação à academia é condição fundamental para erigir o jornalismo em profissão; o estatuto de profissão dado ou

conquistado pelo jornalismo é condição fundamental para convertê-lo em campo de estudo, competência e conhecimento, cuja formação demanda a constituição de cursos superiores.

Coincidentemente, no Brasil, o surgimento dos cursos e dos primeiros estudos acadêmicos sobre jornalismo e a consolidação do jornalismo nos moldes americanos acontecem em paralelo, com interferências de um sobre o outro. Este é um momento em que a academia e os segmentos profissionais estão muito próximos, atuam por uma mesma causa: a profissionalização do campo jornalístico²³.

Os primeiros acadêmicos serão jornalistas oriundos das redações, mas, muito mais do que a origem dos novos professores, há elementos mais relevantes que demonstram a afinidade de projeto. Alguns profissionais nas redações serão despertados por uma preocupação legítima com a formação, por uma afinidade de pensamento, por um compartilhamento de idéias sobre uma imprensa amadora, cuja demanda de profissionalização é evidente e defendida por jornalistas que vêem nos jornais uma profissão e que buscam desenvolver uma carreira neles. Serão, evidentemente, confrontados pelos donos de jornais, cuja manipulação política dos veículos pode esbarrar na nova concepção de jornalismo, e por aventureiros, que buscam os jornais apenas para tirar proveitos pessoais ou para exercer, por curto tempo, uma função remunerada.

Luiz Beltrão estará entre os que defendem a carreira de jornalista e o jornalismo como profissão. Começará sua carreira, no Diário de Pernambuco, mas terminará dentro da academia, formando novas gerações de jornalistas.

Durante o período em que trabalhou no Diário de Pernambuco, [Luiz Beltrão] descobriu, por meio de um livro francês, que era possível estudar para aprender a atuar em uma redação e dedicou o resto da vida a compreender e ensinar o jornalismo. Tornou-se jornalista profissional em 1940 e dois anos depois transfere-se para o concorrente Folha da Manhã onde iniciaria uma regular contribuição literária e chegaria a redator-secretário. Também atuou em rádio, revistas, agências e assessoria de imprensa, acumulando experiência que incluiu passagem no DIP, a presidência da Associação de Imprensa de Pernambuco e a criação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais. (Duarte, 2006)

Luiz Beltrão é um exemplo de uma determinada mentalidade da época, de um processo de mudança no perfil de profissionais da área que está relacionada a uma mudança de perspectiva sobre a própria profissão. Além das atividades citadas, ainda foi vice-

²³ Academia e mercado só vão se separar pela ação dos governos militares, erigidos ao poder pelo golpe militar de 1964, que colocará os cursos e as redações em lados opostos, em muitos estados, como aconteceu em Curitiba, com a Universidade Federal do Paraná. Criado por Danilo Costa Cortes, cuja carreira inclui delação de jornalistas, intervenção no Sindicato dos Jornalistas do Paraná e exercício do papel de censor em jornais, o curso de jornalismo só podia se colocar distante e contrário aos interesses profissionais dos jornalistas.

presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, em 1957, e fundador da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação. Tal mudança de perspectiva profissional, relacionando mercado e academia, deixará marcas em diversos setores. A questão da valorização da profissão está intimamente ligada com a formação acadêmica dos novos jornalistas e com o estudo, descritivo, do jornalismo. Estes são os pontos de convergência entre os profissionais que defendem ou estão na linha de frente da reforma e as academias. Por esta aproximação de projeto, transitar de uma atividade a outra ou exercer as duas atividades é muito natural, como, aliás, ainda o é até hoje. Professores e jornalistas terão, de certa forma, uma mesma causa. Há uma afinidade de concepções e de metas. Um maior distanciamento entre academia e redações só irá acontecer com a ditadura militar. Até então, tanto a academia quanto os profissionais defensores da reforma travarão uma luta pela profissionalização. Um dos resultados mais importantes desta confluência de interesses será a ascensão dos manuais de jornalismo, livros que serão as primeiras referências imprescindíveis para a formação dos novos profissionais e que vão incorporar as recomendações comuns dos *style books*, adotados pelas redações dos Estados Unidos.

Ou seja, os documentos da história mais relevantes deste momento, aqueles que materializam as aproximações entre redação e academia, aqueles que simbolizam melhor este tempo, são os manuais de redação. O nome “manual” pode sugerir um compêndio de regras, mas não é exatamente isto que define estes livros. Se assim fossem, seriam meros manuais de estilo. Tais livros têm, naturalmente, um caráter de definição de regras, pois estão descrevendo uma prática jornalística, que passa a ser normatizada pelo bom senso ou senso comum formulado e assimilado pela categoria profissional. Tal prática é coerente com as concepções de jornalismo como atividade informativa, mas não estética e nem política. Deste exercício (informar a sociedade), defendido como fundamental para a democracia, o jornalismo vai extrair sua legitimação. Compete-lhe denunciar, não avaliar; compete-lhe dizer o que acontece, não opinar sobre o que acontece. Tal papel social se funda numa concepção e produz práticas profissionais. Os livros vão girar em torno destes aspectos: conceito e prática.

No entanto, ao realizar um trabalho descritivo do fazer jornalístico, os manualistas empreendem também um trabalho normativo. Eles definem o que é notícia, o que é um bom texto, o que é lícito, como se deve produzir um jornal. Os manuais deste momento realizam um trabalho descritivo e normativo das práticas jornalísticas, o estudo do jornalismo enquanto sistema de produção de notícias e de veiculação de informações e a discussão e elaboração de regras de reportagem e produção de textos. Além disso, solidificam conceitos fundamentais

acerca da imprensa. O trabalho, ainda que guarde um forte cunho normativista, não discute apenas os deveres morais do jornalismo. É, portanto, bem diferente da empreitada empreendida por Rui Barbosa décadas antes.

Este aspecto descritivo geral, ainda que com forte viés normativista, é central nestes livros, mas tem sido muito mal compreendido por boa parte das críticas hoje, que vêm nas reformas dos anos 1950 apenas a introdução do texto que tecnicizou o jornalismo. Tais técnicas apresentam, de fato, uma pretensão científicizante, tornam o texto menos atividade em si mesma e mais instrumento de transmissão de informação. Enquanto tal, quanto mais “neutro”, se isso for possível, melhor. Tais técnicas são o ponto de ruptura que faz o texto jornalístico ser menos pensado ao lado da literatura ou como parte dela, e mais pensado ao lado da ciência, importando parte do jargão, como a palavra “objetividade” e incorporando, ainda que de maneira precária e farsesca, técnicas de produção de conhecimento rigoroso.

Os manuais também colocarão em evidência um outro aspecto central do jornalismo, ainda que isso passe despercebido. O texto jornalístico emerge e se consolida, como problema específico. É evidente que a questão da linguagem é inseparável do jornalismo, prática lingüística inegável. O livro de Alceu de Amoroso Lima (1958), *O jornalismo como gênero literário*, é a prova de que o jornalismo é pensado como linguagem antes mesmo do advento dos manuais, mas não como linguagem específica. A partir do movimento que culmina nos manuais, o texto torna-se absolutamente central para a definição da profissão. Prova disso é o espaço que todos os manuais, de Bond a Erbolato, dedicam a questões da linguagem jornalística. Em torno do texto, gira o jornalismo. Ele é produzido por práticas profissionais que se manifestam no texto, por competências redacionais específicas, por normas éticas que delimitam ou estabelecem a forma do texto, seus conteúdos típicos. Não se trata mais de saber escrever, mas de saber escrever bem um texto cujo domínio é competência de um profissional específico. O jornalista não é mais um literato, não é mais um polemista, cuja função política é evidente e se sobrepõe à função informativa. A síntese disso parece um truísmo: o jornalista é o profissional do texto jornalístico.

O clássico mais importante para entender este momento inicial é, sem dúvida, *Introdução ao jornalismo*, lançado em 1959 pela editora Agir. O livro é a tradução de *An introduction to journalism*, de Fraser Bond, professor emérito da Universidade de Nova York. Ele será o primeiro livro geral de jornalismo lançado no Brasil, muito mais vasto que o manual de Pompeu de Souza, utilizado no Diário Carioca. O livro terá uma estrutura comum aos trabalhos da mesma natureza na época. Ao tentar dar um tratamento descritivo geral ao

jornalismo, Bond aborda questões de técnica de texto; busca conceituar jornalismo; descreve os veículos de comunicação; especula sobre os gostos do leitor; descreve o caminho e os filtros por que passa a informação até chegar à redação; expõe a organização interna do jornal e o sistema que envolve fontes, agências de notícias, etc; defende condições jurídicas específicas para a atividade; e aponta áreas de cobertura, construindo, inclusive, uma tipologia de textos, como jornalismo esportivo, jornalismo cultural, etc.

Este movimento descritivo geral é duplamente cientificizante. Se por um lado afasta, como dissemos, o jornalismo da literatura e o aproxima da ciência como prática profissional, por outro também pretende produzir um conhecimento objetivo sobre o fazer jornalístico. Cientificiza o jornalismo como prática, pois lhe impõe métodos assemelhados aos da ciência, em defesa do rigor na descrição dos acontecimentos, e cientificiza o jornalismo como objeto de estudo, pois lhe descreve com as pretensões do método científico, ainda que o resultado seja, do ponto de vista da ciência e com olhar de hoje, muito questionável. Tal pretensão descritiva está carregada de normativismo. Ou seja: ao descrever como é feito, os manualistas como Fraser Bond, de maneira geral, determinam como deve ser feito. Por este caminho, naturalizam as práticas jornalísticas, como se fossem e só pudessem ser feitas desta maneira. “Ignorando a teoria e baseando, firmemente, nossa seleção no procedimento diário de diretores de jornais representativos de todo país, podemos mencionar, no mínimo, uma dúzia de regras e princípios que regem a seleção das notícias e respondem a pergunta: ‘o que é notícia?’”, diz Bond (1959: 73), numa recusa contraditória à teoria no próprio ato de teorizar.

Não deixa de ser curioso que tal esforço de teorização se veja como não-teórico, o que revela na verdade uma precariedade, no momento em que o livro é publicado, da discussão sobre o que é teoria e prática. Esta naturalização acrítica do jornalismo motivará um dos capítulos do livro *O segredo da pirâmide*, de Adelmo Genro Filho (1987). Analisando os manuais de Fraser Bond e John Hohenberg, traduzido para o português em 1981, Adelmo vai chamar tais trabalhos de espontaneamente funcionalistas. Segundo ele, as concepções de jornalismo que subjazem a tais textos são acríticas, assumem o jornalismo como prática cega, que se justifica por si mesma. Assim, os manualistas não discutem que tipo de independência deve sustentar o jornalismo, nem o que é imparcialidade. Ao fazer isso, os manuais assumem a visão hegemônica, a ideologia dominante, como natural.

Fica evidente que há uma interpretação e um sentido que devem brotar naturalmente dos próprios fatos, com base, portanto, em preconceitos e concepções dominantes na sociedade, que se manifestam no chamado ‘bom senso’, expressão individual da ideologia hegemônica. (Genro Filho, 1987: 43)

De uma concepção funcional ingênua, calcada na concepção ideológica hegemônica de sociedade, sobretudo nos Estados Unidos, brota um funcionalismo espontâneo e manuais de jornalismo funcionalistas.

A crítica de Genro Filho é pertinente e coerente com o projeto do livro: elaborar uma teoria marxista. Os manuais se fundamentam numa aceitação sem questionamentos do jornalismo como ele se desenvolveu nas sociedades capitalistas, notadamente nos Estados Unidos. A pertinência da crítica, no entanto, não anula a importância que os manuais tiveram e têm na consolidação do campo jornalístico, condição fundamental para que, anos depois, Genro Filho se lance na tarefa, bem sucedida, de formular uma teoria do jornalismo, que supere, de longe, as concepções de Hohenberg. Da mesma forma, a importância dos manualistas não anula a crítica aos manuais. Serão as técnicas americanas que lançarão luz no texto jornalístico e o tornarão objeto de disputa e de pensamento. Ou seja, será a introdução destas técnicas que farão surgir o texto como objeto de estudo, mas, ao mesmo tempo, serão elas que, convertidas em corrente principal de pensamento, irão bloquear o pensamento sobre o texto. Irão se opor à teorização. O movimento que produz o manual e funda o texto jornalístico como objeto autônomo também o canoniza.

Por isso, parece, num primeiro momento, que o papel dos manualistas foi, desde a origem, impedir que o jornalismo fosse pensado, discutido, criticado, teorizado. Tal conclusão só pode resultar de uma visão anacrônica do processo. Para o livro de Bond, quem escreve o prefácio é o diretor do curso de jornalismo da PUC-RJ, Walter Ramos Poyares. Será a academia que propagará tais textos e produzirá outros trabalhos com propósitos semelhantes. Seria estranho que, de dentro da academia, brotasse o esforço de silenciamento da teorização, ainda que, ao longo da história, o processo resultasse nisso. Tal concepção é falsa. As descrições gerais, de cunho muitas vezes normativo, produzidas pelos manualistas especificam e pensam a linguagem. Por isso, tornam o texto jornalístico e as técnicas de produção de informação atividades delimitadas por regras profissionais e que demandam formação específica. Sem isso, sem a existência de uma formação específica, sem exigências de um conhecimento que caracteriza o jornalista e o jornalismo, não há profissão. O jornalismo voltaria ao limbo do conhecimento geral, de onde estava se levantando. Não faria sentido, também, que houvesse cursos de jornalismo. Ainda que continuasse válido que o profissional de imprensa tivesse formação acadêmica, tal formação poderia ser nas mais diversas áreas. Por outro lado, descrever o jornalismo, mesmo que de forma acrítica, é um

primeiro esforço de conhecimento. Os manualistas empreendem um esforço de conhecer, ao mesmo tempo em que cunham ou sistematizam uma técnica e uma ética, de caráter normativo, que caracterizam o jornalismo. Portanto, o que seria estranho é que os cursos de jornalismo, nos anos 1950, não se engajassem neste esforço teorizante, ainda que ele pareça ingênuo e funcionalista hoje e que se negue como produção teórica, quando não é outra coisa senão isso.

Por isso, não é estranho que Poyares defenda, sobre o jornalismo, as mesmas concepções de Bond. Diz ele: “O jornalista é hoje um especialista em comunicação. Seu objetivo é comunicar-se com a gente quer para lhe transmitir informações ou elementos de opinião, quer para ajudá-lo a viver a vida de sua comunidade, nela integrar-se, interpretar suas tendências” (*in* Bond, 1959: vii). É nítido que a discussão sobre se jornalismo é literatura, ainda que apareça no livro de Bond, está superada ou subestimada no texto do americano, o que leva a crer que nos Estados Unidos tal tema já havia perdido relevância. A realidade no Brasil ainda não é esta. Tardio, o país demora ainda a aceitar tais valores como hegemônicos, mas, na academia e em alguns jornais importantes, jornalismo é comunicação, não estética. A linguagem, neste caso, está subordinada a uma finalidade: informar. Isto é fundamental.

Por isso, trazer Bond para o Brasil, traduzir o livro de um emérito autor do país onde o jornalismo, nos moldes como ele é feito no mundo, amadureceu, é evocar um aliado poderoso. Com isso, Poyares pretende, engajado numa causa, elevar a qualidade da imprensa pelo caminho da elevação da qualidade de formação dos jornalistas. “Cremos que nada contribuirá mais decisivamente para que a imprensa se torne respeitável, embora cresça em popularidade, do que o levantamento do nível de formação dos jornalistas”, diz ele (*in* Bond, 1959: viii). Trata-se de uma luta, onde se entrelaçam a consolidação da profissão, a especificação do texto jornalístico, a consolidação dos cursos e a inauguração do jornalismo como objeto de estudo. Nas palavras de Poyares, “a tradução de *An introduction to journalism*, de F. Fraser Bond, pela Agir, parece-nos excelente contribuição para o estudo dessa especialidade entre nós” (*in* Bond, 1959: viii).

O movimento na vanguarda dos jornais e a consolidação da formação acadêmica caminham lado a lado e se relacionam. O projeto da academia então é descrever o jornalismo e os jornais, não tecendo críticas. Este movimento descritivo e acrítico é muito comum quando uma nova área pretende se consolidar e, por isso, precisa ser reconhecida. O trabalho acadêmico tende a ser descritivo e não crítico, como acontece ainda hoje com a área de Relações Públicas, onde os trabalhos críticos são ainda muito escassos.

Neste momento, a aproximação entre a academia e a vanguarda das redações é notória. Mas Bond não será o único. No curso de pouco mais de dez anos, várias obras com as mesmas características serão lançadas no Brasil. Os manuais chegarão aos leitores brasileiros por dois caminhos. Por um lado, editoras, com a benção e apoio de professores de jornalismo, vão traduzir obras relevantes, sobretudo dos Estados Unidos. O outro caminho será a produção, no Brasil, dos primeiros trabalhos de descrição geral da imprensa brasileira. Tanto os trabalhos de fora quanto os brasileiros terão características muito parecidas. Tais características se repetirão em trabalhos de outros países, da mesma época, como é o caso do livro *Periodismo*, lançado no México em 1959. O livro é uma tradução do alemão da obra do PhD Emil Dovifat, professor da Universidade Livre de Berlim.

Estes traços comuns respondem, na verdade, a uma condição discursiva dada. O primeiro aspecto central que transparece em todos os manuais é a pretensão de fazer uma análise isenta. Os manualistas acreditam que o jornalismo pode descrever a realidade de forma isenta tanto quanto acreditam que eles podem descrever o jornalismo de forma isenta. Os manuais professam uma forte crença no realismo científico e no positivismo, pretendem ser apenas descritivos, como se assumem desde o princípio. Diz Dovifat: “Se intenta presentar aquí los fundamentos y modos de trabajo de la prensa como ciência del periodismo desde el punto de vista del método, como una parte de la ‘Publicística general’” (1959: 1-2)

A este projeto se somam outros aspectos. O primeiro, a impossibilidade de negar certas discussões relevantes sempre presentes no jornalismo e impossíveis de serem ignoradas no momento em que ele ainda está se consolidando, como, por exemplo, seu papel em uma sociedade democrática, suas condições legais e seus princípios norteadores. Assim, os manuais, ainda que inaugurem uma nova fase da história do pensamento sobre o jornalismo ou sobre a imprensa, incorporam valores e toda uma ideologia sobre os jornais que é formulada no momento precedente, na forma de textos polêmicos ou de práticas profissionais de uma imprensa que ainda se vê como atividade política, voltada para a boa condução do Estado. Por fim, some-se a isso a centralidade da linguagem e o esforço de fazer o jornalismo uma atividade informativa. Os livros de descrição geral acabam versando, com variações, sobre questões conceituais (o que é jornalismo, o que é notícia), condições legais ou disputas jurídicas do jornalismo, condições sociais para o exercício do jornalismo, descrição sistêmica (da redação e da organização da imprensa como um todo) e questões descritivas/normativas de linguagem. Nesta vertente, se incluem o livro de Fraser Bond, já citado, e também duas obras brasileiras: *A imprensa informativa*, de Luiz Beltrão, lançado em 1969, e *Jornalismo:*

matéria de primeira página, de Luiz Amaral, lançado em 1967. Além de uma publicação não lançada no Brasil: o livro de Dovifat (também já citado).

Estas obras se situam num momento específico e a ele respondem. Não é estranho, portanto, que busquem consolidar valores sobre o jornalismo no momento em que ele carece de legitimação. Afirmar o papel do jornalismo como integrante do sistema democrático, serviço público fundamental ao cidadão, condição de qualquer sociedade democrática, é uma forma de especificar e legitimar o jornalismo. Não significa que seja uma legitimação vazia – a imprensa desempenhou, bem ou mal, este papel ao longo da história –, mas é, sem dúvida, evocar, ao mesmo tempo, uma ideologia justificadora e narrar o papel que a imprensa cumpre em alguma medida. Na verdade, não é algo novo, mas a reafirmação de um acúmulo que vem de muito antes. O discurso apenas atualiza o intertexto legitimador, de passado muito remoto, cunhado pelos polemistas, que defendem o papel político do jornalismo. Por isso, dois conceitos se cruzam, para formular outro. O primeiro, é que o jornalismo tem um dever público. Tal concepção se forma quando o jornalismo é visto como atividade polêmica voltada para os interesses de Estado. O segundo, que é atividade informativa. Daí resulta a tese de que deve exercer seu político social informando. Dovifat expõe tal postura:

El periódico se halla suelto em plena vida pública y realiza una tarea pública. Conforme estes hechos fundamentales, el periodismo Del mundo libre se desenvuelve siguiendo una tendencia publicística. (1959: 3)

Este é o papel do jornalismo nas sociedades livres. Este é um conceito legitimador, pois define um lugar social para o jornalismo. Não se trata apenas de uma descrição, mas da imposição de um valor, de uma norma, um dever do jornalismo. A descrição será feita, em seguida, reconhecendo que o jornalismo pode exercer outras funções. Diz Dovifat:

No obstante (*grifo meu*), el periódico es diferente según su origen y su orientación; puede constar de información simple y objetiva, estar destinado a una lucha política y social, o también buscar el sensacionalismo como recurso para um bajo e ruim provecho. (...) todo periódico mantiene una posición, positiva o negativa, fundada em su propia naturaleza y que da la medida de su propio valor. (1959: 3)

Reconhecer este “porém” deixa claro o que ele concebe que deve ser o jornalismo e o que ele tem sido efetivamente. Quanto mais próximo do modelo preconizado por ele, no entanto, mais alto será o valor da imprensa. Da discussão conceitual, Dovifat passa à descrição da imprensa e estabelece as características que a definem: 1) a busca das últimas novidades (1959: 4); 2) a regularidade e brevidade dos periódicos (1959: 6); e 3) a busca da

mais ampla circulação (1959: 8). Novidade, periodicidade e generalização, em busca de ampliar o número de leitores, são as características dos periódicos.

Tal discussão conceitual antecede os manualistas, mas será abordada por todos eles, quase sempre neste formato. Da discussão conceitual, deriva-se uma série de princípios norteadores do jornalismo, delimitações de área de cobertura e definições de notícia. Bond a fará de forma diferente dos polemistas, menos vinculada à discussão moral sobre os deveres do jornalismo e mais aos valores de isenção, transmissão de informação e objetividade das técnicas americanas de redação. Para cumprir seu papel, o jornalismo precisa de liberdade. E tal direito deve ser exercido em nome da sua missão na sociedade democrática.

A liberdade da palavra e imprensa não é um fim por si mesma. Ela simplesmente torna o povo capaz de expressar livremente seu pensamento, e faz nascer, de todos os matizes de opinião, a melhor decisão possível – ela não é meramente ‘liberdade de’, mas ‘liberdade para’. (Bond, 1959: 2)

É nítida a reafirmação da vinculação do jornalismo com a democracia, onde opera como instrumento fundamental de condução do Estado e da sociedade. Enquanto tal, o jornalismo deve ser livre, não para fazer o que bem queira, mas enquanto sua liberdade esteja servindo a um interesse maior, que não é apenas do jornalismo, mas da sociedade como um todo. Ideologia legitimadora, está longe da realidade, sem no entanto falsificá-la completamente. Carrega uma boa dose de ingenuidade ou de boa-fé, mas professa valores modernos do Iluminismo. Mas o mais relevante é uma mudança conceitual fundamental: o jornalismo já não deve mais conduzir, pelo caminho reto, a opinião pública, mas permitir apenas que as opiniões se manifestem livremente e com consistência. O jornalismo ajuda a democracia informando. Diz ele: “Hoje, o primeiro propósito e responsabilidade do jornalismo é assegurar ao povo a informação. Essa responsabilidade requer uma completa objetividade nas notícias” (Bond, 1959: 6).

Por esta razão, a discussão conceitual em Bond opera num sentido normativo, de constituição de regras de um campo²⁴. A liberdade é condição para o exercício de um dever, vinculado à demanda de bem informar. Os deveres da imprensa, segundo Bond, são: ser independente, imparcial, exata, honesta, responsável e decente. A discussão de cada um destes temas é recheada de senso comum. Não se discute, por exemplo, o que é honestidade, mas a demanda do jornalismo, premido com tantos e tão diversos contatos e tantas oportunidades para a corrupção, de ser honesto. Nitidamente, o jornalismo é concebido para desempenhar

²⁴ Campo, segundo Bourdieu (1983), é uma espaço social autônomo com regras e tensões internas, específicas. Num campo, seus agentes se definem pela posse que quatro capital: econômico, cultural, social e simbólico.

sua função dentro de um sistema capitalista. Quando trata de independência, Bond não defende uma condição editorial da redação do jornal, mas uma condição econômica da empresa. Por um lado, acerta na mosca, é certo, pois é pelo caminho da interferência na economia da empresa que muitos governos e anunciantes buscam tolher a independência das redações. A autonomia comercial é fundamental em veículos privados para a autonomia editorial. Mas se é condição, não é garantia de forma alguma. Sobram injunções de outras ordens, que tolhem a liberdade de imprensa, além de, no mínimo, uma vinculação histórica com o capitalismo.

Na discussão conceitual, Bond aborda a relação, muito próxima no momento em que o livro é escrito, do jornalismo com a literatura. Segundo ele, as fronteiras são tênues. Bond não se posiciona, apenas mostra as relações e a indiferenciação que existem entre jornalismo e literatura. A discussão é rápida, por que o autor vai dispende boa parte do seu espaço para as possibilidades de carreira dentro do jornalismo, desde a área comercial dos jornais, passando pela redação, rádio, TV, publicidade e até as relações públicas. Neste aspecto, o livro é um verdadeiro guia de profissões, para jovens que pretendem ingressar na área.

Dovifat, em coro, defende a liberdade de imprensa vinculada à democracia, tal qual Bond. O autor conceitua a liberdade de imprensa como um direito especial necessário ao funcionamento dos jornais e reconhece a existência de obrigações específicas:

Si bien la libertad de prensa figura desde un principio como fundamento general de toda constitución democrática dentro del derecho del hombre a la libertad de opinión, el reconocimiento de la misión pública de la prensa se hace bastante más tarde. Aún mucho después llega la comprensión de que esa misión pública reclama derechos especiales e implica obligaciones. (1959: 17)

Dovifat passa também pelas condições sociais da imprensa moderna, financiada por um lado pelos leitores e por outro pelos anunciantes, tema abordado igualmente por Bond. As dessemelhanças entre os dois estão, sobretudo, no espaço gasto por Bond com a discussão do gosto do leitor (o que revela uma concepção de prensa que deve buscar leitura), enquanto Dovifat se preocupa em descrever a organização sistêmica do jornalismo. Mesclando dever de informar com a necessidade de divertir, Bond postula: “Para o jornalista, o estilo consiste em dispor os fatos tão exata, tão rapidamente, tão agradável e divertidamente quanto possível” (1959: 64). É a porta de entrada na discussão mais específica sobre o texto. Já Dovifat trata de temas com a relação entre o editor e o redator, e a presença marcante das agências de notícias no sistema de produção do jornal.

As diferenças entre as obras dos manualistas encontram-se no limite de uma dispersão calculada. Ou seja, eles abordam temas distintos, guardam pequenas variações entre as obras, mas com limites claros, precisos, marcados pelo dever descritivo, pela concepção moderna de imprensa como atividade informativa, pelo projeto de formar profissionais e pela centralidade da linguagem para a profissão. Invariavelmente, todos os manualistas, inclusive os da geração posterior, tratam das definições de notícia e de questões de estilo ou normas de redação jornalística. Se apenas uma característica tivesse que ser atribuída aos manuais seria esta: são livros que tratam do texto jornalístico, com todas as suas injunções, o que inclui definições sobre o que é notícia, estilo, normas, etc. Tais obras baseiam-se numa forma de fazer jornalismo: o padrão americano desenvolvido a partir do final do século XIX e propagado no Brasil, com força, a partir de 1951.

Dovifat define o que é notícia e o que ela deve conter:

Las noticias son comunicaciones sobre hechos nuevos surgidos em la lucha por la existencia del individuo y de la sociedad.

Así, pues, noticia necesita:

a) Ser de utilidad y valor para el receptor; b) ser nueva, es decir, recién transmitida; c) ser comunicada a través de um tercero y por consiguiente a la influencia subjetiva de este. Esta influencia, que abarca desde el error inconsciente em la transmisión hasta la orientación consciente de la misma, destinada a provocar em el receptor una determinada decisión. (1959: 51-52)

Bond não define notícia. Apenas pontua como se deve selecionar as notícias, o que torna um acontecimento interessante ou relevante para que o jornal escreva sobre ele. Defende valores muito próximos aos de Dovifat. Primeiro, defende que o leitor lê para se informar, o que resume no termo “oportunidade para se informar”. Os outros valores da notícia são proximidade (o mais próximo é mais interessante), tamanho (o muito grande ou muito pequeno são interessantes) e importância (a relevância do assunto tratado) (1959: 69-73). Neste ponto, Bond é fiel à sua preocupação, que o havia levado a especular sobre o gosto do leitor. É notícia, para ele, sobretudo aquilo que atrai leitura. Sua régua é o público, não é qualquer definição de jornalismo ou qualquer concepção sobre o papel do jornalismo na sociedade. Se a democracia aparece no seu texto, na hora de definir a notícia o fundamento é o mercado, pois sequer ele trata do que é relevante, dentro dos interesses do público, mas apenas do que atrai o leitor. Por isso, define da seguinte forma os “elementos de interesse da notícia”:

- 1) interesse próprio;
- 2) dinheiro;

- 3) sexo;
- 4) conflito;
- 5) o incomum;
- 6) culto do herói e da fama;
- 7) expectativa;
- 8) interesse humano;
- 9) acontecimentos que afetam grandes grupos organizados;
- 10) disputa;
- 11) descoberta e invenção;
- 12) crime.

E especifica o que é interessante:

- 1) Qualquer coisa referente a uma pessoa de destaque, ou a alguém que se tenha tornado personagem público.
- 2) O incomum. Alguma coisa que não pode acontecer e contudo acontece, é notícia.
- 3) Qualquer coisa que afete vitalmente o governo do país ou da cidade.
- 4) Qualquer coisa que afete, direta ou indiretamente, o bolso.
- 5) Qualquer injustiça. Qualquer coisa que provoque indignação do leitor é matéria jornalística.
- 6) Catástrofê. Qualquer coisa envolvendo grandes perdas de vida ou bens. Os acidentes, como notícia, variam diretamente em proporção à distância.
- 7) Qualquer coisa envolvendo conseqüências universais, como um bloqueio de transporte.
- 8) Qualquer coisa que provoque emoções no leitor – que o torna triste ou alegre.
- 9) Qualquer acontecimento que interesse vitalmente a um grande número de pessoas, tal como um congresso mundial de um grande credo religioso.
- 10) Qualquer coisa que se relacione com grandes somas de dinheiro.
- 11) Descoberta em qualquer setor – a primeira vez que alguma coisa foi feita.
- 12) Assassinato. Numa pequena cidade ou comunidade, um assassinato é sempre assunto jornalístico. (1959: 71-75)

Na discussão de linguagem, Dovifat diverge da tradição manualística, em que Bond representa um passo fundamental de constituição. Não é uma divergência contraditória, opondo concepções antagônicas, ainda que se refira a um ponto fundamental dos manuais: a questão da linguagem. É uma divergência de escopo e de tradição. Dovifat não se apega aos preceitos do jornalismo americano, de transmissão isenta de informação, de subordinação do texto à demanda de ser claro, preciso, informativo. Mais afeito à tradição européia, advoga uma linguagem jornalística próxima da literatura e construída a partir das concepções literárias. O autor se aproxima, sem no entanto defender que o jornalismo é um gênero literário, de Tristão de Athayde, ao pensar que o jornalismo, aos moldes da literatura, cunhou gêneros e que as habilidades necessárias ao jornalista são correlatas às habilidades de um

escritor, cada um no seu gênero. Nesta concepção, o jornalismo é tomado como o desenvolvimento de uma prática de produção de texto que guarda com a literatura uma relação de irmandade. Aqui talvez Dovifat esteja certo, mas passa longe da concepção que subjaz a Bond, para quem a linguagem é instrumento de transmissão de informação. A literatura é apenas um referencial, mas não o provedor da régua ou do método a partir dos quais o jornalismo deve ser medido e produzido. Dovifat está em outra seara. Diz ele:

Justamente por la necesidad que tiene el periódico de atrerse al lector com una lectura cautivadora, há creado uma serie de formas que son, incluso desde el punto de vista Del estilo, tipicamente periodísticas y – como la sección cultural y su estilo – se hallan a mitad de camino entre la literatura y el periodismo. (1959: 137-138)

A criação de gêneros e a proximidade com a literatura fazem do jornalismo um irmão dela e, sobretudo, lhe impõe os mesmos fundamentos conceituais. Daí a razão por que ele é um campo de produção lingüística onde se produzem gêneros lingüísticos novos. A noção de gênero é claramente emprestada da teoria literária.

Bond reconhece os grandes escritores como referências relevantes, mas desembaraça-se desta lógica rapidamente. Defende uma prosa simples, subordinada ao dever de ser lida, de transmitir informação.

A linguagem do bom jornal é boa. Os melhores escritores e os melhores oradores de nosso tempo têm suas palavras registradas na imprensa diária. Nunca antes tanto cuidado foi dado, nas redações dos jornais, para garantir a exatidão, correção gramatical e ortográfica, simplicidade e estilo. A prosa no jornal, muitas vezes, tem a vivacidade da rápida cadência da melhor linguagem contemporânea. Cultiva a virtude da objetividade; combate a obscuridade e a contemplação. (1959:112-113)

Tal movimento reconhece a influência da literatura no jornalismo, mas vai, paulatinamente ao longo do século XX, afastar estes quase dois irmãos, e aproximar o jornalismo da ciência (Messagi, 1998), de onde importa, inclusive, parte do jargão, como o termo, caro aos jornalistas até hoje, objetividade. Por isso, o lead, lado de cima da pirâmide invertida, condensa não uma série de perguntas sobre um determinado acontecimento, mas as perguntas mais relevantes que qualquer pessoa faria. O lead é naturalizado. Não produto de um processo histórico, mas a maneira evidente, sem distorções, de conhecer a realidade.

O processo se tem desenvolvido, usando os jornalistas a técnica de dizer os principais acontecimentos de uma reportagem no primeiro parágrafo. Se lermos qualquer jornal americano ou canadense de hoje em dia, veremos que uma simples vista nos títulos e subtítulos nos colocará a par de tôdas as notícias importantes, apesar de perdermos muitos detalhes interessantes.

Este processo requer que o repórter responda, no ‘lead’, a todas as perguntas que ocorreriam a qualquer pessoa ao defrontar-se com um acontecimento. Estas perguntas são: quem?, o que?, quando?, onde?, por que? e como? (1959: 160)

O que Bond faz, depois, é um estudo da linguagem jornalística, de forma a descrever como ela está sendo praticada. Ou melhor, ele descreve a “boa linguagem” jornalística, a produção de texto produzida pelos bons jornais e, ao fazê-lo, ensina como se pratica o bom jornalismo. A descrição torna-se recomendação, rapidamente:

Resumindo, podemos dizer que o jornalista precisa observar que seu primeiro parágrafo responda a cinco exigências: apresente um resumo do fato; identifique as pessoas e os lugares envolvidos; destaque o toque peculiar da história; dê as mais recentes notícias do acontecido; e, se possível, estimule o leitor a continuar lendo o resto da reportagem. E a tendência atual é conseguir tudo o mais depressa e brevemente possível. (1959: 161)

É, evidentemente, uma concepção de texto calcada numa concepção de jornalismo, produzindo práticas profissionais e regras coercitivas de uso da linguagem. Este é um momento fundador. Pela primeira vez, de forma consciente e não esparsa como apareciam em alguns jornais do século XIX, o texto jornalístico é pensado, descrito e regado, como prática profissional que não diz respeito exclusivamente ao uso do indivíduo, mas aos valores e códigos de uma profissão. Por isso, o momento histórico em que tal trabalho é desenvolvido é, ao mesmo tempo, coercitivo e produtivo. Há uma revolução em curso, na profissão de jornalista. O texto vai para o centro da arena, é o *metièr* do profissional. A ele, voltam-se os olhos dos manualistas com mais afinco. Bond descreve os tipos de lead:

Lead condensado: sumariza todos os fatos principais.
Lead de apelo direto: quando se dirige ao leitor, em segunda pessoa.
Lead circunstancial: abre com as circunstâncias, detalhes, não com o resumo.
Lead entre aspas: começa com uma citação.
Lead descritivo: descreve a cena, antes de narrar o que aconteceu.
Lead ativador de interesse: como um teaser, dá informações para atrair a atenção.
Lead numerado: quando se começa enumerando dados.
Leads originais. (1959: 162-166)

E, por fim, Bond resume o trabalho de hierarquização de informações empreendido pelo jornalismo:

Do título e do lead vamos para o restante da reportagem. O repórter constrói a história de acordo com o seguinte esquema: seleciona os incidentes mais importantes para o lead, escolhe os outros fatos de mais destaque; dispõe os seguintes, até que chegue aos menos importantes de toda a reportagem. Guiado por

uma concepção de importância sucessiva das notícias, a história assume graficamente a forma de uma pirâmide de cabeça para baixo. (1959: 167)

Mais da metade do livro de Bond é dedicado a questões de linguagem, normalmente para descrevê-la, para ensinar a fazer jornalismo. Ele faz tipologias de gêneros do jornal: entrevista, cobertura de um discurso, redação dos necrológicos, cobertura esportiva, editorial (1959: 177-207). Também descreve os tipos de coluna: coluna editorial assinada, coluna padrão, coluna miscelânea, coluna aberta o leitor, coluna ensaio, coluna de mexericos, coluna de versos, coluna sobre os bastidores da política, coluna de passatempos e coluna de conselhos (1959: 208-211 e 242-251). É um esforço considerável e sem precedentes para entender o fazer jornalístico.

No Brasil, pela mesma vertente, segue outro manualista: Luiz Beltrão. Em *A imprensa informativa* (1969), primeiro livro didático sobre as técnicas de produção de um jornal escrito por um brasileiro e lançado no Brasil, o foco está, quase que integralmente, na descrição do processo de confecção de um jornal e da sua linguagem. Beltrão esmiúça, primeiro, o funcionamento de uma redação, sem dar maior espaço para analisar o funcionamento do sistema jornalístico como um todo, o que inclui a relação com assessorias de imprensa, agências de notícias, fontes de informação, etc. Passa pelo preparo de originais, revisão, bases de informação e arquivo (1969: 61-75). Em seguida, discute notícia, missão inescapável para qualquer manual:

Notícia é a narração dos últimos fatos ocorridos ou com possibilidade de ocorrerem, em qualquer campo de atividade e que, no julgamento do jornalista, interessem ou tenham importância para o público a que se dirigem. Os seus atributos são, pois: imediatismo, veracidade, universalidade e interesse e importância. (1969: 82)

Não há grandes divergências entre os manualistas quando se trata de conceituar o que é e o que não é notícia. A questão fundamental é saber o que vai para o jornal e o que não; é saber discernir, no todo dos acontecimentos, qual é a matéria do jornalismo. O livro versa, em mais de 300 páginas, sobre entrevistas (tipos, preparação, redação), tipos de reportagem (policia, judiciária, político-administrativa, econômico-sindical, esportiva, sócio-cultural, de interesse humano e fotográficas). Aborda, também, como convém a tal tradição livresca, a organização do texto jornalístico. Beltrão, aportuguesando o termo lead, chama a abertura de matérias de cabeça e o resto do texto de corpo. A nomenclatura, naturalmente, nunca pegou no Brasil, cujo aportuguesamento de palavras não é prática corriqueira. O autor elenca os tipos de “cabeça” possíveis – enumerada, chavão, suspense, interrogação, descritiva e cabeça-

documentário – e explica o que é pirâmide invertida, cozinha (processo de reescrita de um texto), suíte, texto-legenda, etc (1969: 113-117). Ao longo de cada capítulo, o que transparece é uma demanda formativa. No livro de Beltrão, esta característica é expressiva. No final de cada capítulo, há textos de apoio, indicações de leituras complementares e exercícios, como a sugestão de redigir uma suíte com uma informação nova a partir de uma outra notícia. Beltrão é um professor, convicto da sua profissão de fé.

Bond, Beltrão, Amaral e outros manualistas podem ser hoje atingidos indiretamente por críticas como a de Juremir Machado da Silva (2000: 9-15), quando aponta três personagens típicos da miséria do jornalismo brasileiro: o esquerdista ilustrado, o idiota tecnológico e o aluno-modelo dos cursos de jornalismo aplicado. Este último seria o fiel seguidor dos manuais de redação dos jornais, aquele que acredita na missão da imprensa de reportar e na fidelidade dos jornais aos propósitos de informar. Ingênuo, não questionaria nada, apenas seguiria um padrão.

Os manuais engessam o texto jornalístico, mas não há profissão sem coerções. Bond e os demais manualistas retiram o jornalismo da produção lingüística geral para torná-lo escrita específica, produção de signos sob determinada lógica, com regras de discurso, com padrões de obtenção de informação, com técnicas de redação, com limites éticos e procedimentos profissionais. Só é possível discutir o texto jornalístico (e criticar os idiotas que seguem padrões cegamente) se for possível conceber, como algo distinto, um tipo de texto que é jornalístico. É necessário um conceito que vá além daquele que define que é jornalismo o que sai nos jornais. Nem tudo que sai nos jornais é jornalismo.

Os manualistas contribuem para separar o jornalismo, como atividade profissional, dos jornais, como suporte de diversas atividades comunicativas; sobretudo o jornalismo, mas não apenas ele.

2.6 A SEGUNDA GERAÇÃO DE MANUALISTAS

A segunda geração de manualistas vai marcar a maturidade deste tipo de trabalho e seu ocaso. Depois do livro de Mário Erbolato, *Técnicas de codificação em jornalismo*, de 1985, este formato entrará em franco desuso, sendo substituído pelos manuais de redação, como o da Folha de São Paulo e o do Estadão, e por trabalhos de jornalistas que descrevem o dia-a-dia das redações, os problemas mais comuns e as soluções encontradas, além de trabalhos

acadêmicos de natureza muito distinta. Apesar de terem seu último lampejo, a tradição manualística vai prolongar, por longa data, com sensível presença no presente, sua influência. A motivação histórica que engendra os manuais não perdeu sua pertinência, mas os tratados gerais de descrição do jornalismo não chegarão ao século XXI.

Erbolato será o último manualista brasileiro, mas quem inaugura a fase madura desta tradição é o professor americano John Hohenberg, cuja tradução, em 1981, de *The professional journalist*, repete a estratégia adotada ao se traduzir Fraser Bond. O trabalho guarda com os manuais anteriores semelhanças notáveis, mas diferenças também muito perceptíveis.

O caráter descritivo prevalece, assim como o normativismo, ainda que atenuado. A descrição do jornalismo, tal qual ele é praticado, é convertida em padrão normativo de produção jornalística. O subtítulo do livro de Hohenberg não deixa dúvidas sobre seu projeto: “Guia às práticas e aos princípios dos Meios de Comunicação de Massa”. O edição traduzida no Brasil é de 1978, mas sua primeira edição data de 1960. O esforço de escrever para leigos na área é nítido. Diz Hohenberg:

Nestas páginas, práticas e princípios dos meios de comunicação são analisados e dissecados. E as questões mais corriqueiras sobre jornalismo, (...) discutidas detalhadamente. Os métodos do jornalismo em todos os seus aspectos – reportagem, redação, editorialização, planejamento e execução de suas diretrizes – são abordados, e fornecidos exemplos de fontes atualizadas para ilustrar por que os jornalistas agem da maneira como agem. (1981: ix)

Mas o escopo do texto é, sem dúvida, mais amplo do que o próprio autor anuncia, bem como menos idealizado do que o trabalho dos manualistas precedentes. Hohenberg não escreve apenas para futuros jornalistas, mas para qualquer pessoa que queira se informar sobre o jornalismo. “Este volume busca oferecer um relato em linguagem chã, não-técnica – o tipo de introdução aos meios de comunicação de massa que todos possam entender” (Hohenberg, 1981: ix). Em suma, o livro não perde o caráter de tratado geral, aborda o papel do jornalismo na sociedade e sua vinculação com a democracia, analisa decisões de tribunais sobre a liberdade de imprensa e práticas jornalísticas em áreas distintas de cobertura, como ciência e meio ambiente. Esta estruturação repete a lógica da tradição manualística. Mas o foco num público mais amplo torna o livro bem menos marcado pela demanda de normatizar a profissão, de ensinar uma prática já estabelecida. Hohenberg, exceto quando se trata de técnicas de redação, faz um trabalho muito mais descritivo, debate temas recorrentes na área, mas não afirma valores obrigatórios. Ele tenta desenhar um mapa do jornalismo. Apenas isso. Neste aspecto, realiza o manual menos normativo de todos e, ao mesmo tempo, o mais rico na

descrição do estado da arte do jornalismo como ele se encontra. Diz ele: “Nunca, em qualquer época anterior, tanta informação esteve disponível para tantas pessoas através de tantas fontes e em tempo tão curto. E a revolução no setor de notícias está apenas no seu início” (1981: 4). Um dos indícios de como seu trabalho é focado na situação do jornalismo de então é a relevância que ele atribui às novas tecnologias. Se sobra em Dovifat e Bond um eco muito forte das polêmicas que constituíram os valores do jornalismo antes de 1950, naturalmente relidas pela lógica informativa que impera então, em Hohenberg a discussão não é abstrata, em torno de valores que o jornalismo adquiriu ao longo do tempo, mas calcada nos acontecimentos recentes no campo dos jornais, no papel que a imprensa tem na sociedade no momento em que o livro é escrito. O valor atribuído às novas tecnologias é um indício claro desta atenção com o momento presente.

O desenvolvimento tecnológico, nos anos 1950, está sob a égide do rádio e da nascente televisão, e é marcado por meios de transmissão de informação como os cabos de telex, que aproximaram o mundo. É deste panorama que Hohenberg fala, de mudanças que não vão cessar tão rapidamente e que trarão profundas alterações para o jornalismo e para a imprensa (1981: 4). “Os jornais americanos estão sendo produzidos hoje, em sua maioria, mediante processos muitíssimos diferentes, com o emprego de computadores e vários tipos de terminais eletrônicos” (1981: 3).

A descrição do papel do jornalismo na sociedade é feita a partir de casos onde o jornalismo desempenhou um papel relevante e/ou foi alvo de investida do Estado, via judiciário. As tentativas de tolher a liberdade são reais, e não apenas uma ideologia justificadora. O aumento da importância do jornalismo, descreve Hohenberg, também o colocou na defensiva contra quem pretende censurá-lo. Mas a justiça americana garantiu, diz ele, a liberdade de imprensa e o direito dos jornalistas de manter o sigilo de suas fontes.

O jornalismo de Hohenberg está posto, exerce o papel e é atacado como um poder relevante na sociedade democrática. Ataques aos jornais são recorrentes ao longo da história, mas há uma diferença fundamental entre a situação que descreve Hohenberg e, por exemplo, as investidas no Brasil da ditadura militar (1964-1984) contra a imprensa: o jornalismo não é mais atacado pelas posturas que defende, pelos grupos que representa, mas, sobretudo, pela atividade que desempenha com base no Estado de Direito, ainda que a legislação seja precária, mesmo nos Estados Unidos. Ataca-se a imprensa, não os grupos ou políticos cuja voz ela amplifica. O jornalismo de Hohenberg já está alçado ao papel de agente supostamente neutro de informação, voltado para a exposição de conhecimentos, acontecimentos, opiniões.

É um espaço de visibilidade, inclusive das mazelas do Estado. Tem posição sobre as questões públicas e pode manifestá-la nos editoriais, mas deve pautar-se pelo interesse coletivo, ou travestir interesse particular em interesse coletivo, e não pode fazer da sua própria opinião a matéria-prima, o conteúdo central dos jornais. O jornalismo atinge o patamar do fazer informativo, respeitando princípios jornalísticos, muitas vezes estranhos à política e produzidos por uma prática profissional que tem na linguagem e no texto seu principal objeto.

Hohenberg é o menos manualístico dos manualistas, mas toca nos pontos centrais do nascimento de uma profissão, cujo metièr é o texto. Como expõe Traquina, citando Greenwood (1957)²⁵:

Todas as profissões parecem possuir os seguintes atributos: 1) teoria sistemática; 2) o sentimento de autoridade por parte dos ‘agentes especializados’; 3) a ratificação da comunidade; 4) códigos éticos; e 5) a existência de uma cultura profissional. (2004: 102)

Segundo Traquina (2004), os pontos fundamentais na consolidação de uma profissão são a constituição de um código deontológico, a vinculação com a formação superior e a formulação de teorias sistemáticas.

Os manualistas contribuem de forma direta para a profissionalização do jornalismo. Contribuem para a constituição de uma teoria sistemática, “um sistema de proposições abstratas que descreve em termos gerais as classes de fenômenos compreendendo o foco de interesse da profissão” (Traquina, 2004: 102); constroem constrições profissionais, tomando o texto como o centro e a manifestação concreta destas constrições; e formulam uma cultura profissional. A primeira geração não tem condições de perceber a importância que tem para o nascimento da profissão, nem o movimento que fazem para alçar o texto como instrumento primordial de qualquer jornalista, mas estão conscientes do papel que cumprem no aprimoramento da formação dos jornalistas e o dizem explicitamente. A apropriação destes trabalhos pela academia, na forma da adoção dos livros dos manualistas ou na produção de novas obras pertencentes a esta tradição, ajudará substancialmente a fazer emergir a autoridade profissional do jornalista em um sistema de ratificação profissional, via formação superior. A teorização de um saber específico é condição para o reconhecimento da autoridade de quem detém este saber. E o reconhecimento de tal autoridade induz, necessariamente, ao estabelecimento de mecanismos de controle de entrada na profissão. Diz

²⁵ Attributes of a profession. *Social Work*, 2 (julho).

Traquina: “A profissão persuade a comunidade a instituir em seu favor um sistema de autorização para examinar aqueles habilitados a exercê-la” (2004: 103).

A autoridade do profissional, para Hohenberg, é construída historicamente. Ele descreve como o jornalismo saiu do padrão estenográfico, quando os jornalistas eram meros relatores de acontecimentos, para o que chama de *muckrakers*²⁶. Imbuído dos valores propagados por Joseph Pulitzer, Hohenberg vê o jornalista como um fuçador, um sujeito que deve tentar ver para além da superfície. Dizia Pulitzer:

O que é um jornalista? Não é um gerente comercial, ou editor, e nem mesmo proprietário de um jornal. O jornalista é o vigia na ponte de comando do navio do Estado. Ele nota a vela que passa, os pequenos sinais que surgem no horizonte. Ele informa sobre o naufrago que surge à deriva e se este pode ser salvo. Ele perscruta através do nevoeiro da tempestade para avisar sobre os perigos à frente. Ele não está pensando em seu salário ou no lucro da empresa. Ele está lá para cuidar da segurança e do bem-estar das pessoas que nele confiam! (1981: 11)

É a defesa do jornalismo investigativo contra o jornalismo factual. É a vitória dos *muckrakers*. O relator é, em tese, um profissional mais simplório, tanto do ponto de vista técnico quanto ético. Hohenberg valoriza a investigação, o ver por trás dos acontecimentos seu sentido real, o buscar a verdade. Assim, defende a tese do jornalismo como quarto poder, como watch dog, como perro guardián (1981: 11).

O jornalista de Hohenberg é um cético, que busca ver o porquê das coisas e assim incita a mudança. Mas trabalha com o factual, com o relato acurado, defende e propaga a máxima dos três princípios fundamentais do jornalismo: precisão, precisão e precisão. A apuração, a checagem de informação, o aprofundamento e o compromisso com o interesse público são deveres que o jornalista deve obedecer. Sua “arte”, na hora em que escreve, é produzir um texto que seja resultado destes processos e, assim, se distinga radicalmente de outros fazeres. A apuração (reportagem, checagem, aprofundamento) é o único processo a partir do qual o texto jornalístico pode ser engendrado.

Por fim, o exercício profissional envolve condições externas e condições internas. Entre as primeiras, estão as garantias legais, tais como a liberdade de imprensa, que deve ser exercida para uma finalidade. Ou seja, a liberdade de imprensa é “liberdade para”, não “liberdade de”. Tal condição deve ser regulada por lei, da mesma forma que os abusos no seu uso devem ser constrictos. Entre as condições internas, está a necessidade de ter autonomia editorial em relação aos interesses comerciais do jornal. Diz Hohenberg:

²⁶ Fuçadores de lixo, nome dado, provavelmente de forma pejorativa, por Franklin Roosevelt.

Qualquer jornalista sabe que é necessário afastar os homens do departamento de publicidade, se quiser manter o compromisso com o interesse público; e precisa estar atento ao perigo ainda maior de cair numa associação inaceitável com os poderes governamentais, em troca de algum benefício temporário. (1981: 11)

Assim, Hohenberg repete a defesa de Barbosa Lima Sobrinho e sintetiza a profissão em dois princípios, que envolvem técnica e ética. Para ele, o jornalismo é uma questão de “disciplina e fé”. É a demonstração final de uma concepção madura, autoconsciente, de profissão. No mesmo ato em que descreve o estatuto da profissão, Hohenberg contribui para solidificar o jornalismo. Diz ele:

O aspecto profissional do jornalismo prevaleceu sobre os que o olhavam no passado como um artifício para ganhar dinheiro ou uma técnica insignificante capaz de ser exercida por diletantes semi-alfabetizados, desde que contassem com boa orientação editorial. (1981: 11)

Não é só uma constatação, mas um regozijo. Hohenberg crê no jornalismo. As mudanças incluem também a constituição de espaços de crítica, que fortalecem a imagem dos jornalistas como pertencentes a uma profissão.

Houve um aumento encorajador do tipo de crítica interna tão necessária ao fortalecimento do espírito profissional, o que ficou evidente com a fusão de organizações profissionais jornalísticas, que existiam em grande número, e pelo desejo manifesto pelos profissionais para que exista uma minoria de empresas onde possam ser experimentadas novidades na gestão, tais como conselhos editoriais com participação do público e dos leitores. (Hohenberg: 1981: 17)

Tudo isso é considerado um avanço para a profissão. Conclui Hohenberg: “São avanços notáveis para um grupo que celebrava o botequim da esquina como o maior centro para a troca de cortesias e ofensas profissionais, há menos de 50 anos” (1981: 18).

Se em toda a tradição manualística, a contribuição para este fim é evidente, em Hohenberg este esforço é consciente e maduro. Os demais manualistas oscilam da postura ingênua de Bond ao negar o caráter teórico do seu trabalho ao esforço consciente de Erbolato e Beltrão para aprimorar a formação dos jornalistas, mas nenhum discute a profissão e a defende com o grau de clareza de Hohenberg. O jornalista deve ter uma sólida formação. Diz ele:

Como um todo, não há dúvida hoje de que homens e mulheres com formação universitárias formam a maior parte da equipe de todos os jornais hoje em dia, com exceção dos relativamente pequenos e emissoras de rádio e televisão. Principalmente os formados em escolas de jornalismo ganharam lugar respeitável na profissão. Entretanto, há muito menos de um século Joseph Pulitzer foi

ridicularizado por seus colegas editores, ao ousar sugerir que os jornalistas não nasciam – eram formados. (1981: 15)

E constata que os formados tomaram conta das redações e que o jornalista não é mais apenas um prático. Tal formação não é, necessariamente, específica, mas a formação em jornalismo é a mais adequada e propicia melhores condições para ingressar no mercado de trabalho. Apesar disso, não é exclusiva como viria a ser. Hohenberg deixa claro, nas mesmas linhas, que acredita na formação de jornalistas, não apenas numa formação superior em qualquer área que permitiria um exercício mais qualificado da profissão. Trata-se de formar jornalistas. O passo seguinte é, moto contínuo, relacionar o jornalismo à academia na outra ponta. Por um lado, a academia forma profissionais da área, por outro, estuda o jornalismo como objeto científico. Tal movimento se relaciona com a dupla cientificização do jornalismo: como prática e como objeto de estudo. Duplamente cientificizado, o jornalismo penetra, sem contradições, na academia.

Se o jornalismo foi olhado de cima ou ignorado pelos eruditos, hoje é considerado digno de estudos profundos, como arauto das mudanças sociais. Os filósofos se preocupam com suas práticas. Cientistas políticos interessam-se por seu efeito no processo de Governo. Juristas meditam gravemente sobre os méritos de uma imprensa livre e suas conseqüências em um julgamento justo. (1981: 16)

Hohenberg prenuncia a especificação do texto e a constituição do campo com práticas e éticas próprias, mas ainda não há condições históricas para colocar as coisas nestes termos. Tanto mais forte é esta constatação quanto mais forte é o caráter meramente descritivo da obra, a menos normativa de todos os manualistas. Isso não é muito, pois os demais livros são extremamente normativos. Ele descreve o jornalismo, não manifestando sua avaliação acerca de cada processo, mas mantém o tom de naturalização de tais práticas. Hohenberg defende os manuais de estilo, mas o livro não é um, apesar de versar sobre as padronizações mais usuais. O tempo todo o texto está subordinado à sua função de informar ou comunicar. Defende a necessidade do padrão e ensina a como fazer a copidescagem. Defende ainda concisão e clareza, ensina pontuação, ortografia (nisso se parece muito com os manuais da Folha e Estadão) e o uso de maiúsculas. As regras também refletem os movimentos contestatórios, como os de mulheres e negros. Usar termos como “sexo frágil”, por exemplo, é condenável. Em boa parte, versa sobre norma padrão culta, sobre como escrever correto, com clareza e precisão. Diz Hohenberg:

Uma regra que não tem exceções: o emprego correto das normas gramaticais é condição essencial ao bom jornalismo. A precisão da linguagem aguça o significado do fato. Essa é a razão por que ambos caminham de mãos dadas. (1981: 57)

Ele condena o uso de adjetivos, advérbios valorativos, defende a eliminação de artigos e a concordância verbal.

Por fim, Hohenberg entra na parte mais inescapável e menos variante dos tratados gerais que chamo aqui de manuais: discute a produção dos jornais, com foco em linguagem jornalística, e propõe regras. Delimita, portanto, os padrões de produção simbólica dos jornais. Neste esforço, passa por boa parte das questões mais comuns dos manuais de redação. Define, de forma inconclusiva, o que é notícia:

Na realidade, o conceito do que é notícia varia em função do veículo apreciado. Para os matutinos, é o que aconteceu ontem; para os vespertinos, o fato de hoje. Para as revistas, o acontecimento da semana passada. Para as agências noticiosas, emissoras de rádio e televisão, é o que acabou de ocorrer. (1981: 68)

Hohenberg discute o que é notícia a partir do que ela tem sido e a canoniza, marcando algum distanciamento, sofisticando as concepções correntes sem contrariá-las. Ao discutir se apenas crises são notícias, não nega tal percepção, mas afirma que “a notícia é mais que conflito”. (1981: 71)

Ao mapear o funcionamento sistêmico da área, Hohenberg tenta recobrir todas as atividades de uma redação, desde cobertura de desastres, previsões do tempo, etc, e descreve as funções de um jornal em detalhes, com riqueza na abordagem: editor, repórter, copydesk, etc. Ele ensina, por exemplo, como deve agir um copydesk, ouvindo repórteres e aprendendo técnicas de reescrita. Trata dos critérios de seleção e identificação da notícia, da capacidade do jornalista de julgar o que é relevante e defende os manuais de redação, os *style books*:

Os manuais de redação contêm padrões mínimos estabelecidos pelas empresas jornalísticas para orientar o seu quadro de pessoal, e pelas agências de notícias para servir de guia aos seus funcionários e clientes. Os jornais levam as normas bem mais a sério do que as emissoras radiofônicas, pois o que vem impresso merece exame mais cuidadoso do que o tema levado ao ar. Os bons compêndios de redação têm condições de prestar grande auxílio ao aprimoramento da elaboração de notícias. Sem dúvida devem ser utilizados com o máximo de bom senso, e também – o que não é nada fora de propósito – com outro senso fundamental: o de humor. (1981: 46)

E conclui:

O manual de redação é, pois, a principal ferramenta do jornalista, o seu código de conduta. Se um jornal não tem o seu próprio manual, deve adotar as normas

padronizadas pelos serviços internacionais de comunicação, perfeitamente adaptados à nossa época de velocíssimas transmissões eletrônicas. (1981: 49-50)

A defesa dos manuais posiciona claramente Hohenberg quanto à sua concepção de texto, mas demonstra também o quanto ele não concebe seu próprio trabalho como um manual. E não se limita a isso, de fato, por ser mais amplo. Entretanto, os manuais e Hohenberg professam os mesmos valores quanto ao texto jornalístico e realizam o mesmo trabalho. Ele ensina a como preparar uma matéria (preparação do original), dá dicas para tornar o texto mais simples e direto, e ensina a como copidescar um texto. No capítulo *Uso do idioma*, dá dicas de concisão (“fazer entrega” deve ser substituído por “entregar”, “todos são unânimes em dizer” por “todos dizem”). É um capítulo focado em domínio da norma e passa por pontuação, ortografia e uso de maiúsculas (1981: 61-65).

Hohenberg dedica mais de três quartos do livro a questões de linguagem em geral ou de linguagem jornalística, com viés normativo/descritivo. Ele defende que a linguagem é central ao jornalismo como nunca fora antes, sobretudo por influência dos outros meios eletrônicos.

Até a chegada da televisão ao noticiário, a maioria dos editores mostrava-se muito complacente acerca da maneira como a linguagem era usada. As longas e desconexas frases, a palavra imprecisa, o adjetivo errado e o deslize não intencional na gramática eram deixados passar e acabavam impressos. Isso acabou. Na maior parte das reuniões de editores, e às vezes até nas dos diretores dos jornais, a linguagem e a capacidade da equipe redacional são temas constantes. (1981: 67)

Hohenberg defende o lead:

Com exceção do material tipo boletim, a maioria das notícias diárias encaixa-se num padrão organizacional composto de dois estágios, quando relatadas normalmente. A frase inicial, parágrafo, ou parte de alguns parágrafos, é chamada lead. (...) O restante, que é adicionado ao lead, chama-se corpo de matéria, e consiste na documentação do lead e qualquer outra adição necessária. (1981: 99)

Mas o ataca, quando produz uma padronização excessiva do texto:

Os tradicionalistas do jornalismo se prendem, há mais de um século, à fórmula dos cinco W e um H – who [quem], when [quando], where [onde], what [o que], why [por que] e how [como]. Nada há de errado na fórmula, exceto ser ela responsável pela crença de que toda matéria deveria ser apresentada no lead. Nenhum outro conceito pode ser mais acusado pelo afastamento dos leitores dos jornais. (1981: 73-74)

Hohenberg admite outras variantes de lead (notícias diretas, notícias elaboradas, matérias investigativas, artigos de fundo, follow-up, matérias sobre assuntos nacionais ou

sobre assuntos internacionais) (1981: 100-102). Ele trata da organização da pirâmide invertida e ensina como aprimorar os leads, tornando-os variados e evitando vícios comuns, clichês muito recorrentes. Por fim, ainda que ataque a padronização excessiva, defende o papel do copydesk que agrega na sua função a melhoria e correção redacional dos textos produzidos na redação e a padronização estilística.

Por fim, Hohenberg trata das agências, os “atacadistas de notícias”.

Nestes últimos anos do século XX as agências distribuem as notícias valendo-se de computadores e a uma velocidade de até 10 mil palavras por minuto. Eis a medida da mudança no serviço das agências, os atacadistas de notícias. (1981: 183)

Ainda que o tom do texto permita entrever uma reserva quanto ao excesso de padronização espalhado pelas agências, elas não deixam de empunhar a mesma bandeira dos manualistas: a consolidação do texto jornalístico como o centro da profissão de jornalista.

Já o livro de Erbolato (1985), *Técnicas de codificação em jornalismo*, é uma obra de transição. Ela bebe na fonte dos manualistas em aspectos como a valorização das técnicas de redação, a descrição do jornalismo a partir da experiência dos profissionais e a análise sistêmica. Erbolato empunha a pena como um professor e deixa claro, já nas páginas iniciais, que pretende “mostrar como se faz um jornal” (1985: 13). No entanto já antecipa, ainda que de maneira muito rudimentar, uma outra lógica de estudo: as abordagens acadêmicas. Os livros até Erbolato têm uma influência nítida do conhecimento acumulado por profissionais, uma teorização, como pretendida por Bond, que se julga não-teórica e que cai nos braços de conceitos funcionalistas, como aponta Genro Filho. Em Erbolato, a discussão é mais ampla e de certa forma tenta explicitar seus fundamentos. Já não há uma recusa à teoria, nem um elogio da academia ao conhecimento prático. Erbolato pretende que seu trabalho respeite princípios acadêmicos. No prefácio, José Marques de Melo delinea claramente a posição de Erbolato dentro da tradição manualística e a sua tentativa de seguir um esquema já reconhecido cientificamente.

Ao contrário dos primeiros manuais de jornalismo produzidos no Brasil, todos eles fiéis ao espírito e à rotina da nossa imprensa, o livro de Mário Erbolato adota um esquema conceitual próprio da Teoria da Comunicação. Na verdade, ele tenta seguir, em nível instrumental, aquela experiência que Domenico De Gregorio realizara no plano fenomenológico: uma descrição das técnicas noticiosas dentro dos parâmetros delineadores do processo da comunicação de massa.

Mas isso não significa uma fuga à realidade nacional. Sem perder de perspectiva a natureza do jornalismo brasileiro, seus padrões tradicionais e suas tendências inovadoras, Mário Erbolato descreve todo o processo de comunicação da notícia -

captação, redação e edição – utilizando uma nova linguagem. Desta maneira, torna mais fácil para os estudantes de comunicação o aprendizado das técnicas jornalísticas aplicadas à imprensa diária. Familiarizado, nos cursos introdutórios, com a terminologia e os conceitos científicos da comunicação, o aluno não sentirá dificuldade – como em geral ocorre – em compreender a dinâmica da atividade noticiosa, uma vez explicada dentro dos modelos e marcos referenciais já incorporados à sua bagagem acadêmica. (Marques de Melo, apud Erbolato, 1985: 12)

A intenção de ensinar a fazer e a influência de Marques de Melo são nítidas. O livro segue o exemplo de Luiz Beltrão e traz exercícios ao final de cada capítulo, para fixar conteúdos, ensinar a escrever e analisar jornais. Um dos exercícios sugere uma análise comparada, a partir da metodologia quantitativa criada por Jacques Kaiser e introduzida no Brasil – sob a alegação de cientificizar as análises do jornalismo – por Marques de Melo, em 1972, através do livro *Jornalismo comparado*. Nisto já se percebe uma aproximação com a academia e com uma forma calcada numa teoria científica para estudar o jornalismo.

Por outro lado, Erbolato mostra as reflexões de profissionais, pois os cita com frequência, como acontece em vários outros manuais, sobretudo os da fase madura do manualismo. Ele recorre, por exemplo, a Anthony Lewis, do *The New York News*, ganhador do prêmio Pulitzer, que diz: “Ao descrever qualquer reportagem importante, penso primeiro em toda a história, para decidir que pontos devo tratar e em que ordem. Se tenho tempo, faço um esquema” (1985: 38). Rod Van Emery, de *The Milwaukee Journal*, não faz esboços propriamente ditos, mas vale-se de anotações sobre os pontos a focalizar e logo organiza as reportagens, de acordo com a sua própria técnica. Diz ele:

‘Tenho visto, com frequência, que escrevemos com mais facilidade, se nos sentarmos diante da máquina de escrever e narrarmos a história, como se estivéssemos contando à nossa esposa, sem consultar notas e fazer citações’. (1985: 38)

Apesar deste pendor usual dos manuais pelos profissionais renomados e suas lições de jornalismo, Erbolato também cita acadêmicos. “José Marques de Melo acredita em ‘uma crise que atinge a imprensa diária’, em nosso país, a qual “está em descompasso entre o nível cultural dos seus produtores e o nível cultural do mercado consumidor”, diz (Erbolato, 1985: 23). Cita, ainda, o próprio Domenico de Gregório, que trata da incomunicação pela qual os meios trazem informações de longe mas acabam prejudicando o conhecimento do que está próximo. Até Edgar Morin passa em revista na obra de Erbolato.

Acumulando uma longa história manualística, Erbolato também mescla em seu trabalho a influência dos polemistas, como Kelly, de quem cita – para reforçar a própria posição – a tese de que gostar de escrever apenas não faz um jornalista. A competência do

profissional vai bem além disso. E incorpora lições dos manualistas, passando por Beltrão, Bond e Hohenberg. Seu trabalho fecha um tempo e tenta colocar os pés em outro.

Vincular a obra aos conceitos da teoria da comunicação, no texto, é fazer uma análise levando em conta o todo dos meios de comunicação de massa para pensar o jornalismo, movimento que, aliás, Hohenberg faz antes de Erbolato. Mas agora, a análise é de longe mais consistente, levando em conta a relação de um meio com outro, na função e no espaço que cada um ocupa, comparativamente.

O rádio e a televisão roubaram dos jornais duas iniciativas que eles mantinham com orgulho e praticamente as mataram no setor da notícia impressa: o furo (informe dado de primeiro mão) e a edição extra (sempre que algum fato sensacional a justificasse). (1985: 29)

Além desta análise de função editorial, Erbolato ainda pontua distinções entre os meios de comunicação:

A televisão, porém, é superficial por natureza. O custo de sua transmissão não permite o aprofundamento e, malgrado sua contundência e poder de penetração, destina-se, qual meio de comunicação de massa, ao entretenimento e à informação instantânea. Não desce à intimidade das questões, nem permite a recuperação da informação. Deverá ser captada, entendida e fixada em determinado horário e compreendida na ocasião em toda a sua profundidade. Não há o recurso de deixar para ver mais tarde (o jornal pode ser lido quando e onde o leitor quiser), não há como voltar atrás (reler), rever determinado ponto, conferir determinada informação, averiguar certos dados. Não pode transformar-se em documentação, como o recorte de jornal, desde que flui no tempo. O jornal permite a consulta permanente e a recuperação da informação; a linguagem escrita está fixada (...) A televisão mostra o fato com um poder de síntese extraordinário, mas sem capacidade de aprofundamento. (1985: 29)

A contribuição mais original do livro é a consistência como Erbolato trata os tipos de jornalismo, mantendo a divisão canônica entre opinião e informação, mas considerando que o jornalismo tem quatro modalidades: informativo, interpretativo, opinativo e diversional.²⁷ (1985: 30) “O repórter deve dar a mão aos leitores e levá-los pelos caminhos de uma história, mesmo complicada, mas sem opinar” (1985: 39). Neste aspecto, demonstra uma visão muito clara do jornalismo; da forma como ele evoluiu, como construiu gêneros distintos, se complexificou, ganhou a autonomia como campo e conquistou o respeito profissional. Segundo o autor, o exemplo mais evidente da profissionalização e da sofisticação do campo é a separação entre informação e opinião.

²⁷ Erbolato (1985) chama de jornalismo diversional o *new journalism*, onde inclui autores como Truman Capote e Gay Talese.

A evolução e a adoção de novas técnicas no jornalismo, elevado à profissão e não mais praticado por simples diletantismo, levaram a uma conquista autêntica: a separação entre, de um lado, o relato e a descrição de um fato, dentro dos limites de objetividade permitidos pela natureza humana e, de outro, a análise e o comentário da mesma ocorrência. (Erbolato, 1985: 33-34)

Mas a maior parte do livro, no entanto, segue o esquema dos manuais: discussão sobre o que é notícia, caracterização do que interessa a um jornal, tipos de textos e normas de redação. O texto, o jornalismo como fazer simbólico, está no centro da questão dos manuais e em Erbolato não foge à regra. A notícia, diz ele, deve ser recente, inédita, verdadeira, objetiva e de interesse público (1985: 51).

As escolhas das notícias perseguem os seguintes quesitos: proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência (ou celebridade), aventura e conflito, conseqüências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial do jornal, oportunidade, dinheiro, expectativa ou suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas e invenções, repercussão e confidências (1985: 55).

Tudo isso demonstra uma vinculação na forma e no projeto a uma tradição que já tinha, então, décadas no Brasil. Mas outras partes do livro não deixam de expor uma contradição. Erbolato já mira, então, numa outra forma de intervenção, anuncia uma crise no formato e prenuncia a hegemonia, ao menos no espaço dos cursos superiores, das abordagens acadêmicas. Esta crise na tradição manualística, no entanto, não brota de fora, mas de dentro. É a autonomização do campo jornalístico, para a qual os manualistas muito contribuem, que irá colocar em desuso os próprios manuais. Eles engendram sua própria crise e sua superação no momento seguinte.

As técnicas americanas vão especificar o jornalismo como campo, sobretudo por que especificam um texto como jornalístico e uma competência como jornalística. Por conseqüência, vão permitir que ele seja considerado uma profissão autônoma, com suas próprias práticas e sua própria ética, como reivindicava, bem antes, Carlos Lacerda. A academia é, então, o local adequado para se reproduzir uma certa competência, uma miríade de valores e mitos e uma ética específica, sem a qual o jornalismo não poderia ser considerado uma profissão. A academia anuncia, então, o fim da mera reprodução profissional. Trata-se de um processo histórico. Traquina o descreve assim:

A vertiginosa expansão dos jornais no século XIX permitiu a criação de novos empregos nos jornais; um número crescente de pessoas passou a dedicar-se a tempo inteiro a uma atividade que, durante as décadas do século XIX, ganhou um novo objetivo – fornecer informação e não propaganda. Este novo paradigma será a luz que viu nascer valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: as notícias, a procura da verdade, a independência dos jornalistas, a exatidão e a noção do jornalismo como serviço público – uma constelação de idéias que dão forma ao emergente “pólo ideológico” do campo jornalístico. (2004: 33-34)

Sem esta visão profissional, seria impossível que a academia enxergasse o jornalismo como um objeto e o convertesse, por fim, em problema acadêmico. Logo, o desenvolvimento de uma cultura profissional, ainda que por vezes atue contra o pensamento teórico, é condição sine qua non da sua realização. É desta posição que falo, da posição de jornalista que converte o texto jornalístico em problema acadêmico e se converte a si mesmo em pesquisador da área de jornalismo.

2.7 O TEXTO JORNALÍSTICO COMO PROBLEMA PRÁTICO... AINDA

A consolidação do texto como algo central na cultura dos jornalistas, a ponto do profissional poder ser definido como um especialista de um tipo de texto, um profissional da escrita, depende muito de um esforço histórico de profissionalização. Diz Traquina:

A aparição de um grupo de ‘profissionais’ implica a aparição de um campo específico e diferenciado de relações competitivas. À medida que o tempo passa, o grupo especializa-se e os seus membros tornam-se verdadeiros ‘profissionais’ que têm que dominar uma linguagem específica. A sua competência implica a incompetência dos ‘não-profissionais’. A constituição de uma categoria socialmente distinta de ‘profissionais’ significa autonomia porque a especialização significa autoridade. (2004: 20)

Tal esforço aconteceu no mundo todo, para formar uma comunidade transnacional com uma visão de mundo semelhante. (Traquina, 2004) Os manualistas são, no Brasil, parte desta história que busca profissionalizar a profissão, por um lado, e reafirmar valores de uma cultura profissional, por outro. Tanto uma coisa quanto outra são fundamentais na constituição do campo específico do jornalismo. Tratam-se da capacitação interna, definidora dos agentes do campo profissional, e da legitimação perante a sociedade, a partir de princípios norteadores da profissão e valores morais internos. O caráter normativo dos manuais contribui, assim, para a formação de um acúmulo fundamental de caráter normativo que será valioso na constituição dos primeiros códigos deontológicos, cuja existência é condição

fundamental de qualquer profissão. Das características presentes em todas as profissões – tais como dedicação em tempo integral à atividade, formação de uma cultura profissional, elaboração de códigos deontológicos, segundo Traquina (2004) – mais uma estará relacionada diretamente com o trabalho dos manualistas: a constituição de uma teoria sistemática, mesmo que ainda pouco autoconsciente, baseada na experiência profissional. A quinta característica (criação de mecanismos de ratificação, pela comunidade profissional, da competência de seus membros) está fora da alçada direta dos manualistas, ainda que eles contribuam indiretamente para tal fim, posto que está ligada à própria consolidação de uma formação sistemática em jornalismo como condição de acesso à profissão. O anseio de Lacerda, por um jornalismo profissionalizado, começa a se esboçar e os cursos superiores de jornalismo irão assumir este papel, sendo espaços onde os manuais serão valorizados, convertidos em guias de formação e produzidos nas suas mais diferentes versões, por autores brasileiros, invariavelmente professores de jornalismo. Em suma, todo o processo está interconectado.

Este movimento, rico em diversos aspectos, colocará o texto jornalístico no centro da profissão, como problema prático, mas ele não descolará, por muito tempo, da tradição manualística. Continuará na primeira fase da elaboração do problema, como descrita por Popper (2001): apenas tentativa e erro. Problema prático.

O conhecimento empírico acumulado pelos profissionais será sistematizado nos manuais. O texto será objeto de normas, padronizações, de regras que extrapolam, inclusive, o âmbito meramente estilístico e atinge a esfera da deontologia da profissão. No entanto, o conhecimento continuará descritivo de como o jornalismo é feito, com claro viés pedagógico. A centralidade dos processos profissionais para a definição do campo é inegável e deveria se resolver, em breve, numa elaboração teórica que convertesse o objeto empírico, alvo de análises descritivas, em objeto teórico, abordado por uma visada que superasse a mera necessidade instrumental e não se perdesse tanto na construção do objeto segundo o interesse de outros campos. Pela centralidade do texto para os trabalhos manualísticos até então, seria de se esperar que ele continuasse central nas formulações teóricas do campo.

O momento inaugurado pelos manualistas no Brasil vai ter herdeiros instrumentais, nos manuais de redação e estilo dos jornais, cujas descrições meramente estilísticas e a conversão do jornalismo em mera técnica, esvaziada de pensamento teórico e deontológico, acaba por precarizar a profissão, tecnicizada e, portanto, vazia de sentido social mais amplo. Haverá também escassos herdeiros que tomarão o texto jornalístico como objeto central, para formular sobre ele com rigor e profundidade teórica. É o caso de Nilson Lage, professor da

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, que participará como profissional da introdução das técnicas americanas no Rio de Janeiro, redirecionará sua carreira profissional e ingressará na academia, para onde levará uma forte preocupação em manter o jornalismo como objeto privilegiado.

A superfície do texto como percebida pelos manualistas será transpassada pela percepção aprofundada de Lage. O texto jornalístico, iniciando pela informação mais relevante, perfaz uma forma de narrar a realidade que surge em determinado momento da história da sociedade e, moldado pelas condições sociais de onde emerge, tem restrições como gêneros. Diz ele:

A analogia da notícia jornalística com a situação de uma pessoa que informa algo a outra não pode ser levada além de certo ponto. As circunstâncias da relação entre o jornalista e o público – a pragmática desta relação – determinam restrições específicas no código lingüístico. A limitação do código – reduzindo tanto o número de itens léxicos (palavras e expressões) quanto de operadores (regras gramaticais) de uso corrente – aumenta a comunicabilidade e facilita a produção de mensagem, o que é útil no caso de um produto industrial como a notícia. (2006: 23)

Lage agencia os conceitos dos estudos da pragmática para entender seu objeto, não se contentando em dizer apenas como deve ser feito, mas também porque é feito de determinada maneira. Portanto, movimenta conceitos de outros campos para pensar o texto jornalístico. Percebe, também, que a narrativa jornalística fragmenta os acontecimentos para apresentá-los como etapas concluídas, narradas no passado. Tal conhecimento tem aplicações práticas na profissão, e também permite um aprofundamento no conhecimento teórico do texto jornalístico, seu enraizamento, sua condição social e seu estatuto teórico. Por esta via, permite também a sua crítica.

O autor sempre foi um defensor dos estudos focados em jornalismo, e não nos problemas difusos da teoria da comunicação, ou em questões que se colocam como da área mas que na verdade respondem a problemas de outros campos. Neste sentido, não se deixou arrastar pelo momento político-ideológico vivido pela área de estudos da comunicação.

Mas Lage sempre foi minoritário no campo, um dos poucos que, já nos anos 1980, tomava a linguagem jornalística como objeto privilegiado. O texto jornalístico, bem como o próprio jornalismo, tomarão espaço como objeto teórico de forma lenta. Há razões diversas para isso.

No Brasil, o ataque à especificação do jornalismo como profissão tem contornos políticos. O jornalismo brasileiro, a semelhança do que aconteceu nos Estados Unidos, segundo Hohenberg (1981), foi alvo de ataques. Aqui, porém, não são ações, como lá,

movidas por um governo eleito democraticamente, no judiciário, com base no Estado de Direito. A ditadura militar no Brasil atacou o jornalismo de duas formas distintas, com conseqüências de longo prazo. Primeiro, pela censura, pela repressão política aos jornais, cujo resultado, a curto prazo, é de inibir a crítica e impedir a diversidade ideológica. A longo prazo, a censura e as apreensões de jornais inviabilizaram a própria existência dos periódicos oposicionistas, acabando com a diversidade de posições na imprensa brasileira. (Kushnir, 2004). Os veículos de posição mais crítica, como *Veja*, mudaram de linha editorial e se tornaram conservadores, postura que mantêm ainda hoje. Jornais como *Movimento* e *Pasquim* acabaram fechados ou inviabilizados economicamente. Por isso, todos os periódicos com posição progressista, de esquerda ou críticos no Brasil são recentes, bem posteriores à abertura política, como *Caros Amigos*, *Carta Capital* ou *República*. Outra conseqüência nefasta do autoritarismo da ditadura sobre os jornais foi a introdução da autocensura nas redações. Para se livrar dos censores, cujo trabalho atrapalhava o funcionamento da redação, mesmo que não impedisse a circulação de nenhum conteúdo, muitos veículos se comprometeram a eles próprios limitarem o que poderiam publicar, respeitando as orientações do governo. (Kushnir, 2004) Assim, recebiam orientações e as aplicavam, sabendo das conseqüências de ferir as normas em vigor. Tal prática perdura até hoje, sendo praticada pelos donos dos jornais, com claro viés de censura. Em suma, a censura de Estado terminou no Brasil, mas a censura²⁸ das empresas ainda continua.

A segunda forma de ação da ditadura sobre o jornalismo foi o bloqueio da sua especificação, profissional e teórica, e o controle da formação. A profissionalização do jornalismo passava pelos cursos de jornalismo. Cientes disso, os militares tentarão controlar a formação e os cursos, seja diretamente, através de asseclas fiéis ao regime (como aconteceu na UFPR), seja indiretamente, pela imposição de currículos mínimos generalizantes. O currículo posto em vigor a partir de 1969, através da resolução 11/69, foi o primeiro em que o curso de jornalismo aparece como habilitação do curso de comunicação e não como curso específico. Era o caminho contrário do que o jornalismo vinha trilhando. Os pareceres anteriores, que fixavam os currículos do curso – o 323, de 1962, e o 984, de 1965 – concebiam, ambos, o curso como especificamente de jornalismo, e não como uma habilitação. (Moura, 2002) Tal concepção vai diluir o jornalismo teoricamente na área das teorias da

²⁸ Chamo aqui de censura não o controle do material publicado em si, posto que filtrar informações, escolher algumas, descartar outras é procedimento jornalístico usual e não pode ser confundido com censura. A definição utilizada aqui é de controle que se exerce a priori (antes da publicação) e por razões estranhas ao jornalismo e ao estado de direito, como a preservação de algum amigo, algum grupo político ou empresarial ou para, simplesmente, produzir uma angulação negativa, sobretudo quando se tratam de movimentos sociais, sindicais ou populares.

comunicação, retirando, por um lado, a legitimação teórica da profissão, e impedindo, por outro, que a crítica ao jornalismo surja. O jornalismo é convertido em prática cega. Daí não é estranho que os manuais perdurem como forma de pensar o jornalismo por tanto tempo. A canonização dos manuais, com seu funcionalismo ingênuo criticado por Genro Filho (1987), é menos obra dos próprios manuais e mais de um silêncio produzido politicamente. O ingresso na segunda fase da formulação de um problema, conforme sugerido por Popper (2001), é impedido também pela ação política.

Meditsch (1999), no texto *Ciespal trouxe progresso... e o problema quase insolúvel do comunicólogo*, sobre as políticas pedagógicas do Ciespal, mostra por que a falta de teorização específica do jornalismo e a falta da elaboração de problemas teóricos específicos foram produzidas por uma política que visava, atingindo o trabalho acadêmico, fragilizar a própria profissão. Conseqüência disso são os poucos trabalhos teóricos, comparativamente, sobre jornalismo, em relação às outras áreas das ciências da comunicação. Diz ele:

A concepção do "comunicador social", profissional de múltiplos instrumentos pensado à imagem dos médicos de pés descalços chineses, para tirar o continente do atraso cultural e tecnológico, moldou os nossos cursos universitários e a área acadêmica. Este profissional polivalente foi logo rejeitado pelo mercado e a sociedade, mas seu fantasma continua até hoje orientando nossos projetos pedagógicos e de investigação científica. Perpetuado numa universidade que vive de costas para a realidade, elevado da condição de comunicador a de comunicólogo, é o grande responsável pela falta de vínculo entre a teoria e a prática em nosso campo de conhecimento, com graves prejuízos para a formação profissional. (Meditsch, 1999)

Na área acadêmica, este processo descrito por Meditsch é um dos fatores que resulta na fase que Marques de Melo (2006) chama de político-ideológica. O crescimento da indústria cultural no Brasil, conduzida pelo regime militar, somava-se à censura, que inibia o jornalismo como profissão e como objeto de estudo. Ainda, os financiamentos públicos se dirigiam a outros tipos de trabalho, com tom mais crítico, mas que respaldavam, no essencial, o regime.

As reflexões sobre a indústria cultural, quase sempre pautando-se pelos equívocos frankfurtianos, geraram uma verdadeira obsessão nos ambientes intelectuais e, por certo, contaminaram ou encontraram clima favorável nos cursos de jornalismo. Como esse é o período que marca a "desova" dos primeiros cursos de pós-graduação da área (Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília), muitas das teses de mestrado ali defendidas seguiam esta ótica interpretativa e procuravam desvendar as teias da engrenagem implantada nas indústrias da comunicação. (2006: 28)

As relações entre profissão e teoria do jornalismo são tão evidentes na história que o ataque a uma significa esvaziar outra. Se a teorização específica do jornalismo é ainda pequena no Brasil, relegando a área a teorias ingênuas ou recentes, ou ainda à canonização da

prática, o texto jornalístico, central em toda tradição manualística, tem menos atenção ainda. Marcada pela fase anterior, a maioria das obras que versam sobre o tema apresenta um tratamento instrumental. Poucas destoam. Ou seja, o texto deve ser entendido, dissecado para ser ensinado. A competência lingüística para o gênero é o objetivo principal. Esta perspectiva é radicalmente distinta de entender o texto de maneira teórica, dotado de história enraizada numa certa sociedade e que produz determinados efeitos.

Contraditoriamente, o manualistas que colocavam o texto no centro do seu trabalho também contribuem para seu apagamento como objeto de estudo, de forma não intencional e, de fato, incontornável. O jornalismo cultivou, no Brasil (como também no mundo), ao longo do século XX, o distanciamento da polêmica, da argumentação sedutora, do texto sofisticado. Rendeu-se à lógica da informação, paradigma que passou a servir. Como as técnicas visam tornar a linguagem um meio e não um fim, como na literatura, a linguagem perde visibilidade como questão relevante para análise, mantida exclusivamente no espaço do controle pela técnica.

A técnica fez o texto jornalístico ser cada vez menos preocupado com a estética. A estratégia era negar-se enquanto linguagem enviesada e mostrar-se como linguagem neutra. Com isso, o jornalismo deixou de ser publicista, abdicou da polêmica como principal razão e vinculou-se à informação. Os jornais, é verdade, mantêm seu espaços para a opinião, menores, hoje, que os espaços destinados aos gêneros informativos. Estes se tornaram patrimônio de uma categoria, que de certa forma, para bem e para mal, livrou-se da condição de ser subalterna no campo da literatura. Fazer autônomo, o jornalismo, porém, perdeu o lustro, o brilho de arte.

A relação com o texto como uma competência é o um dos fatores que contribui para seu apagamento como objeto acadêmico de reflexão. Cabe aqui um raciocínio comparativo. Na literatura, a formação do escritor, como descrita por João Ubaldo Ribeiro em *Um brasileiro em Berlim* (1995: 135-153), acontece longe dos bancos universitários. A formação do escritor é mais diversa, ainda que não totalmente livre. Para atestar isso: a cultura, segundo Raymond Willians (1992), é organizada, com instituições e formações específicas, que direcionam ou condicionam a produção cultural. Mesmo as formas de legitimação da arte são organizadas segundo um poder específico. Os movimentos contestatórios na história da arte, como estranhos à organização e estética tradicionais, confirmam a existência de uma espécie de organização das correntes hegemônicas. A arte não está inteiramente livre de injunções de diversas naturezas. Alguns campos de produção artística, como as artes plásticas e a literatura, chegaram a ser associados com o ensino superior. Os cursos de artes plásticas, por exemplo,

pretendem formar tanto a capacidade de reflexão sobre a arte quanto a técnica da arte. Mas esse não é o caso dos cursos de letras. A capacidade para escrever romances não se ensina nos bancos universitários, ainda que o conhecimento fornecido pelo curso possa ser útil para o escritor. As disciplinas de estudos literários se voltam para a compreensão e análise de romances, poesias, contos, etc; não para o aprendizado da escrita literária. O jornalismo é o último curso que, nas disciplinas voltadas para o texto, ensina uma competência lingüística específica: redigir matérias jornalísticas. Nesta atividade, está também a capacidade de reportar, de obter informações; indissociável, hoje, do próprio processo de escrita. Por consequência lógica, a relação que acadêmicos (alunos ou professores) da área de letras têm com o texto literário é muito diferente da relação que acadêmicos (alunos e professores) de jornalismo têm com o texto jornalístico. Vera Veiga França, ao apontar as dificuldades para especificar o objeto da comunicação, enxerga no desenvolvimento anterior das práticas profissionais um obstáculo.

No caso da comunicação, foi o desenvolvimento da prática, a invenção dos novos meios de comunicação que motivaram os estudos e suscitaram a reflexão. O próprio espaço acadêmico foi inaugurado ou estimulado por um investimento de ordem pragmática: cursos profissionalizantes na área de comunicação – (o de jornalismo, sobretudo) – antecederam a criação das teorias, que vieram quase a reboque, complementando a formação técnica e abrindo-a para sua dimensão humanística e social. (França, 2001: 48)

Normalmente, os cursos superiores tratam o texto literário como objeto de estudo e o texto jornalístico como uma competência a ser adquirida. A bibliografia sobre um e outro reflete tal situação. Análises literárias predominam em um; manuais de redação predominam em outro. Obras que tratam o texto jornalístico como mais que objeto de recomendações técnicas, como *Linguagem jornalística* (Lage, 1990), onde predomina uma intenção de compreender o texto como linguagem específica, são escassas. Representam, porém, um salto considerável em comparação com o viés estritamente normativo.

A bibliografia da área se constrói sobre a relação mais usual com o texto jornalístico e, ao mesmo tempo, a alimenta. Nos bancos universitários, o texto é ensinado como prática, não como objeto de pensamento. Nos cursos de letras, a relação é inversa. O texto é objeto de estudo, não de práticas profissionais. Os cursos de jornalismo formam jornalistas. Os de letras formam críticos literários. Não é de se espantar, portanto, que o texto jornalístico desapareça como objeto de estudo. A tradição manualística sustenta os cursos e é alimentada por eles.

Por fim, há uma terceira e fundamental razão para o apagamento do texto jornalístico como objeto de estudo. A construção, a partir do século XIX e durante o século XX, do

conceito de objetividade jornalística trouxe, consigo, implícito um conceito de língua. A língua seria um código neutro, uma forma de nomear o mundo. Tal concepção, como demonstra Bakhtin em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1992a), é uma abstração. A língua cumpre, antes de tudo, o papel de relacionar sujeitos. Ela é antes para o diálogo que para a nomeação. Daí sua natureza mais intrínseca: é dialógica na sua realidade concreta.

A prática jornalística, a partir de meados do século XIX e ao longo do XX, operou um processo de separação da informação e da opinião. “A opinião é livre; os fatos são sagrados”, diz a máxima do jornalismo, consagrada nos manuais, sobretudo na sua forma madura, com Hohenberg e Erbolato, e incorporada pelos manuais de estilo. O *Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo* (Martins, 1990), por exemplo, ensina que se deve descrever os sentimentos por seus indícios externos e palpáveis. Assim, supõe-se um profissional neutro, distanciado, capaz de minimizar a subjetividade a que está inevitavelmente sujeito. As limitações à objetividade se encontram nas impossibilidades do indivíduo, como em *O que é jornalismo?*, de Clóvis Rossi (1980), ou na forma como o sujeito conhece o objeto e sua natureza específica. A defesa da objetividade toma a língua apenas como a forma de expressão do pensamento, de um conhecimento que deve ser reportado. Ela é tomada como forma de nomeação do mundo. Manifesta um pensamento que já internalizou seu objeto e, portanto, precisa apenas externá-lo. A língua é o instrumento desta exteriorização. Assim, aparece apenas como um código, utilizado pelo sujeito. Por si mesma, não constitui obstáculo à objetividade, pois é concebida de forma precária, como código lingüístico.

Afirmações comuns como “a missão do jornalismo é informar” normalmente supõem uma língua referencial denotativa, um signo que represente, perfeitamente, seu objeto. A discussão sobre a noção de língua não é familiar ao jornalismo. Apesar disso, o fato de haver pouca produção na área focando a questão da linguagem não isenta os estudos em jornalismo de uma concepção, ainda que implícita, de língua. Em outras áreas, como nos estudos do discurso da mídia na área de letras (Brookes, 1995: 461-494. Fairclough, 1995. Frus, 1994: 90-119. Jalbert, 1995: 7-26. Lavandera, 1985: 21-31. Rojo, 1995: 49-80. Rae, 1993: 329-356), o jornalismo tem servido como objeto de estudo, mas são raras as reflexões que levam isto em conta, de fato, na área específica. Não obstante isso, o conceito de código lingüístico opera firmemente.

A língua, como mero sistema de referência, reduz-se a um código. Codificam-se informações com ela. Nada mais. Esta concepção não é explícita, mas está longe de ser não-motivada. Certas concepções, ao longo da história do pensamento, entraram no senso comum

e apagaram seus rastros históricos. Pelas vias do senso comum geral ou do senso comum acadêmico, tais concepções penetram nas mais diversas áreas de estudo, impondo a demanda de superar, pelo esforço de teorização, os conceitos naturalizados. A hegemonia assumida pela informação e, dentro dela, pelo texto jornalístico no nosso tempo deveria ser suficiente para colocá-lo como objeto de estudo privilegiado e impor a superação do pensamento racionalista sobre a língua. Porém, a relação do profissional com o texto, reforçada como competência necessária – não como matéria para o pensamento –, as concepções monossêmicas de língua e o estatuto de técnica, não de arte, ocultam o texto jornalístico como objeto de estudo. Seria óbvio que o texto jornalístico fosse relevante como problema teórico, mas a obviedade parece estar também do outro lado. Há razões suficientes para valorizá-lo como objeto de estudo; há explicações, da mesma forma, do porquê isso não acontece, ou acontece pouco, ou acontece fora do campo de estudos do jornalismo – com raras exceções.

2.8 O TEXTO JORNALÍSTICO PARA ALÉM DO CONHECIMENTO INSTRUMENTAL

O domínio dos gêneros jornalísticos não é a única competência esperada do profissional da área. Mas é na linguagem que todas as competências profissionais se encarnam. Ela é o objeto final de todo o processo jornalístico, independente do meio, se tomarmos, como adoto aqui, o conceito de linguagem em sentido amplo, como urdidura de signos que produz sentido.

Não é estranho, portanto, que tanto a geração de manualistas, quanto muitos dos trabalhos voltados para o domínio de competências profissionais jornalísticas, além dos livros de relatos e conselhos, como *A arte de fazer um jornal diário*, de Ricardo Noblat (2003), mesmo não se atendo a aspectos estilísticos, acabam por, em última análise, dizer o que o texto jornalístico deve ter ou não.

A tradição instrumental vai perdurar por longo tempo na categoria e na academia, onde se ensinam tais competências. O livro *O estilo magazine: o texto em revista*, de Sérgio Vilas Boas (1996), é um exemplo de como a demanda de ensinar o texto continua presente no esforço intelectual da categoria e dos cursos de graduação. O livro é atual e versa sobre o texto de revista como objeto de uma competência, mais fluida que a exigida para o texto de jornal e, por isso mesmo, mais exigente. Diz ele, logo no início do livro:

Para estudantes de Jornalismo, a hora de escrever para uma revista, mesmo não sendo a primeira vez, pode significar o início de uma perigosa aventura. No entanto, é possível fazer a volta nas armadilhas. (1996: 13)

Assim, ele abre seu trabalho, que visa exatamente situar o texto de revista e permitir que os estudantes façam a volta nas armadilhas do ofício. Mas não resta a Vilas Boas senão fazer uma descrição mais profunda, que formula teoricamente sobre o texto de revista para compreendê-lo, dada sua complexidade. Não lhe é facultado produzir regras estilísticas, como as de Pompeu de Souza, quando se propõe a introduzir as técnicas americanas no Diário Carioca. Se o texto de jornal pode (e deve) ser objeto de uma formulação teórica rica, pois é enganosa sua aparente simplicidade estilística, pois ela esconde a complexidade social e ética no qual ele está inserido o texto de revista é também complexo, uma complexidade inclusive mais evidente, pelas relações com a literatura. Assim, ele guarda os mesmos deveres morais, complexos, muito específicos e pouco compreendidos pelos leigos do texto de jornal, mas incorpora uma complexidade estilística que é suficiente para forçar uma abordagem mais densa. Vilas Boas percebe, na conclusão, esta complexidade estilística e ética:

O namoro do jornalismo com a literatura não é assim tão às escondidas. Em jornalismo – de revista, especialmente – o bom gosto na escolha da palavra não serve a fins puramente estéticos. Um texto jornalístico deve se confortar nos limites do verificável. A supra-realidade não interessa ao jornalismo. Os fundamentos do texto jornalístico são correção, precisão, clareza, harmonia e unidade, seja qual for o meio. (1996: 102)

A situação em que se coloca o texto jornalístico é nítida: é uma técnica, conformada por uma ética. Realiza uma relação discursiva com o leitor, que não se estabelece em torno do gênero apenas como uma forma estável de organizar enunciados, mas como um compromisso ético de quem fala, escreve ou exhibe com quem ouve, lê ou vê. Assim, a complexidade teórica do texto jornalístico não implica uma cisão entre a demanda profissional e a demanda teórica. Saber fazer e saber pensar se impõem ao profissional de igual maneira. Assim, para a academia, tomar o texto como objeto totalmente independente das suas demandas profissionais é construir um objeto que pode responder a diversas disciplinas, mas não à teoria do jornalismo. Da mesma forma, manter o texto como objeto de descrições meramente instrumentais é não apenas precarizá-lo como objeto teórico, mas é, nas relações entre a academia e a profissão, precarizar também o próprio jornalismo como prática social.

O movimento que supera, sem, no entanto, abandonar a demanda pelo domínio profissional do texto, será iniciado de forma mais consistente por Luiz Beltrão, em 1976, no

livro *Jornalismo interpretativo*. Já em *Iniciação à filosofia do jornalismo* (1960), o autor esboça, sem aprofundar, o caráter interpretativo do jornalismo. Diz ele:

Ora, o jornalismo abrange o que ocorreu e o que poderá ocorrer, o que se pensou e o que se poderá pensar, nem sempre constitui um relato puro e simples, mas se reveste, igualmente, do aspecto de uma exposição interpretada. A mera informação, sem um juízo que a valorize e a interprete, faria do jornalismo uma algaravia sem ordem e nem conserto e deixaria ao leitor a pesada carga de buscar os ‘porquês’ e ‘para quês’ do que acontece. (1960: 77)

Este caráter interpretativo, abordado rapidamente por Beltrão no seu primeiro livro, vai compor um trio, que o autor desenvolverá posteriormente, em três outras obras: *A imprensa informativa*, *Jornalismo interpretativo* e *Jornalismo opinativo*. Com isso, ele escreve sobre todos os principais gêneros do jornalismo. Este conjunto de obras dá uma amplitude muito grande ao trabalho de Beltrão, tangendo o jornalismo nos seus mais diversos aspectos, mas também coloca o autor, na linha descrita por esta tese, em todas as fases pós reformas editoriais. Ainda que *Iniciação* não seja uma obra tão polêmica quanto os livros de Danton Jobim e Celso Kelly, ou mesmo de Carlos Lacerda ou Barbosa Lima Sobrinho, ele se coloca na fase em que uma nova filosofia do jornalismo está se afirmando. *A imprensa informativa*, bem como o livro anterior – *Técnica de jornal* – segue nitidamente, com aprofundamento, a linha dos manualistas. Em *Jornalismo interpretativo*, a elaboração mantém a consciência conceitual da primeira obra, até porque a retoma, aprofundando um dos seus temas. Mas já é evidente que o esforço manualístico de descrição ampla e de regramento, para uso pedagógico, está em segundo plano. O trabalho consiste, sobretudo, em entender este tipo de jornalismo, ciente de que isto têm repercussões no ensino, mas sem assumi-lo como primeira demanda. Pela primeira vez, o “saber pensar” suplanta o “saber fazer”.

Beltrão retoma a idéia esboçada em 1960. Interpretar, no jornalismo, está intimamente ligado ao ato de escolher informações, pois elas não se articulam por si mesmas no mundo, nem se deixam apreender pelo senso comum. Selecioná-las, organizá-las, estabelecer conexões e causalidades é entregar a informação interpretada. O jornalismo migra, nitidamente, da esfera de uma atividade de recolha de informações para fazê-las circular, para uma mais elaborada função de compreender o mundo, segundo uma prática social que emerge das demandas da sociedade. Benjamin é pego a contrapelo por Beltrão²⁹, pois este percebe as

²⁹ Em *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* (1994), Benjamin afirma que as mutações na arte respondem a demandas sociais que as antecedem.

mutações que demandam a emergência do jornalismo como prática social e do texto jornalístico como gênero do discurso.

Diz ele:

A interpretação jornalística consiste no ato de submeter os dados recolhidos no universo das ocorrências atuais e idéias atuantes a uma seleção crítica, a fim de proporcionar ao público os que são realmente significativos. A cada momento, o jornalista tem em mãos um enorme volume de fatos e situações que se poderão transformar em matéria de difusão; contudo, o veículo de que se utiliza, seja por limitação de tempo ou de espaço, reclama uma seleção, efetuada à base do primordial interesse do público, o que exige o ‘desenvolvimento de um critério especial, de um juízo jornalístico, que se resume em submeter o interesse particular e transitório para obter a universalidade e considerar, nos fatos, o seu valor permanente. (Beltrão, 1980a: 12)

Neste papel, o jornalismo é de importância vital “para a sobrevivência e aperfeiçoamento do homem e da sociedade” (1980a: 14). Beltrão aponta uma distopia como prova: um mundo sem informação jornalística, mergulhado no caos, desorientado, em pânico, no vazio da incerteza. Compete ao jornalismo informar, mas sob esta perspectiva: interpretando, de forma a permitir o aprimoramento da sociedade. Por isso, os agentes do jornalismo, os jornalistas, não podem mais improvisar, mas devem ser bem formados para esta atividade.

Esse objetivo do jornalismo, que desde logo exclui o campo do partidarismo, da educação formal ou da propaganda, será alcançado na medida em que se organize para o desempenho eficiente de seus agentes. A complexidade da vida contemporânea e a multiplicidade das áreas sociais de interesse público determinaram o fim da improvisação de agentes da informação, que exerciam o jornalismo como uma aventura ou um investimento para o alcance de outros benefícios como, por exemplo, o poder político. (1980a: 31)

Este conceito de jornalismo e a defesa da formação necessária, dada a complexidade do jornalismo na sociedade, são decorrências de seu trabalho anterior, mas já há momentos em que Beltrão anuncia sua relação com a teoria da comunicação e a preocupação em analisar os dados convertendo-os em objeto teórico, superando a experiência, para formular um conhecimento autoconsciente, genérico e capaz de compreender os fenômenos para além da sua superfície. Ele já remete a conceitos como “aldeia global” e “indústria cultural” (1980a: 30), embora de forma vaga. Será o conceito de “ruído”, vindo da teoria da informação ou teoria matemática da comunicação, que lhe soará mais útil, posto que a informação da sociedade pode ser atrapalhada se o jornalista não tiver clareza das interferências que afetam a transparência da mensagem. Ele diz que a análise dos elementos da ocorrência (quem, que,

quando, como, onde, por que e com que efeito) apontará os ruídos, no sentido preciso do termo na teoria da informação, que sufocam, obscurecem ou tergiversam aspectos e valores inerentes à idéia, fato ou situação a ser transformada em informação interpretável pelo receptor. (1980a: 80) Esta propensão pelo uso de conceitos da teoria da comunicação vai se materializar, depois, no livro *Subsídios para uma teoria da comunicação de massa* (1986).

Agora, implícita à noção de jornalismo interpretativo há a própria organização em gêneros textuais, principalmente levando em conta o conjunto de livros que o autor escreve, separando os diferentes tipos de jornalismo e os diferentes tipos de texto. Este foco na linguagem vai se manifestar no final do livro, onde Beltrão aborda as técnicas de jornalismo interpretativo. Ele aponta as fases de elaboração de um texto interpretativo, começando pela identificação do objeto, quando o jornalista deve valorar o acontecimento para estabelecer sua relevância (1980a: 72-76); passa pela documentação, em sentido mais amplo do que apenas o acúmulo de documentos ou papéis (1980a: 76-88), significando de recolha dos materiais que serão necessários para a redação das matérias; e, por fim, chega à redação e edição da matéria interpretativa (1980a: 88-93).

Neste processo, está em curso a elaboração do texto e o viés volta a ser profissionalizante. Beltrão não se dedica a caracterizar o gênero, mas a ensinar como ele deve ser produzido. O livro inicia um esforço, mas não o delinea inteiramente.

Completando sua trilogia, Beltrão lança, em 1980, *Jornalismo opinativo*, no qual classifica os gêneros opinativos, foca definitivamente numa perspectiva acadêmica e abre um vasto campo para os estudos dos gêneros jornalísticos. Beltrão mantém o estilo e formula uma discussão bastante original sobre a opinião e a opinião pública, derivada diretamente do seu sistema jornalístico, elaborado em *Iniciação à filosofia do jornalismo*, composto por quatro partes distintas: editor, jornalista, leitor e técnico.

Excetuando o último, cujas funções no jornalismo não se manifestam como opinião, os outros três originam gêneros opinativos. Será da mediação entre as opiniões destes agentes que surgirá, pela ação da imprensa, a opinião pública. A opinião, no jornalismo, está também ligada à atualidade, mas deve incidir apenas sobre acontecimentos sujeitos ao debate.

Nem todas as ocorrências, porém, são suscetíveis de opinião: é necessário que o objeto seja *questionável*, isto é, dê margem a uma opção do sujeito entre duas ou mais alternativas, igualmente possíveis. (Beltrão, 1980b: 15)

Logo, opinião não incide sobre matéria de fato, sobre temas que podem ser reportados com precisão. Ouvir diversas fontes, com opiniões diversas, em tema que seja verificável não

é abrir o jornalismo à pluralidade de visões. É fazer mau jornalismo. Neste sentido, *Jornalismo opinativo* mantém o estatuto moral da atividade jornalística, altamente comprometida com os interesses da sociedade, e não o reduz a uma técnica. O campo da discussão ética sobre jornalismo, como uma área evidentemente endógena ao campo, está sujeita ao mesmo tipo de apreensão funcionalista, meramente prescritiva, sem discutir seus fundamentos. Mas Beltrão consegue se elevar deste nível, já lançando uma discussão muito original sobre o estatuto moral do jornalismo na sociedade e, neste sentido, mesmo quando apenas aponta deveres morais do jornalismo, o faz já com profundidade muito superior à da fase manualística, pois consegue inserir estes valores na história e no papel social da atividade; não apenas os enuncia.

Será, porém, no tratamento do texto que esta inflexão se mostrará mais evidente, pois o esforço instrumental, ainda que Beltrão anuncie que a classificação serve para facilitar o ensino (1980b: 55), cede espaço ao trabalho de construção de uma tipologia de gêneros, reconhecidos como distintos entre si e diversos. Não se trata apenas de formular regras básicas de escrita, mas de descrever estes gêneros, situados numa compreensão sistêmica autoconsciente do jornalismo. Os critérios utilizados para a classificação dizem respeito tanto à função social dos gêneros, dentro da perspectiva sistêmica na qual a imprensa desempenha papel central na formulação da opinião pública, quanto às características internas, no que tange seus aspectos formais e contedutísticos.

A visão sistêmica marca as posições dos enunciadores na classificação dos gêneros: o editor origina os gêneros editoriais; os jornalistas são responsáveis pelos artigos, crônicas e pela opinião ilustrada (fotografia e charge); o leitor contribui de diversas formas, através de entrevistas, palestras, depoimentos confidenciais e enquetes. Estas várias opiniões, mediadas pelo jornal, darão origem à opinião pública. Ou seja, se o jornal funcionar como deve, ele desempenha papel prioritário na formação da vontade coletiva dos cidadãos. O papel atribuído por Beltrão à imprensa é semelhante ao papel que Jurgen Habermas atribui a ela, em *Mudança estrutural da esfera pública* (1984). Eles divergem, naturalmente, mas ambos mostram fé na imprensa. Habermas vê um passado idílico, onde os jornais cumpriam a função de formar a opinião pública, expondo posições divergentes dos vários segmentos burgueses que investem na criação de periódicos para fazer valer sua posições. O autor vê uma depreciação do caráter público da imprensa quando ela se comercializa. A fé de Habermas se manifesta nesta idealização gentil do passado.

A fé de Beltrão tem outro foco. Ele desconsidera os aspectos comerciais da imprensa, algo que tem relação com o esforço teórico de ver o papel dela na sociedade, como ela tem o desempenhado e como, sobretudo, pode desempenhá-lo. Assim, ele deixa de lado as injunções do presente, que ele conhecia naturalmente como estudioso da área. Assim, Beltrão percebe que a opinião entre veículos, da fase polêmica de Habermas, migra para dentro do jornal, cuja legitimidade social se sustenta sobre o dever do jornalismo de mediar as diversas opiniões, incluindo a dos próprios profissionais e a dos jornais. Nisso, se Habermas vê o problema social em primeiro plano, Beltrão consegue captar a especificidade profissional, o que faz de um autor na área de teorias sociais e de outro autor da teoria do jornalismo, ainda que o termo não estivesse consolidado no momento. Será a visão sistêmica, apreendendo a realidade do jornal, e não o estabelecimento de uma vaga missão genérica de opinar e criticar o Estado, que vai permitir que Beltrão encontre um espaço de diversidade, onde Habermas vê apenas deterioração pela penetração de interesses comerciais. Os editoriais são definidos como a opinião institucional de uma parte do processo de mediação da opinião: o próprio jornal. As categorias utilizadas são morfologia (artigo de fundo, suelto e nota), topicalidade (preventivo, de ação e de consequência), conteúdo (informativo, normativo e ilustrativo), estilo (intelectual e emocional) e natureza (promocional, circunstancial e polêmico).

Os aspectos morfológicos são formais e dizem respeito à extensão e até mesmo ao lugar do jornal onde são usualmente publicados. Posteriormente, Beltrão vai ainda explorar a organização estrutural do gênero, cindida em título, introdução, discussão e conclusão. Os demais aspectos são de natureza discursiva, pois remetem todos aos objetivos de produção de sentido junto ao leitor. Apesar disso, são analisados como aspectos internos do texto. De fato não há, na análise do discurso, uma cisão entre dentro (texto) e fora (enunciatário), pois esta relação é interdependente. O texto, ao realizar uma relação discursiva, adota certas estratégias, sempre definidas em sua relação com o externo. Beltrão migra de um a outro. Diz, em relação ao leitor, que os editoriais informativos buscam apenas informá-lo, os normativos pretendem convencê-lo a atuar em certo sentido e o ilustrativo pretende apenas aumentar a instrução do público (1980b: 57). Mas quando trata do estilo, aponta a organização interna do texto de início. O estilo intelectual é silógico, pois visa atingir o raciocínio, enquanto o emocional pretende despertar sentimentos. O começo aponta as relações internas do texto (silogismo), mas muda rapidamente para os objetivos externos (fazer pensar ou emocionar).

A categoria “natureza” mantém esta dicotomia. Diz Beltrão, definindo o editorial promocional:

Editorial que acompanha regularmente os eventos e idéias marcantes da atualidade, tomando posição definida para analisá-los e explicá-los dentro da política editorial traçada, tendo em vista convencer a comunidade e levá-la à ação. (1980b: 58)

Portanto, ele parte de relações internas do texto para logo anunciar seu objetivo junto ao leitor. O circunstancial é oportunista e visa apreciar determinado movimento da opinião. O polêmico, ao contrário, é doutrinário e visa convencer de uma posição ou enfraquecer posições adversárias.

A opinião do jornalista se manifesta em três gêneros distintos: artigo, crônica e opinião ilustrada (fotografia e charge). O artigo tem as mesmas características que o editorial, mudando apenas por não ser de responsabilidade do veículo, mas do jornalista ou colaborador que escreve. Já a crônica é atividade mais específica dos jornalistas, pois incorpora elementos de atualidade e um caráter informativo. Está classificada em geral, local e especializada, conforme o assunto que aborde. Dependendo como seja tratado o tema, pode ser analítica (exposição objetiva e dissecação dos fatos), sentimental (predomínio do apelo da sensibilidade) ou satírico-humorística (objetivo de criticar, ironizar ou satirizar) (1980b: 68). Artigos e crônicas são também atividades dos colaboradores eventuais e fixos, que não são jornalistas – Beltrão não os separa.

A opinião do leitor merece de Beltrão a análise mais breve – e incorpora todas as formas como as fontes enviam material para os jornais. Quanto à morfologia, a contribuição pode ser oral (entrevistas, palestras, depoimentos e respostas a enquetes), escrita (cartas, telegramas, ofícios, relatórios, cópias de documentos, estatísticas e press releases) ou gráfica/icônica (livros, revistas, jornais, boletins, mapas, esculturas, miniaturas, etc). Quanto ao conteúdo, pode ser informativa, opinativa, ilustrativa (para ilustrar, retificar, complementar, esclarecer material publicado anteriormente) ou consultiva (quando visa fazer a redação ou entidade a quem caiba responder se posicionar sobre determinado assunto). Quanto ao caráter, pode ser obrigatória (quando o leitor, pela posição que ocupa, deve se posicionar) ou facultativa (1980b: 96-97).

Não há, no livro, nenhuma discussão do conceito de gêneros discursivos com base em autores reconhecidos na área, como Todorov ou Bakhtin. A posição teórica que Beltrão assume não é esta. Ele se alimenta do esforço teórico no Brasil, que busca erigir uma teoria do jornalismo e se sustenta na tese de que ele pode ser estudado e aprendido. Por isso, se serve de autores como Luiz Amaral e Danton Jobim. Fala, portanto, de dentro do campo, com foco em interesses específicos, mas já incorpora aportes de outras áreas. Serve-se de Barthes para

escrever sobre fotografia, apropria-se do conceito de signo de Saussure e das idéias de manualistas como Emil Dovifat. Este conhecimento conceitual vai dar origem ao livro seguinte, sobre teoria da comunicação.

Jornalismo opinativo é o passo inicial de um campo que, posteriormente, será explorado por outros autores, como Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986) e Cremilda Medina (1995). Pelo menos um deles terá uma relação próxima com Beltrão, como orientado e, posteriormente, como defensor e divulgador da obra do orientador: José Marques de Melo. Em 1983, Marques de Melo defende sua tese de livre docência na USP – Universidade de São Paulo –, intitulada *Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. No trabalho, o autor descreve os caminhos percorridos pelo pensamento jornalístico no Brasil com quatro momentos: ético-social, técnico-editorial, político-ideológico e crítico-profissional (1983: 1-19). O primeiro é feito pelos profissionais vindos da área de direito, que irão participar dos primeiros cursos de jornalismo no Brasil, dando um caráter moral ao campo, focando suas discussões em temas de ética. O segundo momento é um esforço para descrever a profissão e ensinar, na faculdade, as práticas jornalísticas. O terceiro é praticamente um desvio do caminho que vinha sendo percorrido e que levaria à consolidação das discussões teóricas do jornalismo. Trata-se do foco trazido pelos estudos de teoria da comunicação, que marca o campo e que forja as primeiras pós-graduações em comunicação no país. Se por um lado esta perspectiva assume um caráter crítico ao jornalismo, por outro se recusa a pensar o jornalismo em si e adota um tom de denúncia, nublando o próprio objeto, julgado negativamente segundo a leitura destes trabalhos feita por Genro Filho (1987).

Marques de Melo formula críticas ao terceiro momento. Afirma que o viés principal desta fase quase sempre se pauta “pelos equívocos frankfurtianos” (1983: 9). Os trabalhos acadêmicos com esta perspectiva beneficiam-se das “oportunidades oferecidas pelos cofres públicos” (1983: 9), pois respaldam “no essencial o regime vigente” (1983: 9). Ele se situa muito mais claramente na linha que vem dos manualistas, buscando superar seu caráter meramente técnico. Marques de Melo foi o orientador da tese que deu origem ao livro de Mário Erbolato *Técnicas de codificação no jornalismo* (1985), uma obra nitidamente de transição, que se insere no geral no esforço manualista, mas já o sofisticava com a preocupação de formular teoricamente suas assertivas. O autor reconhece o valor destes trabalhos, retoma uma prática dos manualistas e descreve o funcionamento das redações, passando pelas formas de controle editorial, pauta, fontes e o trabalho do copy desk. Esta descrição, no entanto, é a parte menor. Serve apenas para situar os tipos possíveis de jornalismo (informativo,

opinativo, interpretativo e diversional) e os núcleos centrais de onde emerge a opinião nos jornais: a empresa, os jornalistas, os colaboradores e os leitores (1983: 117). A partir desta organização, Marques de Melo vai construir sua classificação dos gêneros, retomar o trabalho de Luiz Beltrão e o aprofundar.

A classificação dos gêneros textuais que existem é feita conforme a intencionalidade: reproduzir o real ou ler o real são as duas principais vertentes (1983: 75). Elas correspondem ao jornalismo informativo e ao jornalismo opinativo. Marques de Melo exclui o jornalismo interpretativo e o jornalismo diversional, pois, mesmo admitindo sua possibilidade, afirma que eles não fazem parte da prática jornalística brasileira (1983: 77). A separação entre jornalismo informativo e opinativo é justificada pelo autor, pois o primeiro depende de fenômenos que ocorrem fora da redação e independem da vontade do jornalista. O segundo, pelo contrário, é co-determinado “por variáveis controladas pela instituição jornalística” (1983: 77).

Assim, depois de discutir várias classificações de outros autores e explicitar seus próprios critérios, Marques de Melo separa os gêneros em quatro informativos e oito opinativos:

- 1) Nota;
- 2) Notícia;
- 3) Reportagem;
- 4) Entrevista;
- 5) Editorial;
- 6) Comentário;
- 7) Artigo;
- 8) Resenha;
- 9) Coluna;
- 10) Crônica;
- 11) Caricatura;
- 12) Carta.

A diferença fundamental entre Beltrão e Marques de Melo é o tratamento mais homogêneo dos diversos gêneros, focando na descrição de cada um deles e não apenas na forma como a opinião penetra no jornalismo. Assim, formas de colaboração como palestras, que não é um gênero jornalístico, mas rende assertivas opinativas, não são incluídas. Não se trata da forma como a opinião chega ao jornal, mas dos seus gêneros típicos. Beltrão oscila

entre gêneros instituídos e coisas difusas, como os relatórios e os deveres da fonte, se deve se posicionar obrigatoriamente ou se o faz facultativamente.

A tese se movimenta da discussão que tem o texto jornalístico como fundamento, ainda que nem sempre explícito, para a discussão que tem o texto como objeto central, explicitamente. E faz a discussão, gênero a gênero, de forma comparativa com os estudos de outros países e do Brasil, para entender o papel de cada gênero na semiose jornalística, na sua forma de produzir sentido, de relacionar sujeitos.

Apenas para exemplificar esta maneira de proceder, descrevo a forma como Marques de Melo aborda o gênero opinativo do artigo. Diz ele:

Trata-se de uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma idéia e apresenta sua opinião. Se no jornalismo brasileiro o artigo tem essa dimensão explícita, representando aquele tipo de matéria geralmente escrita pelos colaboradores e que se publica nas páginas editoriais ou nos suplementos especializados, isso não ocorre no plano internacional. (1983: 137)

A realidade brasileira é comparada, a cada momento, com a realidade de outros países, bem como conceitos de autores internacionais são acionados para compreender os gêneros. O artigo teria, pois, duas características centrais, segundo Martín Vivaldi, citado por Marques de Melo: atualidade e opinião. A atualidade é condição fundamental, para se adequar às características da informação periódica publicada pelos jornais; a opinião deve ser explícita, pois o texto materializa a posição de um autor ou, no caso dos editoriais, do veículo.

Em comparação com outros países, o autor se vê na premência de diferenciar um gênero não incluído na sua classificação, o ensaio, tomado no Brasil como uma segunda espécie de artigo. Mesmo considerando aspectos mais contingentes, como a tendência do ensaio a aparecer em suplementos especiais, é a transitoriedade de julgamentos do artigo e a permanência e solidez do ensaio que os distingue mais claramente.

O artigo pode ter duas finalidades: doutrinário ou científico. O primeiro é o mais usual nas páginas dos jornais, apesar de não ser impossível a publicação do segundo. Marques de Melo reconhece o esforço de Beltrão para esmiuçar a organização do artigo (título, introdução, argumentação e conclusão), mas assume que, pelas condições sociais em que o gênero é produzido, quase sempre sem remuneração, no Brasil ele confere liberdade completa ao autor, seja na escolha do tema, no posicionamento ou na linguagem (1983: 141). Os articulistas brasileiros são, normalmente, colaboradores e não jornalistas. Isso é positivo pois “introduz diferentes prismas para analisar a conjuntura e traz novas informações e idéias para completar a crítica do cenário sócio-político” (1983: 142).

Marques de Melo teve pelo menos mais uma incursão pelo trabalho com gêneros opinativos. No livro *Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo* (1992), ele enuncia critérios claros para que seus alunos de mestrado façam análises da forma como os gêneros estão organizados no jornal Folha de São Paulo. Ele seleciona os gêneros artigo, crônica, caricatura, editorial, carta, entrevista, comentário e fotografia. Os aspectos de análise são:

- a) Frequência – incidência quantitativa nas edições diárias e no conjunto da semana;
- b) Estrutura do texto – identificação de peculiaridades do código jornalístico;
- c) Ângulo de observação – lugar sócio-profissional a partir de que a matéria é produzida;
- d) Condições de produção – elementos intervenientes na configuração do gênero, da pauta à edição;
- e) Criatividade – intervenção pessoal dos produtores na elaboração das respectivas matérias;
- f) Configuração do real – determinações sócio-políticas ou atravessamentos ideológicos identificados nos produtos jornalísticos. (1192: 8)

O trabalho de descrição de gêneros busca compreender o texto jornalístico de forma ampla, extravasando seu caráter meramente imanente. Aproxima-se, desta forma, de uma compreensão que pense a linguagem como produtora de sentido, entre sujeitos relacionados. O lugar de onde fala o profissional, por exemplo, situa a linguagem socialmente, colocando o gênero como condicionado pela posição discursiva do enunciador, ou seja, a posição social e histórica de onde fala. Isso se manifesta na configuração lingüística do gênero, no grau de liberdade estilística permitida ao autor, e nos fatores que interferem no trabalho, as condições de produção deste discurso. Marques de Melo se preocupa, também, com a incidência destes gêneros para medir estatisticamente sua relevância para o jornal. Esta preocupação é coerente com sua filiação ao trabalho de Jacques Kaiser, explorada no livro, de 1972, *Estudos de jornalismo comparado*.

A descrição permite conhecer a própria atividade jornalística, pois cada gênero impõe restrições profissionais, legais, deontológicas e sociais. Assim, um texto não é apenas a sua materialidade lingüística, ainda que a análise não possa prescindir de compreender a configuração simbólica de cada gênero. No texto, o jornalismo se mostra quase por inteiro, posto que ele envolve as relações de onde emerge. Além disso, há uma clara aplicação profissional, posto que compreender os gêneros é fundamental para dominá-los, criticamente, entendendo seus limites como forma de narrar os acontecimentos e suas restrições produtivas. O conhecimento dos gêneros é fundamental para dominá-los, assim como o conhecimento

teórico distintivo entre um conto, um romance e uma novela é fundamental, ainda que insuficiente, para quem queira produzi-los.

Por fim, os gêneros permitem discutir a definição dos limites do jornalismo com implicações deontológicas. Diversos gêneros são veiculados nos jornais, mas não são jornalísticos. Outros mesclam informação com opinião. A clara definição de cada um permite especificar quais gêneros devem ficar sob responsabilidade exclusiva dos jornalistas profissionais e responder à legislação e à deontologia que regram o jornalismo, assim como discutir os próprios valores morais do jornalismo que condicionam o texto.

O papel que o jornalismo desempenha na sociedade, ao relacionar através da linguagem pessoas, quando as toma como fontes e como leitoras, implica em um compromisso moral. A natureza da linguagem, como aponta Bakhtin (1992a), tem como objetivo primeiro relacionar pessoas simbolicamente. Os signos são *para* alguma coisa, não *sobre* alguma coisa, em primeira instância. Assim, o caráter de representação se submete à demanda primeira que é de representar algo para alguém. A linguagem é o espaço da interação, e onde há a presença de um outro ser humano, questões de ordem moral se impõem.

É por este caminho que, colocando a linguagem como aspecto privilegiado, Cremilda Medina (1995) discute o jornalismo, focando especificamente nas entrevistas, tanto o gênero discursivo como o próprio procedimento de obtenção de informações e opiniões. Marcada pela dialogia de Martin Buber, a autora afirma:

A entrevista pode ser apenas uma eficaz técnica para obter respostas pré-pautadas por um questionário. Mas certamente não será um braço da comunicação humana, se encarada como simples técnica. Esta – fria nas relações entrevistado-entrevistador – não atinge os limites possíveis da inter-relação, ou, em outras palavras, do diálogo. Se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo. (1995: 5)

O compromisso moral, um tipo de juízo existencial³⁰ presente na própria atividade do jornalista, tomado em sentido mais amplo do que a mera técnica, se materializa nas relações simbólicas com a fonte, que resultam também numa melhor compreensão pelo leitor. O dever, sobretudo, seria entender a visão do entrevistado, não apenas obter informações. Tomando isso como dever profissional, os diversos tipos de procedimentos darão origem a diversos tipos de entrevistas possíveis, a uma tipologia que se institui pelo caráter que assume a entrevista: de espetáculo ou de compreensão. Com base em Edgar Morin, Medina propõe sua tipologia, que

³⁰ O juízo existencial implica um compromisso do jornalismo não apenas com as técnicas que lhe permitem relatar com precisão, mas um compromisso moral com os objetivos maiores da humanidade.

decorre tipos de texto de práticas profissionais distintas. Entre os “subgêneros da espetacularização”, estão o perfil do pitoresco, o perfil do inusitado, o perfil da condenação e o perfil da ironia intelectualizada (1995: 15-16). Todos, de uma forma ou de outra, implicam em relação em que a voz do jornalista, seu entendimento, se sobrepõe às palavras das fontes. O perfil da condenação, por exemplo, constrói o texto com tal caráter de julgamento da fonte – o acusado de um crime, por exemplo – que as palavras do entrevistado soam como justificativas, mentiras ou desculpas. Logo, não são ouvidas por já chegarem ao mundo julgadas.

Em oposição a este tipo de entrevista, que fere os valores do jornalismo, surgem os “subgêneros da compreensão-aprofundamento”, que são: a entrevista conceitual, a entrevista/enquete, a entrevista investigativa, a confrontação-polemização e o perfil humanizado (1995: 16-18). Estas mergulham fundo para descortinar informações ocultas sobre ilicitudes e para compreender o ponto de vista das fontes. Realizam o jornalismo em mais alto nível, exploram ao máximo as potencialidades que os valores da profissão defendem, muitas vezes vilipendiados por razões políticas ou mercantis. Sobre o perfil humanizado, por exemplo, a autora diz: “Esta é uma entrevista aberta que mergulha no outro para compreender seus conceitos, valores, comportamentos, histórico de vida” (1995: 18).

A linguagem como instrumento de interação traz como elemento fundamental de reflexão o outro. A relação dialógica de Buber se funda na linguagem e se dá entre “EU” e “TU”, não entre “EU” e “ISTO”, como cita a própria Medina (1995: 5). Por esta via, impõe questões morais que se estendem ao jornalismo, cujo ideário envolve a manifestação do pensamento alheio e o direito de cada cidadão de ser informado. Este elevado papel social impõe uma missão nobre e inescapável para o jornalismo.

Ainda que Medina avance para um espaço pouco explorado, por um viés humanista, ela tangencia, como os estudos anteriores, restrições sociais que regem os gêneros. Entretanto, não o faz com mero caráter descritivo, pois discute os deveres do jornalismo, bem como os procedimentos que diminuem a atividade. Ela toma a manifestação da linguagem jornalística não como algo imanente, mas como algo produzido por procedimentos profissionais, que podem ser julgados. Assim, ela avança numa proposição fundamental: a linguagem inevitavelmente relacionada com o processo que a engendra e que deixa assim suas marcas no texto.

Por outra vertente, com referências teóricas distintas, superando o caráter instrumental que só começa a mudar com *Jornalismo opinativo* de Beltrão (1980), mas não totalmente dissociados de toda a discussão feita no Brasil em torno do texto jornalístico, Antônio Fausto

Neto e Ronaldo Henn vão afirmar o papel do jornalismo no processo social de construção de sentidos. O primeiro tem como referência as teorias da enunciação, trazidas para o campo dos discursos midiáticos e, sobretudo, do discurso jornalístico. Diz ele:

O campo da análise dos processos discursivos de natureza midiática é bastante novo no Brasil, especialmente as orientações de pesquisa que tomam como referência o instrumental da análise dos discursos sociais, da perspectiva das teorias das enunciações aplicada às práticas discursivas midiáticas enquanto objeto. (1999: 8)

Mas, longe de tomar o jornalismo como objeto de estudo das teorias da enunciação, Fausto Neto subordina os conceitos à compreensão das mídias. Parte, portanto, de uma formulação que assume o jornalismo como campo legítimo de estudos, cuja compreensão é demandada inclusive por sua relevância social. Desta forma, escolhe o objeto pelo estatuto que ele tem atualmente. Se supera os manualistas não é senão para negá-los, ao mesmo tempo em que se sustenta na legitimidade legada por eles e se volta para o objeto que foi fundamental naquela fase: o texto. Assim, o autor não apenas analisa os conteúdos que a mídia veicula, mas a maneira como ela se insere e molda, inclusive, nossa percepção da realidade.

Já não satisfaz mais constatar o que as mídias dizem todos os dias. Categorizações múltiplas existem nesse sentido, inclusive, da parte da experiência do próprio mundo dos leitores. A problemática que desafia o campo da pesquisa estaria na compreensão dos modos através dos quais os processos midiáticos nos dizem ou nos mandam “ler” alguma coisa no mundo. (1999: 8)

Assim, os meios produzem linguagem sobre o mundo, condicionam nossa percepção da realidade, através de um modo que lhes é específico. Concordando com Fausto Neto, podemos afirmar que o surgimento dos meios de comunicação é, também, o surgimento de uma máquina simbólica que vai instituir uma maneira própria de narrar a realidade. Esta máquina, mutante e em processo constante de ampliação da sua influência, terá modalidades distintas a cada tempo de produzir sentido. O autor aponta um mercado tecno-simbólico redimensionando as possibilidades de interação intersubjetiva.

Os meios assumem o papel de redefinir todas as trocas simbólicas contemporâneas, inclusive interferindo na lógica interna de outros campos, que adaptam seus procedimentos à mídia. Concordando com isso, Henn afirma: “Numa sociedade cada vez mais voltada para o espetáculo e exposição na mídia, a grande maioria das ações sociais já é planejada com o intuito de se transformar em pautas para os jornais” (2002: 57). Muitas vezes, este processo

de adaptação passa por aspectos estritamente simbólicos, como a produção de imagens adequadas para a fotografia ou para a cobertura de TV.

A proeminência dos meios, mediatizando a sociedade, condicionando até mesmo a vida fora da mídia, ainda não penetra num aspecto central da questão, abordada por Fausto Neto: o modo de produção de sentido. A mídia tem protocolos e uma linguagem específica, que se insere entre os diversos fazeres sociais que simbolizam o mundo, mas o faz com poder de simbolização muito maior. Define, com sua lógica, a própria esfera pública:

Essas proposições que conferem aos regimes de discursividades um papel central nas maneiras com que as instituições desenvolvem estratégias de produção e de efeitos de sentido, permitem entender de outro modo o conceito de “espaço público”, apoiando-se em formulações relativas ao continente da linguagem e dos seus respectivos funcionamentos. Nesses termos, entende-se a noção de espaço público como um âmbito que se estrutura a partir do conjunto de práticas simbólicas desenvolvidas por diferentes redes que tomam formatos a partir de diferentes rituais e procedimentos mobilizados pelas competências das instituições nos âmbitos do poder, do saber e do fazer. (Fausto Neto, 1999: 14)

A análise do autor pretende entender como o poder, o saber e o fazer dos meios construíram a representação da Aids no Brasil ao longo de décadas. O texto está voltado para a construção de sentido, pelos regimes próprios dos meios de comunicação, e acaba refletindo sobre como a lógica interna dos meios, sua economia simbólica, acaba por afetar a esfera pública, onde a disputa se dá inclusive levando em conta estes mesmos regimes de produção de sentido.

Tal compreensão expurga do “espaço público” uma certa noção de cordialidade e de simetria, reconhecendo por outro lado que ele é movido por interesses e negociações. Com isso, podemos dizer que a linguagem não se constitui em instâncias de inteligibilidade social. Mas, pelo contrário, em dispositivo de atualização das relações de força na sociedade. (Fausto Neto, 1999: 14)

Onde há linguagem, há mediação entre sujeitos. E não há mediação entre sujeitos sem linguagem. Neste ponto se inserem relações de poder. Os meios de comunicação, ao terem como regime fundamental de existência a linguagem, instauram, conseqüentemente, relações de poder. Eles se imiscuem no tecido social, reinventando o poder social à medida que estruturam a realidade. Diz Fausto Neto:

Este livro pretende mostrar as modalidades de intervenção dos processos midiáticos no tecido social. Parte da hipótese de que as mídias além de serem instrumentos de representação são, ao mesmo tempo, dispositivos, espécies de verdadeiros nichos, onde a realidade se estrutura como referência. (1999: 9)

A abordagem lança luzes sobre a questão do modo como os meios e particularmente o jornalismo produzem sentidos sociais, estabelecem regimes de discursividade e reconfiguram as próprias relações de poder. No entanto, será Ronaldo Henn, pelo caminho da semiótica pierceana, que abrangerá todo o processo, ao conceber a semiose jornalística. Diz ele: “O signo só pode ser descrito em termos de semiose como um processo” (Henn, 2002: 39). Este processo é feito de signos, que ao serem interpretados geram interpretantes, que são signos também, sujeitos a novas interpretações. Se há um objeto que motiva o signo, não é com ele que se relacionam a maioria dos signos, mas com outros signos, interpretantes capazes de gerar novos interpretantes. O significado de uma representação é outra representação. Como não há conhecimento do mundo, exceto em símbolos, o jogo de representação de representações, a semiose, é a maneira de conhecer a realidade, se é que esta pode ser conhecida. O jornalismo se insere nesta semiose, de forma flagrante e específica.

A produção de notícia envolve um processo complexo que se entende, aqui, como semiose. As notícias formam signos cujos objetos são as ocorrências que pululam no cotidiano. Estão aptas a produzir interpretantes de diferentes matizes, que vão desde a formação de opinião sobre determinados episódios até a geração de ações concretas na sociedade. (Henn, 2002: 50)

A semiose antecede o jornalismo, que não encontra, quase nunca, o mundo como objeto e muito menos é capaz de reportá-lo, pois este só é acessível como mundo simbólico.

As ocorrências, que são alvo de decifração dos jornalistas, já se apresentam como signos. Elas são articuladas pelas fontes (pessoas ou instituições às quais os jornalistas recorrem a fim de obter dados para as suas matérias) e estão imbuídas de interesses diversos. Enfim, ao produzir notícia, o repórter opera uma atividade interpretante. É o elo de uma cadeia que se costurou muito antes dele (o acontecimento em si, seu estabelecimento no cotidiano, os envolvimento econômicos e políticos e, sobretudo, a pauta formam pontos da cadeia que antecedem a decodificação jornalística). (Henn, 2002: 50)

Ainda não há, nesta abordagem, uma especificidade clara de como o jornalismo contribui para esta semiose. Ele é objeto da semiótica. Assim, responde a interesses de outro campo. Não é a semiótica que ajuda a entender o texto jornalístico, mas o texto que serve como exemplo de análise da semiótica. Sendo signo sobre signo, interpretante sobre interpretante, não há como haver objetividade no jornalismo. Este aspecto também foi ressaltado por mim na minha dissertação de mestrado *Diálogos em monólogo: jornalismo impresso, linguagem e ideologia* (1998). A questão a respeito dos processos a partir dos quais

o jornalismo, em sua própria especificidade, produz sentido para outrem e se insere na semiose social de forma particular, continua aberta. Não se trata, note-se atentamente, dos sentidos que o jornalismo constrói em determinado momento, mas da forma como os constrói pela sua condição e características. Esta vertente já não tem uso para a aquisição de competências profissionais, apesar de ser fundamental que a responsabilidade profissional implique em entender como o jornalismo produz sentidos e conseqüências sociais.

Diz Henn: “M. R. Alsina defende que o nexo entre acontecimento/fonte/notícia forma o eixo central da construção da realidade jornalística” (2002: 57). Neste fluxo, amalgamam-se tanto as competências profissionais, os gêneros discursivos, as constringências morais e os efeitos produzidos na sociedade. Descreve-se todo o programa de pesquisa apontado para o jornalismo no começo desta tese: a linguagem jornalística e a forma como o jornalismo produz significados sociais como discurso com características próprias, os processos e a cultura jornalísticos e o caráter moral da profissão. Desta forma, Henn encontra-se no ponto mais elaborado do jornalismo como problema teórico. Produz, além disso, uma concepção que pode nortear uma releitura da história da imprensa.

2.9 EM SÍNTESE

A ação dos manualistas de descrever as competências profissionais para o domínio do texto visa resolver um problema prático. Descrevem, no entanto, dois movimentos interligados e distintos. O primeiro, sustentado na tese de que jornalismo pode se ensinar e se aprender, nos bancos escolares, pretende produzir os instrumentos para esta profissionalização. Ao fazer isso, legitimam o campo profissional, abrindo as portas para a consolidação do campo acadêmico, voltado também para a pesquisa, e não apenas para o ensino. Simultaneamente e de forma contraditória, os manualistas, à medida que tomam o texto como objeto de normas prescritivas, lançam luz sobre a linguagem como algo específico e, portanto, portadora de demandas que permitem uma visada teórica também específica.

Ao mesmo tempo em que descrevem o jornalismo e prescrevem as regras do texto, os manualistas iniciam uma discussão fundamental, objeto dos mais relevantes para a reflexão teórica na área: a deontologia. Por mais que, de início, ela seja tomada como natural, evidente, como desenvolvimento genético da imprensa, iniciar a discussão é abrir as portas inclusive para a superação da naturalização da ética jornalística.

Mesmo dentro da corrente manualística, haverá momentos distintos, mais ou menos distantes da academia. A segunda fase já estará mais claramente dentro das concepções acadêmicas e propensa a discutir e explicitar seus conceitos. É a transição para os trabalhos que colocam a descrição de gêneros como finalidade primeira, secundando a demanda pedagógica, ainda que ela esteja claramente preservada. É o movimento que fazem Beltrão e Marques de Melo. No entanto, apesar de representarem um distanciamento, os estudos dos gêneros são possíveis graças ao esforço anterior, que luta pela instituição do jornalismo no Brasil como atividade profissional. Mantém, além disso, mesmo que sem o caráter prescritivo, a discussão sobre as condições que engendram os gêneros. No caso do jornalismo, isto é fundamental porque, pelo caráter moral da atividade, que deve cumprir regras em função do seu papel e do seu compromisso social – mesmo que um texto seja, na imanência, jornalístico, ele só pode ser julgado como tal se cumprir requisitos que antecedem a própria redação. Ou seja, a forma como o texto é feito é o que garante sua condição de texto jornalístico. Logo, ele não pode ser avaliado exclusivamente pela imanência lingüística. Por isso, a discussão empreendida por Cremilda Medina não é apenas pertinente, mas fundamental. O texto deve estar escorado nas práticas que o originam e estas são fundamentais para caracterizá-lo. Decorre disto ser possível e pertinente, portanto, fazer uma tipologia de gêneros eivada de discussão moral. Tudo isto entra no universo das práticas profissionais, de que são definidoras.

Por isso, o trabalho dos manualistas, ainda que seja superado, não é relegado ao passado, esquecido. As práticas profissionais são objeto privilegiado e imprescindível, até mesmo para pensar os gêneros. Quando os meios atingem o papel de sistema hegemônico de narração do mundo, como aponta Fausto Neto, como uma prótese que recobre a realidade, torna-se inescapável discutir as modalidades como estes meios descrevem o mundo, da mesma forma como é imprescindível incluir no escopo teórico as práticas que engendram tais modalidades. Daí porque a sociologia dos *newsmaking* (Wolf, 1987) se insere, conforme a abordagem, como um problema específico da teoria do jornalismo, sobretudo quando se refere aos critérios de noticiabilidade e aos valores da cultura profissional. No entanto, isto não basta para o jornalismo. A discussão ética, sobre como proceder, a instituição de espaços de debate da própria categoria, intermediados pela academia, é definidora do campo e norteadora da atividade profissional. É um direito e um dever profissional, seja de jornalistas ou de pesquisadores da área, voltar os olhos para esta discussão, minimizando a participação definidora, ao máximo, dos interesses comerciais sobre a ética jornalística.

Se os processos de produção de discurso pelo jornalismo inscrevem uma nova lógica, isto não passa ao largo da relação com as fontes, das práticas profissionais, das constrações dos gêneros discursivos e da relação com os leitores, que moldam a imagem profissional do jornalista. No entanto, será Ronaldo Henn, pelos conceitos da semiótica, que vai estender o processo de produção das fontes aos leitores, visando entender o modo a partir do qual o jornalismo se insere na semiose social. Ponto de vista privilegiado, pela hegemonia que detém e pela forma com que produz interpretantes, entender esse processo não é apenas importante para a profissão, mas para a sociedade. Além disso, a concepção semiótica permite entender o real estatuto do jornalismo na sociedade como prática simbólica. Sendo assim, torna-se impertinente a aplicação de conceitos como objetividade, pois eles se referem à relação da linguagem com o mundo, o que é tangido apenas de longe pela semiose jornalística. Mas mesmo sendo conceito falso e inaplicável, é importante reconhecer que valores como a verdade e objetividade desempenham um papel estruturante das práticas profissionais, funcionam como crenças, que engendram procedimentos. Tal qual a existência dos deuses gregos é questionável, também o é a objetividade. Porém seria temerário e arrogante desconsiderar a forma como a mitologia operou na organização da sociedade grega, da mesma forma como o conceito falso de objetividade opera na legitimação e nas práticas profissionais do jornalismo.

2.10 PROJETAR O JORNALISMO DO FUTURO; ENTENDER O PASSADO DO JORNALISMO

No Brasil, o processo de profissionalização do jornalismo e de especificação do texto implica um afastamento da literatura. Para negar seus vínculos com a estética e com a arte e colocar-se a serviço da informação, suprimindo uma demanda gerada pelo próprio processo histórico e social, o jornalismo renegou, ao longo da sua breve história, os vínculos com a literatura. Aproximou-se (Messagi, 1998. Traquina, 2004) da ciência, incorporou arremedos de métodos científicos, afeiçãoou-se à precisão e adotou um jargão cheio de expressões como “isenção”, “neutralidade”, “imparcialidade”, “objetividade”. Tal qual a fotografia antes, e a TV depois, acreditou poder refletir a realidade. E construiu seus procedimentos e legitimação com base nisso. É o paradigma da informação, defendido por Jobim, Kelly e até mesmo por Lacerda.

O jornalismo construiu um caminho bem sucedido que o levou a ocupar um espaço formidável, como atividade imprescindível para a sociedade e para o Estado, ancorado na

noção de verdade, ainda que qualquer definição seja vaga. O jornalismo media o mundo, integra as pessoas, é contraparte fundamental no processo de formação da opinião pública. Como atividade profissional, arroga para si um estatuto de fazer rigoroso e objetivo, mesmo que não seja conhecimento científico. Apesar disso, ao se afastar da literatura e dos seus cânones, se aproximou da ciência, incorporando traços de métodos científicos. Campo em constituição, levou décadas para formular procedimentos que lhe fossem próprios e que não pudessem ser aplicados a outras áreas. Mesmo assim, nunca abriu mão de certo pendor pelo método positivista.

Há uma contradição em tudo isso. O pé de barro, o calcanhar de Aquiles do jornalismo. Sua pretenciosa afirmação de si mesmo como produção de informação objetiva, neutra, isenta, a partir de procedimentos de checagem, é também sua fonte de força, de legitimação e sustentáculo de muitas práticas profissionais. No entanto, essa crença na neutralidade, na objetividade e na isenção transparece no discurso do jornalista mediano, que, para legitimar sua atividade, argumenta rapidamente a teoria do espelho (Traquina, 2001), a tese da possibilidade e do dever profissional de dizer a verdade. No entanto, este mesmo jornalista mediano sabe, pelas suas práticas cotidianas, que o que sai nos jornais pouco tem a ver com a teoria que lhe legitima a profissão. Parece mais uma construção, resultado de um longo processo, onde atuam forças diversas (Souza, 2002).

Esta contradição será construída com a ajuda dos manualistas, mas longe de ser um fundamento falso, que deve ser esquecido, como sugere Genro Filho, faz parte da história da profissão, assim como a crença em deuses faz parte da história dos seres humanos. Deletérias em alguns momentos, tais crenças também são responsáveis ou contribuem com monumentos imprescindíveis da humanidade. Assim, discutir a verdade de uma afirmação não implica em desconsiderar seus efeitos sociais. A ética protestante, segundo Max Weber (2003), é responsável pelo surgimento do espírito do capitalismo. Qualquer discussão moral sobre a validade da ética protestante é inócua para discutir a pertinência do livro.

Pelo contrário, a ingenuidade “naturalmente funcionalista” (Genro Filho, 1987) se incorpora à profissão, engendra práticas que moldam gêneros textuais e definem procedimentos normativos. Assim, acabam se incorporando na própria maneira do jornalismo participar da semiose social. Mas esta fragilidade do jornalismo, originado no seio do pensamento liberal e tendo incorporado valores do liberalismo, abriu as portas, como seria de se supor, para a crítica, sobretudo de esquerda ou oriunda do pensamento marxista, do papel ideológico da imprensa. Ou seja, da função que os jornais exercem, sob o manto da isenção,

de legitimizar a exploração, a injustiça e de ocultar a verdade, ao contrário do que diz ser sua missão. Exemplos destas críticas são *Padrões de manipulação na grande imprensa*, de Perseu Abramo (Abramo, 2003) e *O capital da notícia*, de Ciro Marcondes Filho (1986). Neste caso, a afirmação da isenção é apenas uma estratégia bem empregada para tornar mais críveis as distorções produzidas pela imprensa. É um ritual estratégico, como define Gaye Tuchman (1972). A denúncia do jornalismo como falseador da realidade por razões políticas, do mito da isenção, da impossibilidade da objetividade, da condição econômica dependente do jornalismo, da produção de uma segunda realidade (Marcondes Filho, 1986), desmontou a tese da isenção, mas legou ao jornalismo um papel secundário, aparato de reprodução ideológica, apêndice da classe dominante.

Sobre a legitimação ingênua e falsa dos manualistas e sobre crítica demolidora de esquerda que se recusa a pensar o jornalismo (Genro Filho, 1987) erige-se um imenso obelisco de pedra escura, intransponível, opaco, impossível de ser pensado. A legitimação positivista ingênua não pensa por que conduz a uma perspectiva falsa, que, mesmo falsa, se basta a si mesma. A crítica denunciante não se interessa pelo jornalismo, mas apenas em combatê-lo. Se tenta entendê-lo é para denunciá-lo, no limite, anulando sua própria função ou necessidade social.

O pensamento sobre o jornalismo é negado por estes dois pólos contraditórios, mas seria impossível sem ambos. A crítica que Genro Filho formula a Fraser Bond e John Hohenberg é, no mérito, pertinente. Mas deixa passar dois aspectos fundamentais. Se Bond e Hohenberg são momentos de um mesmo projeto, não são por isso iguais. Hohenberg é muito mais maduro, menos abstrato e menos normativo, sem deixar de sê-los. É resultado de um momento em que o jornalismo está consolidado como campo autônomo, não mais vinculado à literatura ou à política. Bond escreve num momento em que o jornalismo já tem uma configuração muito clara, mas em que ainda não está plenamente consolidado nos moldes em que se instituiria e com o papel social que iria adquirir. Por esta razão, *Introduction to journalism* (1959) é uma obra muito mais ingênua e imatura. Em Bond, transparece com toda força o que Genro Filho chama de funcionalismo espontâneo. Ou seja: a negação de que aquele esforço de compreensão do jornalismo seja pensamento teórico e a aceitação acrítica de concepções do senso comum, onde impera uma visão funcionalista. Bond postula uma contradição em termos: uma teoria na prática, que é, no entanto, uma teoria sobre a prática – portanto, é teoria. Esta contradição fecha as portas para que o autor elabore sobre os fundamentos do seu trabalho, e o faz aceitar valores

do senso comum como princípios universais. Daí origina o pensamento acrítico, funcionalista sem saber-se como tal (Genro Filho, 1987).

O segundo aspecto fundamental que Genro Filho deixa passar é o fato de que o trabalho dos manualistas, ao regravar o texto e convertê-lo, com o tempo, em objeto de dogma e não de pensamento, é o mesmo esforço que torna o jornalismo e a linguagem jornalística campo e atividade autônoma. Só a partir desta autonomia é possível formular, também, os problemas acadêmicos sobre os quais o jornalismo vai se debruçar. Chega a ser um truísmo: o jornalismo só pode ser visto, ser colocado como problema acadêmico, se existir enquanto campo autônomo. Assim, os manualistas operam, internamente ao campo, um silenciamento do pensamento, pela dogmatização do jornalismo como ele é praticado; mas mesmo internamente, ao valorizar tal atividade, seja perante os jornalistas, seja perante a sociedade, seja encorpando a formação profissional, eles ajudam a constituir o campo e, portanto, são precursores do jornalismo como objeto de estudo específico – criam as condições para que seus dogmas sejam superados no momento seguinte. Trazem, em suma, o germe da própria superação do seu pensamento.

Tal condição acrítica do trabalho dos manualistas é compreensível pelo estatuto social do jornalismo quando tais obras estão sendo publicadas. O jornalismo, como deixa claro o livro de Celso Kelly, está em processo de mudança. Se tem um papel social nítido, vinculado à política, começa a abandoná-lo em favor de outro papel, outra função, sobre a qual ele se sustentará até hoje – o papel de agente de circulação de informações e de espaço plural de opiniões. Tal função é carente, de início, de legitimação. O momento não é propício à crítica. Por isso, os formuladores da profissão não fundamentam seu papel na crítica, mas na legitimação acrítica. Desde então, no campo jornalístico operaram forças centrípetas e centrífugas. Os manualistas compõem as forças centrípetas; a crítica de viés marxista opera pela diluição do campo, portanto como força centrífuga.

O livro de Genro Filho se alinha às forças centrípetas, apesar de se pretender uma “teoria marxista do jornalismo”. Esta tese, *idem*. Assumo como pressuposto válido o que aponta Traquina (2000), no seu capítulo sobre a sociologia das profissões. Na consolidação de uma profissão, a constituição de um espaço interno de crítica é fundamental. No caso dos jornalistas, tal espaço foi apontado pelo trabalho de Braga (2006) *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. Assim, a posição de onde fala Genro Filho é a da constituição de uma teoria do jornalismo que lhe especifica uma localização na produção de conhecimento, dotando-lhe de legitimidade como prática profissional. Tal concepção

supera a dos manualistas por explicitar seus fundamentos e pensar o jornalismo num nível muito superior ao senso comum. O conceito de jornalismo como forma de conhecimento evidencia, na verdade, uma projeção das potencialidades do jornalismo, do papel que ele pode e deve desempenhar. O jornalismo é pensado como prática relacionada com o próprio desenvolvimento da sociedade, não com o papel que desempenha em um modelo econômico específico, seja o capitalismo, seja o comunismo. Nem tampouco é visto como atividade orgânica, uma necessidade funcional da sociedade. Por isso, o livro *O segredo da pirâmide* (1987) é uma recusa da legitimação do jornalismo pela descrição acrítica da sua prática da mesma forma como rejeita a crítica que vincula, atavicamente, o jornalismo ao capitalismo; e realiza, ao mesmo tempo, um esforço de legitimação do papel que o jornalismo tem a possibilidade de desempenhar, bem como mantém a postura crítica, sobretudo ao pensamento sobre o jornalismo nas suas mais diferentes vertentes.

O conceito de jornalismo como forma de conhecimento materializa, no campo conceitual, a legitimação do jornalismo sem negar as possibilidades da crítica. De certa forma, ainda que negue a letra, Genro Filho incorpora, em parte, o espírito das duas vertentes: o funcionalismo espontâneo e a extinção do jornalismo (1987). Fornece, a um só tempo, um conceito que legitima o jornalismo e abre perspectivas críticas sem invalidar, como um todo, o jornalismo pela crítica. Tanto pela legitimação quanto pela crítica, o trabalho de Genro Filho é um gesto de amor pelo jornalismo. Enquadra-se, perfeitamente, na defesa da crítica que faz Rui Barbosa:

Concordar e animar nada custa. Contradizer e aconselhar, isto sim. Amantes nunca dissentem um do outro. Mas esposos, que não se saibam contrariar e advertir, é que não se sabem amar. É o que vai do amor lícito ao ilícito, do amor puro ao impuro, do mundano amor ao amor santo. Um, todo carne, todo culpa, nasce do apetite, nele se ceva, e com ele acaba. Por isso é só blandícias, lisonja só e só mentira todo ele. O outro deriva do coração, e no espírito se acendra, pelo que vive de sinceridade, zelo e devoção, e todo ele é fê e confiança, todo estima e desvelo, todo escrúpulo e verdade. Esta a condição do amor casto, do amor fiel, do amor consagrado: o amor dos pais, o amor dos bem-casados, o amor da pátria, o amor de Deus. (1997)

Rui trata do dever amoroso da imprensa de criticar o Estado e de conduzir a opinião pública pelo caminho justo. Genro Filho abre as portas da teoria e da crítica do jornalismo, ambos fundamentais para a própria constituição do campo jornalístico. Pensa, portanto, de que forma as potencialidades dadas pelo presente do jornalismo podem abrir as portas para o jornalismo no futuro. Claramente alinhado a esta concepção, Francisco Karam afirma que pensar a deontologia jornalística a partir daquilo que ele é hoje é condenar a atividade ao

presente. O jornalismo, pelo contrário, deve fazer parte do processo de autoprodução humana (1997). Tanto ele quanto Genro Filho concebem bem o papel muitas vezes inglório que o jornalismo desempenha, mas postulam que a atividade tem uma função mais relevante, ao menos potencialmente. O conceito de jornalismo como forma de conhecimento toma, explicitamente, Benjamin como influência, como antídoto antifrankfurt:

Resgatar Walter Benjamin – embora ele não tenha avançado na questão particular do jornalismo – é tomar um outro caminho. Permite iniciar uma crítica a determinados pressupostos que impedem a compreensão teórica do problema. Benjamin percebe as enormes potencialidades culturais e estéticas que nascem com a reprodutibilidade técnica, ao mesmo tempo que se dissolve a “aura” das obras de arte, que estaria ligada à idéia do “original” e teria suas origens longínquas na magia. Ele reconhece, no terreno cultural e estético, as inovações tecnológicas como parte de uma práxis que ultrapassa a manipulação de classe a que presentemente servem tais instrumentos, ou seja, enquanto criação histórica de possibilidades culturais socialistas e comunistas. (Genro Filho: 1987: 177)

Assim, se as potencialidades são dadas no presente, a realização destas potências está no futuro. A própria teoria, dentro do espírito do marxismo, intenta direcionar o presente para um futuro mais elevado. O jornalismo deveria ter suas potencialidades relacionadas com os conceitos de singular, particular e plural. Entre o conhecimento artístico (singular) e o científico (plural), situa-se o jornalismo, que não se dedica a questões singulares em si, mas pelo significado particular, relacionado com uma questão que transcende sua própria singularidade e aponta para o plural. Genro Filho exemplifica:

Tomemos o caso de uma greve na região do ABC, em São Paulo. Ao ser transformada em notícia, em primeiro plano e explicitamente, serão considerados aqueles fatos mais específicos e determinados do movimento, ou seja, os aspectos mais singulares. Quem, exatamente, está em greve, quais são suas reivindicações, como está sendo organizada a paralisação, quem são os líderes, qual a reação dos empresários e do governo, etc. (...) Mas a notícia da greve terá que ser elaborada como pertinente a um contexto político particular, levando em conta a identidade de significado com outras greves ou fenômenos sociais relevantes. Será um acontecimento que, de modo mais ou menos preciso, terá de ser situado numa ou mais “classes” de eventos, segundo uma análise conjuntural, que pode ser consciente ou não. (1987: 163)

O plural está presente como pressuposto que organizou a apreensão deste fenômeno. Tal concepção se reveste de um caráter moral muito forte, que permite fundar uma prática profissional voltada para tais potencialidades do jornalismo e, ao mesmo tempo, fornece ferramentas de crítica, como a que Genro Filho faz ao jornalismo sensacionalista. Focado excessivamente na singularidade dos fatos, o sensacionalismo desaloja qualquer sentido particular nos acontecimentos. Ataca o criminoso, mas não a criminalidade. Narra o corrupto,

mas não a corrupção. Assim, contribui para escandalizar, ao mesmo tempo em que nega qualquer possibilidade concreta aos leitores de entender o que se passa e, assim, poder empreender qualquer tentativa de transformação social.

Genro Filho, tal qual os manualistas, discute práticas profissionais, mas sem entronizar o presente como régua indiscutível. Discute questões morais, como Cremilda Medina, mas não dá atenção, como ela, ao fato de que o resultado final deste procedimento com o qual o jornalista deve ter profundo compromisso é um texto, conformado segundo um gênero discursivo. Percebe a relevância do jornalismo para a descrição dos acontecimentos, mas vincula tal trabalho ao mundo do qual o jornalista recorta os fatos que vai narrar, e não percebe o processo semiótico onde o jornalismo se insere, ficando aquém, neste aspecto, da compreensão de Ronaldo Henn. Genro Filho abre portas. É suficiente. Entremos por elas apenas.

Para o meu problema específico, importa mais que o presente pode ser, sim, discutido com viés moral. O jornalismo deve fazer isso, deve constituir espaços de discussão, de legitimação e instrumentos de aplicação de regras deontológicas. O jornalismo é uma ética, um espaço de discussão de caráter prescritivo. Deve, sim, se preocupar com o papel que desempenha para o futuro do país, pois sua história deixa como legado o papel de proteger a democracia e de garantir o processo de auto-realização humana. Assim, se se preocupa com o futuro é pelo seu estatuto no presente. No entanto, é necessário compreender o caráter de forma de produção de conhecimento sobre o mundo que desempenha o jornalismo, bem como, na academia, não cair nas tentações do campo profissional. Conceitos como a objetividade não podem ser desprezados, mas não podem ser incorporados como se fossem científicos. O jornalismo não pode, no limite, ser objetivo, pois esta categoria se aplica às ciências naturais. Não há mundo objetivo a se conhecer pelo jornalismo. Há signos, que são apreendidos pelo jornalista, e que mantêm relação com um determinado objeto. No fluxo de palavra sobre palavra ou de signo sobre signo, o jornalismo é atividade que se volta para signos e produz signos. Volta-se para enunciados para produzir enunciados. As constrações morais e estilísticas sobre o jornalismo redundam em gêneros textuais.

Jornalismo é, sobretudo, uma linguagem que se instaura em nossos tempos. Não ser literatura força uma especificidade que pouco é percebida. Na arte, como bem explica Alceu de Amoroso Lima (1958), o trabalho está na estetização da linguagem. O movimento do corpo tem finalidade prática. A arte pode, porém, estetizá-lo. Assim, a linguagem basta para a arte, sendo que seu valor é discutido exclusivamente sobre sua configuração estética. Adorno advoga que a indústria cultural é a morte da arte (*in* Cohn, 1987), por não respeitar o princípio

da autonomia estética do artista, o que torna os bens culturais produtos, não obras de arte. Mas não há um consenso em torno do tema. No jornalismo, o desrespeito por princípios elementares invalida um texto, tenha ele características do gênero que emula ou não. Assim, se uma matéria é feita com base em depoimentos inexistentes, ela não é um texto jornalístico. Assim, os gêneros no jornalismo não se definem apenas pelas características imanentes, mas também pelas condições e pelos princípios que nortearam sua realização, como bem explicita Marques de Melo, na sua definição de gêneros.

Assim, se os estudos de *newsmaking* identificam interferências sem relação alguma com os valores do jornalismo na construção da notícia, a esfera moral da profissão, onde se encaixa o esforço de Genro Filho e de Medina, pode, no limite, invalidar os textos como jornalísticos. O *newsmaking* lega ao texto suas marcas, muitas vezes perceptíveis. As interferências na edição, por razões estranhas ao jornalismo, são chamadas de “cacos” por Luís Nassif (www.projeto.br.com.br). Podem compor o texto, mas não são considerados como jornalismo. Assim, o *newsmaking* pode explicar o que sai nos jornais, mas, na medida em que a definição do que é jornalismo não se dá pelo suporte, mas pela obediência das condições de validade de cada gênero, o processo que constrói as notícias não delimita o que elas são.

Na literatura, um gênero é, sobretudo, uma regularidade lingüística. Portanto, há uma coerção interna. O autor deve com o gênero dialogar, assimilando-o ou o transgredindo, mas sem ignorá-lo, jamais. Não existem condições prévias ao texto, nem tampouco procedimentos que antecedem a escrita que sejam definidores. Ainda que pesquisar, por exemplo, possa ser útil, isso não torna um conto menos conto que outro. São apenas formas de estetizar a linguagem. Nem por isso a literatura deixa de falar do mundo, de comportar conhecimento, mas ela não é tomada como referência a nada específico e não pode ser cobrada desta forma, por mais que se refira a algo concreto de fato.

No jornalismo não. Dominar um gênero é dominar também os procedimentos e as condições que antecedem a escrita e que fundam o gênero. Assim, se uma reportagem narra acontecimentos relatados por fontes inexistentes, ela não é uma reportagem, ainda que possa em tudo se assemelhar a ela. A questão moral, dos deveres que engendram os gêneros, é constitutiva destes próprios gêneros. Sem respeitar tais princípios, a imanência da língua não é suficiente para enquadrar os textos como pertencentes aos gêneros que emulam.

Assim, o texto jornalístico traz as marcas que o constituem e definem, pois cumpre um papel social ligado a seu estatuto de atividade, voltado para o interesse público. Diferente é a arte, onde a liberdade do artista, portanto individual, é tomada como condição de produção

estética legítima. No jornalismo, a liberdade temática, por exemplo, difere do artista, que pode, em tese, abordar qualquer assunto. O jornalista fica restrito pelo papel social que o jornalismo desempenha. Assim, se escreve uma resenha, tem um escopo de temas possíveis. Se escreve uma reportagem, tem outro escopo possível. A forma restringe, portanto, as possibilidades do conteúdo. De fato, tal dicotomia é falsa, pois forma e conteúdo se condicionam mutuamente.

Daí porque da forma/contéudo é possível deduzir muitas das condições a partir das quais o texto é construído. Isto é pouco relevante para os estudos do jornalismo contemporâneo. No presente, não é necessário deduzir, pelo texto, as condições nas quais ele foi produzido, nem quais princípios e constringões o guiaram. Tais condições podem ser estudadas, normalmente, em si mesmas, não sendo necessário deduzir. Da mesma forma, tais condições de produção podem ser discutidas, sobretudo quando se tratam de aspectos morais da atividade jornalística. No presente, é possível discutir quais as condições e práticas que levariam o jornalismo a cumprir suas potencialidades.

O passado, pelo contrário, não se entrega, exceto pelos documentos que legou ao presente. Assim, tomar o texto como local onde a história do próprio texto se inscreve é fundamental. Por outro lado, não faz sentido discutir moralmente tais textos. Eles já não podem ser senão o que são. A aplicação de julgamentos morais sobre o passado leva ao anacronismo, à condenação do passado e, desta forma, à recusa em entendê-lo, nos seus próprios termos. Assim, é mais adequado não julgar e entender a função comunicativa que o texto desempenhou no seu tempo.

A imprensa não será igual em todos os momentos. Não pode, portanto, ser julgada por teorias que a insiram, tão fortemente, no presente. Assim, se podemos reconhecer, de forma genérica, que a imprensa institui uma nova forma de conhecer o mundo, acompanhando Genro Filho (1987) e até mesmo Benjamin, que já havia percebido tal mutação em *O narrador* (1994), não é possível afirmar que para todos os momentos esta forma de conhecimento era como é hoje, nem podemos discutir se ela explorava as potencialidades dadas naquele momento. Seria cair numa discussão sobre o futuro do passado, aquilo que nunca foi, mas deveria ter sido. É incidir no tipo de pensamento que avalia um jornal longo, como a Gazeta do Rio de Janeiro, que durou 14 anos, com base no que ela não fez, não no que fez. Se o passado é condenável, devemos entendê-lo, para não repeti-lo, mas não julgá-lo em si mesmo, negando compreender sua própria lógica e condenando-o a ser um não objeto de história.

Por isso, conceber a imprensa como semiose que se instaura desde sempre, como forma de narrar signos com signos, ainda que sem especificar as lógicas próprias de cada tempo, tomando semiose também como um termo genérico, é o caminho que escolho. Entender, em suma, como se institui uma semiose, uma discursividade, não os próprios sentidos que são gerados, ainda que estes sejam fundamentais para descrever o dispositivo que os gerou.

Tais dispositivos, como ensina Maurice Mouillaud, conformam conteúdos, segundo sua própria lógica, e assim os condicionam. A cisão dicotômica entre forma e conteúdo pode ser útil por razões metodológicas em outras áreas, mas não no caso da história da imprensa, pois o conteúdo descreve o dispositivo, que produz sentido conforme sua própria poética, sua organização interna. Diz ele:

- 1) os dispositivos são os lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem (necessariamente) os textos (despachos de agências, jornal, livro, rádio, televisão etc...).
- 2) chamamos de “texto” qualquer forma (de linguagem, icônica, sonora, gestual etc...) de inscrição.
- 3) O dispositivo tem uma forma que é sua especificidade, em particular, um modo de estruturação do espaço e do tempo.
- 4) O dispositivo não é um “suporte”, mas uma “matriz” que impõe suas formas aos textos (uma conversação “informal” se inscreve nas formas da conversação, como variante de um paradigma).
- 5) Os dispositivos se encaixam uns nos outros. O jornal se inscreve no dispositivo geral da informação e contém, ele próprio, dispositivos que lhe são subordinados (o sistema dos títulos, por exemplo).
- 6) Os próprios dispositivos pertencem a lugares institucionais: um anfiteatro de universidade não é apenas uma cena espacial, mas um subconjunto da instituição universitária. Os dispositivos e as instituições têm uma relativa autonomia entre si (um lugar institucional pode ser o mesmo com dispositivos diferentes, e um dispositivo pode funcionar em diferentes lugares). Entretanto, o dispositivo e o lugar são indissociáveis do sentido no qual só se atualizam um pelo outro.
- 7) Considerados do ponto de vista genético, o dispositivo e o texto se precedem e determinam-se de maneira alternada (o dispositivo pode aparecer como uma sedimentação de texto, e o texto, como uma variante do dispositivo, por exemplo, um número do jornal diário e sua coleção). (1997: 34-35)

Estas concepções guardam diferenças instrumentais e epistemológicas com a concepção de gêneros do discurso de Mikhail Bakhtin, mas também semelhanças notáveis. Para o trabalho historiográfico, tem, ambas, aplicação muito útil.

2.11 OS GÊNEROS DO DISCURSO

Na sua maneira de conceber a língua, Bakhtin a vê como correlata à dinâmica social. Isso implica analisar a língua levando em conta sempre sua realização real, por indivíduos reais inseridos em situações reais, organizados em esfera de atividade específicas, que geram formas regulares de vida e de manifestação lingüística. Esta visão pauta críticas como a feita a Ferdinand de Saussure em *Marxismo e filosofia da linguagem* (1992a) e é pressuposto básico em todos os textos de Bakhtin.

No livro, Bakhtin expõe alguns princípios metodológicos no estudo dos signos. Diz ele:

É indispensável observar as seguintes regras metodológicas:

1. (...)
2. Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como objeto físico). (1992a: 44)

Ao definir que o signo não pode ser dissociado da sua vida social, Bakhtin coloca, em primeiro plano, a função interativa da língua. Ou seja, ela serve, fundamentalmente, para que sujeitos interajam. É neste processo de interação que a língua ganha significado e estabelece suas regras de funcionamento, sejam estritamente sistêmicas, como sua sintaxe, sejam discursivas, como a interferência da voz do outro nas minhas palavras, o interdiscurso e a mudança de estratégia em função do contexto discursivo.

Com os gêneros do discurso não poderia ser diferente. Bakhtin reconhece formas estabelecidas de interação humana ou esferas de atividade humana, que, neste caso, não podem ser entendidas como estruturas sociais previamente organizadas e imutáveis, preexistentes ao ser, mas condicionantes e condicionadas por ele simultaneamente. Podemos dizer que para poder produzir o novo os indivíduos devem se ancorar no velho. O completamente novo é, por si, incompreensível. Desta forma, o próprio significado da palavra³¹, por mais que seja sempre novo em cada enunciação, deve trazer algo que é cunhado socialmente e reiterável³². E, no entanto, não pode ser inteiramente reiterável, pura repetição de significados.

³¹ O termo palavra é utilizado aqui com o estatuto estabelecido por Bakhtin, não como palavra, unidade lexical, dicionarizada e dicionarizável, mas como língua, que só tem significado quando em uso, só tem existência real quando utilizada.

³² Para uma discussão sobre o signo, ver a primeira parte de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1992a).

A língua não é por si, não funciona em si mesma, mas está sempre relacionada com sua situação, ou, para usar as palavras de Bakhtin, dentro de esferas de atividade. Sendo tais esferas construídas dentro da estrutura social, elas produzem, refletidas e refratadas na língua, gêneros discursivos. O indivíduo que se insere dentro das esferas de atividade se insere também nos gêneros discursivos e de dentro deles produz seus enunciados, dialogando com o estilo, o conteúdo temático e com a construção composicional característica do gênero. O gênero é, grosso modo, uma forma estável de enunciados. Os seja, a organização social organiza, ao mesmo tempo que é organizada, pela língua. Assim, nossas manifestações lingüísticas obedecem a regras do discurso, dependendo da esfera de atividade, situação e relação social estabelecida. Se produzimos um artigo acadêmico, respeitamos as regras deste gênero, que são substancialmente diferentes das regras que nos coagem na construção de uma poesia.

O gênero está, portanto, em relação direta com as esferas de produção. É uma forma mais ou menos estável dos enunciados. Não é, porém, resultado determinado simples, única e diretamente pelas esferas de atividade. Os gêneros são muitos e complexos, podendo ser gerados em grande número dentro de uma mesma esfera e tendo dinâmica dentro das esferas. Portanto, eles não são um mero subproduto delas, apesar de se relacionarem com elas. Tomar os gêneros como determinados pela sociedade seria voltar à tópica marxista, entre infraestrutura e superestrutura, uma determinante, outra determinada.

Uma outra forma de ver o quanto os gêneros não são resultados determinados unilateralmente pelas esferas de atividade é levar em conta a diferenciação que Bakhtin faz entre os gêneros primários (simples) e os gêneros secundários (complexos). O gênero primário básico é o diálogo cotidiano. Um gênero secundário pode tomar um gênero primário básico e combiná-lo com um secundário para formar um terceiro. Neste caso, os dois gêneros combinados são primários do que se formou. Assim, há, em Bakhtin, a possibilidade óbvia dos gêneros se recombinarem infinitamente, produzindo novos gêneros. Mais uma vez, o novo se ancora no velho para se constituir e, apesar disto, se constitui como novo. O gênero que surge não é a soma pura e simples dos anteriores. Ele transmuta, recria, se apropria dos gêneros primários.

Assim, em todo texto, Bakhtin rejeita o determinismo. X não determina Y, ainda que o condicione, sendo também condicionado por ele, dialeticamente. O estudo do estilo, como Bakhtin o concebe, traz consigo esta característica. O indivíduo, senhor do seu estilo individual, apenas pode se expressar na língua dentro dos gêneros do discurso. Assim, de acordo com o gênero onde situa sua enunciação, o indivíduo terá que, em maior ou menor

grau, se submeter a ele. Diz Bakhtin: “Nem todos os gêneros são igualmente aptos para refletir a individualidade na língua, ou seja, nem todos são propícios ao estilo individual” (1992a: 283).

As marcas dos gêneros, seus enunciados característicos, sua configuração gramatical característica, estarão em diálogo constante com o indivíduo, submetendo-o e submetendo-se a ele, em maior ou menor grau. Nisto pode-se ver um indivíduo ativo em Bakhtin, diferente do sujeito althusseriano de *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado* (1970), interpelado por um sujeito maior, detentor do discurso, fonte do dizer, por exemplo. Difere também do indivíduo de Michel Pêcheux (Gadet e Hak, 1990).³³

O estudo do estilo deve vir, conseqüentemente, ligado aos gêneros do discurso. Mesmo a sintaxe da língua está associada com os gêneros, pois não é em outro lugar senão na enunciação que a sintaxe encontra existência. Conseqüência disso, a gramática e a estilística estão mais próximas do que se imagina. Somente na boca de falantes individuais que uma língua, ainda que compreendida de forma abstrata, ganha, altera, ou preserva sua sintaxe. Assim, o estilo da língua é, antes, estilo individual, depois estilo do gênero para, em seguida, tornar-se estilo da língua.

Um estudo dos estilos, dos gêneros ou da sintaxe, segundo Bakhtin, deveria passar antes por uma definição prévia do que seja o enunciado, unidade real de língua. Bakhtin critica Humboldt e Vossler pelas suas concepções de língua como ordenadora do pensamento, instrumento para o pensar. Os resquícios deste tipo de teorização são visíveis ainda hoje até mesmo no ensino de redação, onde a boa escrita é, muitas vezes, tomada como sinônimo de bom pensar. Com a língua concebida como estrutura para o pensamento, sua expressão exterior é apenas a expressão deste conhecimento. O ouvinte é visto de forma passiva, lugar onde se reproduz, espetacularmente, o pensamento do emissor³⁴.

Esta concepção elimina a percepção do discurso como uma realidade cotidiana, parte da vida, do dia-a-dia das pessoas. A língua é convertida em código neutro para narrar a

³³ O sujeito de Louis Althusser, em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, é dividido em dois conceitos: Sujeito (com “s” maiúsculo) e sujeito (com “s” minúsculo). O Sujeito, o portador do dizer, da ideologia manifesta nos aparelhos ideológicos de estado, como a mídia, a escola, a família, a igreja, é um construto, não existe na realidade, é apenas onde o discurso se articula. O indivíduo, este sim real, é interpelado pelo Sujeito (quem age) para tornar-se sujeito (quem é submetido) e, a partir de então, torna-se portador de um dizer que não é seu. Em Pêcheux, uma série de fatores contextuais determinam a posição de onde o indivíduo, de novo tornado sujeito-assujeitado, fala. Os fatores que o submetem são, por exemplo, posição social, imagem de si mesmo, imagem do interlocutor, etc. Assim, não importa quem está nesta ou naquela posição, pois o dizer será o mesmo.

³⁴ O esquema seria retomado posteriormente por Jakobson. No modelo jakobsoniano, tomado de empréstimo da teoria da informação, a língua é um fio condutor por onde as informações são conduzidas. Qualquer intervenção nesta transmissão de informação é chamada, sintomaticamente, por Jakobson de ruído.

realidade ou em instrumento para a exteriorização do pensamento. Estas concepções, diz Michel Foucault, em *A ordem do discurso* (2000), foram reforçadas pela filosofia ocidental e suprimem a realidade do discurso da percepção dos indivíduos, aumentando a eficácia do poder exercido por ele. Diz ele:

Esta antiquíssima elisão da realidade do discurso no pensamento filosófico tomou muitas formas no decorrer da história. Nós a reencontramos bem recentemente sob a forma de vários temas que nos são familiares. (2000: 46)

Os temas citados por Foucault seriam o sujeito fundante, a experiência originária e a mediação universal. O primeiro seria a concepção de que o sujeito é o senhor dos sentidos. A língua seria apenas um instrumento vazio preenchido com as intenções do falante. Assim, o sujeito não tem que se submeter a nenhuma regra discursiva, nem dialogar com todas as coerções do discurso ou os sentidos que preexistem a ele. Na verdade, tudo estaria por dizer, tudo seria novo na voz deste sujeito. O tema da experiência originária é a recorrência da tese de que o mundo tem seus próprios sentidos, não cabendo à língua senão dizê-los. Assim, a língua seria reflexo do mundo, não havendo possibilidade de que no nível do discurso operasse qualquer organização. O mundo já estaria organizado e a língua, refletindo este mundo, seria desprovida de sentidos próprios. O terceiro tema, a mediação universal, diz respeito à formulação de conceitos. Pelo movimento da racionalidade, estes conceitos seriam capazes de exprimir verdades, desnudar um mundo complexo em signos, já totalmente controlados nos seus sentidos pela racionalidade superior. Portanto, não haveria uma organização da língua com a qual esta racionalidade deveria dialogar.

Todos os temas filosóficos abordados por Foucault dizem respeito a uma língua que serve, antes de tudo, para nomear o mundo. Bakhtin coloca o problema de outra forma. A questão central seria que a língua serve para a interação. Por isso, o outro, aquele com quem permutamos signos, é fundamental no pensamento bakhtiniano. Um exemplo é a questão da recepção. O receptor de Bakhtin é ativo e elemento fundamental na definição do que seja o enunciado, um conceito fundamental para os gêneros do discurso. O outro e a alteridade estão, no mínimo, no início e no fim de cada enunciado, pois é a mudança de turno, quando cedo a palavra ao outro ou quando ele a toma de mim, que determina o fim do meu enunciado. Desta forma, o comprimento de um enunciado varia muito, pode ser uma obra completa de Dante, como *A Divina Comédia*, ou uma resposta monossilábica em um diálogo.

Meu enunciado se define, desta forma, em relação ao enunciado do outro, como uma resposta a ele. Assim, o enunciado que se segue ao meu é também uma resposta. O papel do

receptor é ativo em Bakhtin, o que ele chama de atitude responsiva ativa. A comunicação se efetiva na resposta do outro, que pode ser a execução de uma ordem, o atendimento de um pedido, uma resposta verbal ou até mesmo o silêncio, visto como temporário, mas de elaboração de uma resposta, mesmo não verbalizada. Nenhum silêncio é permanente, em Bakhtin. Só a morte pode pôr o ser fora da dinâmica da língua e da sociedade.

É nesta mudança constante de turno que a língua acontece e só nela pode ser analisada, abandonando-se a visão da lingüística geral de fluxo de fala, de execução individual da língua, concebida mais ou menos como contrato social. A crítica de Foucault aponta para concepções que tomam a língua na sua relação com o mundo e, por isso, não podem ver a realidade do discurso. A isso, Bakhtin responderia com a visão de que a organização da língua, numa esfera além da questão sistêmica (morfologia, sintaxe, fonologia), é marcada, necessariamente, pela sua realidade de forma de interação. Concebê-la fora disso produz a concepção criticada por Foucault.

O enunciado é, para Bakhtin, o lugar onde a língua acontece. Limitado, no início e no fim, pela presença do outro, o enunciado é inseparável da enunciação, pois a língua não é apenas o código em si, mas todo o sistema social (enunciador, enunciatário, cena discursiva, memória discursiva) onde o diálogo acontece. Um exemplo: em uma discussão, um sujeito pode dizer para outro:

– Se você tivesse lido o texto que eu disse, não diria isso.

Ao tomar consciência de que o enunciado, naquele contexto, com aquele enunciatário, poderia ser interpretada como “não fale asneiras, seu ignorante”, o enunciador pode, mesmo antes de ter uma resposta, se defender:

– Espera. Mas eu não quis dizer que você é ignorante.

Este tipo de diálogo é comum. Serve para demonstrar ao menos duas condições de produção discursiva: a primeira, que estamos sempre antecipando a resposta do outro e produzimos nossos enunciados já com a presença da voz alheia antecipada, ou seja, o que dizemos já inclui o outro, por isso medimos as palavras, principalmente em situações em que a resposta possa ser agressiva. A palavra do outro entra no meu enunciado não apenas como acontecimento passado, como o que existe, mas também como o que está por vir. Presumo, prevejo possíveis respostas e acrescento-as ao que digo. Assim, meu enunciado se liga inteiramente à cadeia enunciativa, com os que o antecedem e com os que o sucedem, mesmo que ainda não realizados. Isto explica porque um mesmo tema, numa mesma situação, num mesmo milésimo de segundo, por um mesmo locutor, será tratado de forma diferente diante

de interlocutores diferentes. É a voz do outro, que fala na consciência do locutor, já dialógica, antes de se torna externa, se tornar resposta deste eterno diálogo que é a língua. A segunda condição de produção é que a cena discursiva e a memória discursiva influenciam na construção dos sentidos. Em outra cena, esta frase poderia ter um sentido completamente diferente, como “você não me ofenderia assim se soubesse o que eu quis dizer com o texto que pedi para você ler”. A memória discursiva também. Se esta frase acontece, cotidianamente, em situação de confronto, ela tende a ser interpretada como confronto. Isto é mutável no tempo. Da mesma forma, se entre estes dois interlocutores os diálogos forem sempre ríspidos, qualquer frase, mesmo as mais delicadas, seriam tomadas com uma rispidez maior do que seria esperado com outros interlocutores.

Para que o discurso mude não é necessário que a frase seja diferente. A mesma frase realiza vários enunciados diferentes, pois muda a história. Muda, portanto, o sentido e o discurso. É no enunciado que a língua se faz e se apresenta, se reitera e se renova. Bakhtin traça algumas diferenças entre a oração e o enunciado. Enquanto o último está em relação direta com o real, tem vários locutores, é responsivo, mantém relação com os enunciados dos outros (os que foram e os que estão por vir), tem significação plena e é não-gramaticalizável, a oração não está em relação com o real, só tem um locutor, não é responsiva, não mantém relação com outras orações, não tem significação plena e é gramatical.

O enunciado, cabe acrescentar, possui um acabamento específico. Não que ele esgote o sentido de um dado tema, mas traz consigo um sentido pleno, ainda que ancorado na fugacidade do tempo. Este acabamento é, em outras palavras, a intenção do locutor expressa pelo enunciado, naquele momento específico da interação. Posso dizer que só cedo a palavra ao outro quando creio ter dito tudo o que deveria dizer, pelo menos naquele enunciado, ainda que preveja, nos enunciados futuros, ter que acrescentar informações ou sentidos ao que disse. O enunciado encerra todo o querer dizer do locutor naquele momento. Bakhtin divide este acabamento específico em três aspectos. A primeiro é o tratamento exaustivo do objeto de sentido. Há, obviamente, uma impossibilidade de se esgotar um tema, até porque ao se esgotar um dado tema, no segundo seguinte ele já não será o mesmo. Porém dentro do enunciado é necessário tratar o sentido até uma certa exaustividade. Alguns gêneros se prestam ao esgotamento maior de um tema, como as ordens militares. Explicando: uma ordem militar encerra um sentido mais completo, menos passível de ambigüidades, bem estabelecido, com respostas menos variantes. Um enunciado literário, obviamente, permite menos um tratamento exaustivo.

O segundo aspecto apontado por Bakhtin é o intuito, o querer dizer do locutor. Este querer dizer também é específico e provisório. O querer dizer está ancorado no tempo, mas num momento específico o enunciado esgota todo o querer dizer do locutor. O terceiro aspecto são as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento. Enquanto os dois aspectos anteriores se relacionam, pois os gêneros que permitem mais o querer dizer do locutor são também os que menos permitem um tratamento exaustivo, as formas típicas de acabamento estão relacionadas com o gênero, que estabelece-as. Isto quer dizer, o gênero tem suas formas características, permite-se à individualidade em maior ou menor grau, encerra possibilidades específicas de tratamento de um tema.

O falante que se insere em todas estas condições específicas dos gêneros do discurso não as adquire no momento em que se insere nelas, mas sim na voz do outro, nos enunciados concretos, da mesma forma como adquire a sintaxe. É somente na palavra do outro, portanto nos enunciados reais, que o indivíduo tem contato com a língua. Não é nos dicionários que a significação está, mas na voz do outro. Não é nas orações que o falante aprende as formas de estruturação, mas nos enunciados, mediadores reais dos locutores. É somente dentro dos enunciados, por consequência, que as palavras trazem juízo de valor. Um exemplo disso é o uso das palavras “preto” e “negro” para designar os afro-brasileiros. A palavra “preto” é vista como pejorativa e preconceituosa; “negro” não. Devemos opor, no entanto, que o referido preconceito é, na verdade, o eco dos enunciados onde tais palavras são usadas. Se a situação fosse invertida e os “negros” preferissem ser chamados de “pretos”, construiriam enunciados onde a palavra “preto” não estaria marcada por uma expressividade depreciativa. Tanto é assim que, nos Estados Unidos, “nigro” é depreciativo, e “black” não.

A palavra gramaticalizada não carrega nenhum sentido a priori, nada que não possa, no curso da história, mudar, assim como a língua. Mas a língua, assim como as orações, não acontece, ela apenas existe. É potência de, não acontecimento. Somente nos enunciados ela ganha expressão e, por isso, é o enunciado que relaciona a língua com a realidade. Esta língua, somente acessível pelo enunciado, não é um lego à disposição do falante, que poderá usar, indistintamente, qualquer “peça” para montar seu quebra-cabeça lingüístico. Com sua existência vinculada ao enunciado, a língua carrega marcas do gênero onde acontece. Assim, certas palavras ou expressões são mais recorrentes em um dado gênero e trazem consigo os ecos deste gênero. Se digo “era uma vez...” já me comprometi com um gênero, pois esta é uma forma típica. Marcada, assim, pela intenção do outro, a palavra só pode ser apreendida desta forma. É, antes, palavra do outro, para depois ser palavra da língua e, por fim, ser

palavra minha. O estilo, similarmente, é antes estilo do indivíduo, para depois ser estilo de um gênero, para, só então, ser estilo da língua. Meu enunciado está assim impregnado do enunciado do outro, seja de forma explícita, marcando a outra voz pela mudança de tom ou por recursos gráficos como as aspas, seja de forma dissimulada, já meio palavras minhas, mas sem negar a expressividade aplicada a ela pelo outro. Assim, aproprio-me da palavra do outro e a faço minha, mas sem dar-lhe um estatuto completamente novo. Citando Bakhtin: “O locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, aos quais é o primeiro a nomear” (1992a: 319).

O problema do tratamento dado a textos ou enunciados é fundamental para a história. A partir da concepção de linguagem que se adote, a história terá método e resultados diferentes. A discussão é importante. É verdade que muitas correntes tomam o texto como espaço de transparência, instrumento de circulação de informações. Mas o texto, para complicar um pouco mais o trabalho historiográfico, tem história, data, local, enunciador, enunciatário. É discurso, enfim.

3 METODOLOGIA

3.1 GÊNEROS, DISPOSITIVOS, SEMIOSE, IMPRENSA, HISTÓRIA

No livro *A história da imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré (1983), duas coisas chamam a atenção. A primeira, a ênfase do texto em narrar a história política do Brasil através da imprensa. Em muitos momentos, o livro foca nas disputas políticas travadas via jornais. Sendo a imprensa instrumento desde sempre e até hoje de ação política, focar neste aspecto é olhar para algo central, sem dúvida, e para uma função definidora do papel que a imprensa brasileira tem tido desde o início, subordinada ao interesse de poder de grupos que controlam os jornais. O segundo aspecto é a quantidade de jornais com que o autor trabalhou. A análise foi de fôlego, extensiva, de longo prazo, com base no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

No seu livro, Sodré valoriza, sobretudo, os conteúdos veiculados, se posiciona em relação a eles e julga o valor dos jornais pela postura que defendem. Assim, desqualifica, como se não representassem a imprensa, os jornais áulicos, defensores dos interesses da corte. Lança um olhar republicano sobre a Monarquia. Da mesma forma, a defesa de Alberto Dines do *Correio Brasiliense* como primeiro jornal brasileiro, apesar de ser escrito e impresso na Inglaterra, lança um olhar político para definir uma questão periodística. O que faz do *Correio Brasiliense*, na defesa de Dines, o primeiro jornal brasileiro é sua independência editorial³⁵, valor fundamental do jornalismo. No entanto, no Brasil, tal princípio começou a ser difundido, defendido e acabou incorporado aos valores do jornalismo apenas no século XX. O século passado define, portanto, o que fez o século XIX, por questões de posicionamento acerca do conteúdo específico dos jornais. A historiografia é obrigada a pautar-se por uma idealização do presente, que nem mesmo no século XXI é verdadeira, posto que a independência do jornalismo ainda é frágil no Brasil.

Mesmo política, a imprensa realiza processos que lhe são inerentes, que a singularizam como acontecimento de cultura, como fazer semiótico e como prática. Se influencia a nação, faz isso a partir da sua singularidade. Ela pode escapar da política, mas não pode escapar das suas próprias condições. Por isso, pode haver imprensa não-política, mas não pode haver imprensa que não seja periódica, que não verse sobre questões atuais, que não selecione

³⁵ Ainda assim, a independência editorial do *Correio Brasiliense* é muito questionável, dadas suas ligações com o Duque de Sussex e as suspeitas de que o jornal defendia interesses ingleses.

informações e que não lhes dê um tratamento segundo sua própria forma de narrar. Tais fatores são condicionados externamente, pelo ambiente econômico, político e sócio-cultural, e internamente, pelo desenvolvimento de práticas profissionais, técnicas, tecnologias e das maneiras como a imprensa narra a realidade. Por isso, o que pretendo, mesmo nos momentos em que o papel político da imprensa era mais evidente, é pensar a política, a sociedade e a cultura para entender a imprensa, e não pensar a imprensa para entender a política, a sociedade e a cultura. É uma linha tênue, que não nega o papel político da imprensa, seja doutrinário, como em alguns momentos, ou não, mas não foca na questão política como algo central, que busca especificar o objeto fora da área da sociologia.

É evidente que os limites temporais para a elaboração de uma tese jamais me permitiriam a aventura de avaliar o conteúdo político de cada periódico, como fez Werneck Sodré, ainda que apressadamente em alguns momentos. Nem seria necessário. Nos dois aspectos, este trabalho se distingue de *História da imprensa no Brasil* (1983). A forma como construo meu objeto, como um gênero de discurso, inserido em relações sociais, com história própria, sendo o jornal uma esfera específica de produção deste gênero ou gêneros, que se manifestam em dispositivos previamente organizados e participam da semiose social como uma forma nova de narrar o mundo, impõe dificuldades que não foram enfrentadas por Werneck Sodré, mas também facilidades que ele não teve.

Estas dificuldades e facilidades se originam na construção dos dados empíricos como objeto teórico. Ou seja, na especificação da forma como vou analisar o jornal, dos aspectos que busco esclarecer, das questões que me coloco. Ao tratar o texto jornalístico como gênero e buscar nele suas regularidades de acontecimento, produzo a primeira distinção fundamental. Não busco conteúdos específicos, não busco o que foi dito pelos jornais, nem as posições políticas de cada um, a não ser na exata medida em que estas coisas possam influir na maneira de dizer. Busco uma história das formas de narrar, não do que foi narrado. Busco isto: a forma do conteúdo, conceito que visa exprimir que as regularidades de um gênero não são apenas a forma, exterior ao conteúdo, do texto. Orientar para a análise da forma, como ensina Bakhtin, pode levar a um reducionismo cujo resultado é a incompreensão da própria obra de arte, ou, assimilando o conceito, do jornalismo.

Na sua ambição de elaborar um juízo científico sobre a arte, independente da estética filosófica geral, a crítica vê no material a base mais estável para a discussão científica: pois a orientação para o material estabelece uma proximidade tentadora com o positivismo empírico. De fato: o crítico de arte (e o artista) recebe o espaço, a massa, a cor, o som, dos devidos setores da física e da matemática, e a palavra da lingüística. E eis que, no domínio da teoria da arte surge uma tendência no sentido

de compreender a forma artística como forma de um dado material, e não mais como uma combinação nos limites do material, dentro de uma definibilidade e conformidade físico-matemáticas e lingüísticas; isto permitiria aos juízos da crítica de arte serem científico-positivos, e, em alguns casos, diretamente demonstráveis pela matemática. (Bakhtin, 1993: 17 e 18)

A análise orientada para a forma, tentação para qualquer trabalho que lide com dados empíricos simbólicos como é o meu caso, fica no meio do caminho. Se, por um lado, pode arrogar para si o caráter científico e rigoroso dos seus resultados, no limite podendo demonstrá-los matematicamente, por outro não apreendem o ponto de vista axiológico que as regularidades da matéria significativa representam. Se a análise dos dados, com um caráter que chamarei aqui de morfológico, é útil, ela compreende apenas a primeira fase do trabalho. Nem a forma, pela tentação positivista pouco explicativa, nem o conteúdo, pelo caráter político e anacrônico, servem para descrever os jornais do passado; outro caminho deve ser tomado. A imprensa se relaciona, a cada momento, com os diversos pontos de vista que acabam por organizar a produção discursiva de um tempo. Ela só se define, como singularidade na forma de narrar, se comparada com as outras formas de narrar que lhe são contemporâneas. A inserção da imprensa na semiose social se faz de forma específica, moldada pelos gêneros discursivos, pelas possibilidades do dispositivo a cada tempo e pela relação com a sociedade, cumprindo uma demanda a que deve responder, mesmo que tente direcioná-la. A imprensa surge, como ponto de vista autônomo, por ser uma necessidade social. Diz Bakhtin:

Só quando nas suas fronteiras nasce a necessidade absoluta desse ponto de vista, em sua singularidade criativa, é que ele encontra seu fundamento e sua justificação sólida; mas no seu próprio interior, fora da sua participação na unidade da cultura, ele é apenas um mero fato, e sua singularidade pode ser representada simplesmente como um arbítrio, como um capricho. (1993: 29)

A análise, portanto, deve passar por um momento de descrição morfológica, como primeiro movimento para entender, usando os termos de Bakhtin, o ponto de vista axiológico da imprensa a cada tempo, relacionado com o todo da cultura. Define, portanto, o que é jornalismo a cada tempo a singularidade que a imprensa representou em relação ao ambiente social onde se constituiu, banidas quaisquer avaliações anacrônicas com base no presente para julgar o que é jornalismo ou não. Isso implica descartar qualquer discussão de caráter moral.

A abordagem que se aproxima desta tentativa de entender como os jornais funcionam nos sistemas sociais onde se inserem é a “história natural do jornal” de Park, sustentada sobre a concepção de jornalismo como forma de conhecimento orgânico, fundamental para o funcionamento da sociedade. Diz ele:

A notícia, portanto, ao menos no sentido estrito da palavra, não é uma estória ou uma frivolidade. É algo que possui um interesse pragmático mais que apreciativo para aquele que ouve ou lê. A notícia é limitada a eventos que causam mudanças súbitas e decisivas, quase sempre. (*in* Berger e Marocco, 2008: 64)

Entender o papel social dos jornais implica responder a perguntas fundamentais: como eles estabelecem padrões estáveis de relação com os leitores, participando da semiose de forma específica a cada momento? Como eles constituem gêneros discursivos próprios da imprensa e como tais gêneros, formas estáveis de dizer, se relacionam, influenciando e sendo influenciados, com o contexto em que são produzidos, com o ambiente interno da imprensa e com o dispositivo onde ocorrem? Neste ponto, coloco a questão como a mais relevante possível para entender a imprensa em si: quem é ela, o que faz e como faz? A cada tempo, sucessivamente, dialogando, para assimilar ou para rejeitar, com o passado e com as formas de se fazer periódicos estabelecidas, num movimento que por mais que se ancore no tempo e no espaço tem também lógica interna própria.

Os gêneros selecionam os temas que lhe são pertinentes e os moldam conforme as suas formas composicionais particulares. Assim, tratar de assuntos particulares cabe em uma carta, e-mail ou bilhete, mas não em um ofício. Nos gêneros se inserem indivíduos que dialogam com seu estilo e com o estilo do gênero. No entanto, a regularidade não está nos indivíduos, multifacetados e capazes de exercer sua individualidade nos gêneros discursivos mais diversos; a regularidade está nos enunciados.

As formas de narrar o presente, empreendidas pelos jornais, limitam o que é narrado, tanto na escolha dos temas quanto na escolha dos aspectos. Da mesma maneira, assuntos de uma natureza ou de outra impõem formas distintas de narrar. As regularidades dos gêneros limitam os conteúdos possíveis, o que Bakhtin chama de seleção temática do gênero (Bakhtin, 1992b). Ou seja, cada gênero seleciona os conteúdos de que pode tratar e também as formas como pode tratá-los. Logo, não se pode cindir conteúdo e forma. O conceito de forma do conteúdo é, portanto, o mais adequado. Busco as regularidades de conteúdo e de forma, concebidas como indissociáveis e relacionadas funcionalmente, com a sociedade se inserindo na semiose conforme as possibilidades de cada tempo.

Cada gênero possui, ensina Bakhtin, traços que o distinguem. O primeiro, são seus enunciados característicos, formas do dizer que permitem identificar um gênero desde o princípio e estabelecem, de pronto, a relação pretendida pelo enunciador com o enunciatário. Ao dizer, por exemplo, "era uma vez...", já me transponho para o mundo fabuloso das

histórias feéricas e miraculosas. Espero do receptor compreensão dentro dos limites e possibilidades deste gênero. Assim, se digo que “um rei tinha um reino tão grande quanto o sol”, não espero uma contestação realista negando esta possibilidade. A uma contestação desta natureza, posso responder sempre pelas leis dos gêneros: o interlocutor não entendeu que se trata de um conto de fadas. No jornal, a regra é a mesma. O texto, desde o início, estabelece uma relação com o leitor, espera dele ser tomado como verdade, ser resultado da intenção honesta de intervir na discussão política, com alto interesse público, etc. Este é o primeiro aspecto a observar, para definir e descrever os gêneros discursivos do jornal: quais seus enunciados característicos e que relação eles pretendem estabelecer.

No olhar mais miúdo, cabe descrever que também há a configuração gramatical característica do gênero. É evidente que mesmo na esfera da lógica de construção das sentenças opera uma série de restrições. Por isso, certas palavras, por mais que estejam gramaticalmente corretas, soam estranhas em certos gêneros. São, de toda sorte, inadequadas a eles. O que Bakhtin chama de configuração gramatical (Bakhtin, 1992b) não é a adequação segundo o sistema da língua, a correção estrutural. Mais que isso, é a forma característica como as palavras são selecionadas e se combinam no gênero. Diz Bakhtin:

Os gêneros do discurso são, em comparação com as formas da língua, muito mais fáceis de combinar, mais ágeis, porém, para o indivíduo falante, não deixam de ter um valor normativo: eles lhes são dados, não é ele que os cria. É por isso que o enunciado, em sua singularidade, apesar de sua individualidade e de sua criatividade, não pode ser considerado como uma combinação absolutamente livre das formas da língua. (Bakhtin, 1992b: 304)

Os gêneros prescrevem formas estáveis de combinação de palavras, que o limitam e ao mesmo tempo o identificam. Fora destes padrões, o indivíduo se coloca fora do gênero. Assim, o estilo, ou sobretudo a flexibilidade estilística, são dadas pelos limites do gênero. Em canções de escárnio, por exemplo, como os repentes, a ironia e o deboche são obrigatórios. Podem parecer a medida da liberdade do repentista, mas não são. São, no fundo, restrições estilísticas. O repente não pode não ser debochado e irônico. A seleção de palavras e sentenças é limitada pela necessidade exata de aparentar a ausência de restrições, pela crítica, pelo riso ao que está posto, condição obrigatória dos gêneros irônicos.

O grau de liberdade que cada gênero dá aos sujeitos que se servem dele é muito variável. Isto é perceptível no estilo, por que neste terreno o sujeito parece ser o senhor. O estilo é apenas aparentemente individual. Os gêneros possuem estilo próprio, que se permitem ser apropriados pelo sujeito em maior ou menor grau. É verdade que o sujeito, o enunciador,

lida com restrições de configuração gramatical e seleção temática, mas é no estilo que estas restrições são mais evidentes. O sujeito que se insira num gênero da imprensa sentirá, de pronto, as restrições. Deve escrever desta ou daquela maneira. O gênero opera como força centrífuga e impõe limites ao indivíduo. A ruptura é impossível, pois tornaria o texto irreconhecível para o interlocutor. Portanto, já não seria um gênero jornalístico.

Estes seriam os elementos a observar: seleção temática, enunciados característicos, composição gramatical e estilo do gênero. Se o gênero existe, as regularidades discursivas devem estar presentes.

Suponho, com certa segurança, que os jornais dizem desde sempre coisas novas, todos os dias. Ou pelo menos coisas aparentemente novas. No entanto, os jornais dizem estas coisas sempre de forma muito parecida. As formas de narrar o presente são menos mutáveis que o próprio presente. Uma edição não é radicalmente distinta da edição anterior. Se um gênero trata preferencialmente de política, continuará tratando deste conteúdo, com o mesmo estilo, na edição seguinte. Ou seja, o jornal muda todo dia, no conteúdo, mas não na forma do conteúdo – o que inclui seus conteúdos típicos.

Evidenciei esta intuição tratando dados empíricos. Diversos jornais (como O Paiz, Correio Braziliense e Correio da Manhã) atravessam uma década inteira com mudanças escassas, tímidas. Estabelecem uma relação com os leitores, da qual não abrem mão, sob pena de serem menos compreendidos e menos lidos (e ser lido é importante, seja por razões políticas, seja por razões comerciais). Ora, isto permite tratar uma quantidade muito menor de dados e obter resultados muito satisfatórios. Meu olhar se volta para a apreensão de regularidades discursivas. Na lida com os jornais, implica em ler edições próximas no tempo - de uma semana, por exemplo – e verificar as regularidades, descartar os desvios irregulares. Depois, comparar com edições de um mês adiante, checar se as regularidades permanecem as mesmas; comparar com edições de vários meses à frente, verificando as regularidades novamente; e, por fim, dar saltos de anos. Encontrando os padrões de acontecimentos, ou as características do gênero, poderia voltar a uma ou duas edições apenas, que serviriam como objeto de descrição e análise teórica. Isto, além de reduzir o meu escopo de dados empíricos, ainda permitiria ilustrar o trabalho quase que integralmente, dando acesso ao leitor aos dados analisados na tese, ainda que estes sejam apenas uma fração do recorte empírico. Se encontrasse mudanças sensíveis, poderia então buscar delinear momentos de mudança, brusca ou gradual, nas formas de narrar o presente pelo jornal (Franciscato, 2005).

Dito de outra maneira, cada edição de jornal é a manifestação de uma forma de fazer jornal, regrada explicitamente ou apenas repetida inconscientemente. Os jornais são dispositivos estáveis. As mudanças implicariam em incompreensão por parte dos leitores. As regras do discurso impõem certo fechamento, certo grau de repetição. Por isso, Bakhtin afirma que seria impossível se fazer compreender sem os gêneros do discurso (Bakhtin, 1992b). O jornal é uma regularidade lingüística; formal, portanto. Além disso, materializa o resultado de uma cultura, da mentalidade de uma época da qual não poderia se descolar, ainda que tenha larga margem para, dentro desta cultura, fazer coisas muito diversas. No entanto, seus limites estão dados, como “jaulas flexíveis”, para usar a expressão de Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes*.

Esta singularidade [do sujeito analisado por Ginzburg] tinha limites bem precisos: da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um. (1987: 27)

Nestas duas vertentes (regularidade discursiva e pertencimento ao tempo em que é produzido), o jornal está limitado. É, também por estes motivos, expressão das suas condições internas de produção, e das condições externas, culturais, da mentalidade da época. Poderíamos dizer que texto e tempo condicionam o jornal e se revelam por ele.

Esta rigidez, esta flexibilidade limitada é o que possibilita descrever um momento longo com base em poucos materiais. Mas resta, de todo, um problema, que torna este procedimento, se limitado a um único jornal, falacioso. Este trabalho não pretende descrever a forma do conteúdo, as regularidades discursivas ou as formas de narrar o presente de um jornal específico. Não a história do texto jornalístico neste ou naquele jornal, mas sua regularidade para além de um veículo apenas. Por isso, seria falacioso descrever apenas um jornal e depois tentar generalizar as regularidades descobertas a todos os demais.

Por esta razão, se me impõe analisar vários jornais do mesmo período. A seleção do material a ser analisada demanda, certamente, uma justificativa, que permita restringir os dados sem tornar a pesquisa inconclusiva, por não ter dado conta das questões que se colocou. A primeira visada deve buscar, naturalmente, os maiores jornais a cada momento, aqueles que seriam os mais influentes na forma de fazer jornal. Aqui suponho que alguns jornais, pela importância, índice de leitura ou perenidade, foram, sempre, mais influentes – escolas de jornalismo, instituidores, propagadores ou renovadores dos gêneros textuais da imprensa, das formas de fazer jornal. Esta é uma hipótese que guia o trabalho, mas que não pode ser assumida

como pressuposto. Está à prova dos dados, sujeita à falibilidade. É uma hipótese que serve para nortear o trabalho, para selecionar os materiais, mas ao fim e ao cabo estará, neste percurso, em teste. Quais seriam, então, estes jornais que exerceriam, sobre a prática da imprensa e os gêneros dos periódicos, influência? A esta pergunta é necessário responder com uma série de traços que são, no entanto, mera hipótese. Primeiro, os jornais influentes estariam localizados, sobretudo, nas grandes cidades. A imprensa é um fenômeno urbano, só faz sentido quando produzida para grandes aglomerados populacionais. Daí, quanto maior a cidade, maior a possibilidade de jornais grandes se situarem nela. Quanto maior o jornal, mais influente ele é, e maior a possibilidade de haver jornais menores se espelhando nele. Portanto, se jornais pequenos podem atuar mais facilmente como espaço de novidades, de mudança, de renovação do próprio jornalismo, serão os grandes que materializarão os padrões mais regulares. Por isso, um momento como a introdução da imprensa no Brasil deve tomar os jornais do Rio de Janeiro, local da corte recém-chegada ao Brasil, como os periódicos com maior probabilidade de serem as maiores vertentes. Assim, entre 1808 e 1821, por exemplo, a Gazeta do Rio de Janeiro e o Correio Braziliense seriam os prováveis jornais mais influentes. Sua influência se mediria pela quantidade de jornais que estivessem fazendo o mesmo tipo de jornalismo. Assim, tomados como jornais mais influentes, deveriam ser comparados com os jornais menores para se checar se a hipótese inicial é verdadeira, para checar seu poder de força centrífuga nas formas de fazer jornalismo, contra as forças centrípetas da multiplicação de títulos.

A comparação deveria se dar, a princípio, com os jornais da mesma praça, mas também em outros momentos em que ela se mostre pertinente (como na multiplicação de títulos por outras cidades), em comparação com os centros urbanos menores. Apenas se confirmada a centralidade dos jornais das grandes cidades, de maior tiragem, se poderia então tomar a hipótese que originou o princípio de seleção dos materiais como verdadeira. E isto, além de tudo, a cada novo momento, pois a lógica de funcionamento da imprensa, como um jogo de forças centrífugas e forças centrípetas, deveria ser checada a cada novo período histórico.

Assim, seriam desprezadas as praças muito pequenas, pela sua baixa possibilidade de gerar padrões, regularidades na produção jornalística. Também seriam, por motivo análogo, dispensados os jornais de vida curta demais e de baixa tiragem. Os jornais efêmeros e pequenos não teriam poder de interferir nas regularidades lingüísticas de produção de outros periódicos. Mesmo que apresentassem idéias inovadoras, não teriam poder de fazê-las prosperar. Apenas um fenômeno como a explosão dos pasquins após a independência poderia

transformar um grande número de pequenos jornais em um movimento com alguma força de interferência na imprensa como um todo.

Em resumo, meu recorte de análise seria de poucas edições, prototípicas, de jornais de média ou longa duração, de grandes centros urbanos, com alguma importância para a imprensa da época. Para checar se as regularidades perpassam toda a imprensa ou a maioria dela, o padrão identificado nos jornais principais para análise seriam comparados com o dos jornais menores, de cidades menos populosas ou mesmo dos grandes centros. Assim, O Paiz, de São Paulo, por exemplo – que foi em determinado momento o maior jornal da América do Sul – deveria ser comparado, além de com os jornais menos expressivos de São Paulo, com o 19 de Novembro, de Curitiba, para checar o quanto o modelo hegemônico na maior capital influenciaria o jornal da capital menor e, caso haja influência, verificar se existe atraso – ou seja: se o jornalismo praticado em São Paulo no final do século XIX influencia o de Curitiba em 1895 ou apenas anos depois.

Além de desprezar os jornais pouco expressivos, exceto como medida de confirmação do padrão hegemônico, os jornais desviantes também não terão grande espaço para a análise. Se os pequenos jornais servem como uma espécie de checagem acerca da influência de um jornal maior, os desviantes do padrão nem para isso têm utilidade. A imprensa operária, por exemplo, terá pouco espaço neste trabalho, posto que busca, nitidamente, se desviar do padrão hegemônico de fazer jornal.

Assumo, desde o início, que é impossível separar os textos da esfera de produção onde eles existem e muito menos deixar de ponderar as restrições do dispositivo. É necessário, antes de mais nada, entender o jornal como um todo, como ele se organiza, quais gêneros ele usa, que finalidade discursiva eles cumprem. As grandes edições do Correio Braziliense, ou até mesmo um jornal pouco volumoso como a Gazeta do Rio de Janeiro³⁶, já têm claramente espaços distintos, com modalidades distintas de gêneros. Estes jornais já exploram uma característica que todos os jornais impressos preservam: a diversidade de conteúdos e gêneros textuais. Cada gênero, claramente delimitado, cumpre uma função discursiva, manifesta um valor cultural específico. Na Gazeta do Rio de Janeiro, há um espaço para anúncios, chamado “avisos”, onde as pessoas informam a praça sobre ofertas de serviços, produtos, ações, etc. É o espaço no jornal que se presta às interações lingüísticas necessárias nas grandes cidades. Esta função permanecerá ali e vai se desenvolver posteriormente. Compreender o papel dos outros gêneros presentes no jornal passa por entender o papel deste, posto que os gêneros se

³⁶ A Gazeta do Rio de Janeiro passa a ter essa organização clara a partir de 1811. Antes disso, ela é muito mais desorganizada.

relacionam e se influenciam. Do ponto de vista metodológico, o primeiro passo é descrever os gêneros, em termos discursivos. Ou seja, tomando-os como regularidades lingüísticas que exercem uma função na vida das pessoas, relacionando-as. Assim, todo texto não é pura imanência, mas têm sempre um enunciador (quem diz) e um enunciatário (quem ouve). Estes sujeitos se inscrevem no texto, que não pode ser compreendido, exceto como abstração, fora desta relação intersubjetiva. Dentro de uma esfera de produção como são os periódicos, os gêneros cumprem papéis distintos e se relacionam entre si, com aproximações, distanciamentos e deslocamentos de função uns dos outros. Assim, a história de um gênero, bem como sua relevância, não pode ser tomada isoladamente, mas correlacionada com os demais gêneros com os quais se relaciona de maneira normalmente tensa. Isso envolve perceber as regularidades discursivas, tais como a composição, a seleção temática, a estilística e suas formas de citação, subordinados à função fundamental do texto, que é relacionar interlocutores. A função discursiva é o que delimita o papel do texto. Logo, o gênero é condicionado pela relação com os outros gêneros na esfera de produção e pela sua função como ação lingüística que relaciona sujeitos interagentes.

Descritas as regularidades discursivas dos gêneros, focando sobretudo nos gêneros jornalísticos ou naqueles que desempenharam, a cada momento, o papel de carro-chefe dos jornais, caberá, a partir de então, exercer a atividade hermenêutica mais difícil: relacionar este jornal, com seus gêneros textuais, com o momento, descrevendo a um só tempo a mentalidade condicionante da época e o tipo de imprensa que esta sociedade produziu. Em outras palavras, significa descrever que tipo de imprensa cada sociedade e seu tempo produzem, e como esta imprensa, a seu modo, desempenhava um papel específico em dada sociedade.

Assumo como pressuposto que é impossível haver uma imprensa que não reflita, na forma como é feita e no papel discursivo que desempenha na sociedade, sua relação com a cultura e a mentalidade da época. Da mesma forma, e de maneira mais clara, reflete as condições materiais e culturais internas que lhe condicionam, bem como as práticas que a engendram. Assim, as práticas, ainda que em certos momentos não possam ser chamadas de profissionais, se inscrevem no texto, bem como a função que os gazeteiros, polemistas e jornalistas assumem para si a cada tempo na história. Se tal suposição é fácil de sustentar, descrever esta cultura dos periódicos e as práticas que lhes produzem, a partir dos próprios jornais, é outra coisa, muito mais difícil. Suponho que os jornais são documentos da história, não só pelo que dizem, mas pela forma como dizem, pelos conteúdos que veiculam, pelo público que visam. Ou seja: que o texto traz sinais, nítidos, do papel desempenhado pela

imprensa. Por outro lado, busco construir uma história própria do texto e não uma história derivada das condições sociais. Por isso, devo partir do texto para deduzir o tempo, o momento, a cultura, a mentalidade e as práticas de uma determinada imprensa. Inverto a tópica marxista. Não busco as condições materiais de onde brota a cultura, como sua determinação em última instância. Busco na cultura os sinais do tempo. Isto é, no entanto, apenas uma declaração de boa-vontade, não materializa nenhum método que permita realizar tal empresa. Também não seria prudente tentar deduzir a mentalidade que condiciona o jornal de uma época a partir, exclusivamente, dos periódicos – por duas razões: seria desprezar o trabalho empreendido por autores como Roberto Schwarz para entender o Brasil (Schwarz, 1981), além de desprezar documentos históricos, como as descrições do Rio de Janeiro da época e a literatura de então, fornecedora de subsídios para entender o “Brasil antigo”. No entanto, não se trata, é bom ressaltar, de fazer o movimento que leva da cultura de um momento histórico à imprensa, do tempo ao texto. O texto é documento de cultura, é parte do que pretendo descrever. Busco explicá-lo, no papel que desempenha na época, a partir da cultura, mas ele mesmo é parte desta cultura. Se for moldado pela mentalidade de então, ajuda a moldá-la, pois dela participa. Logo, entre os documentos que permitem entender uma cultura está a própria imprensa. Ela dá pistas, sinais, emblemas (Ginzburg, 1989), que permitem inferir o que não está dado, desde que o pesquisador tenha em mente uma descrição, razoável, da mentalidade da época. O jornal pode, inclusive, contrariar esta visão inicial. Mas é necessário partir dela. Por isso, é possível apreender no jornal sinais do tempo, dos quais é possível deduzir, como se deduz de restos arqueológicos a cultura de um povo extinto.

Os gêneros do discurso são regularidades. Por isso, os traços individuais são menos relevantes que os traços recorrentes. Mesmo quando trabalhar com mais de um veículo por período, o relevante será a busca de regularidades, não de traços individuais. O indivíduo e seu estilo interessam enquanto relação com o gênero. Cada modalidade de texto permite em maior ou menor grau o estilo individual. O texto jornalístico vai perfazer um caminho de restrição dessa liberdade. Ou seja, os gêneros informativos serão cada vez mais rígidos. Aí está o ponto. O indivíduo, ao realizar linguagem neste gênero, vai dialogar com os limites ao estilo individual. Vai ter que se adaptar ao estilo do gênero em alguma medida. Sua competência lingüística será medida, inclusive, por isso. Mesmo sem perceber conscientemente tais coerções, o indivíduo realiza linguagem. Disto, é possível inferir pistas, lugares onde a ação consciente não existe e onde, portanto, se revelam as coerções sociais e discursivas de forma mais clara. De certa forma, esta é uma reformulação do método

morelliano, relatado por Carlo Ginzburg (1989) em *Mitos, emblemas, sinais*. Giovanni Morelli buscava identificar a originalidade de pinturas artísticas em comparação com reproduções fraudulentas. Para isso, propunha que os traços mais relevantes para identificar a autenticidade de uma obra não seriam os traços estilísticos mais relevantes de cada autor, mas os pormenores tomados como irrelevantes. Neste, a ação consciente estaria desatenta e, inconscientemente, o autor imprimiria sinais como uma impressão digital da obra. Os falsificadores conseguiriam reproduzir os traços mais conhecidos, mas, distraídos dos detalhes, jamais conseguiriam reproduzir – nem teriam consciência – os pormenores mais irrelevantes. Onde estivesse o menor esforço consciente, os traços pessoais se manifestariam de maneira mais clara.

Tal método busca indícios para inferir a realidade. Morelli a defende, como instrumento científico, mas tal conhecimento, desprezado por longa data pela academia, é de origem popular e empírica.

A capacidade de reconhecer um cavalo defeituoso pelos jarretes, a vinda de um temporal pela mudança repentina do vento, uma intenção hostil num rosto que se sombreia certamente não se aprendia nos tratados de alveitaria, de meteorologia ou psicologia. Em todo caso, essas formas de saber eram mais ricas do que qualquer codificação escrita; não eram aprendidas nos livros, mas a viva voz, pelos gestos, pelos olhares; fundavam-se sobre sutilezas certamente não-formalizáveis, freqüentemente nem sequer traduzíveis em nível verbal; constituíam o patrimônio, em parte unitário, em parte diversificado, de homens e mulheres pertencentes a todas as classes sociais. Um sutil parentesco as unia: todas nasciam da experiência, da concretude da experiência. Nessa concretude estava a força desse tipo de saber, e seu limite – a incapacidade de servir-se do poderoso e terrível instrumento da abstração. (Ginzburg, 1989: 166-167)

No entanto, tal método, no meu caso específico, calcado na observação de traços individuais, seria a princípio incoerente com um projeto que busca descrever gêneros discursivos como práticas que não são apenas expressões individuais, mas estão subordinados a coerções discursivas. Pior quando tais coerções são mais relevantes que o estilo individual. Tal método seria perfeitamente cabível na psicanálise, por exemplo. Olhar para os detalhes, não controlados pelo indivíduo conscientemente, seria uma boa forma de observar a manifestação livre da personalidade. Ou seja, olhar os índices do inconsciente. Morelli influenciou Freud, antes da psicanálise, afirma Ginzburg (1989).

A observação individual, para tratar problemas individuais, não impediu, no entanto, que Sigmund Freud (1997) escrevesse *O mal estar da civilização*, descrevendo o funcionamento da mente. No livro, a argumentação do pai da psicanálise é coerente e consistente. Mais que isso, interessa que a observação individual permite generalizações. Freud

não advoga estruturas mentais diferentes por indivíduo, mas padrões. Id, ego e superego manifestam indícios que permitem inferir sua existência. Ao mesmo tempo, tal existência é regular. Todos os indivíduos são dotados destes padrões mentais. “Quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos”, diz Ginzburg (1989: 169).

O método morelliano, transposto das artes para este trabalho, indica a observação dos traços menos controlados conscientemente. Estes indícios permitirão inferir os padrões de organização textual, focando nas práticas discursivas já plenamente incorporadas pelo indivíduo. “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (Ginzburg, 1989: 177). O texto é o instrumento para tal inferência.

Por fim, cabe ressaltar um aspecto que estarei visando, o tempo todo: o desenvolvimento endógeno da imprensa. Ou seja, os fatores que são internos à produção do jornal e que o definem, o descolando muitas vezes do tempo em que é produzido; talvez até se impondo a ele. Ou seja, é possível que o Brasil tenha tido uma imprensa estranha ao Brasil, pelo seu desenvolvimento endógeno. Dois fatores internos serão observados. Primeiro, o desenvolvimento do texto, pelas relações internas do jornal. Em algum momento, o jornal separa os espaço editorial do ineditorial (ou comercial); em algum momento, o jornalismo separa informação de opinião. Ainda que este trabalho não chegue a estes momentos, é nítido o desenvolvimento dos gêneros um em relação ao outro, premido por fatores externos ou não. Logo, há um desenvolvimento da imprensa que se descola da sociedade. O segundo fator é o desenvolvimento de tecnologias que têm impacto sobre a forma de fazer jornal, como a rotativa. A rotativa, e isto é apenas uma hipótese, possibilita largas tiragens. Esta possibilidade pode impor mudanças no texto, mudanças sensíveis, de perspectiva do tipo de relacionamento que o jornal pode ou deve manter com os leitores. Outro exemplo, ainda que excluído do recorte temporal que usarei para ilustrar meu método, é a introdução do telex, na segunda metade do século XIX. Os textos informativos curtos das agências, como a Havas, vão mudar sensivelmente o jornal. É neste momento que o Jornal no Brasil parece se vincular muito mais à imprensa mundial do que ao país. Ou, pelo menos, é um jornalismo cosmopolita à brasileira. Como estas forças, o suposto cosmopolitismo e a brasilidade, se refletem e refratam no jornal é uma questão de mudança endógena.

Esse desenvolvimento interno do jornal é uma hipótese a ser checada. Se for verdadeira, me permitirá construir uma periodização do jornalismo descolada da periodização tradicional da história política do Brasil, marcada por datas como a Independência, a Regência

e a Proclamação da República, que não necessariamente afetaram o jornalismo, ainda que tenham afetado o conteúdo dos jornais.

A periodização da história da imprensa fundada na periodização histórica tradicional é uma simplificação. Minha hipótese é a de que a periodização da história da imprensa deve respeitar a lógica de mudanças exógenas apenas na exata medida em que elas interferiram, de fato, na forma de fazer jornal – e não apenas na mudança de conteúdo. Ou seja, a interferência das mudanças exógenas está à prova. As mudanças endógenas também deverão ser postas à prova, mas aposto, desde já, numa interferência mais sensível, imediata e evidente.

Se o jornalismo se relaciona com a sociedade e com a economia, isto não permite deduzir que as mudanças pelas quais ele passou foram motivadas, exclusivamente, por condicionantes externos ao jornalismo. O próprio movimento de introdução das técnicas americanas no Brasil, ainda que se relacionem com questões econômicas e sociais, demonstra um certo grau de autonomia das discussões do jornalismo. Assim, o jornalismo manterá uma relação tensa com as condições de base onde é exercido, podendo contrariá-las, antecipá-las ou rejeitá-las simplesmente. Prova disso é a existência de uma imprensa polêmica até hoje, preservando um conceito já totalmente inadequado de jornalismo para o momento econômico, para uma sociedade consumista. Ou seja, o desenvolvimento da imprensa não é homogêneo nem imediato em relação à sociedade.

Portanto, assumo a hipótese de que o movimento do tempo ficará descompassado com o movimento do texto. Cultura, mentalidade e sociedade, de um lado, e a imprensa, do outro, descreverão um caminho de parceiros belicosos. Mas a ruptura completa é impossível. Tempo e texto não se separam, a não ser em dados limites, possíveis, mas nunca superados, sob a ameaça de se produzir incompreensão. Se uma perfeita relação entre um e outro é uma ilusão, produzida por descrições idealizadoras, a distância a ponto de um não reconhecer o outro é também uma falácia. Nos descompassos, história da imprensa e história da sociedade caminham próximas. Nem tanto ao amor perfeito, nem tanto ao divórcio, texto e tempo são apenas um casal normal. Nem sempre falam a mesma língua, nem sempre se entendem, brigam, distanciam-se, mas não vivem separados.

3.2 RECORTE TEMPORAL

O período de 1808 a 1823 diz respeito ao momento em que os jornais que circulam no Brasil, produzidos aqui ou em Londres, são extensões da incipiente imprensa portuguesa, influenciada pelo modelo britânico. São, de fato, jornais portugueses no Brasil. São relevantes por que participam e contribuem com o momento de formulação de uma mentalidade brasileira, de uma elite nacional e de uma forma nativa de fazer imprensa. A partir de 1821, o periodismo no Brasil vai se desenvolver de forma autóctone.

Neste aspecto (a formação de uma mentalidade brasileira), assumo a posição de Juarez Malerba, em *A corte no exílio*, como pressuposto. Diz ele: “É o momento de um rearranjo de forças políticas e sociais cujo resultado será a formação das elites dominantes e dirigentes de uma nação que aí se fundava, e de sua contrapartida institucional: a construção do Estado brasileiro, que foi concebido monárquico e monárquico se manteve por quase todo o século”. (2000: 21) A formulação desta mentalidade e a origem do Estado brasileiro se faz junto com a fundação do jornalismo brasileiro.

Buscar entender este momento de fundação do jornalismo brasileiro implica olhar primeiro para os jornais como produtores de significados e como realizadores de uma relação discursiva. Implica reconhecer a forma como são produzidos, a maneira como estruturam conteúdos distintos periodicamente, com parâmetros estáveis de organização do discurso, e como tal discurso se relaciona com a cena discursiva, com o contexto em que enunciatário e enunciatário interagem. Ou seja, significa buscar deduzir, pelo texto e por informações extratextuais, que tipo de relação os jornais constroem, mediando os redatores com seus leitores. Normalmente, a história da imprensa volta-se para os autores, para suas posições, para o papel que desempenharam como homens políticos e não como homens de imprensa. Importa o que pensaram e o quanto influíram nos destinos da nação, não **como** influíram. Se foram influentes de cima da tribuna da imprensa é porque realizam uma ação política com a competência dos homens de imprensa, que não se confunde com a própria competência política. Isso implica necessariamente reconhecer a presença de um “tu” na relação discursiva, tomar o jornal como realizador de uma mediação, não apenas como propagador de idéias. Daí por que a longevidade dos jornais é relevante. Os jornais duradouros são bem-sucedidos na tarefa de serem lidos, de desempenhar uma função social necessária, e não apenas de manifestar vozes que pagam para serem ouvidas. Isso não significa que os jornais de vida curta sejam, pelo contrário, malfadados. Muitos existem por curto período por razões políticas, mas cumprem o papel que lhes cabe no

seu período de existência. É o caso, por exemplo, do Reverbero Constitucional Fluminense, que dura apenas dois anos, de 1821 a 1822.

Este momento é fundador da imprensa e vai legar gêneros, formas de organizar o jornal como dispositivo midiático estável, práticas e valores morais. Em *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*, Eni Orlandi (2003) organiza uma série de trabalhos sobre as origens de discursos arraigados na memória do Brasil e fontes de uma proliferação sem par de outros discursos, que tomam os primeiros por referência, para apagá-los, para atualizá-los, para repeti-los ou para resgatá-los. Diz Orlandi: “Em relação à história de um país, os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país. E a nossa tarefa é então mostrar como é que eles se estabilizam como referência na construção da memória nacional” (2003: 7).

Dentro deste projeto, Bethania Sampaio Corrêa Mariani é autora de *Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)*, um texto revelador que descortina algumas das condições discursivas nas quais a imprensa brasileira opera no seu primeiro ano de existência: 1808. Isto implica, no mínimo, dizer de onde a imprensa fala e para quem fala. Decorre, desta condição, o como e o que fala. Os jornais analisados são, imperativamente, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (produzida no Brasil) e o *Correio Braziliense* (produzido em Londres), os únicos existentes em 1808. Sobre a posição discursiva destes jornais, diz Mariani:

Podemos supor que o alvo dessas publicações era constituído por portugueses – isto é, leitores portugueses residentes na Europa ou fora dela – mas não por brasileiros. Os nomes *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Correio Braziliense* funcionam, assim, apenas como topônimos: no primeiro, a referência é ao lugar onde se encontra a Corte Portuguesa; no segundo, o termo “brasiliense” é uma alusão ao lugar de destino daquele “correio”: as terras brasileiras elevadas à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. (in Orlandi: 2003, 32)

Assim, a autora indica algo relevante e norteador desta tese: em 1808, a imprensa que circula no Brasil não é brasileira. “Nos raros momentos em que se tematizava o Brasil, tratava-se mais de um discurso *sobre* o Brasil e não de um discurso jornalístico brasileiro propriamente dito. Por ser assim, esse discurso jornalístico se insere no fluxo de um imaginário europeu que vem se organizando desde a descoberta do Novo Mundo”, diz Mariani (in Orlandi: 2003, 32). A análise é rica, pois supera de longe a discussão da imprensa no Brasil atrelada à questão do poder e da disputa política de então. A relevância da disputa política para entender o jornalismo brasileiro se dá na exata medida em que tais disputas interferem no campo de atuação da imprensa. Mas reduzir a imprensa a isso, focando nas

posições dos jornais e dos seus redatores é secundar o jornalismo como objeto de estudo. Mariani escapa disso, mas seu trabalho está plenamente incorporado ao projeto maior do livro, de resgate de discursos fundadores. Neste caso, um discurso brasilianista praticado pela imprensa. Tal discurso só é fundador, dentro da concepção teórica postulada por Eni Orlandi, se origina uma FD – formação discursiva (Orlandi, 1996) –, um conjunto estabilizado de enunciados que se relacionam entre si e se colocam como um discurso pré-existente ao falante, disponível a ele e com o qual ele se relaciona, para repetir, apagar, atualizar ou resgatar. Assim, a imprensa é relevante para a solidificação de qualquer formação discursiva, como o discurso da afirmação racial no Brasil ou da própria brasilidade, que se fazem no passado e constroem uma memória discursiva pronta para ser atualizada pelos enunciadores. E Mariani capta bem isso:

No nosso entender, o discurso jornalístico toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro. E mais ainda: uma vez que ao selecionar está engendrando e fixando sentido para estes, a imprensa acaba por constituir no discurso um modo (possível) de recordação do passado. (*in* Orlandi: 2003, 33)

Memória possível, pois irá depender de ser resgatada e atualizada para ficar na memória. Tudo que o jornalismo faz pode virar memória e ele é um primeiro olhar para o presente. Quando o presente que passou é abordado pela historiografia ele vira, por fim, história. Quando o presente que passou institui uma formação discursiva, ele se repete, até que sua origem seja esquecida, que o enunciador apague as aspas do texto que não é dele e jure estar defendendo um ponto de vista novo, com argumentos inovadores ou organizados de uma maneira nova. Esquecer a origem do discurso, como ensina Pêcheux (1990), é um dos efeitos do discurso. O jornalismo é instrumento tão poderoso da consolidação de uma formação discursiva quanto é objeto da apreensão historiográfica. No entanto, neste aspecto, ainda a questão do conteúdo está posta como fundamental. Os enunciados típicos de uma FD são, sobretudo, seu conteúdo. O jornalismo volta a estar subordinado a uma apreensão que visa entender algo através dele, mas não entendê-lo. Apesar disso, Mariani abre a porta da compreensão do jornalismo em si:

Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história.

Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade. (in Orlandi: 2003: 33)

Por esta porta, pretendo entrar, para entender tal prática social produtora de sentido, não os sentidos que produz ou produziu, exceto na exata medida em que estes sentidos são condicionados pela forma como são produzidos. Lembramos do passado de uma forma específica. O jornalismo, matéria privilegiada dos historiadores, contribui para esta visada sobre o passado não apenas pelos conteúdos que seleciona, o que já lhe marca uma maneira de produzir sentidos, mas pela forma como narra o presente a cada momento histórico. Ele veicula, conforme sua especificidade a cada tempo, as vozes do imaginário social de então. Porta, pelo conteúdo e pela forma do conteúdo, um testemunho do tempo onde é produzido. É documento de cultura. Importa-me esta cultura, sobretudo pela forma como o jornalismo a testemunha e pela maneira como ela o condiciona. O tempo que o jornalismo testemunha interfere na forma como o jornalismo o testemunha. Como prática social como tantas outras, o jornalismo integra a história. E está, sim, entranhado de historicidade. Como parte da cultura, não poderia ser diferente. Interessa-me, sobretudo, a historicidade do próprio jornalismo. Neste ponto, minha tese não só aprofunda, mas também difere da abordagem de Mariani. A autora foca na memória do Brasil, não na memória do jornalismo, ainda que perceba a distinção entre as duas coisas. A mim, interessa menos o conteúdo narrado.

O jornalismo que vai de 1808 a 1823, periodização desta tese, compreende dois momentos bem distintos: o jornalismo sobre o Brasil, mas não brasileiro, e a emergência do primeiro jornalismo tupiniquim, influenciado pela fase anterior. O que é esta fase inicial e como o jornalismo a repete ou rejeita é fundamental para entendê-lo. Mas não se tratam dos conteúdos de uma fase e dos conteúdos da outra, mas das formas específicas de narrar o presente de cada momento, das formas do conteúdo que o jornalismo engendra a cada tempo. Trata-se da fundação de uma prática social de produção de sentidos no Brasil e não de formações discursivas. Não se trata, portanto, de um discurso fundador, mas de uma discursividade fundadora. Descrevê-la é meu propósito.

O recorte temporal selecionado (1808-1823) compreende um momento crucial e fundador para o jornalismo brasileiro e sobre o qual há maior carência de trabalhos consistentes ou que foquem o jornalismo em si mesmo. Este momento é de grandes contradições políticas e culturais. O Brasil é o único país americano que conviveu com uma corte européia. E, neste momento, surgiu no país a imprensa. Portanto, a origem do jornalismo no Brasil é rica e, ao mesmo tempo, a mais adequada para se relacionar, ou não, o

desenvolvimento social com o desenvolvimento da imprensa. Entender este momento fundador é o primeiro passo para entender o jornalismo brasileiro, exceto se a origem tenha sido completamente esquecida pelo presente, se não tenha legado nada ao momento seguinte como prática discursiva, o que parece muito improvável. A história do Brasil é feita de continuidade. A da imprensa é ainda mais estável.

Em paralelo a Jurandir Malerba (2000), que descreve a fundação de uma mentalidade brasileira e a fundação do Estado brasileiro, pretendo descrever o momento de fundação da imprensa brasileira. Não apenas o início da circulação da imprensa no Brasil, mas o processo a partir do qual surge um jornalismo pátrio, nacional, com os traços do país que está se fundando no momento. Se na questão do Estado, traços oriundos da formação inicial vão perdurar por longa data e deixar ecos até mesmo quando o processo histórico os nega e rompe com eles, na imprensa é razoável supor o mesmo. A imprensa no Brasil vai carregar, por longo tempo, marcas da sua origem. Mesmo quando rompe com práticas antigas e antiquadas para se adequar ao um novo tempo, nega a fase anterior e, assim, a mantém como referência negativa.

Por fim, pretendo trabalhar com o conceito de acumulação histórica. Ou seja, que o jornalismo, como a história, não é feito de fases homogêneas que se sucedem, mas de disputas tensas entre formas de produzir jornalismo que superam a fase anterior, mas não a extinguem. Mantêm, por vezes, uma relação tensa de constante negação. A origem de tal dispersão de formas de produzir jornalismo data de 1808. A partir dali, há diversidade, tensão e disputa, que meu foco no modo mais contemporâneo a cada tempo e hegemônico não apaga, em hipótese alguma.

4 A FUNDAÇÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA

4.1 GAZETA DO RIO DE JANEIRO

A importância da Gazeta do Rio de Janeiro para a história da imprensa no Brasil tem sido claramente subestimada. O periódico durou 14 anos, de 10 de setembro de 1808 a 31 de dezembro de 1822. Ela seria distribuída apenas aos sábados, mas esta resolução durou apenas uma semana. Na segunda semana, as edições já saíam também às quartas, com recorrentes edições extras, produzidas com maior ou menor intensidade ao longo de toda existência da Gazeta, conforme houvesse oferta de informação ou outros conteúdos. A partir de julho de 1821, já às vésperas de encerrar seu ciclo, passa a sair às terças, quintas e sábados.

Ao longo de todo este tempo, o jornal foi editado e distribuído ininterruptamente, todos os meses, incluindo feriados como Natal e Ano Novo. No total, foram 1571 edições regulares e 192 edições extraordinárias ou suplementos, nomenclatura utilizada pela própria Gazeta, conforme quadro a abaixo:

| Ano | Edições regulares | Edições extraordinárias e suplementos | Periodicidade |
|-------------|--------------------------|--|---|
| 1808 e 1809 | 136 | 37 | Quarta e sábado |
| 1810 | 104 | 20 | Quarta e sábado |
| 1811 | 104 | 30 | Quarta e sábado |
| 1812 | 105 | 10 | Quarta e sábado |
| 1813 | 104 | 12 | Quarta e sábado |
| 1814 | 105 | 10 | Quarta e sábado |
| 1815 | 104 | 23 | Quarta e sábado |
| 1816 | 104 | 4 | Quarta e sábado |
| 1817 | 105 | 4 | Quarta e sábado |
| 1818 | 104 | 11 | Quarta e sábado |
| 1819 | 104 | 3 | Quarta e sábado |
| 1820 | 105 | 8 | Quarta e sábado |
| 1821 | 130 | 23 | Quarta e sábado, até junho. Em julho, passa a sair terça, quinta e sábado |
| 1822 | 157 | 34 | Terça, quinta e sábado |

Era produzida, de início, pelo Frei Tibúrcio José da Rocha³⁷, migrado para o Brasil junto com a família real. A Tibúrcio, a historiografia dedica poucas linhas, apesar de ele ter sido o primeiro jornalista em terras nacionais. Permaneceu quatro anos à frente da Gazeta e nada recebia para realizar o trabalho de redator. De fato, a importância de Tibúrcio é relativa. Ele inicia a Gazeta, mas durante seu período ela continua muito próxima do que era na origem. Ou seja, ela amadurece muito pouco, apesar de ter estabelecido um padrão regular. O sucessor de Tibúrcio será Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, a quem a historiografia dedica ainda menos linhas. Araújo Guimarães fundou, no Rio, em janeiro de 1813, o periódico O Patriota, com viés claro de projeto liberal de difusão do conhecimento. Mas seu principal legado será conduzir, até 1821, a consolidação da Gazeta, com a separação clara das seções que a constituíam, a saber: notícias, atos oficiais, avisos e relação de entradas e saídas de navios do porto do Rio de Janeiro. Após 1821, fundará seu próprio jornal, *O Espelho*.

A avaliação mais usual da Gazeta repete o texto, como um palimpsesto, de J. Armitage, do livro *História do Brasil*, publicado em São Paulo em 1914.

Por meio dela só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias natalícios, odes e panegíricos da família reinante. Não se manchavam estas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A se julgar o Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume. (apud Sodré, 1983: 20, apud Melo, 1986: 16)

Werneck Sodré ainda arremata:

A qualificação era merecida, sem qualquer dúvida, mas caberia, ao longo dos tempos, a muitas outras folhas. Consagrada como marco inicial da imprensa brasileira, a de frei Tibúrcio não teve nenhum papel daqueles que são específicos do periodismo, salvo o cronológico. (1983: 20)

Lustosa vai pelo mesmo caminho, ao falar da Gazeta:

Publicava também um noticiário internacional, mas este era absolutamente anódino, com as informações filtradas pela rigorosa censura da Imprensa Régia de forma que

³⁷ Segundo Gondin da Fonseca, Tibúrcio renegava a decisão de Dom João VI de fugir para o Brasil. Preferia ficar em Portugal. Preferia um acordo com Napoleão (1941: 13). Se de início se sente no lugar e momento errado, o tempo o fez um homem absolutamente ligado a seu tempo. Na Gazeta, deixou um legado restrito, mas no período que antecede a independência seu papel será mais efetivo. Em 1821, o frade abandona o clero. Torna-se um cidadão com pensamento liberais e converte-se em brasileiro (Fonseca, 1941: 54). Tibúrcio tinha esquecido das queixas iniciais e se tornara, tal qual a Gazeta, um brasileiro defensor da independência do Brasil. A carreira política ainda o tornaria deputado e, por fim, conselheiro da corte.

nada que lembrasse o liberalismo ou revolução alcançasse as vistas sugestionáveis dos súditos da coroa portuguesa. (2003:20)

E conclui dizendo que até 1821 a única fonte de informação do público do Rio de Janeiro era a “tediosa Gazeta” (2003: 20). Tanto o adjetivo “tediosa”, quanto a tese de que os súditos eram sugestionáveis são questionáveis. Pela durabilidade, pela insistência como o público se relaciona com a Gazeta como espaço de manifestação e pela exclusividade na circulação de informações atuais, tendo apenas o Correio Braziliense como concorrente externo e de outra natureza, é razoável supor que o periódico era lido, como afirma Juarez Bahia. Se era tediosa para o público, há poucos indícios. E não é razoável supor que, sendo tediosa para o pesquisador, o periódico era tedioso para seus leitores contemporâneos. Esse é o tipo de julgamento político que oblitera a compreensão do objeto.

Pior é a tese de que a única casa real que, acossada por Napoleão, atravessou o Atlântico e instaurou uma corte entre nativos do Brasil, com ampla aceitação daqueles que não eram de estirpe nobre na Europa, inaugurando a Monarquia brasileira, cuja longevidade foi de 81 anos, fosse sustentada sobre um frágil amálgama cultural. E que um periódico neste momento deveria falar do liberalismo e de revoluções, como algo que lhe fosse absolutamente inerente, apesar de ser dirigido, sobretudo, a cortesões emigrados pela coação de Napoleão. Se a República assolava a Europa com a deposição de vários reis, não é por isso que os nobres se constituiriam numa fração da população cuja doutrinação para o novo regime deveria ser impedida. É mais razoável supor que a Gazeta supria uma necessidade de informação da corte emigrada e que os interesses do rei, em nome de quem se exercia a censura, coincidia no todo ou em parte com os interesses dos nobres. Logo, a Gazeta falava sobre os interesses dos seus leitores, mesmo sob rígida censura. Ou seja, ela cumpre um papel na cultura de seu tempo, se insere na semiose como um ponto de vista específico, responde às condições discursivas postas.

As análises de Armitage, Werneck e Lustosa são recheadas de anacronismo. A começar pela definição dos papéis do periodismo a priori para em seguida retirar do rol dos periódicos do Brasil um que existiu por 14 anos, saindo duas ou três vezes por semana, sem interrupção e falhas. Os papéis do periodismo, por esta análise, não são os desempenhados realmente, mas os que ele deveria desempenhar. Aplica-se a discussão moral, pertinente ao jornalismo atual e à política, na esfera da história, onde ela não cabe. Muitas são as funções desempenhadas pela Gazeta - desde a realização de atos de Governo, a criação de um espaço de relações públicas dos leitores, informações comerciais sobre os navios no porto -, mas é na circulação de informações que a análise é mais injusta, pois é sobre ela, sobre sua absoluta

inutilidade que recai a crítica mais pesada e a incompreensão mais cega do papel da Gazeta, tomada como desinteressante, sem público, inútil, conservadora, sob censura e, no limite, despojada do seu caráter de periódico.



Gazeta do Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1808. Tinha, de início, 13 x 19 centímetros. Depois, passou a ter 16 X 26 centímetros, excetuadas as margens, segundo Gondin Fonseca (1941: 281).

A leitura da capa da primeira edição (acima) desmente tudo isso. O caráter informativo, selecionando e republicando informações, é evidente, bem como o foco na cobertura das guerras napoleônicas, que haviam expulsado os leitores da Gazeta da Europa. Logo, mesmo sob censura, a Gazeta se guia pela função informativa e discursiva que pretende

desempenhar. Com o tempo, ela se tornará cada vez mais funcional para a cidade do Rio de Janeiro, recheada dos novos imigrantes cortesãos.

A Gazeta, ao longo dos seus 14 anos de existência, vai se imbricar na vida da corte como o veículo de comunicação massiva local, onde o governo edita atos legais, e onde se pode ser informado sobre o fluxo de navios no porto e se anuncia produtos e ações da população local. Será a comunicação massiva disponível, com usos diversificados, apesar da primeira edição ser apenas uma tentativa de um projeto de periodismo. Ela é uma proposta, que passará por ajustes e, surgindo imatura, se consolidará na relação próxima com o ambiente onde se movem seus leitores.

Considera-se que a Gazeta do Rio de Janeiro é a irmã da Gazeta de Lisboa, mas a relação é, de fato, duvidosa. A Gazeta de Lisboa circulou de 1715 a 1762, de 1778 a 1803 e de 1820 em diante. Tinha 12 páginas, as mesmas dimensões da Gazeta do Rio, e saía a cada duas semanas, também com a função de compilar informações de outros jornais e de correspondentes que remetiam cartas. O sistema de correspondentes era utilizado por qualquer pessoa com boas relações para se manter informado sobre outras regiões. Fazia parte, na origem, da comunicação interpessoal, mais foi rapidamente utilizado para alimentar os jornais.

Apesar do propósito e do tipo da informação publicada serem semelhantes, a distância temporal torna a relação de transmissão de modelo entre as duas Gazetas (a do Rio de Janeiro e a de Lisboa) uma explicação rasa para o formato do periódico brasileiro. Além disso, não há indícios de que o frei Tibúrcio fosse gazeteiro em Portugal. Aliás, era muito restrita a imprensa também na matriz, não apenas na colônia. Tudo indica que a Gazeta, se tinha um modelo, o tomava como uma referência distante, e que as escolhas do periódico de como e sobre o que escrever tiveram desenvolvimento autóctone. Ou seja, a Gazeta de Lisboa pode ter servido como referência, mas não como modelo. Tibúrcio começava praticamente do zero, sob orientação de dom Rodrigo, provável leitor da Gazeta de Lisboa, que pode ter se espelhado nela para organizar o periódico em terras brasileiras.

Apesar disso, a organização de início tateante da Gazeta do Rio de Janeiro, indica que ela não tinha um modelo claro, nem era feita por gazeteiros experientes. Com a mudança da corte para a América é mais provável que o periodismo português no Brasil, tendo tomado vagas referências do periodismo português primeiro, tenha se desenvolvido de forma independente e influenciado as gazetas de Portugal até a volta de Dom João VI à Europa.

Qual era a cara, então, deste jornal português desenvolvido no Brasil? Como se organizava o dispositivo formal que era a Gazeta do Rio de Janeiro? Quais gêneros de

discurso ela portava e como eram eles? Como ela se inseria na semiose social de seu tempo? Como cumpria um papel funcional na capital do país? Ou, para se referir a um conceito de Norbert Elias (2001), como ela se instituía na figuração instalada pela presença de dom João no Brasil? E como ajudava a instituir esta figuração?

Segundo Gondin Fonseca, a Gazeta tinha, de início, 13 centímetros de largura por 19 centímetros de altura. Saía com 4 páginas, tamanho que manteve até o final, com raras exceções. Na segunda edição, de 17 de setembro de 1808, ela já traz um “avizo” e um “annuncio”, embriões de um gênero que se desenvolverá posteriormente. Veja a seguir:

GAZETA DO RIO DE JANEIRO.

SABADO 17 DE SETEMBRO.

*Doctrina . . . vim promouet insitam,
Rectique cultus pectora roberant.*

HORAT.

Roma 21 de Maio.

NA folha desta Cidade intitulada *Courant* se encontra o importante Decreto, que segue. --- Napoleão por graça de Deos, e da Constituição Imperador dos Francezes, etc. --- Considerando que o actual Soberano de Roma tem constantemente recusado declarar guerra aos Inglezes, e cooperar com os Reinos de Italia e Napoles para a protecção da Peninsula Italiana; que o interesse dos ditos Reinos, e a relativa situação de Italia e Napoles exigem que a sua communicação não seja interrompida por alguma Potencia inimiga; e que o donativo das terras do Estado Ecclesiastico foi feito pelo nosso illustre predecessor Carlos Magno a beneficio da Christandade, e não para soccorro dos inimigos da nossa Santa Religião, e tãohem por cauza da requizição dos Passaportes feita pelo Embaixador Romano em a nossa Corte a 8 de Março, temos decretado e decretamos o seguinte. --- Leguem-se agora os differentes artigos do Decreto que une as Provincias do territorio Papal ao Reino de Italia, e que apresenta varias direcções lozes applicadas ao seu governo. --- Em virtude de outro Decreto todos os Cardeaes, Prelados, e mais Officiaes da Corte Romana naturaes do Reino de Italia devem retirar-se ao lugar do seu nascimento sob pena de perdimento dos seus bens. Os Officiaes do Papa, que estavam em Ancona, forão despedidos a 11 de Maio.

Recado de S. M. Britanica na proroção do Parlamento.

S. M. manda declarar-vos a grande satisfação que lhe cauza o poder terminar o laborioso serviço, que os negócios publicos exigião de vós, concluindo a presente sessão do Parlamento. --- As medidas que adoptastes para o melhoramento das forças militares do paiz, nos fazem crer que se assentarão as bases de hum systema de defeza interna, que venha a ser superiormente proveitoso, e accommodado com especialidade ás exigencias do tempo. --- A ratificação que destes ás medidas de revindida defensiva a que S. M. se vio obrigado a recorrer por cauza dos violentos ataques do inimigo contra o commercio e recursos deste Reino, foi muito do gosto de S. M. que está certo que por fim o inimigo conhecerá quanto he errada a politica que o faz continuar n'um systema, que vai retorquindo contra si em proporção tao desmedida os males, que elle quer fazer cahir sobre a nossa patria.

Senhores da Camera dos Communs.

S. M. manda dar-vos os mais sinceros agradecimentos pelo contentamento, e liberalidade com que forão subministrados os necessarios supprimentos pa-

ra o presente anno ; e certificar-vos que elle participa da satisfação que deo ter contemplando o florecente estado das finanças , e credito do paiz a pezar da oppressão da guerra ; e congratula-se convosco por ter podido supprir as precisões do serviço nacional com huma tão modica addicao aos encargos publicos. --- Também S. M. vos manda agradecer pelo terdes habilitado para realizar as promessas que tem feito aos seus Alliados ; e que vos façamos saber o particular gosto que lhe cauzou o modo com que providenciastes o estabelecimento de sua irmã , S. A. R. a Duqueza de Brunsvick.

Mylords e Senhores.

S. M. vos informa com o maior prazer que a pezar da formidavel confederação feita contra seu Alliado o Rei de Suecia , este Soberano continua com vigor e constancia inalteravel a manter a honra e independencia da sua coroa , e que S. M. nao se tem esquecido de meio algum para o suster na difficil contenda em que está empenhado. --- Os acontecimentos recentes da Hespanha e Italia offerecem novas e palpaveis provas da illimitada , e injusta ambição , que incita o inimigo commum de todas as nações estabelecidas , e independentes da terra no mundo. --- S. M. vê com vivissimo interesse a leal , e determinada resolução , que manifestou a nação Hespanhola oppondo-se á violencia , e perfidia com que forão atacados os seus direitos mais preciosos ; e como huma nação , que tão nobremente está lutando contra a tyrannia e usurpação da França , não pode de modo algum ser considerada como inimiga da Grã-Bretanha , S. M. a reconhece como amiga e alliada natural. --- Manda S. M. informar-vos que elle tem recebido communicações de algumas provincias Hespanholas , solicitando seu socorro ; e a resposta de S. M. a estas communicações foi recebida em Hespanha com aquelles sentimentos de confiança e afeição , que são identicos com os principios e verdadeiros interesses de ambas as nações ; e S. M. manda certificar-vos que fará o mais que poder para sustentar a cauza da Hespanha , guiado-se na escolha , e direcção dos seus esforços pelos desejos daquelles em cujo favor são empregados. --- S. M. contribuindo para o bom exito de ta cauza grande e gloriosa não attende a mais que a conservar intacto o poder , e independencia da monarchia Hespanhola ; e confia que os mesmos esforços , que tendem a este grande objecto , possão com o favor da Divina Providencia ir mostrando seu effeito , e contribuindo com seu exemplo para restaurar a liberdade e paz da Europa.

N. B. *A seguinte Proclamação acha-se em todas as folhas Inglezas : fiem nella quem não tiver experiencia , que as vistas de Napoleão são bem conhecidas.*

P R O C L A M A Ç Ã O .

Napoleão por graça de Deos Imperador dos Francezes , etc. A Junta de Estado , o Conselho de Castella , e a Cidade de Madrid nos participarão por suas representações que a felicidade da Hespanha exige que se dê promptamente fim ao governo prôvisorio : por tanto resolvemos proclamar , como por esta proclamamos , o nosso querido irmão Jozé Napoleão , Rei actual de Napoles e Sicilia , Rei de Hespanha e das Indias.

Nós garantimos ao Rei de Hespanha a independencia , e integridade dos seus Estados tanto na Europa como na Africa , Asia , e America ; encarregando ao Lugar-Tenente do Reino e ao Conselho de Castella que fação com que esta Proclamação seja expedida , e publicamente annunciada segundo o costume , para que ninguem possa allegar ignorancia do seu conteúdo.

Dada em o nosso Palacio Imperial de Bayona a 6 de Junho de 1808.

Assinado. Napoleão.

H. B. Maret Ministro de Estado.

Londres 28 de Junho.

Viana 8 de Junho.

Observa-se que os Correios entre as principaes Cortes da Europa são mais frequentes que dantes. Parece que ha actualmente negocios mui importantes ; por quanto a 14 haverá huma grande conferencia que será presidida por Archiduques , e a que assistirão todos os Governadores dos Estados hereditarios, que aqui se achão. O resultado das sessões será apresentado a S. M. quando chegar.

O Archiduque João parrio daqui inopinadamente hontem á noite ; julgase que foi ter com o Imperador. Os acontecimentos recentes da Hespanha e dos Estados do Papa cauzarão huma sensação forte , e derão lugar a frequentes conferencias secretas entre os ministros das differentes cortes que aqui rezidem.

O Barão de Thugut, conhecido pela parte que teve nos negocios de Estado depois da morte do Principe de Kaunitz, e que depois se retirou da Corte, voltou a hum dos nossos arrabaldes.

A Gazeta da Corte do dia de hoje, contém o que se segue no artigo da Turquia: --- O armistício entre a Russia e a Porta ainda subsiste ; mas os Governadores das fronteiras receberão ordem para fazer preparativos. Fortifiquem-se todas as fortalezas das costas do mar Egeu, Ionio, e Adriatico. O Quartel general do Grão Vizir será transferido de Adrianopole para Sophia ; mas por ora o estandarte de Mahomer está em Adrianopole. Já numerosos corpos tem passado o Hellesponro ; e igualmente Mahomet Bachá, Governador de Salonicha, e o celebre Ayan de Seres, Ismael Bey receberão ordem peremptoria para se apromptar e marchar. Presume-se que se dirigirão primeiramente contra os insurgentes Servios, que atégora tem regeirado todas as propozições que a Porta lhe tem feito para ajuste das suas desavenças.

Receberão-se papeis de Hollanda até 24. Corria voz de que Luiz Bonaparte devia succeder em Napoles a seu irmão Jozé, e que Murar seria nomeado Rei de Hollanda. Cartas do Continente dizem que El-Rei de Prussia recebera ultimamente huma carta de Napoleão, na qual lhe aconselhava que abdicasse a sua Coroa, e que este Monarcha partira immediatamente para S. Petersburgo. *(Correio de Londres.)*

Rio de Janeiro a 17 de Setembro.

A maxima constante da politica do Imperador dos Francezes he atacar as Potencias pela sua fidelidade ás allianças contrahidas ; por quanto esta he huma reprehensão indirecta, que lhe fazem. Deste principio usou, já para roubar o Reino de Napoles ao seu legitimo Soberano, já para invadir Portugal, e agora em fim para lançar fóra dos Estados da Igreja o Santo Padre. No Decreto, de que fallámos nesta nossa folha, o Imperador dos Francezes não achou, a pesar de todo o Machiavelismo da sua politica, outras razões para tirar os bens temporaes a S. S., que não querer declarar guerra aos Inglezes, e a interpretação falsa, que caracteriza todos os actos do seu governo, da doação de Pepino, pai de Carlos Magno a beneficio da Santa Séde ; como se hum acto de capricho podesse transtornar direitos fundados na Historia, não controvertidos por espaço de tantos seculos, e em qualquer caso justificados por huma posse tão dilatada.

A gloriosa insurreiçõ dos Hespanhoes apresenta o mais formidavel aspecto, e a mais bem fundada esperanza do bom exito dos seus nobres esforços contra os Satelites daquelle, que pretende avassallar a sua patria. Toda a Hespanha seguiu o exemplo dado tão generosamente pela Provincia das Asturias. Os Insurgentes tem publicado proclamações, que sentimos não poder apresentar por cauza dos curtos limites desta folha, as quaes respirão o patriotismo mais

puro, e o zelo mais ardente pela justa cauza que sustentão, e para cuja defeza despertão os seus valerosos compatriotas. Entre ellas se destingue a proclamação do Governador e Capitão General do Reino de Aragão, por conter huma declaração, na qual o Imperador dos Francezes, todos os individuos da sua familia, e todos os Generaes, e Officiaes Francezes são feitos pessoalmente responsaveis pela segurança de El-Rei de Hespanha, de seu Irmão, e de seu Sobrinho. Tudo quanto se tem feito em Madrid e em Bayonna, e tudo quanto se lá fizer, he declarado nullo como extorquido por violencia. Toda a Hespanha está levantada, e o numero dos seus habitantes armados monta a 350:000. A nação Hespanhola, que por si mesma possui já tão grandes meios para recobrar e manter os seus direitos, achará recursos incalculaveis no poderoso e sincero apoio da Inglaterra. Já partirão soccorros de todo o genero para as costas da Hespanha, e sabemos que huns 3:000 homens de tropas se deverião fazer á véla para ir unir-se ao General Spencer defronte de Cadiz, debaixo do commando do General Ferguson, que recebeu ordem de partir, sem esperar o corpo de tropas, que está ás ordens immediatas de Sir Arthur Wellesley.

Portugal, defendendo os sagrados e inalienaveis direitos do seu Soberano, concorre gloriozamente para a defeza de huma tão bella cauza, vindo assim a península Hespanhola a ser quem mais efficazmente contribue para a salvação da Europa; e nessa parte já S. A. R. o Principe Regente de Portugal Nosso Senhor deo hum grande exemplo a todos os Reis quando preferio a ser victima da ambição Franceza o retirar-se da sua Capital.

Apezar da sublevação geral e victorias da Hespanha, o Imperador dos Francezes garante afoitamente a seu irmão Jozé Napoleão, não só o Reino da Hespanha, do qual está ainda bem longe de dispôr, porém mesmo todos os dominios ultramarinos daquella Coroa para os quaes tem de passar por entre Esquadras Inglezas. Já vimos que elle faltou á sua palavra quando prometeo a Sicilia a este mesmo irmão, mettendo-se sómente entre Nápoles, e o objecto das suas promessas, o estreito canal de Messina; e que se pode esperar agora quando as vastas regiões que affiança estão distantes milhares de legoas maritimas? Este projecto será como o de *Solomon e Maris*, de que elle blazonava depois da batalha de Ulm, e antes de saber da de Trafalgar. Quem não pode realizar hum projecto para cuja execução seja necessario atravessar hum estreito porção de mar, está longe de conseguir a conquista do mundo.

Le Trident de Neptune est le sceptre du monde.

Aviza-se o Publico, que a Gazeta do Rio de Janeiro sahirá todas as quartas, e Sabados; em consequencia os Assinantes deverão assistir com o dobro da primeira assinatura.

A N N U N C I O.

Quem quizer comprar huma morada de cazas de sobrado com frente para Santa Rita falle com Anna Joaquina da Silva, que mora nas mesmas cazas, ou com o Capitão Francisco Pereira de Mesquita que tem ordem para as vender.

RIO DE JANEIRO. NA IMPRESSÃO REGIA. 1808.

O dispositivo ainda não está plenamente configurado. Ele não impõe sua organização sobre os acontecimentos, demandando informações e textos de tipos diferentes, conforme as suas seções. Isto revela uma precariedade na forma de narrar os acontecimentos. A desordem é evidente e faz com que não haja edições prototípicas, de início. (São prototípicas aquelas que manifestam individualmente a organização permanente do periódico; são exemplificações de uma forma estável.) Os textos são incluídos no jornal conforme a ordem em que chegam, tendo datas diversas, em função do caminho que percorreram para chegar ao Brasil. Não há sistema de títulos, apenas a informação sobre o local e a data em que o texto se originou, o que indica a intenção de publicar textos originais ou de localizar sua origem. A Gazeta inicia assim, em terras brasileiras, um hábito comum na Europa, que será também comum no país: a republicação de documentos, conforme os interesses que movem cada veículo. É a tradição dos republicadores e recompiladores. Há apenas um espaço na Gazeta, de início, que se mantém com regularidade, ainda que não ocorra em todas as edições: o pé da página quatro, onde se publicam os avisos do próprio periódico - e também anúncios à praça, quando a partir da segunda edição diversos cidadãos anunciam para seus pares. Mesmo o príncipe regente faz uso deste espaço, para notificar ações como a que anuncia na terceira edição:

A N N U N C I O.

Por Decreto de 2 de Agosto do presente anno foi S. A. R. Servido Fazer Mercê a João Rodrigues Pereira d'Almeida, e Matheos Pereira d'Almeida, Negociantes desta Praça, de uzarem da firma de Joaquim Pereira d'Almeida, e Companhia, authorizando-os para com a dita assinatura poderem pedir, e satisfazer em Juizo, e fora d'elle todas as obrigações activas, e passivas, que á mesma Sociedade pertencerem.

GRJ, 21 de setembro de 1808.

O texto não tem caráter performativo. Ou seja, ele não realiza a ação que anuncia, como acontecerá depois na Gazeta, e como se prolongará ao longo da história do Brasil, em periódicos oficiais cuja função principal é dar publicidade e realizar os atos do poder público, que passam a ter efeito com a publicação. Isso fica evidente na mesma edição, quando o editor anuncia que atos de governo foram enfim realizados.

Sabirão á luz : Alvará de 13 de Maio de 1808 ; da Creação da Contadoria da Marinha : Alvará de 28 de Junho de 1808 ; da Creação do Erario Regio, e Conselho da Fazenda deste Estado, e Dominios Ultramarinos : Carta Pastoral do Excel-

Assim, o príncipe regente deve fazer uso, para anunciar ações à praça, do espaço destinado aos demais cidadãos do Rio de Janeiro. Este é o espaço mais local do jornal e cumpre a função mais evidentemente orgânica, conforme Park (apud Berger e Marocco, 2008), de produzir informações fundamentais para a organização cotidiana da sociedade. Este espaço para anunciar publicações da Imprensa Régia não foi planejado, nem tampouco o espaço para a população estava previsto de início. Ambos são demandados na primeira e na segunda edição, conforme relata Fonseca, contando a história do frei Tibúrcio:

Ali estava ele, sentado a uma escrivaninha, feito jornalista. Jornalista! Esta só pelo diabo!

- Senhor Frei Tiburcio!

- Entre quem é.

Era o chefe das oficinas com um anúncio, o primeiro que se publicou no Brasil, a 10 de setembro de 1808, no primeiro número da Gazeta. (...)

A redação dos anúncios era um dos seus maiores divertimentos nesta cidade mazomba e cheia de negros. O anunciante não pagava nada, mas Frei Tiburcio cobrava em conversa o preço do seu trabalho. (...)

E assim, no segundo número da Gazeta do Rio de Janeiro, a 17 de setembro de 1808, saiu o segundo anúncio publicado no Brasil. (1941: 14-15)

Este espaço de anúncios está desde o princípio dividido entre a Imprensa Régia, que o usará freqüentemente, e a população, que também irá aumentar, paulatinamente, sua inserção nas páginas da Gazeta, desde o primeiro anúncio.

NOTICIA.

Estão no Prelo as interessantes Obras seguintes: Memoria Historica da Invasão dos Francezes em Portugal no anno de 1807. Observações sobre o Comercio Franco do Brazil.

GRJ, 10 de setembro de 1808.

ANNUNCIO.

Quem quizer comprar huma morada de cazas de sobrado com frente para Santa Rita falle com Anna Joaquina da Silva, que mora nas mesmas cazas, ou com o Capitão Francisco Pereira de Mesquita que tem ordem para as vender.

GRJ, 17 de setembro de 1808.

O espaço, gratuito, será importante por dois motivos. Primeiro, ele indica que a Gazeta tinha uma função social relevante, que mediava as pessoas, que introduzia uma lógica distinta na cidade, que não existia antes da imprensa. Ela tornava as informações públicas. Será

utilizada para informações de uso comercial, que precisavam ser divulgadas massivamente, ou informações do poder público. Nunca adentrará nela os anúncios de morte, por exemplo. As mortes eram anunciadas por sacristãos, sinal de que muita informação, por razões culturais, corria por via oral (Fonseca: 29).

Excetuando este espaço menor, de “annuncio”, o resto do jornal cumpre o papel informativo internacional, ainda sem ordem clara, publicando documentos, cartas, textos de outros jornais e relatos orais, conforme eles chegam. Tanto o espaço de mediação local quanto o de informações ultramar são de interesse dos leitores. O jornal anódino e tedioso, nas palavras de Isabel Lustosa, vai crescer rapidamente. Diz Bahia, sobre a tiragem e circulação da Gazeta:

Já no primeiro número, cria um sistema de circulação que usa ponto-de-venda e serviço de assinaturas com entrega domiciliar. E como ocorre com toda imprensa, recebe antecipadamente o pagamento da assinatura. (...) é provável que em poucas semanas a Gazeta do Rio de Janeiro tenha alcançado 1 mil subscritores. (1990: 15)

Os números de vendas da Gazeta são imprecisos, mas tudo (a longevidade, a presença dos anúncios, o serviço de assinaturas, etc) indica que ela cumpria, mesmo oficial, um papel relevante. Como periódico informativo, escolha possível e necessária no momento, ela alimenta os reinóis com relatos e posicionamentos sobre as guerras napoleônicas, que os afetavam diretamente. Diz Marques de Melo:

As circunstâncias pelas quais a Corte emigrara para a colônia impunham um conjunto de necessidades a que a imprensa viria inevitavelmente a atender. Por um lado, a expectativa acerca dos acontecimentos que se desenvolviam na Europa como resultado do bloqueio continental organizado por Napoleão, e dos próprios fatos que ocorriam na nova sede do Governo, tornava imprescindível a obtenção de informações correntes ou esporádicas por parte da elite de reinóis. Por outro lado, a criação de escolas superiores e demais instituições culturais, bem como a dinamização do comércio, exigia a produção de livros, publicações e diferentes tipos de expedientes. (2003: 89)

A estas duas demandas (instrução e informação) responde a Imprensa Régia. Os periódicos só podem funcionar sob licença do poder público. A Gazeta está sob tutela da Junta Diretora, que tem como função controlar o que é publicado, para que “nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes” (Bahia, 1990: 15). Se há um controle censório, ele não se aplica de forma ampla. Nas primeiras Gazetas, são publicados textos do pior inimigo da corte então: Napoleão Bonaparte.

P R O C L A M A Ç Ã O .

Napoleão por graça de Deos Imperador dos Francezes, etc. A Junta de Estado, o Conselho de Castella, e a Cidade de Madrid nos parriciparão por suas representações que a felicidade da Hespanha exige que se dê promptamente fim ao governo prôvisorio : por tanto resolvemos proclamar, como por esta proclamamos, o nosso querido irmão Jozé Napoleão, Rei actual de Napoles e Sicilia, Rei de Hespanha e das Indias.

Nós garantimos ao Rei de Hespanha a independencia, e integridade dos seus Estados tanto na Europa como na Africa, Asia, e America; encarrgando ao Lugar-Tenente do Reino e ao Conselho de Castella que fação com que esta Proclamação seja expedida, e publicamente annunciada segundo o costume, para que ninguém possa allegar ignorancia do seu conteúdo.

Dada em o nosso Palacio Imperial de Bayona a 6 de Junho de 1808.

Assinado. Napoleão.

H. B. Maret Ministro de Estado.

GRJ, 17 de setembro de 1808.

O texto é precedido de cautelas críticas.

N. B. A seguinte Proclamação acha-se em todas as folhas Inglezas : fie-la nella quem não tiver experiencia, que as vistas de Napoleão são bem conhecidas.

Mas não deixa de ser publicado. Isso indica que, ao contrário do que afirma a historiografia tradicional sobre a imprensa, há também na Gazeta uma lufada liberal. Ela pretende fazer circular informações, fundamentais aos homens livres, mesmo com o risco da voz do inimigo ser ouvida, como acontecia. Por isso, dom Rodrigo cuida para que a Junta Diretora seja composta por pessoas de perfil liberal e, majoritariamente, por brasileiros, como o irmão de Hipólito da Costa, José Saturnino da Costa Pereira, e Mariano José Pereira da Fonseca, que havia sido vítima de devassa e preso em 1794 (Bahia, 1990), sob suspeita de participação de um “clube de jacobinos” (Cardoso, 1991: 380). Tal clube teve origem na criação da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, instalada em 1786, sob proteção do vice-rei dom Luiz de Vasconcelos e Souza. Tal episódio faz parte do movimento pendular da corte entre liberalismo e conservadorismo. Esta Junta Diretora, de perfil progressista para o momento, institui uma lógica que era estranha à concepção usual da Monarquia, para quem a própria circulação de informações, de qualquer natureza, permitindo ao povo análise e posicionamento, é, a princípio, ruim. Apesar disso, a imprensa, sem dúvida, ajudou dom João a instalar no Brasil uma configuração de corte, aos moldes das cortes européias, com as devidas adaptações a um país tropical de baixo grau de instrução. A própria Gazeta anuncia seu papel, ao se desculpar por não ter espaço para publicar todas as notícias de que dispõe:

A estreiteza do tempo não tendo permitido publicar hoje as importantes notícias que ultimamente vierão do Algarve, communicar-se-hão ao publico no seguinte N.º desta Gazeta.

GRJ, 21 de setembro de 1808.

A imprensa é em si progressista e se inclui no rol de melhorias promovidas por dom João na colônia, tal como a organização do ensino, o regramento da cidade e a criação da intendência de polícia e de serviços médicos.

Hipólito, ainda que se decepcione posteriormente com seu concorrente em terras brasileiras, reconhece de início o progresso, movido por dom Rodrigo, que representa a imprensa. Após transcrever o decreto que criou a Imprensa Régia, assevera:

O Decreto, que fica assim transcripto, não pode deixar de infundir um grande prazer, em todos os homens bem intencionados, e amigos da humanidade; principalmente quando se vê pela Noticia ou Aviso ao publico, que copiei junctamente, que as palavras daquelle Decreto não são de mera hipocrisia, mas que sinceramente se intenta por em practica, o estabelecimento da Imprensa no Brazil.

Nenhuns elogios que eu pudesse fazer ao Ministro, que favorece, e protege estas ideas seriaõ iguaes á satisfação interna, que todos devem sentir, vendo estes esforços para promover a felicidade dos Brazilienses; mas pede a justiça, que eu declare a minha opiuião a este respeito, e he; que em quanto o Principe Regente de Portugal adornar os lados do seu throno com homens taõ benemeritos como D. Rodrigo de Sousa Coutinho; pode estar seguro, que o seu nome será estimado pelos estrangeiros e respeitado pelos nacionaes.

Correio Braziliense, novembro de 1808, página 517.

Após, Hipólito elogia o alto espírito público e a inteligência de dom Rodrigo e ressalta as virtudes, mesmo para uma monarquia, da imprensa livre. Aponta, sobretudo, a circulação livre de informações como o maior benefício.

Dom Rodrigo é o verdadeiro patrono da imprensa brasileira. Liberal, está na origem das viagens à América que forjaram o espírito de Hipólito. Também é defensor, como ele, da Monarquia Constitucional e um reformador dentro da corte. Será figura chave no momento em que a corte exilada busca desenvolver o reino nas Américas, em atitude oposta à que vinha tendo até então, de tentar deixar a colônia em precário grau de desenvolvimento educacional e

social. Havia o propósito de dar acesso a segmentos amplos da população, coerente com o processo de reforma do absolutismo que vinha sendo empreendido em Portugal (Fausto, 2004). O país já não era mais a potência ultramarina de três séculos atrás. Tornara-se atrasado e com precárias condições de manter o reinado. Segundo Laurentino Gomes, em *1808*, “os sinais de decadência estavam por todos os lados” (2007: 57). As razões apontadas pelo autor são duas. A primeira, demográfica e econômica. Com um território imenso e população pequena (cerca de 3 milhões de pessoas), Portugal não tinha gente para manter e explorar suas colônias. Dependia do trabalho escravo e continuava, em plena revolução industrial, com uma economia extrativista. Sem capital, tinha uma marinha de guerra que em nada lembrava os tempos áureos de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, composta por apenas 30 navios, sendo que seis ou sete estavam imprestáveis. A marinha inglesa, dona do mar então, tinha 880 navios (Gomes, 2007: 57 e 58). Lisboa era, então, apenas um entreposto por onde passavam as riquezas. Nestas condições, o absolutismo não tinha alternativas exceto reformar-se, sendo que havia correntes reformistas dentro da corte, tanto de matiz britânico quanto francês (Malerba, 2000). A segunda razão era política e religiosa. As duas maiores potências de então realizavam duas revoluções, de onde emanava boa parte do poder de ambas: a Revolução Francesa (1789), na França, e a Revolução Industrial, na Inglaterra (1760-1850). Portugal continuava a mais católica, a mais conservadora e a mais avessa às novas idéias das nações européias. Cerca de 10% da população total do país era ligada ou dependia de ordens religiosas. A vida social era feita de celebrações, procissões, missas.

Só em Lisboa, uma cidade relativamente pequena, com 200.000 habitantes, havia 180 mosteiros. Praticamente todos os edifícios mais vistosos do país eram igrejas ou conventos. Por três séculos, a Igreja havia mantido submissos o povo, seus nobres e reis. Por escrúpulos religiosos, a Ciência e a Medicina eram atrasadas ou praticamente desconhecidas. (Gomes, 2007: 58)

Tal fé na religião havia impedido que dona Maria I permitisse que os médicos aplicassem a vacina contra varíola em seu filho, dom José (Gomes, 2007: 59), o que o teria levado à morte e deixado o trono, por sucessão, ao indeciso dom João, que nunca tivera sido preparado, como o irmão mais velho, para ser rei.

Por isso, Portugal era um país atrasado, onde a imprensa era também muito precária, sendo que poucos periódicos haviam circulado até a partida da família real para o Brasil, em 1807 (Tengarrinha, 1965). Tal situação fez Hipólito julgar negativamente a literatura portuguesa, num artigo em que tece contra-argumentos sobre um folheto escrito em Portugal.

Mas, segundo ele, mesmo com a má qualidade literária do seu país pátrio, haveria lá muitos homens que escreveriam obra de melhor qualidade.

Eu tenbo,- he verdade, naõ em mui elevado conceito a literatura Portugueza dos nossos tempos,-nem éra de esperar outra cousa com as constantes perseguiçoens, que naquelle paiz soffrem os homens de letras, mas faria aos Portuguezes uma grande injustiça, e obraria contra os meus sentimentos, se naõ declarasse altamente, que conheço muitas pessoas, em Portugal, que, se houvessem emprendido esta obra, a fariam, ao menos em especiosos argumentos, infinitamente sepeior ao que ella he. Porém

Correio Braziliense, junho de 1808, página 30.

Em outubro, a defender-se de uma crítica, Hipólito reitera e especifica sua posição.

Literatura, e Sciencias.

388

Eu naõ neguei naquelle lugar, nem poderia negar com verdade, que a nação Portugueza tem muitos homens de talentos, e alguns de erudição, e conhecimentos; somente disse que os entraves, que se poem ás sciencias, as perseguiçoens, que soffrem os homens de letras, e outras causas, que eu attribuo ao Governo, fazem com que esses talentos estejam sopitados, e naõ haja, nem possa haver, producçoens literarias.

Correio Braziliense, outubro de 1808, página 382.

Portugal vivia em atraso, mas tivera um período reformista claro com a ascensão de dom José I ao trono, em 1750. Junto com ele, chegou ao poder, como ministro, um senhor de 50 anos, que tivera uma carreira até então obscura na diplomacia portuguesa: Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal (Fausto, 2004: 109). A gestão de Pombal, conhecida como o período pombalino, durou de 1750 a 1777 e, segundo Boris Fausto:

Representou um grande esforço no sentido de tornar mais eficaz a administração portuguesa e introduzir modificações no relacionamento Metrópole-Colônia. A reforma constituiu uma peculiar mistura do velho e do novo, explicável pelas características de Portugal. Ela combinava o absolutismo ilustrado com a tentativa de uma aplicação conseqüente das doutrinas mercantilistas. (2004: 109-110)

O período pombalino trouxe diversas mudanças para o Brasil. Pombal criou duas companhias de comércio para desenvolver as regiões Norte e Nordeste do país, a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759), integrou membros dos setores comerciais da colônia à gestão do Estado (administração, fiscalização, magistratura e exército), inibiu o contrabando, incentivou a instalação de manufaturas em Portugal e no Brasil e buscou integrar os índios, acabando com a escravidão indígena em 1757 e estimulando legalmente os casamentos entre brancos e índios (Fausto, 2004: 110-111). Com o propósito de subordinar a Igreja ao Estado, Pombal tomou uma das medidas mais controversas da sua gestão: expulsou, em 1759, os jesuítas do Brasil e confiscou os bens da ordem religiosa. Com isso, prejudicou o ensino na colônia, mas o Estado tentou suprir a deficiência assumindo a educação, que se tornou laica (Fausto, 2004: 111-112).

Para remediar os problemas criados com a expulsão dos jesuítas na área do ensino, a Coroa tomou algumas medidas. Foi criado um imposto especial, o subsídio literário – para sustentar o ensino promovido pelo Estado. O bispo de Pernambuco criou o seminário de Olinda, que se voltou em parte para as ciências naturais e a matemática. Pequenos clubes de intelectuais surgiram no Rio de Janeiro e na Bahia. (Fausto, 2004: 112)

Pombal foi um lampejo modernizante, moldado pela situação econômica e política vivida por Portugal. Até sua ascensão ao poder, a corte tinha adotado postura diametralmente oposta ao que vinha fazendo a casa real espanhola.

A Coroa portuguesa, ao contrário da espanhola, temia a formação na própria Colônia de uma elite letrada. Já no século XVI, a Espanha criou na América várias universidades: a de São Domingos, em 1538, e a de São Marcos, em Lima, e a da Cidade do México, em 1551. Nada disso ocorreu na América lusa, durante todo o período colonial. Aliás, praticamente a mesma coisa aconteceu com a imprensa, que surgiu nas maiores cidades coloniais da América espanhola também no século XVI. Enquanto isso, ressaltando-se uma oficina gráfica aberta em 1747 no Rio de Janeiro e logo depois fechada por ordem real, a imprensa no Brasil só nasceria no século XIX, com a vinda de Dom João VI. (Fausto, 2004: 112)

Com a morte de dom José em 1777, ascende ao poder a carola dona Maria I, que abandonará a condução de Portugal em 1799, declarada mentalmente incapaz (Gomes, 2007: 38)³⁸. Assumirá então dom João VI, como príncipe-regente. O reinado de dona Maria I ficou conhecido como a viradeira, pois retrocedeu diversas reformas de Pombal. As companhias de comércio foram extintas e foram proibidas as fábricas e manufaturas de tecidos na colônia

³⁸ Segundo Gomes (2007: 37), pesquisas recentes indicam que Dona Maria I e o Rei George III, que reinou na Inglaterra até 1788, sofreriam de uma doença chamada *porfíria variegata*, hoje conhecida como transtorno de humor bipolar.

(Fausto, 2007: 112). Apesar do retrocesso, Fausto considera que “entre 1777 e 1808 a Coroa continuou tentando realizar reformas para se adaptar aos novos tempos e salvar o colonialismo mercantilista” (2004: 112-113).

A ascensão de Pombal, seguida da sua queda e o retorno do conservadorismo, com dona Maria I, indica que havia divergências dentro da própria família real e dentro da própria corte. Tanto nobres de perfil liberal quanto conservadores exerciam funções de Estado. Não se tratam apenas de disputas palacianas pelo poder, prática que marcou a existência de diversas cortes européias, mas divergências ideológicas. Jurandir Malerba (2000) explora estas tensões, em *A corte no exílio*. O propósito do autor é evidenciar as disputas existentes entre a nova nobreza, fundada no Brasil por dom João VI, e a nobreza lusa, com séculos de linhagem. Portugal tinha, até 1775, dezesseis marqueses, vinte e seis condes, oito viscondes e quatro barões. Dom João nobilitou, no Brasil, em oito anos, vinte e oito marqueses, oito condes, dezesseis viscondes e vinte e um barões (Malerba, 2000: 216). Malerba explora os atritos entre a nova nobreza, base da corte e do Estado monárquico brasileiro, e a antiga nobreza lusa, mas revela, também, as divergências dentre os antigos nobres. Dom João se equilibrava e mediava estas contradições, explorando-as a seu favor. Relata Malerba:

Das correlações de força mais conseqüentes dentro da corte, que incidiram na vida política do país dividindo ao meio as opiniões partidárias, talvez nenhuma tenha atingido as dimensões daquela que opôs em vários momentos francófilos e anglófilos, como se aventou acima ao se tratar de dom Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, cujo maior opositor foi o velho conde da Barca, dedicado servidor de dom João e responsável, entre outras coisas, pela vinda da Missão Artística Francesa em 1816. Barca foi chamado ao Brasil em 1814 para substituir o falecido Galvêas, aqui chegando em situação embaraçosa, conseqüência da animosidade alimentada por Linhares, com grande ascendência sobre o príncipe à época; o chamado feito a Braça pode ser entendido como uma medida de dom João no sentido de cercear o poderio político de dom Rodrigo. (2000: 292)

O retrato político da corte no Brasil pintado por Malerba e Fausto indica a existência de dois grupos liberais: anglófilos e francófilos. Inglaterra e França eram, então, as duas maiores potências mundiais e, apesar da guerra em que lutavam em lados contrários, eram ambos países liberais, que haviam modernizado o Estado e diminuído o poder da Igreja. Por caminhos diferentes, inclusive em relação aos regimes de governo (monarquia constitucional e república), haviam ascendido à posição de potências militares, mas também de referências ideológicas. Dividiam o mundo também neste quesito. Portugal, apesar da proximidade política com a Inglaterra, sofria a influência de ambas. Havia dentro da corte também os setores conservadores e os novos nobres, brasileiros.

Dom Rodrigo tinha entre os homens com quem compartilhava os valores liberais Hipólito José da Costa, funcionário do Estado português. Logo que terminou o curso superior, em 1798, Hipólito foi enviado por dom Rodrigo para os Estados Unidos, para estudar o país, trazer sementes de lá e aprender técnicas diversas, que iam desde a agricultura e engenharia até a pesca. Retornou em 1800. Dois anos depois, faria a viagem mais importante para a fundação da imprensa no Brasil. “Em março ou abril de 1802 partiu Hipólito para Londres a negócios particulares e encarregado por D. Rodrigo de adquirir livros para a Biblioteca Pública e máquinas e objetos para a Impressão Régia”, diz Rizzini (1957: 7). Segundo o autor, os “negócios particulares” eram contatos com a maçonaria inglesa, para pedir a filiação das “incipientes lojas portuguesas” (1957: 7). Todas as atividades realizadas em Londres têm ligação com o credo liberal, seja a aquisição de livros, a aquisição de equipamentos ou os contatos com a maçonaria inglesa, que era então uma instituição liberal, tanto na Inglaterra, quanto nos Estados Unidos e em Portugal. No Brasil a maçonaria também aglutinaria diversos líderes liberais durante o processo de independência.

A crença na imprensa como instrumento de propagação de idéias e conhecimento e a admiração por dom Rodrigo continuam com Hipólito mesmo durante o exílio na Inglaterra, imposto pelo governo português a partir de 1805, por suas relações com a maçonaria³⁹. Os dois irão se envolver, de formas distintas, como o surgimento da imprensa no Brasil. Hipólito vai publicar, na Inglaterra, o *Correio Braziliense*. Dom Rodrigo, anglófilo e afilhado de batismo do Marquês de Pombal, fará vir da Inglaterra todo material para imprimir. Durante a fuga da corte portuguesa, dom Antônio de Araújo de Azevedo dará ordens para embarcar os prelos, para levá-los para a colônia. Conta Juarez Bahia:

Na bagagem do príncipe-regente, então com quarenta anos de idade, incluem-se 2 prelos e 26 volumes do material tipográfico do Arco do Cego comprado na Inglaterra para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Consignada a Lisboa, a tipografia veio a bordo da *Meduza*, uma das naus da família real, e às ordens de D. Antônio de Araújo de Azevedo (mais tarde, conde da Barca). (Bahia, 1990: 9)

Apesar das divergências, dom Antônio e dom Rodrigo atuam, ambos, para que os ventos liberais soprem sobre Portugal. Vamireh Chacon relata como o Marquês de Funchal via dom Rodrigo:

³⁹ O próprio exílio de Hipólito na Inglaterra é sinal das contradições internas na corte portuguesa. Tudo indica que dom Rodrigo era simpático à maçonaria, mas Diogo de Pina Manique, intendente de polícia, o prende por relações como os pedreiros livres. Ele é estimulado e perseguido pelo mesmo motivo por homens ligados ao poder monárquico.

O Marquês do Funchal reconhece não ter sido Dom Rodrigo “um grande liberal, na acepção em que hoje é tida esta palavra”, mas pretendia para Portugal a monarquia constitucional, “a Constituição inglesa formava o seu ideal”. Era-lhe muito claro que os também nobres ideais da Revolução Francesa não haviam conseguido impedir o terror jacobino e a ditadura bonapartista. Dom Rodrigo – “educado na escola do Marquês de Pombal”, “escolhido por Pombal para companheiro” – “não era violento, mas tinha grande energia de caráter”, ademais de inteligência, senso prático e prudência, comprovados ao longo da sua vida. Dom Rodrigo sabia das limitações do liberalismo inclusive em Portugal, ao preferir a sabedoria britânica no duplo sentido da palavra, prudência moral com astúcia realista, para o que estava vocacionado por temperamento, formação e experiência. (2008: 13-14)

Assim, a instalação da imprensa no Brasil e o começo da circulação da Gazeta do Rio de Janeiro são o resultado direto do esforço de três homens, todos de formação liberal, mesmo que tenham divergências: Hipólito da Costa, dom Antônio e dom Rodrigo. Segundo Ramiro Farinha (1969), com as invasões napoleônicas em Portugal, a imprensa régia portuguesa negociou com o quartel general inglês a troca de algumas prensas de madeira, mais leves e mais adequadas portanto ao transporte em campo de batalha, por prelos de ferro Stanhope. Este prelo era o mais moderno na época e entraram em Portugal por volta de 1801. a data indicada por Farinha é aproximada, pois tudo indica, pelos registros históricos, que o funcionário da imprensa régia portuguesa encarregado desta troca foi Hipólito, designado por dom Rodrigo. Logo, deve ter chegado a Portugal alguns anos depois, tendo ficado encaixotadas até a fuga para o Brasil. Patrick Wilken, em *Império à deriva* (2008), confirma esta tese. Diz ele:

Caixas sem conta de documentos estatais contendo registros com muitos séculos eram carregados nos porões dos navios. Uma nova impressora, recentemente entregue em Lisboa, vinda da Grã-Bretanha, foi embarcada na frota, ainda na sua embalagem original.

No embarque para o Brasil, os prelos que estavam em uso pelo ministério comandado, por muito tempo, por dom Rodrigo, protetor de Hipólito, são embarcados por dom Antônio. No Rio de Janeiro, dom Rodrigo volta a ser ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, ficando a seu encargo produzir a Gazeta. Há evidência portanto de que o prelo era um Stanhope, moderno para a época, e que foram comprados por Hipólito, a mando de dom Rodrigo. Este prelo seria usado para imprimir o primeiro periódico oficial do país.

A imprensa representa, mesmo que com caráter oficial, um avanço na desopilação dos fluxos informativos. Ela institui uma nova forma de narrar o mundo, de produzir significados, introduz uma lógica própria e necessariamente nova em relação ao momento que lhe

antecede. Por isso, mesmo sendo o jornal mais conservador, é um avanço liberalizante se comparado com a ausência de imprensa. A Gazeta, tal qual a presença da própria corte no Brasil, contribui para alçar a colônia a um outro patamar.

Se como dispositivo ela começa pouco organizada, os gêneros textuais são vários e difusos. São eles:

- 1) cartas publicadas ou republicadas;
- 2) documentos publicados ou republicados;
- 3) relatos de relatos;
- 4) republicação de compilações;
- 5) artigos polêmicos;
- 6) narrativas laudatórias;
- 7) avisos;
- 8) anúncios.

4.2 CARTAS PUBLICADAS OU REPUBLICADAS

As cartas serão muito usuais na Gazeta do Rio de Janeiro, desde o início até o seu ocaso. Elas podem ser separadas em dois subgêneros, com algumas diferenças. O primeiro são as cartas enviadas ao príncipe regente ou à nobreza, que terão um caráter informativo e laudatório. A seguir:

*Extracto de hum Carta do Juiz da Alfandega de Faro a S. A. R.
O Principe Regente Nosso Senhor.*

DEPOIS de expôr o amor e saudade, que os vassallos Portuguezes tem pelo seu Principe, e as indignas violencias soffridas pelo povo debaixo da oppressão Franceza, passa a descrever a Restauração do Algarve do modo seguinte.

No dia 16 de Junho ao ler-se em Olhão hum Decreto de Junot, o valeroso Ex-governador Jozé Lopes de Souza o arranca, pisa-o aos pés, e virando-se para o povo exclama: „lá não ha Portuguezes! „ Este brado he ouvido dos pòbres pescadores daquella terra, pedem-lhe que os commande, assim o faz, e os Francezes são obrigados a fugir, desamparando todos os postos, que occupavão. O General Francez residente nesta Cidade manda hum columna de tropas para castigar hum tão grande patriotismo, esta he reçachada, e retira-se sem effeito. A 19 do corrente pelas 3 da tarde he investido em Faro o General Francez; sua guarda obrigada a entregar as armas, as munições, casa, General, e Officiaes, que até pelos rapazes são levados á prisão. Os Francezes, que guarnecião as terras deste Reino do Algarve, sao por toda a parte afugentados, e a columna, que fôra reçachada em Olhão, sendo recebida na volta a esta Cidade de Faro por huma descarga de metralha, he constrangida a fugir. Em fim, Senhor, nosso territorio, até aqui usurpado, está livre de Francezes; e este offerecemos agora a V. A. R. com as nossas vidas, e fazendas. Por toda a parte deste Reino sôa: = Vivã o nosso amado Principe = Viva a Casa de Bragança. = Eu, e toda esta corporação da Alfandega o temos mil vezes repetido, e com o mais profundo respeito desejamos receber ja as ordens do nosso Principe, e rogamos a Deos conserve a saude a V. A., e a toda a Familia Real, etc. etc. Faro 30 de Junho de 1808 (segue-se a assignatura).

Como são muitas as Assignaturas dos papeis officiaes vindos do Algarve, julgámos a proposito omitti-las na folha precedente para dar lugar aos Extractos interessantes, que com toda a brevidade queriamos communicar ao Publico, ao qual as apresentamos agora.

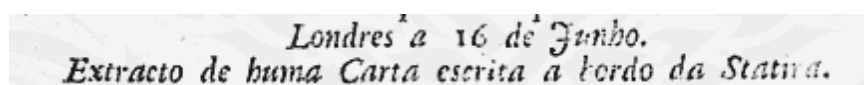
Ante de Elleição. = Francisco, Bispo do Algarve. = Ma-

GRJ, 28 de setembro de 1808.

O redator, ao usar o termo “extracto”, deixa antever que as limitações do dispositivo operam na produção dos seus textos. Cartas diferem da comunicação massiva por pelo menos dois aspectos que operam como condições de produção de discurso. Primeiro, destinam-se a leitores únicos. São comunicação interpessoal. Isso implica em uma série de características textuais. Segundo, não têm tamanho definido, podendo ser muito curtas ou muito longas. Textos laudatórios tendem a ser longos, pois destinam-se ao receptor individualmente, para elogiá-lo, com intenção de obter algum reconhecimento ou favor. A Gazeta, falando de perto com seus leitores, adota periodicidade curta, bissemanal. Além disso, as condições materiais de impressão não permitem tiragens muito altas nem grande quantidade de páginas. O prelo, neste momento, tem capacidade aproximada de 250 impressões por hora. Isso significa que apenas 500 exemplares da Gazeta (1000 impressões, somando frente e verso) levariam quatro horas para serem impressos. As coerções materiais endógenas limitam as possibilidades do dispositivo e engendram uma prática, explícita nos texto do periódico: a síntese.

O gênero carta, ao ser republicado na Gazeta, precisa ser adaptado, pois é um gênero primário, no entendimento de Bakhtin, que dará origem a outro gênero, que são as cartas publicadas. Da mesma forma como existe o gênero ramanesco epistolar, que não se confunde com as próprias cartas, o gênero carta publicada ou republicada (no caso de serem extraídas de outros periódicos) também já não é uma carta. A mera transposição de local de acontecimento discursivo implica que este texto já não é o mesmo. Mas há mudanças ainda mais perceptíveis, porque se manifestam de forma imanente.

A Gazeta tem apenas quatro páginas. Isso implica que os seus gêneros possíveis são típicos da comunicação periódica, feita com espaço fixo e normalmente pequeno. Por esta razão, a Gazeta deve priorizar as informações mais relevantes contidas no texto, sintetizando ou excluindo outras partes. Outro exemplo de como as cartas são publicadas em partes é o fac-símile abaixo.



*Londres a 16 de Junho.
Extracto de huma Carta escrita a bordo da Statina.*

GRJ, 10 de setembro de 1808.

Assim, o próprio texto da Gazeta confessa que seu redator deveria ser dotado da capacidade de seleção e de síntese, segundo uma lógica que se impõe às cartas, gênero primário convertido em gênero secundário. Vejamos como isso se manifesta no texto.

O redator começa sintetizando a carta:

Depois de expôr o amor e saudade, que os vassallos Portuguezes tem pelo seu Príncipe, e as indignas violências sofridas pelo povo debaixo da oppressão Franceza, passa a descrever a Restauração do Algarve do modo seguinte. (GRJ, 28/09/1808, página 1)

De fato, ainda que cite as loas tecidas ao príncipe, interessa, sobretudo, o relato da restauração de parte do território português. O tom laudatório ainda está no texto, seja de elogio ao próprio povo (“Para castigar hum tão grande patriotismo”), seja de submissão ao príncipe (“Por toda parte deste Reino soa: Viva o nosso amado Príncipe”). Mas ele é minimizado, em favor da concisão e das informações contidas. O texto inscreve as práticas que lhe engendram, seja da primeira voz, que escreve a carta, seja da segunda voz, que a toma para si e a reconfigura, com outra perspectiva.

O outro tipo de carta é mais descritivo.

Londres a 16 de Junho.

Extracto de huma Carta escrita a bordo da Statua.

“ Segundo o que nos disse o Official Hespanhol , que levámos a Lord Gambier , o Povo Hespanhol faz todo o possível para sacudir o jugo Francez. As Provincias de Asturias , Leão , e outras adjacentes armááo 80000 homens , em cujo numero se comprehendem varios mil de Tropa regular tanto de pé , como de cavallo. A Corunha declarou-se contra os Francezes , e o Ferrol se teria igualmente sublevado a não ter hum Governador do partido Francez. Os Andaluzos , nas visinhanças de Cadiz , tem pegado em armas , e destes ha já 60000 , que são pela maior parte Tropas de Linha , e commandados por hum habil General. Toda esta tempestade se originou de Bonaparte ter declarado a Murat Regente de Hespanha. O espirito de resistencia chegou a Cartagena , e não duvido que em pouco seja geral por toda a parte. Espero que nos mandem ao Porto de Gijon , que fica poucas leguas distante de Oviedo , com huma sufficiente quantidade de polvora , &c. pois do successo de Hespanha depende a sorte de Portugal. A revolta he tão geral , que os habitantes das Cidades guarnecidas por Tropas Francezas tem pela maior parte ido reunir-se nas montanhas com os seus Concidadãos revoltados. „

GRJ, 10 de setembro de 1808.

O texto continua sendo um extrato. Há ainda traços laudatórios: “Commandados por um hábil General” e “O espírito de resistência chegou a Cartagena, e não duvido que em pouco seja geral por toda parte”. Mas, no geral, o texto busca descrever, citando quantidades de tropas e acontecimentos, como o fato dos andaluzos terem se armado. O texto reflete a posição de quem o escreve, um militar. Além disso, parece muito menos exagerado como cabe às cartas dirigidas a autoridades de um poder constitucional, como a Monarquia inglesa. Além disso, a data do texto e local no início indicam que ele é republicado, original de um periódico londrino. Neste caso, a prática que o engendra não envolve reescritura, mas seleção, posto que na própria Gazeta Tibúrcio confessa que muitas folhas chegam ao porto do Rio de Janeiro. Isso implica que ele deve selecionar informações. Pode se objetar que ele não o fazia livremente, pois havia uma Junta Diretora que o tutelava. Tal junta, como já foi demonstrado, tinha perfil liberal, dentro daquilo que era possível em uma corte, em parte conservadora, de um país carola. De qualquer forma, as restrições não mudam o fato de que há uma prática que gera o texto.

Tibúrcio foi escolhido pela confiança de que gozava na corte. Por isso, escrevia com grande liberdade. Em cartas, ele conta que o príncipe lia primeiro suas traduções dos periódicos estrangeiros. Depois, os textos eram revisados por dom Rodrigo.

Mas o frei não tem liberdade plena. Os gêneros naturalmente selecionam os temas que irão tratar e se revestem, eles próprios, de restrições que lhes são pertinentes. No caso de cartas, vindas geralmente de longe, os temas são normalmente relatos do mundo distante da Europa e, mais tarde, do distante interior do Brasil. Mas não será só isso que vai determinar

suas possibilidades temáticas. A própria organização do correio e os fluxos comerciais serão determinantes para entender que tipo de informação chega ao Brasil.

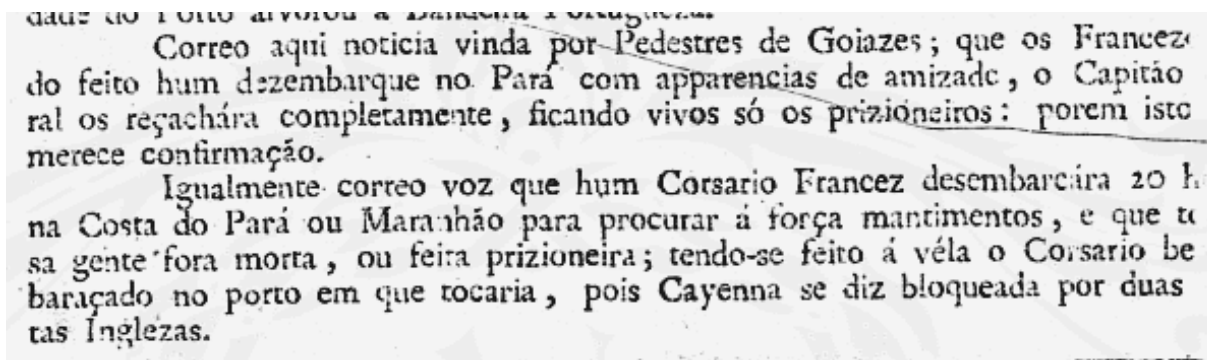
O sistema de correspondência terá grande uso para a imprensa no Brasil, da mesma forma como tem, então, para a imprensa do resto do mundo. Será a principal estrutura por onde as informações chegarão, num momento em que a imprensa é, sobretudo, internacional, não local.

Os serviços postais começam no século XVI em Portugal, em 1520. Luiz Homem é nomeado para o cargo de 1º Correio-mor do Reino (1520/1532), pelo Rei D. Manuel I. No Brasil, o correio chega mais de 100 anos depois, em 1663. O Alferes João Cavalheiro Cardozo é nomeado para o cargo de Correio da Capitania do Rio de Janeiro - quando então se originaram os Correios-mores no Brasil. O ofício de Correio-mor do Reino e Domínios é extinto, em 1797, e reincorporado à Coroa. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, então ministro de Estado da Marinha e Ultramar, constata a necessidade de o Estado reivindicar para a Coroa a Administração dos Serviços Postais. Pelo alvará de 20 de Janeiro de 1798 é instituído o processo de organização postal dos Correios Terrestres e estabelecida a ligação postal marítima regular entre o Brasil e Portugal (Rio de Janeiro e Lisboa, inicialmente). Instala-se no Rio de Janeiro a Administração do Correio, que teria funcionado no Paço Real, junto às instalações do Tribunal da Relação e da Casa da Moeda, onde eram distribuídas as cartas que chegavam de Portugal. É regulado o Serviço Postal Interno que teve início com a criação da primeira agência postal brasileira do interior na cidade de Campos-Rio de Janeiro. No período em que aqui ficou, dom João fez do Brasil sede da monarquia lusitana e estabeleceu os correios interiores do Brasil e sua ligação com o Rio de Janeiro (*in* http://www.e.gov.br/defaultCab.asp?idservinfo=29896&url=http://www.correios.com.br/institucional/conheca_correios/historia_correios/carta_pero_vaz.cfm, consultado em 12 de dezembro de 2007).

O correio, como instrumento de circulação de informação, via terrestre e marítima, será curiosamente também influenciado por dom Rodrigo, que, para trazer a imprensa para o Brasil, dependerá muito dos serviços postais. Mas fica evidente, na história dos correios, que as relações eram entre as capitais e a matriz. A organização interna no Brasil dos correios será bem posterior. Isso condiciona os tipos de informação que chegam a Tibúrcio, desprovido largamente da possibilidade de noticiar acontecimentos do interior do país. As poucas possibilidades transparecem já na primeira edição da Gazeta, mas vêm via relato oral, de pedestres. Ou seja, testemunha a precariedade das comunicações internas e explica em parte o

tipo de informação portada pelo gênero carta publicada, cuja circulação no interior do país do gênero primário (a carta) é escassa.

Veja o trecho abaixo, que testemunha a dificuldade de se obter informações locais, que chegam apenas a pé e por relatos orais.



GRJ, 10 de setembro de 1808.

Mesmo assim, não deixa de ser sintomático que mesmo as informações vindas do interior do Brasil tratem da guerra com Napoleão. A Gazeta do Rio de Janeiro é normalmente tomada apenas como um periódico áulico, de uma monarquia decadente, carente de se defender dos ventos republicanos. Porém, ela seria um projeto falido, mesmo do ponto de vista político, se não fosse lida. Diz Park:

Um jornal não é simplesmente impresso. É publicado e lido. Se não for assim, não será um jornal. A luta pela existência no caso do jornal tem sido a luta pela circulação. O jornal que não é lido pára de ter influência na comunidade. O poder da imprensa pode ser a grosso modo medido pelo número de pessoas que a lêem. (apud Berger e Marocco, 2008: 33-34)

Por isso, ela se institui na cidade do Rio de Janeiro como parte do amálgama cultural criado, se alimenta do poder cultural da corte e é parte do processo de conversão da colônia em capital do império português. Ela contribui na invenção do Estado e da nobreza brasileira, bem como para a formação do sentimento de brasilidade, que dará origem a uma imprensa tipicamente brasileira. Como parte deste processo, ela institui uma oferta de informações que era negada na colônia, mas que visa, sobretudo, os portugueses nobres, áulicos e validos, e reflete os interesses destes leitores.

O Rio de Janeiro, em 1808, tem entre 50 e 70 mil habitantes (Cardoso, 1991: 355) e “75 logradouros, sendo 46 ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove campos ou largos” (Gomes, 2007: 161). Apesar da população com algumas dezenas de milhares de pessoas,

muitos vivem no campo, vindo para a cidade apenas para as festas e para o comércio. O acesso aos livros é escasso, muitos proibidos pela rígida censura da corte, e o analfabetismo exclui grandes contingentes do mundo da leitura.

O grande analfabetismo, presente entre grande parte da população urbana, inclusive pela existência da escravidão, a ausência de imprensa, o número ínfimo de livrarias, mesmo no Rio de Janeiro, o temor de infringir as regras das instituições censórias, todos estes fatores prejudicavam o acesso aos escritos. (Ferreira, 2008)

Apesar destas dificuldades, havia no Brasil uma pequena intelectualidade letrada, normalmente composta de ex-estudantes de Coimbra, onde iam fazer faculdade os filhos das expensas das famílias que podiam bancá-los. Mesmo com toda dificuldade e tendo que usar o contrabando para ter acesso à cultura livreira, esta elite conseguia volumes para suas coleções.

Em um período no qual mesmo as obras trazidas por estrangeiros que se estabeleciam no Brasil eram primeiramente avaliadas (por censores muito bem informados e cultos), e só então liberadas, a presença de livros proibidos em coleções pressupunha uma prática de contrabando que auxiliava os leitores mais determinados. (Ferreira, 2008)

Tirando esta restrita elite, o analfabetismo era amplamente majoritário. A política de manter a colônia em atraso intelectual, empreendida por Portugal, funcionara. Neste ambiente, a vinda da corte tinha um significado relevante para o Brasil. Diz Fausto:

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se uma vida cultural. O acesso aos livros e uma relativa circulação de idéias foram marcas distintivas do período. Em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado na Colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para atender aos requisitos da corte e de uma população urbana em rápida expansão. (2004: 125)

A cidade atingirá, até o retorno de dom João, 100 mil habitantes, segundo estimativa de Fausto. Muitos dos novos habitantes, como a própria corte, eram emigrados da Europa: além de portugueses, espanhóis, ingleses e franceses. A cidade tinha um novo perfil cultural, mais acesso à informação, crescia no comércio, era civilizada por diversas medidas do príncipe regente e desempenhava a função de centro administrativo do reino português. Para cá, parte deste novo ambiente de relativa liberdade de circulação de informações e idéias, com proeminência de diversos liberais, nobres ou seus asseclas, em funções de Estado, virão livreiros franceses.

Sem dúvida, Paulo Martin foi o livreiro-editor mais importante até 1822, sendo distribuidor oficial da *Gazeta do Rio de Janeiro* e autor de alguns catálogos, que fornecem uma idéia das obras oferecidas ao público nas primeiras décadas do século XIX. (Ferreira, 2008)

O Rio será o centro urbano no Brasil que mais vai dispor de bibliotecas e terá um caráter cosmopolitano, com tantos habitantes externos portadores de uma cultura adventícia. Porém não chegará a ter o tamanho de Lisboa, que, antes da partida da corte, tem 200 mil habitantes. Destes, 10 a 15 mil (os dados são imprecisos, pois não houve relatório de viagem) vieram com o príncipe regente (Gomes, 2007). Segundo Lucock, citado por Gomes (2007), o Rio de Janeiro tinha 60 mil pessoas em 1808, das quais 16 mil eram estrangeiros, mil eram nobres portugueses, mil eram funcionários públicos e dois mil eram soldados e marinheiros, além de mulheres, escravos, crianças, comerciantes, etc. A *Gazeta* reflete todo este ambiente no qual se insere, ao mesmo tempo que o dinamiza. Por isso, manterá a cobertura focada na Europa, sobretudo nas guerras napoleônicas, até 1816.

A *Gazeta* se beneficia, naturalmente, da proibição de se imprimir qualquer outro periódico na corte do Rio de Janeiro, recém instalada. Esta longevidade e estabilidade editorial não garantem, porém, um papel de destaque na imprensa brasileira para o periódico produzido pelo frei Tibúrcio José da Rocha, ele próprio um imigrado para o Brasil junto com a corte de dom João VI. Pelo contrário, o periódico tem que estabelecer um vínculo com seus leitores, dando origem a uma relação discursiva que define um enunciador e um destinatário, que formam a vida real da produção de linguagem, sem a qual ela se torna abstração sistêmica, mera descrição de formas lingüísticas descarnadas de concretude. Esta relação estabelece formas estáveis de enunciados, que facilitam a comunicação, o entendimento e organizam e constroem novas manifestações discursivas. A *Gazeta*, nitidamente, estabelece uma relação estável com seus leitores, ainda que seja impreciso o seu alcance. Tibúrcio escreve para estrangeiros, em terra estrangeira, sobre temas estrangeiros.

Daí sua seleção temática: 1) pelo fluxo de informações imposto pela organização dos transportes, pois as informações vêm de fora. Não há uma rede interna, o que não transparece no texto, mas é de fácil inferência. Daí a ausência, de início, de textos oriundos dos Estados Unidos, mas não de textos do próprio Napoleão. O fluxo de informações é um fator endógeno à imprensa; 2) pelo público que demanda este tipo de informação, seja por se tratar, afinal, da pátria mãe, seja porque os interesses da nobreza se confundem com os da própria casa dinástica dos Orleans e Bragança. Os leitores são um fator exógeno.

4.3 DOCUMENTOS PUBLICADOS OU REPUBLICADOS

A margem de manobra do redator neste gênero é muito restrita, mas isto não significa que o jornal apenas reproduz os documentos, cuja origem pode ser outro jornal ou um documento exclusivo. Ao redator compete selecionar os documentos relevantes. Não lhe cabe alterar, para sintetizar ou esclarecer o que vai escrito. Há, eventualmente, pequenos comentários. O exemplo a seguir é uma republicação.

Proclamação do Vice-Rei interino das Províncias do Rio da Prata

Nobres, e incomparáveis Habitantes das Províncias do Rio da Prata! Vós, ansiosos de toda a espécie de gloria, e que só esperais occasiões de adquiri-la, ouvi hum conselho, que vos dá o vosso melhor amigo, que nunca vos enganou, e que, considerando a cada hum de vós como a filho seu o mais amado, quizera inventar todas as semanas, dias, e horas hum arbitrio novo para augmentar o alto conceito de que vos tem feito acredores o vosso patriotismo, que immortalizará a vossa fama.

Temos-nos liberrado, e defendido de hum enxame de inimigos empenhados em a nossa ruina, e não titubeámos hum momento, entre as lisongueiras (mas perfidas) promessas do Imperador dos Francezes, na fidelidade ao nosso legitimo Soberano: tudo isto he muito; porém ainda nos falta que fazer, e vem a ser o supplemento, e para fallar com mais propriedade, o complemento do vosso heroismo; em huma palavra, a nossa Mãi Patria está em perigo; se duzentas, ou trezentas legoas nos separassem sómente della, estou certo que todos anhelariao (como já manifestou o corpo dos Patricios) por morrer, ou vinga-la dos inimigos, que injustamente intentão domina-la contra a sua vontade, e seus verdadeiros interesses; mas o que ella hoje precisa he muito menos que as nossas pessoas; sobejão-lhe braços, e armas para escarmentar os seus contrarios; mas acha-se precisada de fundos para pagar ás suas tropas. Nós, assim he, que não os temos de mais para o mesmo effeito; porém que obstaculo não vence o patriotismo? Que filho, por deshumano que seja, não largará parte do seu sustento para conservar os dias de sua Mãi? Eu mesmo me estou envergonhando, por buscar estímulos á vossa generosidade, e singelamente passo a indicar-vos que está aberta huma subscipção patriótica para soccorro da Metropole em todas as Camaras do Vice-Reino nas quaes se admittirá todo o genero de contribuição, por pequena que seja, já em fructos, já em dinheiro, a titulo de emprestimo, ou donativo na intelligencia que, assentado o nome de cada hum dos contribuentes, poderão estar certos que mais ficará impresso em os corações dos verdadeiros Hespanhoes que no papel; e não duvido hum só momento que todos á porfia, segundo as suas possibilidades, corrao ansiosos na America Meridional a dar esta nova prova de fidelidade, e patriotismo. Buenos Ayres 27 de Agosto de 1808.

(Assignado.)

Santiago Liniers.

GRJ, 28 de setembro de 1808.

O assunto não tem relação com o Brasil, mas com a guerra travada pela Espanha contra Napoleão. Assim, indiretamente, se mantém o foco nos leitores. A relação com o texto original é de respeito pela autoria, que não é alterada em momento algum. Assim, neste gênero, o redator se esconde, tenta produzir um efeito de apagamento de si mesmo, porque

tem pouca margem para intervir no texto original e porque a publicação deve significar o próprio documento, com seu valor intrínseco, não com valor e sentido derivado do fato de estar numa folha pública. O texto primeiro é um de documento formal, e é tratado como tal. Mesmo que se transforme em um gênero periodístico, quando publicado, tal condição deve ser escondida.

O próprio ato de selecionar e republicar impõe que a escolha seja regrada por critérios, como a relação com os temas que o redator julga pertinentes para o público. O estilo, portanto, pertence mais ao gênero original e segue um princípio fundamental, retórico, de argumentação, coerente com o tom adotado pela própria Gazeta. Este gênero se escora no patriotismo, busca estabelecer racionalmente relação com o leitor pelo amor à pátria. Como atos de governo, os textos se revestem da necessidade de justificar suas atitudes, como no trecho “a nossa Mãe Pátria está em perigo”. São textos oriundos do Estado, mas interessam como informação. Estando deslocados, perdem o caráter performativo para preservar o caráter informativo formal.

São normalmente gêneros breves e se originam em diversos países, o que demonstra que não são publicados apenas por razões de Estado, para formalizar ações de governo. Mesmo dispersos, visam dar a entender o quadro político, num momento em que as nações se confundem com as casas dinásticas.

4.4 RELATOS DE RELATOS

Além de Tibúrcio, um outro padre escreveu textos que descrevem os acontecimentos daquele início de vida da corte no Brasil. Foi Luis Gonçalves dos Santos, conhecido como padre Perereca. Cronista do seu tempo, ele legou um material rico para entender os acontecimentos que moveram o Rio de Janeiro em 1808. Escreve ele, em *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*:

Eram duas para as três horas da tarde, a qual estava muito fresca, bela e aprazível neste para sempre memorável dia 7 de março de 1808, que desde a aurora o sol nos havia anunciado como o mais ditoso para o Brasil. Parecia que este astro brilhante, apartando a si todo obstáculo, como que se regozijava de presenciar a triunfante entrada do primeiro soberano da Europa na mais afortunada cidade do Novo Mundo, e queria ser participante do júbilo, e aplausos de um povo embriagado no mais veemente prazer. (apud Gomes, 2007: 140)

Segundo Laurentino Gomes (2007), Perereca era um observador atento, mesmo que tivesse escrito o livro, naquele ambiente no qual o rei desempenhava papel central, com tom laudatório, nitidamente para agradar a nobreza. A configuração (Elias, 2001) específica que é a corte engendra este tom.

Enquanto a margem de manobra da posição real permanece grande o bastante, os reis e seus representantes têm nas mãos o controle sobre a ascensão social das ricas famílias burguesas, em interesse próprio e segundo lhes convém, por meio da concessão dos títulos de nobreza. Como eles também estão vinculados em larga escala ao ethos do consumo por prestígio, à obrigação de considerar seu nível social como critério básico de suas despesas, é comum que usufruam seu direito de nobilitação como uma fonte de renda conveniente.

Assim como a ascensão social pode ser controlada e dirigida a partir da posição do rei no âmbito de tal figuração, a decadência social também pode ser controlada e dirigida, dentro de certos limites, a partir do trono. (...) É compreensível que as pessoas não quisessem abrir mão dessa oportunidade comportando-se de uma maneira que fosse desagradável ao rei. (Elias, 2001: 90)

Era comum, portanto, produzir obras ou textos para se dirigir ao rei ou aos nobres para laureá-los com vastos elogios, como fez Nicolau Maquiavel, com *O Príncipe*. O rei não apenas tem a posição central da configuração de corte, como também ele detém o poder de definir a posição dos outros. Definida, a posição prescreve o comportamento, rigidamente regado por normas de etiqueta. Por isso, é comum o tom laudatório, numa sociedade em que o poder depende do arbítrio do rei, que o concentra quase integralmente, distribuindo-o conforme seus interesses, equilibrando no tênue jogo de forças que ele manipula.

O Padre Perereca, bem como os textos publicados na Gazeta, não são exceção neste aspecto, mas Tibúrcio se distingue claramente com seus relatos de relatos. Perereca produz uma obra valiosa, mas cujo objetivo primeiro é agradar (ou, pelo menos, não desagradar) o rei e a corte. Mas a argúcia do cronista se volta para o futuro, pois ele pretende legar uma obra que registre a história que ele presencia, ciente da relevância que é a instituição de uma corte em terras tropicais. Daí, as características do texto e seus enunciados típicos, descritivos. Perereca é um cronista que relata o que vê, que reporta informações locais que poderão retratar no futuro tais acontecimentos.

A Gazeta do Rio de Janeiro não se interessa por isso. Mesmo sob controle, sua finalidade é orgânica com a população: é prover informações sobre o distante, para o presente sobretudo. Logo, os relatos se voltam para os viajantes, que vêm de outras terras trazendo novidades sobre o que vai pelo mundo. É um gênero que marca nitidamente a falta de

interesse de Tibúrcio pelos leitores locais, no começo da Gazeta. O gênero conta a história dos feitos dos aliados, mas é o mais seco de todos, o menos adjetivado, o mais conciso.

Entrou neste Porto a 19 do passado humna Fragata Ingleza, vinda braltar, que trouxe as importantes noticias que se seguem. Em Cadiz depois de renhido fogo das barcas Canhoerins, e Fortalezas, ficou prizioneira a Esquadra ceza com perda de mais de mil homens, entre os quizes se comprehendem muitas cizas. Murat acha-se cercado no sitio do Bom Retiro. Todas as Provincias e panha tem pegado em Armas contra a tyrannia do Perturbador do Genero no. As Tropas Francezas, que se achão dispersas, estão na maior consternação. Nosso fiel Alliado ElRei da Grandé Bretanha tem prestado todos os soccorros a panhoes. A Junta do Governo Provisorio, estabelecida em Sevilha declarou G França, e ajustou hum armisticio com os Chefes Inglezes. Os nossos leaes triotas manifestão o mesmo espirito, e já recobrarão a importante posição de O General Junot refugiou-se no Castello de S. Jorge e dali offerece capitular. dade do Porto arvorou a Bandeira Portugueza.

GRJ, 10 de setembro de 1808.

A desordem do dispositivo não separa estes textos de outros. O único critério de separação claro é a data e local em que o texto foi produzido; sua origem. Assim, muitas vezes os relatos estão misturados com documentos ou com textos polêmicos, que normalmente falam sobre a informação contida anteriormente. Mas são práticas distintas. Ou seja, o relato não vai sendo feito e comentado, ao mesmo tempo. Primeiro, o redator relata o acontecimento e só depois comenta. O texto normalmente começa localizando a origem das informações que lhe sustentam (“Entrou no Porto a 19 do passado uma Fragata Ingleza”). Depois, o relato centra em acontecimentos, normalmente feitos dos aliados, com leve pinceladas do respeito laudatório do qual não escapa, mas que neste gênero é pequeno, como “nosso fiel Alliado ElRei”. A ordem das informações, geralmente, é cronológica, como os acontecimentos que a engendraram, mas preserva-se o caráter factual.

Este gênero é importante, por ser o mais livre e com informações totalmente originais. Junto com os textos polêmicos, é neste gênero que se manifesta de maneira mais clara o trabalho do redator. Nitidamente, o texto não pretende defender a coroa em primeiro lugar, mas manter a população da cidade informada sobre os acontecimentos. Tibúrcio adota a posição de autor e, tendo acesso às fontes, tem grande autonomia para produzir seus textos, posto que ele é depositário das informações, que não podem ser questionadas. As fontes são sempre viajantes. Eles vêm do além ou do aquém e são citados pelo redator.

4.5 REPUBLICAÇÃO DE COMPILAÇÕES

Diversas folhas noticiosas chegam até o porto do Rio de Janeiro. Muitas trazem relatos, textos produzidos pela própria redação do periódico em questão. No fac-símile abaixo, o interesse informativo é evidente: ele relata a discussão no parlamento inglês da posição que o país assumiria em relação à Espanha, tratada até então como inimiga, mas que passa a ser aliada na luta contra Napoleão. Nada poderia interessar mais à corte neste momento do que a mudança de posição e a aliança entre Espanha e Inglaterra, que davam alento para que o governo português em Portugal fosse restaurado.

A moção de Mr. Sheridan de 15 de Junho, e a falla de Mr. Canning. *Ministro dos Negocios Estrangeiros são tão interessantes, que apresentaremos aos nossos Leitores alguns Extractos dellas, alargando-nos mais sobre a de Mr. Canning por mostrar as idéas do Governo a respeito da crise actual da Hespanha. Mr. Sheridan levantou-se para dizer, que elle não tinha intenção nenhuma mais no que hia a expôr, do que de discutir hum assumpto que actualmente excitava a attenção do Povo Inglez. Elle não vinha propôr aos Ministros de fazerem huma especulação precipitada, ou fantastica, mas estava intimamente persuadido que desde a Revolução nunca se offerecêra huma occasião tão opportuna para a Grão-Bretanha opperar a salvação do mundo. Elle desejava que se inculcasse a Nação Hespanhola que estavamos resôvidos a adoptar huma conducta differente da que até agora tinhamos seguido, e que estavamos determinados a contribuir da maneira a mais efficaz para o resgate da Europa. Que a cooperação com a Hespanha (a julgar-se conveniente) houvesse de ser huma cooperação efficaz, se fosse certo com tudo que a Hespanha se resente, como deve, dos enormes insultos, e injurias que tem soffrido ao Tyranno do Mundo; que a certeza de que será apoiada por huma Nação grande e poderosa, tornará mais sublimes e energicos os seus esforços, e que era para obter este generoso socorro do Governo Britanico que elle procurára com ancia esta occasião de propôr ao Parlamento:*

Que se faça huma humilde Representação a S. M. para que se digne mandar apresentar á Casa dos Communs as Cópias das Proclamações, que o Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de S. M. tiver recebido, e que se tenham feito depois da chegada das Tropas Francezas a Madrid pelo Governo Hespanhol pelo Commandante em Chefe Francez, ou pelas pessoas que professão obrar a favor da Nação Hespanhola.

Mr. Canning respondeo pouco mais ou menos da maneira seguinte. „ Que facilmente poderia convencer o seu illustre amigo da impossibilidade que havia de se mostrarem os papeis que fazião o objecto da sua moção; hums porque o Governo de S. M. lhes não tinha achado sufficiente authenticidade, outros porque a moção os não especificava distinctamente, e todós elles porque seria mui imprudente fazellos publicos no estado actual das cousas; que ao mesmo tempo esperava que o seu illustre amigo se persuadissee que elle não criminaava o que tinha feito, e que estava bem longe de o culpár mesmo quando elle houvesse apontado aos Ministros de S. M. a conducta que julgasse que elles devião ter; que bem via que elle se não tinha adiantado a tanto, mas que não obstante a moderação de Mr. Sheridan, e a opinião que acabava de proferir a seu respeito, o seu discurso exigia em resposta huma declaração tão ampla dos sentimentos dos Ministros de S. M. quanto se podesse fazer sem risco, sem comprometimento indecoroso, e sem dar lugar a esperanças que talvez nunca se podessem realizar. Mr. Canning declarou pois á Casa e ao povo Inglez: que os Ministros de S. M. vião com vivo interesse (assim como o seu illustre amigo) os nobres esforços de huma porção da Nação Hespanhola para conservar o seu paiz independente contra a atrocidade sem exemplo da França. Que o Governo Inglez cessava de considerar a Hespanha como sua inimiga assim que a via necessitada do seu socorro, e que estava inteiramente disposta a promover huma tão magnanima resolução. Que o Ministerio adoptava a seguinte maxima: que qualquer

Nação da Europa que mostrar huma firme determinação de se oppor á huma Potencia, a qual seja a inimiga commum de todas as Nações, quer professando paz insidiosa, quer declarando guerra aberta, sejam quaesquer que forem as suas relações politicas com a Grã-Bretanha, essa Nação ficará sendo desde esse momento sua aliada. Que nesse caso os Ministros de S. M. terão tres objectos em vista. O primeiro dirigir os esforços unidos das duas Nações contra o inimigo commum. O segundo, dirigir estes esforços da maneira a mais proveitosa ao novo alliado; e o terceiro, dirigilos de hum modo tendente a promover os interesses da Grã-Bretanha; mas que destes tres objectos o ultimo cessaria quando não fosse conforme aos outros dous. Que não se deveria pertender que elle dissesse se pensava que a occasião de se reliarem as idéas, em que se acabava de fallar estava ou não chegada, e que bastava só ter exposto o que o Ministerio pensava, e que tinha tenção de fazer; e por que estas razões se oppunha á moção. „

No decurso do Debate M. Canning teve occasião de dizer: que cousa nenhuma podia ser mais interessante para a Inglaterra do que o bom exito dos Hespanhoes, e que nenhuma conquista podia ser-lhe mais vantajosa do que o arrebatôr á França a integridade Completa dos Dominios da Hespanha em todas as partes do mundo.

Depois de mais algumas Discussões Mr. Sheridan retirou a sua moção.

GRJ, 10 de setembro de 1808.

A prática de relatar discussões parlamentares não existe no Brasil, pois aqui não há parlamento ainda. Mas a Gazeta não sofre nenhuma censura quanto às informações que emanam deste poder. O próprio mandatário da Imprensa Régia, dom Rodrigo, defende a monarquia constitucional como sistema. Assim, a Gazeta traz informações de um poder que pode insuflar na população desejos liberalizantes moderados. Mais uma vez, a questão política, a firme restrição censória a qual a Gazeta estaria subjugada, cede a um propósito maior: informar sobre os acontecimentos no mundo. Neste caso, mais uma vez, o texto não está distinto de outros. Pelo contrário, está misturado com uma carta, oriunda do mesmo local e produzida na mesma data. Provavelmente, o documento e o relato republicado pela Gazeta chegaram no mesmo periódico. A origem os agrupa na mesma rubrica de data e local.

Note-se que Tibúrcio apenas traduz o relato, longo e esclarecedor. É a forma como a população toma ciência de que a Espanha, ex-aliada da França, se aliara à Inglaterra para lutar contra Napoleão. Não há edição no texto, cujo interesse declarado no início guia de fato a decisão. O redator original explica qual seu critério de seleção e alega que reporta o que houve de mais interessante na discussão. Tudo indica que isto é respeitado. O foco recai sobre o parlamentar que tem informações sobre as posições que vai assumir o governo. Sobre a Espanha, diz: “Essa Nação ficará sendo desde esse momento sua aliada”.

Tibúrcio percebe a relevância de tal discussão para seus leitores e a republica, na íntegra. Neste gênero, sua função se assemelha a de um editor, mesmo produzindo para um

dispositivo pouco definido. O grande espaço dado à publicação prova que ele atuava como editor. Se a relevância assim o determinasse, o texto era publicado em grande espaço.

4.6 ARTIGOS POLÊMICOS

Pela relevância, os artigos polêmicos publicados na Gazeta no seu começo poderiam ser da lavra de membros da Junta Diretora da Imprensa Régia, de dom Rodrigo ou do próprio dom João. Há momentos em que, de fato, isso deve ter acontecido, mas há indícios que apontam para Tibúrcio. Primeiro, porque, segundo Cardoso, ele foi escolhido “justamente pela confiança que sabiam poder esperar de um súdito fiel e amigo leal do Príncipe Regente” (1991: 386). Segundo, porque o gênero tem algumas especificidades que o tornam trabalho cotidiano de quem faz a Gazeta, não de quem aprova os textos a serem publicados.

Os artigos normalmente polemizam sobre algum assunto que foi noticiado naquela edição. É o que acontece na edição de 17 de setembro de 1808. A Gazeta publica a síntese de um decreto de Napoleão, anexando os territórios do Papa à Itália. Entre outros argumentos, Napoleão alega que aquelas terras foram doadas por Carlos Magno, seu predecessor, e não podem, por isso, ser usadas para proteger os inimigos da religião católica. No final, um artigo polêmico rebate os argumentos do imperador francês:

No Decreto de que fallámos nesta nossa folha, o Imperador dos Francezes não achou, a pezar de todo Machiavelismo da sua política, outras razões para tirar os bens temporaes a S.S. [Suma Santidade], que não querer declarar guerra aos Inglezes, e a interpretação falsa, que caracteriza todos os actos do seu governo, da doação de Pepino, pai de Carlos Magno a beneficio da Santa Sede; como se hum acto de capricho podesse transtornar direitos fundados na Historia, não controvertidos por espaço de tantos seculos, e em qualquer caso justificados por huma posse tão dilatada.

Logo, o redator de tal artigo é provavelmente alguém que vivencia o dia-a-dia da Imprensa Régia. Ao escrever sobre um tema que está sendo publicado no periódico, a celeridade é a marca de tal escritura. Ela se insere como uma produção da rotina da redação da Gazeta e deve ser realizada como tal, por alguém que vivencie tal rotina. Tibúrcio fazia a Gazeta em praticamente dois dias. Isto envolvia ler, selecionar e, no caso das gazetas londrinas, francesas ou de outros países que não Portugal, traduzir os textos. Exercia, como era prática, todas as funções, da mesma forma que Hipólito no Correio Braziliense. Provavelmente, acompanhava a composição, para garantir que os textos saíssem sem erros,

cuidando portanto da sua revisão. As atividades de gazeteiro eram muitas. Assim, ou demandava no início do processo que os artigos polêmicos fossem escritos ou, como parece ser mais provável, os escrevia, dentro do espaço que sobrava na edição. Demandar que o artigo fosse escrito por outra pessoa incluía o risco de receber um texto longo demais, que deveria, assim, figurar no começo da edição, reduzindo-se o espaço dos outros gêneros. Disposto no fim, tal gênero parece colado no próprio processo de feitura do periódico, sob controle de quem tinha ciência do espaço de que cada edição dispunha. Como o processo de composição, com tipos, impõe linearidade, é evidente que a Gazeta era composta na ordem em que as informações chegavam, das primeiras páginas para as últimas. Os outros gêneros têm menor possibilidade de manipulação do tamanho pelo redator, pois os textos já chegam prontos. Há possibilidade, é claro, de sintetizar, excluir partes, mas o controle é limitado. Já no gênero polêmico, o controle é total. Assim, feito dentro do processo cotidiano de produção da Gazeta, ele serve para ajustar a quantidade de texto ao espaço gráfico disponível.

O artigo polêmico tem seu tamanho totalmente sob controle do redator. Assim, ele é o último a ser produzido, por razões editoriais e operacionais. Primeiro, porque ele comenta uma informação da edição. Logo, a seleção de informações antecede a redação do artigo. Segundo porque disposto no fim ele serve, operacionalmente, para fechar a Gazeta nas suas quatro páginas convencionais. Para que a Gazeta saia com todas as quatro páginas ocupadas diariamente, neste sistema, ela recorre a publicar tudo o que cabe, adiando para a edição seguinte a disponibilização de outras informações, como faz e anuncia várias vezes. Há ocasiões, quando há muitas informações, em que Tibúrcio produz suplementos. Isso indica que o dispositivo não se impõe às informações que chegam, mas, pelo contrário, que as informações, ainda que tenham que se conformar ao dispositivo, o suplantam, sendo mais relevantes que a própria organização da Gazeta. Assim, o periódico não tem, de fato, um tamanho muito preciso.

Os textos polêmicos não são longos, dada a impossibilidade do próprio dispositivo, mas é o gênero usualmente mais longo de todos os que surgem nos primeiros meses de vida da Gazeta. É também o mais livre. A organização textual, sobretudo na construção argumentativa, permite um grau de liberdade que nenhum outro gênero tem, mas não há liberdade absoluta. A própria presença de sentenças típicas do gênero instituem uma força interna ao próprio discurso que inibe a liberdade individual. Assim, se algo é feito de determinada maneira, este modo de fazer, na linguagem, acaba condicionando as outras realizações lingüísticas. Mesmo o público leitor acaba se familiarizando com aquela

organização e mudanças que transgridam o gênero podem levar à estranheza ou incompreensão.

Por tudo isso, havia muito pouco tempo para redigir os artigos polêmicos, posto que ele era feito no fechamento das edições, o que torna difícil que ele fosse escrito por outra pessoa que não o redator. Isso seria possível se os textos versassem sobre temas que não tivessem cobertura. Assim, caberia ao autor dar as informações essenciais no mesmo texto em que polemizasse. Não é o caso. Mesmo os artigos polêmicos da Gazeta seguem o fluxo das “atualidades”, que chegam com muito atraso, da Europa sobretudo. Assim, este gênero polêmico se liga, mais uma vez, à demanda de informar. É o caso abaixo.

Londres 21 de Junho.

Sabe-se que a usurpação dos Dominios da Santa Sé Apostolica tem produzido huma grande sensação no Imperio Austriaco. O Governo ordenou que se fizessem preces publicas nas Igrejas para a restituição dos bens temporaes de S. Santidade. (*Courier*)

Rio de Janeiro a 10 de Setembro de 1808.

A Europa devia prever ha muito a sorte do Summo Pontifice, especialmente desde que foi obrigado a hir a Paris, e a assignar a Concordata. O Santo Padre vio em fim que nada conseguia pela moderação Evangelica que até aqui o caracterizava, e que a cauza da Religião exigia a nobre resolução que tomou. O Capitolio tão celebrado na Historia não podia escapar por mais tempo aos dizignios do Imperador dos Francezes. Roma porém deve suscitar-lhe muitas lembranças. A viziza do povo Italiano acha-se neste verso de Alfieri!

Siam servi si, má servi ognor frémenti.

Aindaque estivéssemos preparados para acontecimentos desta natureza quasi que não pensávamos ver derrubar ao mesmo tempo o throno dos Papas, e roubar o da Hespanha a mais antiga Dynastia da Europa. O Governo Francez ainda ha pouco engodava a Prussia em quanto atacava a Austria, enganava a Autria em quanto combatia com a Prussia e Russia, fazia protestações de amizade a Portugal, e disfarçava com a Hespanha em quanto tinha a contender com as principaes Potencias do Norte, mandava a Russia invadir a Suecia em quanto se apoderava da Dinamarca; mas agora emprende juntamente a conquista do Indostão, a occupação da Persia, a desmembração do Imperio Ottomano, a invazão da Sicilia, da Suecia, da Hespanha, a sujeição de Portugal, a usurpação dos bens e privilegios da Igreja, e a pro-
teção da America Hespanhola. Se ainda podesse haver huma só pessoa que acreditasse de boa fé a doutrina Franceza, bastarião estes factos para lhe abrir de todos os olhos; mas a rebelião de Constantinopla, os levantamentos e emigrações continuadas dos leaes Portuguezés, a resistência de todos os Hespanhoes, cujo caracter serio e persistente he bem conhecido, a magnanima resolução de Sua Santidade, e o procedimento da caza de Austria são provas evidentes de que a Europa não cre mais em enganar.

O Monitor continua de vez em quando a ameaçar os incredulos. Não ha muito tempo que dizia que brevemente não restaria outro recurso a ElRei de Suecia senão de hir reinar para alguma parte da America. Se esta phrase do Monitor envolvesse alguma insinuação a nosso respeito, responder-se-lhe-hia: Reinamos na melhor porção da America, e a prova disso são os sabios Actos do Governo do Nosso Amado Soberano. O Principe Regente Nosso Senhor immediatamente depois da sua chegada mandou abrir os portos destes seus Dominios ao livre Commercio de todas as Nações Amigas, e declarou guerra aquella que invadio aleivosamente o patrimonio que transmetto o primeiro dos nossos Reis á sua Augusta Familia Real, na cessaõ do qual jámais consentirá, e sobre o qual conservará sempre os mesmos tocos que tem ao vasto Imperio que herdou do Senhor Rei D. Manoel.

GRJ, 10 de setembro de 1808.

O gênero comporta elogios ao aliados (“Roma porém deve suscitar-lhe muitas lembranças”), críticas ao inimigo (“O Capitólio tão celebrado na Historia não podia escapar por mais tempo aos dizignios do Imperador dos Francezes”), informações adicionais, que contextualizam a informação fragmentada que motiva o artigo (“O Governo Francez há pouco engodava a Prússia em quanto atacava a Áustria”), argumentos contrários que pretendem mostrar as falácias do inimigo (“O Monitor continua de vez em quando a ameaçar os incredulos”) e exortações de força, que pretendem mostrar a firmeza de decisão e postura dos portugueses, da corte, dos aliados (“Se esta phrase do Monitor involvesse alguma insinuação a nosso respeito, responder-se-lhe-hia: Reinamos na melhor porção da América, e a prova disso são os sábios Actos do Governo do Nosso Amado Soberano”). O tom reverencial em relação às autoridades, sobretudo o príncipe, continua como em todos os outros gêneros. Mas no artigo aparece um autor que se põe, que se anuncia, que se posiciona e, assim, transparece de forma clara. É um texto mais autoral neste sentido. Mesmo que seja produzido sob fortes coerções, ele traz um autor inscrito no texto que é forte, exposto e aparentemente muito mais livre do que é de fato.

4.7 NARRATIVAS LAUDATÓRIAS

Este gênero será bastante freqüente na Gazeta e é relevante, do ponto de vista historiográfico, por ser objeto de leituras que o tornam muitas vezes homogêneo no periódico, quando na verdade ele não é nem mesmo o mais incidente. Aliás, muito longe disso. O gênero se caracteriza por ser descritivo e, neste aspecto, se distingue dos relatos de relatos, pois ele não é resultado de informações distantes, trazidas oralmente por fontes que portam notícias do além-mar ou do aquém continental. Normalmente, as descrições versam sobre as ações da família real, festas e rituais da corte. O autor inscrito no texto narra tais acontecimentos como se tivesse de fato presenciado tais coisas, da mesma forma como faz o padre Perereca, mas, ao contrário deste, é muito provável que nem todos os acontecimentos tenham sido de fato acompanhados por quem escreve. Se o autor inscrito no texto acompanhou todos os eventos, o autor real teria poucas condições de fazê-lo. Os textos de Perereca são crônicas de momentos breves e por isso suscetíveis de uma narração que é construída a partir das impressões do autor. Assim, o texto é impressionista. Não é o caso das narrativas laudatórias. Elas percorrem um espaço de tempo maior. Veja o texto abaixo.

S. A. R. O PRÍNCIPE REGENTE Nosso Senhor por ocasião das agradáveis, e faustas notícias, que acabão de chegar da Restauração da maior parte do Reino de Portugal, passou logo no dia de hontem a Capella Real a dar as devidas Graças ao Ente Supremo pelos favores, com que se tem dignado de abençoar os esforços da fidelidade, e Religião dos Portuguezes, assistindo com toda a Corte ao *Te Deum laudamus*, que alli se cantou. Ordenou o Mesmo Senhor por este plausivel motivo, que houvessem luminarias por tres dias successivos, dispondo-se no ultimo a receber as felicitações do Corpo Diplomático, e mais Cortejo de costume, devendo no mesmo dia haver arrumamento do luzido corpo de Tropas desta Capital.

S. A. R. O PRÍNCIPE REGENTE Nosso Senhor Digno de aceitar a generosa, e Patriótica offerta, que a bem do restabelecimento da independência Portugueza faz o Chefe de Divisão, Jozé Maria D'antas Pereira, da metadade do rendimento da Thesouraria da Bula da Cidade do Porto, que lhe pertence, e a parte dos seus Soldos, descontada na proxima cobrança delles, ou por outra vez, ou a medida que se forem vencendo.

Os Officiaes de Secretaria de Estado dos Negocios de Marinha e Dominios Ultramarinos fizeram igualmente donativo de hum mez de seu soldo a favor dos seus Compatriotas opprimidos pelo Inimigo, e que vão concorrido para a gloriosa Restauração de Portugal.

GRJ, 1 de outubro de 1808.

Ele é o primeiro⁴⁰ que aparece dentro deste gênero. O soberano passou na capela, assistiu ao *Te Deum laudamus*, ordenou que houvesse luminárias por três dias e ainda agradeceu donativos. Acompanhar todo este percurso, de perto, tomaria muito tempo. Por isso, é provável que o texto seja resultado também de relatos orais, mas ele não anuncia, como no outro gênero, que há uma fonte que não o autor. Ela está oculta, pois não é necessário marcar a distância geográfica de onde provém a informação.

O gênero tem uma estrutura narrativa (“Passou logo no dia de hontem a Capella Real”) e caráter altamente laudatório (“A generosa, e Patriótica oferta” e “A gloriosa Restauração de Portugal”). O texto é original sempre, o que poderia indicar grande grau de liberdade de Tibúrcio, mas o caráter estratégico do texto o limitava. Mesmo que a corte tivesse sido muito bem recebida, pelo seu significado político, cultural, econômico e social para a colônia, onde se institui uma nova nobreza e uma configuração de corte tupiniquim, o rei sabe bem da importância de valorizar os ritos da corte. As etiquetas distinguem, na nobreza, a classe de quem as pratica. O gasto e o fausto não são apenas excesso, mas são a forma de marcar a posição social de quem os realiza ou pratica: a corte. A aculturação dos comerciantes locais, de “grosso trato”, não foi sem choques culturais, como descreve Malerba (2000), mas havia um desejo de se adaptar ao ritual cortês e às regras de convivência social, pelos benefícios que podiam advir disso. Por isso, fazia sentido que a Gazeta também fosse um esforço de

⁴⁰ Uma edição anterior da Gazeta do Rio de Janeiro, a número 4, está danificada. Por isso, não foi possível checar se não ali que o gênero começou. A diferença entre uma e outra é de uma semana.

propaganda dos novos hábitos e que ela desse visibilidade a todos que se subordinassem à nova lógica. Diz Malerda:

Numa sociedade estamental, onde se identifica o indivíduo pelos signos que ostenta seu corpo-manequim, não foi pequeno o impacto das vitrines que se abriram na Rua do Ouvidor. Talvez se poderá mesmo situar no Brasil joanino o início da história da propaganda no Brasil, as principais casas noticiando suas mercadorias e serviços na Gazeta. (2000: 167)

Logo, o objetivo deste gênero estava longe de ser meramente laudatório, mas se inseriu nitidamente na estratégia da corte de fazer com que os colonos aceitassem as regras da nova configuração que ali se instalava. Ao mesmo tempo, Malerba evidencia como nos anúncios se materializa o sucesso desta política, pois o comércio explora habilmente as novas demandas por produtos culturais e simbólicos. É dentro deste gênero, por isso, que se divulgam os donativos e as constantes listas de subscrição, que serviam a um só tempo para que o rei engordasse seu tesouro e para que os comerciantes locais se destacassem perante o rei, como no fac-símile abaixo:

| <i>Continuação da subscrição dos Commerciantes.</i> | |
|---|----------|
| J OSÉ Antonio dos Santos. | 600 400 |
| Francisco José das Neves. | 600 400 |
| Manoel Ignacio de Souza Araujo. | 400 000 |
| João Antonio de Castro Palma. | 400 000 |
| Francisco Joaquim de Lima. | 400 000 |
| José Pereira da Silva Guimarães. | 400 000 |
| Manoel Joaquim da Silva Porto. | 400 000 |
| Manoel Joaquim de Azevedo. | 1200 800 |
| Manoel de Moura Guimarães. | 400 000 |
| Nicoláo Joaquim Pereira da Silva. | 400 000 |
| João Antonio de Freitas. | 600 400 |
| Rodrigo José Lopes. | 600 400 |
| Francisco José d' Almeida Lima. | 400 000 |
| Antonio de Souza Pinto. | 800 000 |
| Antonio Pinheiro Guimarães. | 600 400 |
| <i>Continuar-se-ha.</i> | |

GRJ, 19 de outubro de 1808.

A lista foi aberta em 14 de outubro de 1808 e continuou por várias edições. Sobre elas, Malerba afirma que “sob o tom de servil dedicação ao soberano, os homens fortes que a subscreveram não deixaram de valorizar subliminarmente a importância de seu gesto, que por certo foi percebido pelo rei” (2000: 248). Por isso, era importante não apenas doar, mas que tais doações tivessem visibilidade, bem como o valor doado. Por isso, este gênero era estratégico tanto para promover a corte diante da burguesia local, quanto para promover a burguesia local perante o rei.

Com tal papel, o gênero pode parecer livre, pela imanência textual, que atribui ao autor a possibilidade de narrar os acontecimentos com grande liberdade, mas a prática que o engendra não pode ser tão livre assim. Gênero importante, estratégico, ligado às práticas rituais da corte, que eram muito rígidas, o texto sofre coerções, explícitas ou não, para que realize sua função adequadamente. Daí, não poder ser tão livre, posto que sobre ele pesavam os olhos do rei, que sabendo se tratar de texto da lavra de um funcionário da Imprensa Régia, poderia interferir.

Este gênero, parte do que saía na Gazeta, tem sido tomado como quase o todo dela, desde a leitura anacrônica de Armitage, que alega que na Gazeta saíam apenas notícias sobre o estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, vez em quando, documentos de ofício, odes e panegíricos da família reinante, bem como notícias dos dias de aniversário. A Gazeta, pelo tipo de informação que veiculava, deveria, de fato, tratar da saúde das casas dinásticas da Europa em guerra, posto que o destino das nações, em monarquias, se confunde com o destino das famílias reais. Mesmo assim, não era esse seu foco, mas tudo que acontecesse e afetasse Portugal, metido nos conflitos com Napoleão. A família real era objeto de narrativas de caráter laudatório, tom que perpassa toda Gazeta, mas cuja finalidade está longe de ser apenas laurear a família real de elogios, como as odes e panegíricos. Aliás, esta leitura é uma simplificação histórica sobre a relevância do gênero. Os dias de aniversário eram, de fato, cobertos, mas tinham foco no ritual, que eram um dos poucos instrumentos de poder de que dispunha dom João. Poder cultural, diga-se de passagem. Além disso, este gênero, como demonstra o trecho abaixo, ocupava menor espaço.

Rio de Janeiro 15 de Outubro.
Quarta feira 12 do corrente, dia do Anniversario de S. A. R. o Serenissimo Sennor PRINCIPE da Be.ra, houve grande Galla na Corte, a que concorreo o Corpo Diplomatico, e as primeiras Pessoas de todas as Classes para cumprimentarem a SS. AA. RR. por tão plausivel motivo: Estiverão embandeiradas as Fortalezas, e as Embarcações de Guerra Nacionaes e Estrangeiras surtas neste Porto, que salvárão na fórma do costume.
Despachos expedidos pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos.

GRJ, 15 de outubro de 1808.

O relato é breve e passa rapidamente para o próximo tópico, que cumpre função de dar publicidade a atos de governo.

A leitura de Bahia também vai pelo mesmo caminho, apesar de ser menos equivocada que a de Armitage. Segundo ele, a Gazeta era “um órgão criado para informar sobre a vida administrativa e a movimentação social do reino” (1990: 18). Porém, as narrativas

laudatórias, os avisos e os anúncios eram gêneros locais, mas eram minoritários. Na diversidade de gêneros que compunha a Gazeta, o interesse maior estava no exterior, em trazer notícias do exterior para o ambiente da capital do Brasil.

4.8 AVISOS

Os avisos são institucionais. Logo, o autor inscrito no texto desaparece, ainda que a parte ineditorial seja, de fato, muito autoral, pois sobre ela não pesavam tantas injunções políticas. Pela característica, era provavelmente uma das menos sujeitas a controles externos. São informações funcionais, de caráter orgânico, que pretendem sobretudo direcionar o público. São textos exclusivos, escritos pelo redator da Gazeta, que os toma, muitas vezes, como espaço seu de relação com os leitores. Mas não é o espaço para o indivíduo Tibúrcio falar com seus leitores, mas para o Tibúrcio redator da Gazeta. Veja o exemplo abaixo.

A estreiteza do tempo não tendo permitido publicar hoje as importantes notícias que ultimamente vierão do Algarve, communicar-se-hão ao publico no seguinte N.º desta Gazeta.

GRJ, 21 de setembro de 1808.

Assim, mesmo que seja um texto mais autônomo, ele é institucional. Por vezes, não é a instituição Gazeta que fala, mas a instituição Imprensa Régia, como abaixo.

A Obra já annunciada das *Observações sobre o Commercio Franco no Brazil. Parte I. e II.* vende-se a 640 reis em brochura, e 800 sendo em papel de Olanda, nas Cazas de Manoel Jorge da Silva, Livreiro, na rua do Rozario, e de Paulo Maritim, Filho, Mercador de Livros, na rua da Quitanda.

GRJ, 15 de outubro de 1808.

Normalmente, este gênero tem o caráter mais informativo, sem frases laudatórias. É seco, até porque não cumpre o papel prioritário da Gazeta, que é informar sobre o mundo distante. Por isso, recebe pouco espaço, o menor possível e é, assim, desprovido de enfeites. Por vezes, este gênero comporta informações sobre atos de governo, mas esta função vai se autonomizar no futuro, como veremos.

4.9 ANÚNCIOS

Os anúncios também são orgânicos, porque fazem circular informações que organizam a sociedade. De princípio, eles se voltam para o comércio mas no futuro suas funções vão se expandir. Gênero que terá espaço crescente na Gazeta, é um rico manancial sobre os hábitos da população carioca da época. Este gênero demonstra a relação utilitária que os moradores tinham com o periódico escrito por Tibúrcio. E o crescimento do espaço destinado a ele com o tempo demonstra que a Gazeta se inseria naquele ambiente de forma inequívoca.

A N N U N C I O .

Quarta feira 19 de Outubro nos Armazens d' Alfandega se fará Leilão publico a beneficio daquelles a quem pertencer, a requerimento de Mrs. Freese e C. das seguintes Fazendas avariadas vindas no Navio Elizabeth, Capitão Ap-pleton.

GRJ, 15 de outubro de 1808.

A N N U N C I O .

Vende-se a Fazenda Grande de Santo Aleixo na Villa de Magé que tem legoa e meia de testada, quem a quizer comprar falle a João Rodrigues de Barros morador na rua direita, que tem ordem dos Interessados para tratar da referida venda.

GRJ, 19 de outubro de 1808.

Tibúrcio redigia estes textos. Gondin da Fonseca (1991) diz que era um dos seus gêneros preferidos. O gênero é estritamente informativo, como os avisos. É seco, sem grandes rebuscamentos, mas tem graça, o que demonstra que Tibúrcio se esmerava em escrevê-lo. Breve, tem forma muito estável, indicando bem, local e pessoa que está a vendê-lo. Curioso observar que os anúncios, de início, não indicam endereço, mas pessoas, o que mostra que a cidade era pequena e que uma referência simples era suficiente. Cardoso analisa os anúncios e afirma:

Encontramos anúncios de todos os tipos, e os mais variados possíveis. Compra, venda, aluguel, de imóveis, embarcações, escravos, animais; achados e perdidos, propaganda, serviços que se oferecem e que se procuram; anúncios de furtos, leilões, enfim, é uma relação muito extensa.

De modo geral, os comerciantes tinham muito interesse nesta seção, que facilitava muito suas operações comerciais.

Durante todos os anos em que circulou o jornal, predominaram os anúncios imobiliários, e destes, os de venda de habitações, que era um grande problema no Rio de Janeiro. (1991: 417-418)

Apesar dos anúncios imobiliários serem prevaletentes, há também “notícias”, que anunciam serviços. Curiosamente, são os textos mais sedutores, que pretendem convencer o leitor dos benefícios dos serviços oferecidos.

N O T I C I A .

Antonio de Saldanha Andrade Vasconcellos , Piloto approvedo pela Real Academia da Marinha da Cidade de Lisboa , e hoje Piloto , medidor do Senado da Camara desta Cidade , e seu Termo , com Provimento do mesmo Senado , faz saber a todos os Senhores Fazendeiros que quizerem medir , e demarcar as suas fazendas geometricamente , Lançamentos de Rumos , e conhecimentos das Arêas superficiaes dos mesmos terrenos em quaesquer medições Judiciaes , ou Extrajudiciaes , dirijão-se ao Largo de S. Francisco de Paula aonde reside nas Casas de Clemente José Ribeiro , que elle promette desempenhar com honra os deveres do cargo que occupa.

GRJ, 24 de dezembro de 1808.

Estes anúncios, de início escassos, trazem uma noção de valor da palavra empenhada explícita. Um produto fala por si mesmo. Acerca de serviços, a competência, a formação e a própria palavra são o aval de qualidade. O anunciado não apenas anuncia um serviço, mas também promete.

4.10 CONCLUSÃO PARCIAL

Os gêneros se relacionam dentro do dispositivo. Eles se definem um em relação ao outro. Uma mudança nas funções de um implicaria numa mudança no outro. Eles ainda estão, neste início, mal conformados, mas já são claramente identificáveis. A história e relevância de cada um vai ser muito distinta, pois muitos vão se autonomizar em relação à própria Gazeta e dar origem a tipos de periodismo durante a primeira metade do século XIX.

Contrastados, os gêneros evidenciam maior liberdade estilística (artigo polêmico, anúncios, avisos) ou menor liberdade (documentos publicados ou republicados, relatos laudatórios). Em todos, no entanto, transparece a função informativa como prioritária na Gazeta, a ponto de submeter os interesses políticos da corte, publicando textos dos inimigos. Longe do que diz a historiografia tradicional, o maior inimigo não era, neste momento, as idéias liberais republicanas, de fato muito minoritárias. Era Napoleão, o que produzia um efeito de coesão na corte muito grande, contra o inimigo comum. Isso contribuiu para que ela fosse capaz de atravessar o Atlântico e se instalar em terras estrangeiras. A Gazeta, ao publicar os documentos de autoridades do governo francês, demonstra a falta de qualquer

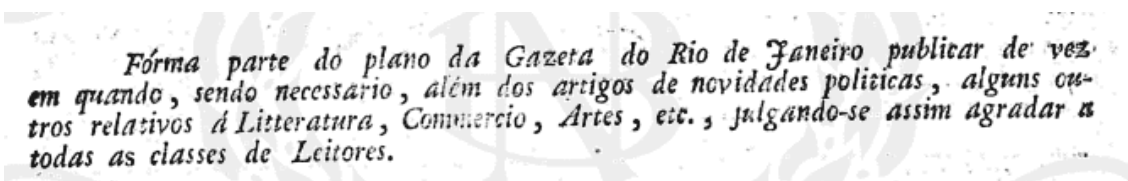
temor em relação ao poder ideológico do lado contrário, o que parece razoável, pois seu público estava fora de casa, por causa do “ímpio Imperador Francez”. Ao contrário também do que diz a historiografia tradicional, a Gazeta não falava do Brasil porque seu público não era composto de brasileiros, mas era adventício e cosmopolitano. E não tratava, de início, de assuntos relativos à América do Norte, pois o fluxo de informações passava pelo porto de Londres, de onde vinham quase todos os navios. Em atrito com a Inglaterra, neste momento de fragilidade política de Portugal, era de se esperar que poucas informações dos inimigos da Inglaterra chegassem ao Brasil. Ainda assim, eram de interesse menor do que os acontecimentos na Europa, que afetavam diretamente.

Contraditoriamente, Napoleão era o algoz, mas a Gazeta representava um avanço ao gosto dos franceses. A presença de livreiros no Rio de Janeiro, distribuindo o periódico, mostra como ela representava uma desobstrução de informações e idéias, mesmo que modesta, dentro do possível das condições materiais, educacionais, sociais e econômicas. Ela abre as portas que vão permitir o surgimento de uma imprensa brasileira.

Apesar da cizânia com Napoleão, isso não impediu que a cultura e as idéias francesas para cá migrassem. Vieram artistas, livros, livreiros e uma liberdade maior, que a corte não tinha como evitar. Dom João, tido como tíbio e pouco preparado para ser rei, enganou Napoleão, como o próprio imperador admitiu, e reinou até a morte, tendo também instituído uma nobreza tupiniquim, que daria origem ao Estado brasileiro. A invenção de dom João no Brasil duraria até 1889, muito depois da sua própria morte. Não foi senão controlando os recursos de poder que tinha nas mãos que ele fez isso – e o fez muito bem.

4.11 UM PASSEIO ATÉ 1811

A Gazeta passará por mudanças rápidas, inclusive por ser feita por um gazeteiro inexperiente, que vai reformular sua prática rapidamente. O período que vai até junho de 1811 será marcado por muitas mudanças, motivadas pela imaturidade do periódico, pela pouca clareza da sua função e pela indefinição formal da Gazeta. É o que indica o trecho abaixo.



Fôrma parte do plano da Gazeta do Rio de Janeiro publicar de vez em quando, sendo necessario, além dos artigos de novidades politicas, alguns outros relativos á Litteratura, Commercio, Artes, etc., julgando-se assim agradar a todas as classes de Leitores.

GRJ, 26 de outubro de 1808.

Três aspectos saltam aos olhos. Primeiro, uma clareza razoável sobre a demanda de publicar “novidades políticas”, função prioritária da Gazeta, selecionando material e os replicando. O segundo aspecto é a tentativa de implementar algo que, de fato, nunca aconteceu, o que revela imaturidade editorial. Artigos sobre literatura, artes e comércio sempre foram escassos, muito raros na Gazeta, ainda mais que, opostos às novidades políticas, estes textos eram de outra natureza, mais ligados ao caráter formativo da imprensa. Deste interesse vai resultar *O Patriota*, em 1813. Por fim, transparece uma vinculação com os leitores, que, de fato, não era apenas retórica. Mesmo limitada pelas condições materiais, culturais e políticas, a Gazeta desempenha um papel fundamental para os leitores, numa cidade distante do centro dos acontecimentos e carente de informação.

Aprofundando seu caráter informativo, em 24 de dezembro de 1808 sai pela primeira vez um bloco de texto informando os dias de chegada e partida de navios do porto do Rio de Janeiro. É um serviço dos correios, cuja finalidade é orgânica funcional. Serve para que os cidadãos se orientem.

Pela Administração do Correio se faz saber, que partem os seguintes Navios. Em 27 de Dezembro de 1808 para as Ilhas dos Açores o Bergantim União, Mestre Antonio Francisco de Medeiros. Para o Porto o Navio Sumaca Galera, Capitão Domingos João da Costa. Em 28 do mesmo para Lisboa a Galera S. José Fenix, Comandante o 1.º Tenente Antonio Joaquim de Avelar. Em 31 d.º para o Rio Grande o Bergantim Hercules, Mestre Joaquim Henriques da Silva. Em 7 de Janeiro de 1809 para o Rio Grande o Bergantim Monte Alegre, Mestre Manoel José de Andrade. Em 14 para o Rio Grande a Sumaca Destino, Mestre Victoriano José de Freitas.

GRJ, 24 de dezembro de 1808.

Este serviço vai continuar a ser publicado, com expansão de espaço, até o fim do periódico. Na primeira edição de 1809, a logomarca do jornal está mudada. Sai com o brasão das Armas Reais Portuguesas.



Além dessas, há mudanças pequenas. Os gêneros baseados em cartas e documentos perdem espaço. O fluxo de informações aumenta no porto. Mais navios chegam regularmente e, com eles, mais notícias e mais periódicos. Assim, Tibúrcio republica mais textos de outros jornais que tomam cartas e documentos como gêneros primários, recompilando-os, mas diminui a publicação de documentos na íntegra, sem no entanto deixar de fazê-lo. Os anúncios continuam crescendo em participação, mas não atingem mais que meia página, normalmente. Os relatos locais ocorrem regularmente, sobretudo narrando os atos do príncipe regente ou os festejos da família real, sempre com um tom laudatório.

Este período terá também de grande liberdade editorial para selecionar e publicar novidades políticas, sejam declarações de Napoleão ou seus porta-vozes, muitas vezes com comentários desairosos, ou informações sobre a república americana, o pior exemplo que poderia haver para a corte. Apesar da divergência ideológica evidente, isso não impede que as novidades da América do Norte sejam publicadas.

Washington 3 de Janeiro.
O Presidente dos *Estados Unidos* enviou ao congresso a mensagem seguinte:

GRJ, 2 de junho de 1810.

Isso contraria as leituras mais usuais da Gazeta, que a vêem como um periódico sob censura impossibilitado de dar informações que pudessem colocar em xeque a monarquia. Mas a liberdade editorial, quando aplicada ao aspecto formal, assemelha-se à ausência de uma ordem mais rígida, que se imponha sobre os textos. Eles vão sendo publicados, adaptados precariamente às regras formais do dispositivo midiático. Textos longuíssimos por vezes tomam toda parte informativa da Gazeta, como o discurso do presidente americano na abertura do Congresso, e atravessam para a edição seguinte. A prática de continuar publicando um texto longo na edição seguinte é muito usual, muitas vezes demandando a produção de Gazetas Extraordinárias. Nos anos de 1810, são 20 edições extras, algumas com mais de quatro páginas. Em 1811, são 30. Em 1812, caem para 10. Em 1813, são 12. A redução é uma indicação clara de que a Gazeta começa a impor sua forma aos textos, a adaptar o material que lhe subsidia ao seu formato.

A imaturidade formal se reflete nas insinuações de gêneros inusuais nas páginas da Gazeta, como textos com notas, listas de nomeações ou de contingentes militares, avisos comerciais longos (de mais de meia página), etc. Alguns textos inauguram um novo gênero e

o encerram na mesma edição, pois nunca mais voltam a ocorrer da mesma maneira. Mesmo a identificação da origem das informações varia - muitas vezes aparece no começo:

*Do Advertiser de Greenock de 19 de Novembro.
Gibraltar 7 de Outubro.*

GRJ, 2 de setembro de 1811.

Outras vezes, no final.

*Java, pedindo refúgio.
No dia 21 do passado passou Suchet em companhia de sua mulher a Lerida, onde dizem se avistara com Macdonald, e que depois continuára a sua viagem para Saragoça. (Gazeta de Lisboa de 16 de Outubro.)*

GRJ, 29 de dezembro de 1910.

A prática de meramente copiar os outros jornais, apenas selecionando informações, sem sintetizá-las, apenas por vezes incluindo notas introdutórias, é confessada em vários momentos. O mais importante é apenas fazer circular informações.

Rio de Janeiro 2 de Agosto.

AS seguintes noticias são copiadas das Gazetas de Lisboa, que nos vierão á mão: nós as publicamos com indizível prazer.

GRJ, 2 de agosto de 1809.

Há também textos publicados sem indicação de origem, como o artigo polêmico abaixo.

Fragmento. — Os Secretarios.
BONAPARTE não he author das proclamações, que tem publicado nas diferentes phases da sua carreira politica; elle falla mal a lingua Franzeza, e ainda a escreve peor; mas introduz o seu character nestas diversas producções, da-lhe o plano, dicta as frases salientes, e deixa a hum secretario particular o cuidado de polir a sua aspera e selvagem eloquencia. Até ao momento em que elle abertamente aspirou ao poder supremo; e quando ainda não procurava pôr entre si, e os outros homens a immensa distancia que separa hum Senhor dos seus escravos, elle escolheu os seus secretarios entre os instituidores, ou companheiros da sua infancia; mas quando hum grande perspectiva de poder, e supremacia se apresentou a seus olhos, conheceu que guardando junto de si homens que tinham o direito, e o habito da familiaridade, não poderia isolar-se sufficientemente, e que de outro modo estes companheiros, e testemunhas da sua antiga obscuridade a chamarião á memoria de hum público maligno, e sarcastico, e com diversos pretextos os foi afastando.

GRJ, 30 de setembro de 1810.

O avisos sobre atos de governo, que vão depois se misturar na área geral de avisos, se autonomizar num gênero próprio e, no final da existência da Gazeta, dar origem a um tipo de

periódico específico. Mas neste momento, estes textos não estão sequer conformados nos dispositivos e amadurecidos como gênero.

AVISOS.

Por Consulta de 4 de Agosto de 1809, foi S. A. R. o Principe Regente N. S. servido fazer mercê da gradação de Capitão ao 1.º Ajudante do Regimento de Infantaria Miliciãna da Capitania do *Espírito Santo*, *Antonio Pedro Henriques de Mello*.

GRJ, 30 de agosto de 1809.

Essa liberdade caótica, editorial e formal, só vai mudar em 4 de julho de 1811⁴¹, na primeira edição do segundo semestre. A Gazeta como dispositivo sofre uma mudança gráfica consistente e organiza melhor seus conteúdos. Ela passa a sair com duas colunas e publica, como seção fixa, sob a rubrica “Noticias Maritimas”, a lista de todas as embarcações que chagaram ao porto, informando dia de chegada, produtos que carregava, tripulação e quantidade de dias que permaneceu viajando. A partir de então, a coluna vai acontecer regularmente.

NOTICIAS MARITIMAS.

Dia 29 de Junho. — Além da Fragata acima: *De Buenos Ayres*, o Bergantim *Inglez*, *Alfred*, Mestre *Lane*; carga, couros; passageiro *Henning*; 20 dias de viagem.

30 dito. — *Rio Grande*; Sumaca *Boa-Fé*, M. *José Gabriel da Silva*; carga, carne, couros, trigo, sebo, graxa, e chifres. Correspondente o dito Mestre.

Bergantim *Careta*, M. *José da Costa*; carga, carne, couros, e trigo; passageiro *José Pacheco*; dono *Francisco José da Cunha*; 18 dias de viagem.

Santa Catharina; Sumaca *Santo Antonio e Almas*, M. *Joaquim José de Santa Anna*; carga, 175 duzias de taboado, 450 alqueires de farinha, e 90 couros; passageiros negociantes. Correspondente o dito Mestre.

Lisboa; Bergantim *Inglez*, *Moore*, M. *Jorge Cammels*; carga, varias fazendas, com 64 dias; vai para o Cabo da *Boa Esperança*.

S. Thomé; Bergantim *Pequena Aventura*; M. *Vicente Nunes da Serra*, traz 219 Escravos; dono *João Rodrigues Pereira d' Almeida*; 39 dias de viagem.

Babia; Lancha *S. Miguel e Santa Anna*, M. *Isidoro Botelho*; carga, sal, louça, azeitonas, e 12 Escravos; passageiro *Joaquim José de Andrade*; dono o mesmo Mestre; 35 dias de viagem.

1.º de Julho. — *Lisboa*; Navio *Sant-Iago Maior*, Comandante o Capitão Tenente *Ignacio Alberto de Oliveira*; carga, sal, e mais generos; 10 passageiros, e 6 prezos; consignado a *Ignacio Alberto de Oliveira*; 43 dias de viagem.

(*Refere, que no dia 5 de Maio viera Massena atacar a Lord Wellington nas vizinhanças d'Almeida com grandes forças de Cavalleria Imperial; e cobrindo a sua superioridade, postou a Artilheria no centro na retaguarda da Infantaria; e logo que se travou a acção, esta se retirou á retaguarda, ficando rotas com a mesma Artilheria, columnas inteiras da Cavalleria Franceza, fugindo Massena: que a Praça de Figueiras fora retomada por huma Guerrilha Hespanhola: que José Bonaparte se havia ja retirado da Hespanha; e continuava o cerco de Badajoz pelo nosso Exercito.*)

Cabinda; Bergantim *Nova Aurora*, M. *Joaquim Martins de Mourão*; carga, 188 escravos; consignado a *Francisco José Fernandes Salazar*; 46 dias de viagem.

Pernambuco; Bergantim *Vigilante Africano*, M. *Anastacio Xavier do Couto*; carga, teiha, tijolo, e taboado; 7 prezos; ia para *Angola*, e arribou desalvorado; 45 dias de viagem.

Monte Video; Sumaca *Brilhante Magdalena*, M. *Manoel Luiz Cardozo*; carga, couros, e sebo; 4 passageiros; consignado a *Manoel Joaquim Ribeiro*; 15 dias de viagem.

Rio Grande; Sumaca *Mauricia*, M. *José Maria*; carga, carne, couros, e sebo; 8 passageiros; consignada a varios; 19 dias de viagem.

Lisboa; Bergantim *Inglez*, *Maria de Londres*; M. *John Jameson*; em lastro; consignado ao Mestre; 51 dias de viagem. (*Confirma o mesmo.*)

GRJ, 3 de julho de 1811.

⁴¹ As mudanças na Gazeta normalmente aconteceram nas viradas de ano e, algumas vezes, na primeira edição do segundo semestre. Isto indica que as mudanças eram planejadas.

São informações fundamentais para a organização do comércio local, papel que a Gazeta nunca deixará de cumprir e função que a cidade sempre demandará, mesmo depois do fim da Gazeta, que acaba substituída por diversos outros periódicos.

Porém o mais importante é que, a partir de então, o espaço de informações funcionais, muitas de caráter publicitário, vai estar graficamente separado do espaço informativo. Os anúncios deixam de estar separados, muitas vezes de forma casual, entre informações sobre serviços, sobre produtos, atos de governo, informações do correio e avisos de obras produzidas pela Imprensa Régia. Sobre a rubrica “Avisos”, ficarão todas as informações que servem para organizar a vida da sociedade, inclusive notificações legais. Os gêneros avisos e anúncios, distintos a princípio, se fundem em um só. Com isso, o espaço da Gazeta se torna mais organizado e simples. O espaço informativo também se enquadrará nesta nova organização, forçando uma readequação dos gêneros. Os documentos que subsidiam os periódico terão que passar por procedimentos que minimizem o uso de espaço gráfico, dando a maior quantidade de informação com menos texto. Um exemplo é o que acontece com a seção “Notícias Marítimas”. No final do ano, esta coluna já terá sofrido muitas mudanças. Incorpora não apenas as entradas de navios, mas também as saídas. As informações sobre o tipo, o nome e o mestre de cada embarcação, além de produtos que carrega, destino, a quem as mercadorias são consignadas e o tempo de viagem são abreviadas. Veja o exemplo abaixo.

E N T R A D A S.

Dia 29 de Novembro. — Do Rio Grande, 29 dias; B. Pensamento Ligeiro; M. João Manoel dos Santos; C. a Joaquim Peixoto Faria; trigo, carne, couros, e sebo. — Campos, 6 dias; S. S. Manoel Embaixador; M. José Antonio de Moraes; C. a Thomé Ferreira Tinoco; açúcar. — 6 dias; L. Santa Anna; M. Francisco Antonio Rodrigues; C. a vários; açúcar, e aguardente. — Santa Catharina; 7 dias; S. Bom Jesus; M. José Domingos Lourenço; C. a Bernardo Manoel da Silva; cal. — Monte Piteco, 12 dias; E. Americana Comes; M. David Folger; C. a Lewis Clagett; couros, e chifres; 3 passageiros, incluso o Cap Smith, do Navio Vigilante, naufragado no Banco do Inglez.

GRJ, 4 de dezembro de 1811.

Tradução: Bergatim Pensamento Ligeiro, oriunda do Rio Grande, tendo viajado 29 dias, comandada pelo mestre João Manoel dos Santos, carregando trigo, carne, couros e sebo, consignados a Joaquim Peixoto Faria. De Campos, 6 dias de viagem, sumaca São Manoel Embaixador, mestre José Antônio de Moraes, consignada a vários, com açúcar e aguardente. De Santa Catarina, há 7 dias, sumaca Bom Jesus, mestre José Domingos Lourenço, consignada a Bernardo Manoel da Silva, com cal. E assim por diante.

L. é lancha; B. é bergatim; S. é sumaca; N. é navio; F. é fragata; e barca se escreve por extenso, pois B. já é abreviação. M é mestre e C. é consignada. A abreviação serve para ganhar espaço e é prova cabal de que o periódico tinha uso para o comércio local, tendo

instituído códigos próprios a partir da relação com seus leitores. Os anúncios saíam sempre depois das “Entradas e Sahidas”, nova rúbrica das “Noticias Maritimas”.

Será neste grau de organização que Tibúrcio deixará a Gazeta. Em 26 de janeiro 1812, morre dom Rodrigo. O conde de Galveias assume a função, mas o frei se indispõe com ele e pede para sair. Será o fim da carreira do primeiro gazeteiro em terras brasileiras. O segundo redator da Gazeta será o coronel Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, professor da Academia de Marinha de Lisboa e do Rio de Janeiro, que ficará até 1821. A troca de redator não implicará em grandes mudanças na Gazeta. A diversidade de gêneros já diminuiu sensivelmente. Os relatos de relatos orais quase inexistem. Raros documentos são publicados. Os artigos polêmicos escasseiam à medida que o algoz Napoleão começa a retroceder. As narrativas laudatórias diminuem, chegam a ser minúsculas. Veja abaixo.

Rio de Janeiro 2 de Maio.
No dia 29 de Abril, por ser o do Anniversario Natalicio de S. A. R. a Serenissima Senhora Princeza *D. Maria Teresa*, 1.^a filha do Principe Regente Nosso Senhor, concorreo ao Paço para ter a honra de cumprimentar a SS. AA. RR. o Corpo Diplomatico; e as varias Classes de Pessoas mais distinctas por tão fausto motivo; e pela mesma razão se embandeirarão os Navios surtos neste Porto, e as Fortalezas que o guarnecem.

GRJ, 2 de maio de 1812.

Estas narrativas variam, por fatores externos ou internos ao dispositivo. Dependem da importância de quem motiva a festa, por um lado, e do espaço que há disponível no periódico, por outro – em função dos textos dos jornais terem tamanho fixo e serem de difícil manipulação para ocupar o espaço exato e dada a organização mais rígida da Gazeta, são os textos produzidos pelo redator que permitem alguma manipulação por razões gráficas.

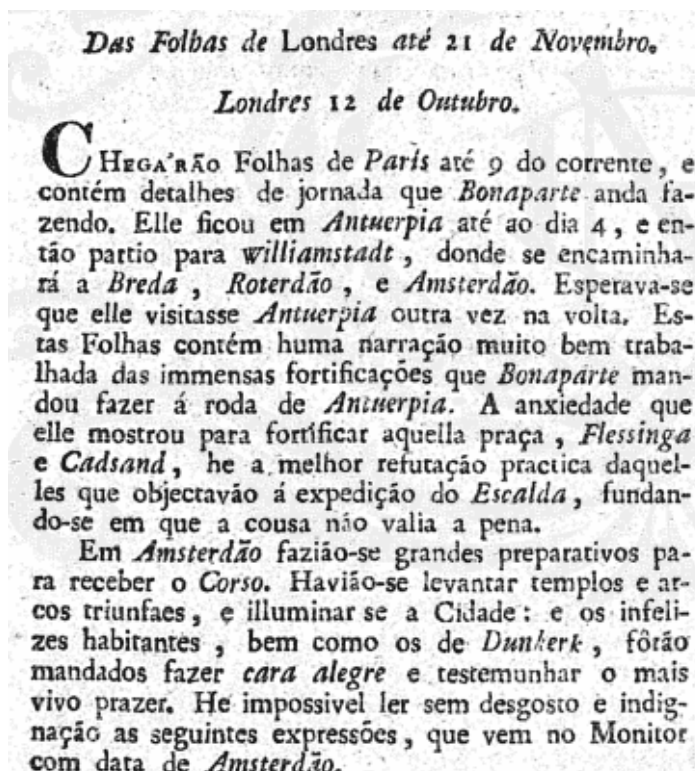
As notícias sobre embarcações e os avisos já tomam, costumeiramente, uma página, às vezes mais. As cartas continuam a ser republicadas, extraídas de outros jornais. Poucas são as cartas que a Gazeta publica antes.

O dispositivo formal que é a Gazeta está claramente estabilizado. Se no começo do periódico, era difícil até identificar e separar os gêneros, compreender a organização editorial se torna muito mais simples. Há dois espaços editoriais claramente delimitados, que variam de tamanho um em relação ao outro, mas dentro de uma regularidade bastante razoável. A primeira parte é composta de notícias, e ocupa três páginas normalmente. Reproduz, por vezes introduzindo o tema, notícias de outros periódicos, inclusive franceses, que chegam ao porto.

A segunda parte é composta de informações locais, de uso prático, como informes sobre produtos, serviços, imóveis e o movimento de embarcações no porto. Não há espaço em branco. O dispositivo já se impõe ao fluxo de informações e, independente do dia, sempre fecha com o mesmo tamanho.

Do ponto de vista editorial, a segunda parte não tem relação com a primeira. Mas o movimento crescente no porto se reflete no espaço ocupado pelas entradas e saídas e na necessidade deste espaço para a cidade. É um conhecimento de trato, conforme explica Park, fundamental para o funcionamento cotidiano da cidade. Desempenha assim um papel funcional imprescindível. E como a cidade cresce, comercializa mais, assim, isto é um claro indício de que mais informações chegam ao Rio de Janeiro, o que torna a Gazeta mais rica, com muito mais material para utilizar. O periódico precisa trazer mais informações relevantes em menos espaço gráfico. Por consequência, as cartas e os relatos orais de viajantes acabam por se tornar menos úteis, pois as folhas periódicas que chegam pelo porto trazem mais informação. A carência que levava a buscar relatos de viajantes para obter informação diminui. Assim, vários gêneros, por não cumprirem mais a mesma função social, mingam.

Também fica evidente que a Gazeta não apenas tem suas atenções voltadas para a Europa, como também repete uma prática dos periódicos europeus: ela se insere na rede de informação que as diversas folhas noticiosas formam, uma citando ou reproduzindo trechos da outra. Veja abaixo.



GRJ, 1 de fevereiro de 1812.

O periódico republicado veio de Londres, como indicam as referências que encimam o texto. As informações chegaram a Londres via Monitor, um dos principais periódicos franceses, cuja sede é, como indica o texto, em Paris. Mas a origem última dos relatos é Amsterdã, sem referências de como as informações chegaram.

Na ponta final deste longo percurso, está a Gazeta, que participa, portanto, de um movimento mundial, de jornais que configuram um espaço internacional de debates e disputas polêmicas, não doutrinárias, posto que giram em torno da disputa informativa, não da confrontação de idéias em primeiro plano. Nesta teia, a Gazeta não é produtora de informações, exceto em raros casos, pois se encontra na ponta, em local quase sempre sem interesse informativo internacional. Assim, ela se mantém por muito tempo ligada aos interesses de uma cultura estrangeira no Brasil. Ela simboliza a ligação com a terra da qual se sente saudade e supre informações sobre a guerra, tema mais relevante no mundo neste momento. Ao mesmo tempo, é um espaço de interação simbólica local. Assim, reflete a Europa e o Brasil.

Mas vai, aos poucos, se abasileirar.

4.12 DO CENTRO À PERIFERIA

A Gazeta do Rio de Janeiro e os ventos moderadamente liberalizantes que sopram com a instalação da corte portuguesa no Brasil chegam à Bahia. Em 1809, o comerciante Manuel Antonio da Silva Serva compra, na Europa, equipamento para abrir uma tipografia em Salvador. Com tudo preparado, envia em 18 de dezembro de 1810 um requerimento ao governador da Bahia, conde dos Arcos, pedindo autorização. A missiva é remetida ao ministro dos Negócios do Reino, conde de Aguiar. Silva Serva vai para o Rio de Janeiro, acompanhar seu pedido. Cuida para que seja avaliada também a possibilidade de imprimir uma gazeta (Silva, 1978).

Responsável pela Imprensa Régia, dom Rodrigo mais uma vez participa do processo. Ele concorda com o pedido de Silva Serva e, com a aprovação do príncipe regente, envia um ofício para o governador da Bahia permitindo que o periódico seja impresso, desde que seja nomeado um revisor capaz e fiel à coroa. Assim surge a Idade d'Ouro do Brazil, em 14 de maio de 1811. Com isso, dom Rodrigo terá participação direta ou indireta no surgimento de todos os três periódicos que circulam no Brasil até sua morte, em 1812.

O periódico baiano vai sair até 1823 às terças e sextas. Ele se espelha, nitidamente, na Gazeta do Rio de Janeiro, seja para agradar à corte, seja por ser o modelo de imprensa que opera no Brasil. A Idade d'Ouro não passará, por isso, tateando por um período inicial. Também terá poucas condições de se estabelecer como padrão hegemônico. Não há, na Bahia, o mesmo ambiente sócio-cultural que na capital, nem tampouco um comércio tão rico. Isso implica em menor número de embarcações entrando e saindo do porto de Salvador, o que é notório pelas listas de entradas e saídas da Gazeta comparadas com as listas da Idade d'Ouro.

Apesar de se espelhar na Gazeta, a Idade d'Ouro tem também diferenças, no texto e nas práticas. Vejamos o fac-símile da primeira edição.

Num. 11.

CIDADE D'OURO



DO BRAZIL.

Terça feira 14 de Maio de 1811.



Fallai em tudo verdades
A quem em tudo as deveis.

Sá, e Miranda.

GRAMBRETANHA.

Londres 10 de Fevereiro de 1811.

Quarta feira 6 do corrente teve lugar a Ceremonia da installação do Principe de Galles em Regente da Gram-Bretanha por virtude de hum acto do Parlamento, que em consequencia do estado de molestias do Rei seu Pai Declarou que aquelle Principe pertencia a Regencia dos Reinos Unidos em Nome, e com o consentimento de SUA Magestade Britanica.

Na folha = *The Courier* = de Sabbado 16 de Fevereiro se lem dois interessantes artigos da tomada de *Batavia*, e da *Ilha de Banda* estabelecimento Holandezes na *Asia*, que ainda perturbavão a tranquillidade absoluta da *Gram-Bretanha* naquelles mares. O primeiro he huma conjectura deduzida de hum Officio do General *Abercromby* o Conquistador da *Ilha de França*; mas o segundo he Official confirmado até pela sahida do Governador, e Magistrados da *Ilha do Principe de Galles* para a conquistada *Ilha de Banda*.

HESPAÑHA.

Calix 5 de Março.

Nas Gazetas extraordinarias da Regencia deste dia vem insertos hum Officio de *D Manuel La Peña* General em Chefe interino do quarto Exercito, em que participa ao Chefe do Estado Maior General a tomada pelo Exercito do seu Commando do interessante ponto de *Casas Viejas*, e a de *Beguer* pelo Coronel *Aymerich*; Hum aviso do *Telegrapho de Sancti Petri* de se ter tomado sem disparar hum tiro; E a participação verbal da derrota do Exercito Francez com perda de 5 peças d'artilheria, bastantes prisioneiros, e hum General, mandada pelo General em Chefe *D. Manoel La Peña* ao Conselho da Regencia.

Em huma Carta fidedigna da mesma Cidade com data de 6 de Março se endividuão algumas circumstancias deste successo, entre

ellas o Nome do General Francez prisioneiro se diz *Ruffin*.
Tambem se menciona a perda de 60 homens e 10 mortos, e feridos, destes ultimos 6 Officiaes incluzo o seu Tenente Coronel *Bus-b*, pertencentes ás Companhias Portuguezas N.º 20, que forão á expedição, e se portarão com muito valor.

LISBOA 18 de Março.

Na Gazeta deste dia se lê o seguinte artigo.

Por cartas ultimamente recebidas do Exercito em data de 14 do corrente da Villa da *Ega*, onde se achava naquelle dia o Quartel General de *Lord Wellington* consta que os Inimigos tinhão sido desalojados do Pombal com perda de 200 cavallos.

Na *Redinha* quiz sustentar posição a Divisão de *Ney* de 1500 homens; mas foi desalojada promptamente pelas nossas Tropas com perda delles de 600 a 700 homens.

Parecerão querer defender *Condexa*, mas sendo rechaçados na tentativa que fizerão para passar em *Coimbra*, ignorando-se ainda a perda que ahi padecêrão dirigirão-se pelo caminho do *Rabaçal* para a *Ponte da Marcella*.

O Coronel *Trant*, e as Tropas de *Coimbra* parece que passãvào naquella mesma noite a reforçar as que defendião a passagem da *Alva*, e *Lord Wellington* seguia o inimigo com a maior celeridade. Huma pessoa, que veio dalli, diz que na dia 15 ás 2 horas da manhã tinha principiado a ouvir muito fogo, que durou todo o dia.

N. B. Grassa a noticia de que o resultado desta acção fora a total derota dos Francezes naquelle ponto. Nem pod'a esperar-se outra consequencia da actividade dos nossos Exercitos, e do resentimento dos Povos. Aquelles que forão insultados violentamente pelos inimigos, não lhes dão agora quartel, e os passão irremissivelmente á espada. A vingança he instincto natural do homem, e a pena de Talião a primeira, e anterior a todos os Codigos penaes.

B A H I A 14 de Maio de 1811.

Por occasião do fausto Natalicio de S. A. R. o PRINCIPE REGENTE N. S. concorrerão á Sala do Palacio do Governo para o cortejo do estilo o Corpo da Camara, todos os Officiaes Militares, Magistrados, e varias pessoas da Nobreza desta Cidade. Findo o acto com esplendor, e magnificencia demonstradores de tão festiva solemnidade, recitou o Reverendo Padre *Ignacio José de Macedo* huma elegantissima Oração Gratulatoria a S. A. R. por tantos, e tão altos beneficios, quan os a esta Cidade se franquearão no sempre memorando Dia 13 de Maio de 1811. Com a mais profunda, e bem applicada erudição demonstrou o Orador que a *Sciencia dos Vasallos he a mais firme base do Throno*; fazendo ver que os costumes se adoção, e a obediencia, e lealdade crecem na mesma proporção em que as luzes se dilatão. A satisfação de todos os circunstantes foi a mais completa porque todos estavão accordes nos mes-

mos sentimento de gratidão, reconhecendo a incomprehensivel extensão de Graças igualmente productivas d'honra, e de vantajosas utilidades.

Neste dia tão solemne he que o Público vio os primeiros trabalhos da Imprensa novamente erigida nesta Cidade. Forão elles a Oração Ciratulatoria já mencionada: o Plano para o estabelecimento da Bibliotheca pública com a Lista dos Subscriptores, e o Prospecto da Gazeta, reunindo-se como em hum fóco todas as mercês mais interessantes para nos convencerem do Amor Paternal, com que o Nosso Augusto Soberano se desvela pelo nosso bem. Ardentes votos de perenne felicidade era o sentimento unanime de todos os que podião ajuizar a grandeza dos Beneficios. Tudo parece concorria para fazer o Anniversario de S. A. R. hum dia verdadeiramente de Graças que fixasse huma época brilhante na Historia do Brazil. As noticias que por via de Pernambuco se receberão da Peninsula no dia 10 são as mais agradaveis, contém ellas o seguinte. "Chegou de Lisboa no dia 13 do passado (Abril) com 23 dias de viagem hum Navio com a noticia de que os Francezes já se tinham retirado de Monxique, e seguem a sua marcha para Hespanha. Os Portuguezes os seguem, tendo lhes já tomado todos, ou muita parte dos pertrechos de Guerra, que elles tinham, e a pezar d'haver noticia de que vinha hum Corpo de 1000 Francezes, com tudo elles não o esperão, e vão continuando a sua accelerada marcha." Estas mesmas novidades o Governador de Pernambuco mandou já participar a S. A. R. pelo Tenente Coronel Pires.

Por occasião do mesmo felicissimo Anniversario se publicárão varios Despachos, que tiverão lugar nos Regimentos Milicianos desta Cidade, e nos da Capitania assim nos já antecedentemente estabelecidos como nos que de novo se creárão em diferentes Villas. Dar-se-ha a Lista delles nos Números subseqüentes.

A fabrica de vidros de *Francisco Ignacio de Sequeira Nobre* erigida na Giquirara continúa a trabalhar com actividade, e bom conceito; sendo muito para notar que naquella circumvisinhança apparecêrão a maior parte dos dificeis materiaes para a construcção dos fornos, e dos simplicis que entrão na composição do vidro.

A mesma actividade, e conceito conserva a Cordoaria de *Antonio Vieira da Costa*, assentada no caminho do Bom fim. O genio vivaz deste emprehendedor, e o methodo pratico da prudente distribuição do trabalho que faz observar na sua fabrica nascente, mostrando já resultados maravilhosos, prognostica o progresso duradouro do estabelecimento de tanta importancia, em que a utilidade pública marcha a par com o interesse particular. O mais attendivel neste importante estabelecimento he o podermos, 1.º, dispensar para o futuro os marmes, e cabos da Russia, se esta Potencia persistir na adhesão ao systema que oprime a Europa, e 2.º aproveitar as especies sem numero de vegetaes filamentosos até agora inuteis, de que abunda este nosso Continente.

Commercio, e Navegação.

Em 10 do Corrente entraráo neste Porto os Navios seguintes.

De Lisboa com escala pela Ilha Terceira, e com huma Arribada a Pernambuco, o Bergatim *Aviso*, Mestre *Antonio Rodrigues Nunes*, com 15 dias de viagem de Pernambuco; a carga consta de 43 pipas de vinho, e louça Inglesa, e o Correspondente ha *Manoel da S.^a Cunha*.

Das Alagoas a Sumaca *Pastora*, Mestre *João dos Santos Cardoso*, com 4 dias de viagem, 47 caixas d'açucar. He propria de *João da Silva Lisboa*.

Do Rio Grande de S. Pedro do Sul o Bergatim *Lebre*, Mestre *João da Silva Leal*, com 23 dias de viagem; 5000 arrobas de carne, 800 couros, e 350 arrobas de cebo; pertence a *Jose Nunes Ribeiro*.

Do mesmo Porto a Sumaca *Caridade*, Mestre *Domingos José da Silva*, com 25 dias de viagem; 4000 arrobas de carne, e 200 couros; pertence a *José da Silva Ribeiro*.

De Monte Video o Bergatim *Fenix*, Mestre *Bento José Pinto da Motta*, com 30 dias de viagem; 23000 couros, e 6 fardos de lã. A carga desta embarcação vem por baldeação. Por ella se receberão noticias do proseguimento da revolução; e diz-se que marcharão Tropas de Monte Video contra os de Buenos Aires, e Maldonado; e que alli ficou detida huma Fragata com 500 ϕ pezos da Coroa, e 600 ϕ de particulares vinda de Lima.

A V I S O.

O Redactor implora a todas as Pessoas, especialmente aos Senhores Comerciantes, cujas relações com outras Praças assim Nacionaes como Estrangeiras, são mais amplas, a bondade de lhe communicar todos os artigos que nas suas Cartas acharem dignos de merecer a attenção do Público, ou sejam tendentes ao melhoramento das Artes e Sciencias, ou uteis ao Commercio, e que possam servir de symptomas do estado actual dos Negocios politicos de todo o Mundo. Os desejos do Redactor, de que a nossa folha *Idade d'Ouro do Brazil* mereça conceito, e approvação geral, e os vivos esforços para que o seu contexto corresponda ao brilhante titulo, serão b'ldados, se o mesmo Público não coadjuvar huns, e outros subministrando alguns elementos para a instrucção geral.

Com permissão do Governo.

B A H I A:

NA TYPOG. DE MANOEL ANTONIO DA SILVA SERVA

ANNO DE 1811.

Na organização formal do dispositivo, a Idade d'Ouro já surge com uma parte editorial claramente distinta da dos gêneros voltados para o comércio e para a organização funcional da sociedade. Neste primeiro aviso, no entanto, já transparece, ao mesmo tempo, o projeto de se manter informativa com a preocupação em obter informações, que eram mais difíceis para o redator baiano.

A V I S O.
O Redactor implora a todas as Pessoas, especialmente aos Senhores Commerciantes, cujas relações com outras Praças assim Nacionaes como Estrangeiras, são mais amplas, a bondade de lhe communicar todos os artigos que nas suas Cartas acharem dignos de merecer a attenção do Público, ou sejam tendentes ao melhoramento das Artes e Sciencias, ou uteis ao Commercio, e que possam servir de symptomas do estado actual dos Negocios politicos de todo o Mundo. Os desejos do Redactor, de que a nossa folha *Idade d'Ouro do Brazil* mereça conceito, e approvação geral, e os vivos esforços para que o seu contexto corresponda ao brilhante titulo, serão b. Idados, se o mesmo Público não coadjuvar huns, e outros subministrando alguns elementos para a instrucção geral.

Maria Beatriz Nizza da Silva relata as dificuldades para o redator obter as informações. Ele dependia, sobretudo, dos periódicos estrangeiros que chegavam do exterior para a Biblioteca Pública:

O recurso aos periódicos da Biblioteca Pública apresentava contudo alguns inconvenientes para o redator da gazeta, pois nem sempre eles se encontravam lá à sua disposição no momento em que chegavam. (Silva, 1978: 30).

Se as informações eram escassas e difíceis e o fluxo no porto menor que no Rio de Janeiro, o público também não se comparava ao carioca, nem na quantidade nem no perfil. A Idade d'Ouro era um empreendimento comercial, não financiado pela corte. Por isso, o número de subscritores era fundamental, mas não passava de 200. Isso tornava o negócio deficitário e com retorno bem menor do que o esperado por Silva Serva. A Bahia também não era composta de estrangeiros tanto quanto o Rio. Por isso, a insistência nos mesmos gêneros e no mesmo tipo de periodismo praticado pela Gazeta soa fora do lugar. Um exemplo são as narrativas laudatórias, que também acontecem na Idade d'Ouro.

B A H I A 14 de Maio de 1811.

Por occasião do fausto Natalicio de S. A. R. o PRINCIPE REGENTE N. S. concorrerão á Sala do Palacio do Governo para o cortejo do estilo o Corpo da Camara, todos os Officiaes Militares, Magistrados, e varias pessoas da Nobreza desta Cidade. Findo o acto com esplendor, e magnificencia demonstradores de tão festiva solemnidade, recitou o Reverendo Padre *Ignacio José de Macedo* huma elegantissima Oração Gratulatoria a S. A. R. por tantos, e tão altos beneficios, quão os a esta Cidade se franquearão no sempre memorando Dia 13 de Maio de 1811. Com a mais profunda, e bem applicada erudição demonstrou o Orador que a *Sciencia dos Passatos he a mais firme base do Throno*; fazendo ver que os costumes se adoção, e a obediencia, e lealdade crecem na mesma proporção em que as luzes se dilatão. A satisfação de todos os circunstantes foi a mais completa porque todos estavam accordes nos mesmos sentimentos de gratidão, reconhecendo a incommensuravel extensão de Graças igualmente productivas d'honra, e de vantajosas utilidades.

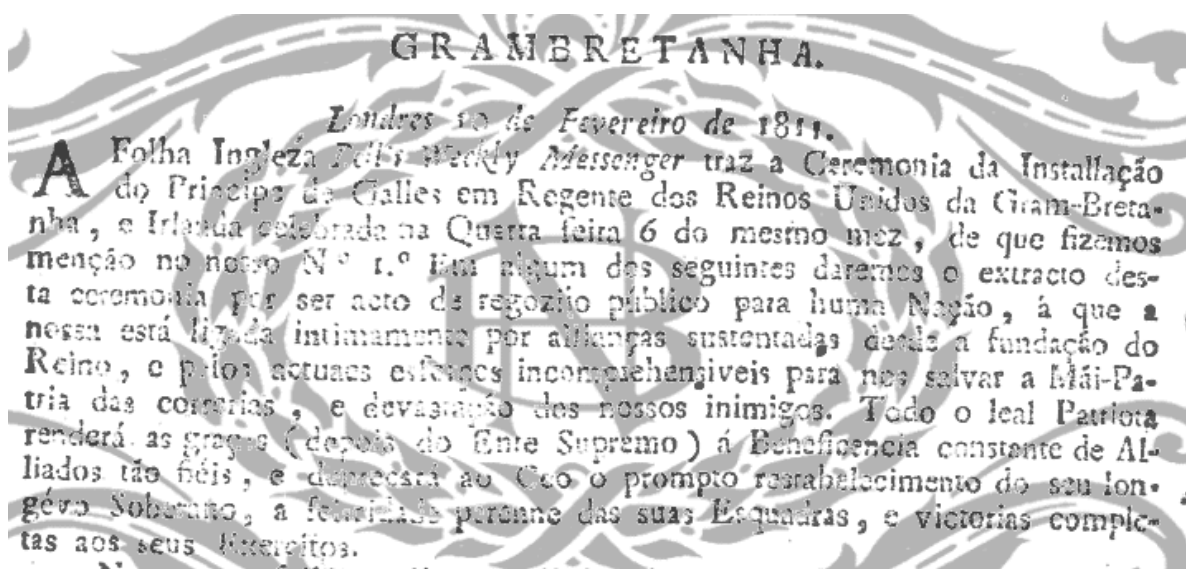
Neste dia tão solemne he que o Público vio os primeiros trabalhos da Imprensa novamente erigida nesta Cidade. Forão elles a Oração Gratulatoria já mencionada: o Plano para o estabelecimento da Bibliotheca pública com a Lista dos Subscriptores, e o Prospecto da Gazeta, reunindo-se como em hum foco todas as mercês mais interessantes para nos convencerem do Amor Paternal, com que o Nosso Augusto Soberano se desvela pelo nosso bem. Ardentes votos de perenne felicidade era o sentimento unanime de todos os que podião ajuizar a grandeza dos Beneficios. Tudo parece concorria para fazer o Anniversario de S. A. R. hum dia verdadeiramente de Graças que fixasse huma época brilhante na Historia do Brazil. As noticias que por via de Pernambuco se receberão da Peninsula no dia 10 são as mais agradaveis, contém ellas o seguinte. "Chegou de Lisboa no dia 13 do passado (Abril) com 23 dias de viagem hum Navio com a noticia de que os Francezes já se tinham retirado de Monxique, e seguem a sua marcha para Hespanha. Os Portuguezes os seguem, tendo lhes já tomado todos, ou muita parte dos pertrechos de Guerra, que elles tinham, e a pezar d'haver noticia de que vinha hum Corpo de 1000 Francezes, com tudo elles não o esperão, e vão continuando a sua accelerada marcha." Estas mesmas novidades o Governador de Pernambuco mandou já participar a S. A. R. pelo Tenente Coronel Pires.

Idade d'Ouro, 14 de maio de 1911.

O periódico mistura narrativa laudatória com republicação de textos de outros jornais. Note-se que não há como separar os gêneros, posto que a notícia é dada como parte dos relatos sobre as comemorações pelo aniversário de dom João.

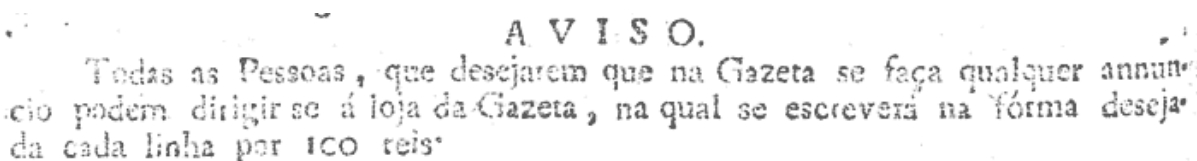
Se no Rio, estes rituais têm uma função dentro da configuração que lá se instala, na Bahia eles são apenas adulação que tenta copiar os procedimentos do núcleo cultural que serve como exemplo. Da mesma forma, o relato do periódico baiano soa apenas como emulação do outro, posto que narra acontecimentos que não envolvem o rei para agradar o rei ou seus asseclas. Ou seja, não estão em jogo os rituais culturais da corte, mas apenas cópias sem o sentido central daqueles rituais e, portanto, farsescas.

Se as informações são escassas, nem por isso o redator deixa de utilizá-las de maneira específica, com mais liberdade que a Gazeta. Há mais comentários introdutórios, como no exemplo abaixo.



Idade d'Ouro, 17 de maio 1811.

Por esta liberdade e pela demanda de ocupar o espaço que sobra, quando falta informação, muitas vezes surgem textos fora dos padrões usuais. Também os anúncios são diferentes. Desde o princípio, o redator oferece este espaço para anúncios, mas estabelece preço, como seria de se esperar de um empreendimento comercial.



Idade d'Ouro, 17 de maio 1811.

Havia quem pagasse para anunciar:

A V I S O.

Sabbado 25 do corrente se faz leilão de fazendas boas de diferentes qualidades, em casa de Antonio Joaquim Ferreira na Cidade baixa em a rua dos Caldeireiros. As listas, e as condições se verão na casa do mesmo leilão. Principiará ás 10 horas da manhã.

Para Liverpool a Galera Ingleza William Hestheote, Capitão João Hanley, de quinhentas e cincoenta toneladas, armada em Guerra, e Equipagem competente: Quem quizer carregar nella dirija-se a casa dos Senhores John Rigg e C^o na Fonte dos Padres. Frete de Algodão 15200 reis. Açúcar 400 reis, cebo 400 reis. Couros do Rio Grande 400 reis. Couros de Buenos Ayres 450 reis, e 5 por 100 de Primagem.

Idade d'Ouro, 24 de maio 1811.

No dia 31 de maio, surge a primeira notícia de embarcação.

Rio de Janeiro: Bergantim *Carmo-Leão*, Mestre *José Joaquim da Silva Pinto*, com 18 dias de viagem. Carga humma barrica de azeite, humma gamella de cêra, duas caixas de chá, 124 rolos de fumo, 25 jacizes de toucinho, e queijos, 191 saccas de arroz, 33 saccas de café, 165 barris de farinha de trigo, e 124 saccas de milho. Viedão de passagem Luiz de Pôra da Villa da Fortaleza do Ceará grande *José da Cruz Ferreira* com sua familia constante de 12 pessoas, o P. Vigario da Villa do Principe *Francisco de Brito Guerra* com hum escravo, o Sargento Mór Adjuncto das Ordens da Capitania de Pernambuco *José Ignacio Borges*, e Capitão de hum Regimento da mesma Capitania *Luiz Alves de S. Payo Cabec*, e *Alexandre Guedes da Cruz*, todos com seus Passaportes. Veio arribado, e hia para Pernambuco.

Continuar-se-há.

O atrito entre informações locais de uso prático e a cobertura da guerra vai se estender até 1814, quando Napoleão será derrotado, pela primeira vez, em 11 de abril de 1814, por uma coalizão de 500 mil homens de diversas nacionalidades. A suposição de que o curso era um pesadelo extinto levou a Europa a viver um período de calmaria bélica e fervor diplomático. No congresso de Viena, os vencedores se reuniam para discutir o restabelecimento das monarquias européias. Porém, em 20 de março de 1815, Napoleão é recebido com festa em Paris e começa a reorganizar seu exército. Os conflitos reiniciam e só vão terminar em 18 de junho de 1815.

Neste período, a Idade d'Ouro oscila entre a cobertura da guerra e informações comerciais locais. Há edições, como a de 1º de junho de 1813, que dedicam, já, quase uma página e meia a notícias marítimas e anúncios. Mas o periódico será mais ousado, neste aspecto, que a Gazeta, provavelmente por ser empreendimento comercial e ter que se vincular

de forma mais nítida aos interesses locais, inclusive por suas dificuldades maiores para obter um bom fluxo de informações do exterior. Em agosto, Silva Serva faz publicar uma lista de produtos e preços, o que será comum a partir de 1821, mas não é prática no momento.

| | | | | | | | | |
|---|-------------------------|-----|-----|---|-----|---------|-------------|--------|
| Papel | { Holanda | 12 | 800 | a | 12 | 800 | Resma: | |
| | { Pezo | 3 | 840 | a | 3 | 840 | Barril. | |
| Pixe da America | | 8 | 000 | a | 10 | 000 | Arreatel. | |
| Pimenta | | | 080 | a | | 160 | | |
| Polvora | { Fina | 15 | 000 | a | 16 | 000 | Arroba. | |
| | { Grôça | 13 | 000 | a | 14 | 000 | | |
| Pregos | | 9 | 000 | a | 9 | 600 | Quintal. | |
| Prezunto | | 11 | 500 | a | 13 | 600 | Arroba. | |
| Queijo flamengo | | | 640 | a | | 720 | Cada hũ. | |
| Quina | | | 800 | a | | 1 | 600 | |
| Rapé de Lisboa | | 2 | 550 | a | 3 | 200 | Arreatel. | |
| Sabão | | | 200 | a | | 320 | | |
| Salça | | 12 | 000 | a | 13 | 000 | Arroba. | |
| Salitre | | 12 | 000 | a | 12 | 800 | | |
| Cebo | { de Holanda | | 200 | a | | 240 | Arreatel. | |
| | { do Rio Grande | 1 | 280 | a | 1 | 440 | | |
| | { do Rio da Prata | 2 | 600 | a | 2 | 800 | | |
| Termentina | | 10 | 000 | a | | Barril. | | |
| Toucinho | | 2 | 560 | a | 3 | 200 | Arroba. | |
| Vinagre | { de Lisboa, ou Porto | 45 | 000 | a | 60 | 000 | Pipa. | |
| | { do Mediterraneo | 40 | 000 | a | 55 | 000 | | |
| | { Cabo | | 800 | a | | 1 | 200 | Galão. |
| | { Carcavelos | 150 | 000 | a | 160 | 000 | | |
| | { Clarere | 100 | 000 | a | 120 | 000 | | |
| | { Constança | 300 | 000 | a | | | | |
| | { Grave | 100 | 000 | a | 120 | 000 | | |
| | { Lisboa | 110 | 000 | a | 140 | 000 | | |
| Vinho | { Madeira | 150 | 000 | a | 170 | 000 | Pipa | |
| | { Malvasia | 110 | 000 | a | 130 | 000 | | |
| | { Mediterraneo | 70 | 000 | a | 100 | 000 | | |
| | { Porto | 170 | 000 | a | 194 | 000 | | |
| | { Tenerife | 100 | 000 | a | 120 | 000 | | |
| <i>Dos Generos do Paiz.</i> | | | | | | | | |
| Açucar sobre os ferros | | | 400 | a | | | | |
| Algodão. | { da Capitania da Bahia | 4 | 000 | a | 4 | 100 | Arroba. | |
| | { da de Pernambuco | 4 | 200 | a | 4 | 300 | | |
| Arros | | 1 | 720 | a | 2 | 880 | Alqueires | |
| Azeite | { De coco | 1 | 920 | a | 2 | 240 | por Canada. | |
| | { De Mamons | 1 | 120 | a | 1 | 280 | | |
| | { Dendê da Costa | 1 | 280 | a | 1 | 600 | | |
| | { de Peixe | | 440 | a | | 480 | | |
| Came seca do Rio Grande | | | 800 | a | | 1 | 000 | |
| Caxaça | | | 560 | a | | 600 | Canada. | |
| Farinha de Man diôca | { Commum | | 560 | a | | 640 | Alqueire. | |
| | { Fina | | 680 | a | | | | |
| Feijão de diferentes qualidades | | 1 | 440 | a | 1 | 920 | | |
| Milho | { Branco | 1 | 120 | a | | | | |
| | { Vermelho | | 720 | a | | | | |
| Sola vermelha dos Coruumes desta Cidade | | 1 | 050 | a | 1 | 150 | por meio; | |

Idade d'Ouro (suplemento), 14 de agosto de 1813.

Os suplementos servem também para dar informações administrativas, como as promoções no exército ou no clero. Mas a Idade d'Ouro vai explorar ainda informações que, usualmente, a Gazeta do Rio de Janeiro não explora, como notícias comerciais sobre os preços de gêneros agrícolas.

Boletim Commercial de Londres em Fevereiro.

O preço das qualidades inferiores do açúcar das plantações *Inglezas* abaixou hum *Sheling* por quintal. O açúcar de *Havana*, e do *Brazil* não tem experimentado nenhuma variação de preço.

As mallas de *Gottemburgo* não annuncião mudança de preço nos generos do *Baltico*. O algodão em *Liverpool* abaixou de preço, porém o da *America*, que he muito raro, se vende por hum preço exorbitante. He de crer, que em consequencia da entrada dos *Russos* em *Dantzic*, *Konigsberg*, e *Hamburgo*, sobissem logo de preço todos os generos coloniaes; como pôtem este boletim he anterior a estes gloriosos successos não faz menção do alto preço, que a esta hora devem ter na *Inglaterra* o açúcar, café, algodão &c.

Idade d'Ouro, 1 de junho de 1813.

Na cobertura internacional, ela segue o padrão da Gazeta. Noticia sobre as negociações diplomáticas.

B A H I A.

Resumo.

Pelas Gazetas da Europa vemos, que não tardará muito o Tratado geral relativo ao arranjo das Nações pequenas, porque se tem feito muitos preparativos para o Congresso de *Viena*. Tem passado pelo *Tyrol* grossas columnas *Austriacas* para a *Italia*; o que dá bem a entender, que a *Austria* tem algumas pertençaes, que deve sustentar com a força. Nada se tem por ora decidido a respeito de *Napoles*. Dizem, que a Arquiduqueza *Maria Luiza*, mulher de *Bonaparte* quer sahir de *Viena* para se passar aos seus Estados; o certo he, que em *Parma*, e *Colorno* se preparão Palacios para a receber. No *Hanover* hove grande discordia entre a guarnição *Prussiana*, e as tropas *Francezas*, que voltavão de *Hamburgo*; e o resultado forão quinhentos mortos.

A *Gram-Bretanha* tem decretado conservar em pé huma força terrestre de 10000 homens. Espera-se, que *Hamburgo* ficará independente, e conservará a sua antiga constituição.

A legião d'honra na *França* fica considerada como huma ordem civil unicamente.

Idade d'Ouro, 4 de outubro de 1814.

E polemiza contra Napoleão.

B A H I A.

ENtre as cousas mais notaveis, que Bonaparte tem dito na sua vida he huma, que disse a hum Inglez em certa conferencia na Ilha d'Elba = *Eu sou summamente amigo da tua Nação: ella he a unica, que tem character, e liberdade: eu queria dar á França o mesmo character, e liberdade, e por isso cheguei a ver-me na precisão de ser Despota.* = Ora quem diria, que Bonaparte tinha tão bons sentimentos escondidos no coração! O certo he, que não se pôdem julgar os homens pelas acções. Todo o mundo via, que elle era inimigo da Inglaterra a ponto de frenetica loucura; todos os Francezes vião, que elle era o maior Tyranno da liberdade Nacional; e com tudo não era assim. Mas se elle não o dísse, ninguem tal alvinhava. Talvez, que por estes, e outros semelhantes ditos, he que o seu criado particular, e o General Bertrand affirmão, que elle perdera o juizo. Porém nisso pouco perde; antes elle perdesse a immensa riqueza, que os Alliados lhe deixarão na restituição dos seus bens, todos roubados em guerras injustissimas. Só no saque de N. S. do Loreto, quantos milhões não agatanhou aquelle milhafre!

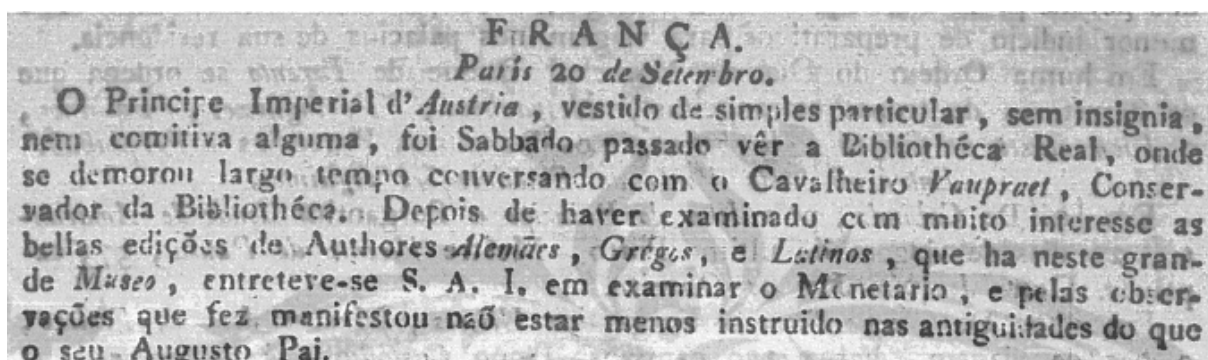
Idade d'Ouro, 2 de setembro de 1814.

Assim, uma edição do periódico baiano contém, nestes dias, normalmente algum artigo ou insinuação contra Napoleão, descrições de debates diplomáticos, com base em gazetas européias, vez ou outro textos laudatórios sobre os acontecimentos do governo, notícias marítimas, anúncios e, por vezes, listas de preços de produtos no varejo. Os artigos informativos de síntese, como os acima, e as informações sobre preços e produtos diferem da Gazeta. Isso coloca em dúvida o poder de influência, como modelo de periodismo, do periódico carioca. Há, evidente, forças centrífugas e forças centrípetas atuando.

Copiar a Gazeta seria a forma mais segura de atender as demandas da corte. É o que faz a Idade d'Ouro, de maneira farsesca, no gênero narrativa laudatória, o que indica que tal gênero era mais regrado, externamente. Isso produzia uma espécie de autocensura no redator. Isso confirma o que foi apontado antes: que tal gênero permite uma liberdade estilística menor, por ser estratégico. Ao migrar de posição geográfica e, portanto, de posição discursiva, carrega no entanto as coerções que são estranhas ao novo ambiente, mas se reproduzem pelo memória discursiva. Os gêneros de matiz comercial parcialmente diferenciados, mas, de qualquer forma, mais importantes na Bahia desde o começo, indicam uma adaptação mais rápida e adequada ao ambiente, posto que a Idade d'Ouro era um empreendimento privado e comercial.

No entanto, é nas sínteses informativas que ocorre a maior diferença. O redator⁴², como mostram o trecho acima e como ele próprio anuncia, sintetiza as informações, tentando interpretá-las, ligá-las entre si, e confessando suas dúvidas quando as informações se contradizem. A Gazeta reproduz muito mais os textos, sem tentar sintetizá-los, ainda que eventualmente teça algum comentário. Isso indica que a função informativa que estes periódicos exerciam estava menos sujeita a intervenções externas, tinha uma função a cumprir que extrapolava os interesses ideológicos da corte. Aliás, a corte dependia de tais informações e do fluxo mais livre de idéias, ainda que limitado, como um benefício que concedia aos súditos. É, de certa forma, uma das concessões de dom João que vai contribuir para o processo de independência. O gênero mais livre indica menos controle, mais liberdade do redator e mais respeito, pelos “revisores”, da função de tais gêneros. Além disso, aponta para uma influência cultural e controle político que se exercia do centro para a margem, enfraquecendo à medida que se distanciava do Rio de Janeiro.

Com o fim da guerra, as notícias vão escassear e se tornam mais anódinas, como o exemplo.



Idade d'Ouro, 2 de janeiro de 1816..

A Idade d'Ouro em 1817 e 1818 passa a valorizar o material externo que trate de questões comerciais e defende, inclusive, que não haja tributação sobre produtos para importação, um credo liberal. Não apenas, nitidamente, ela não mais valoriza questões políticas tanto quanto no período das guerras napoleônicas, mas volta também seu foco para os interesses do comércio local, internacionalizado, e para informações utilitárias, como preços, embarcações e anúncios, que muitas vezes tomam até metade do espaço impresso.

Por este caminho, no Rio de Janeiro surgirão veículos comerciais, que terão vida longa. A Idade d'Ouro, como relata Maria Beatriz Nizza da Silva, acaba por provar sua

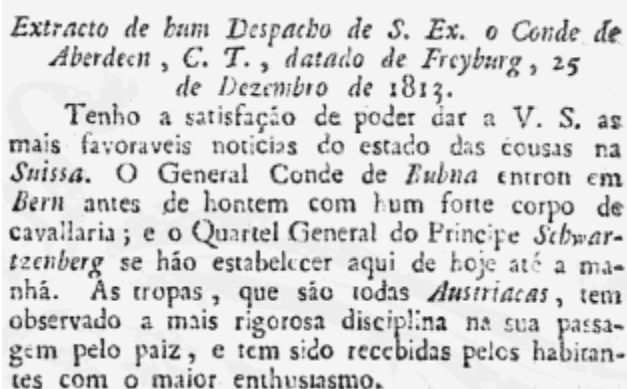
⁴² Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva (1978), há muita controvérsia e nenhuma certeza sobre quem foram os redatores da Idade d'Ouro do Brasil.

fidelidade à corte portuguesa e, nos debates pré e pós independência, toma lado, defendendo o partido português, “atacando o ministério do Rio de Janeiro por ainda não ter aderido às Cortes de Lisboa” (1978: 9). Com a Independência, o periódico acaba em 1823.

Curiosamente, não gozava de liberdade, mas também não sofria grande censura e poucas vezes entrou em querelas políticas. Quando a liberdade de imprensa foi decretada, usou, em defesa da corte, seu direito de expressão. Sobreviveu, mesmo precariamente, dada a baixa quantidade de subscritores, por longo tempo, enquanto agiu como veículo comercial. Foi quando se envolveu com a discussão política interna que se viu desgraçada pela conjuntura.

4.13 GAZETA PARA OS BRASILEIROS

A guerra na Europa sempre foi o foco central da Gazeta do Rio de Janeiro, mas a partir de 1812 até 1816 a incidência de textos sobre o conflito será muito alta. E, depois da derrota da França, também a presença de informações sobre as negociações diplomáticas pós-guerra. Araújo Guimarães terá um material farto, oriundo dos jornais europeus, narrando a guerra contra Napoleão. O correio, mais do que nunca, será um instrumento fundamental. Os relatos chegam do front para os periódicos da Europa, são publicados e enviados por navios para o Brasil, onde os textos são selecionados, organizados, às vezes precedidos de alguma introdução ou explicação, e republicados. Assim, dos gêneros iniciais, os prevacentes neste momento são as cartas, documentos e relatos republicados, por vezes redigidos por nobres ou asseclas da corte para os reis e príncipes, como o exemplo.



Extracto de hum Despacho de S. Ex. o Conde de Aberdeen, C. T., datado de Freyburg, 25 de Dezembro de 1813.

Tenho a satisfação de poder dar a V. S. as mais favoráveis notícias do estado das cousas na Suissa. O General Conde de Bubna entrou em Bern antes de hontem com hum forte corpo de cavallaria; e o Quartel General do Principe Schwarzenberg se hão estabelcer aqui de hoje até a manhã. As tropas, que são todas Austriacas, tem observado a mais rigorosa disciplina na sua passagem pelo paiz, e tem sido recebidas pelos habitantes com o maior entusiasmo.

GRJ, 2 de abril de 1814.

A dependência da imprensa mundial do sistema de correspondência e a inexistência de uma rede exclusiva de produção de informação a torna refém da vontade dos redatores originais, embriões do que viriam a ser os correspondentes. Ela reflete, assim, por condições materiais sobretudo, mais que por razões ideológicas, as concepções de mundo da nobreza. A força republicana neste momento é inimiga, representada por Napoleão Bonaparte. Muitos desses relatos, agora, também não têm estilo epistolar. Torna-se comum publicar o que a Gazeta chama de boletins, despachos do front, com finalidade administrativa, sem laivos laudatórios.

Extracto de hum Officio de S. E. o Marechal General Duque da Victoria, dirigido ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. D. Miguel Pereira Forjaz, do seu Quartel General de Vera, em o 1.^o de Novembro de 1813.

NADA de importancia tem occorrido na linha, depois que dirigi a V. E. o meu anterior despacho de 25 de Outubro,

A guarnição inimiga de *Pamplona* fez a 26 do passado proposições ao General *D. Carlos de Hespanha* para render a praça. A primeira condição que pedirão, foi que se lhes permittisse marchar para *França* com 6 peças de artilharia. A segunda, que se lhes concedesse retirar-se para *França*, obrigando-se a não servir contra os Alliados por espaço de hum anno, e hum dia. Porém o General *D. Carlos de Hespanha* lhes negou ambas as proposições, dizendo-lhes que tinha ordens de não conceder-lhes capitulação alguma, excepto a de ficarem prisioneiros de guerra; ao que responderão, que jamais se submeterião a semelhante condição.

Ácho com tudo que a 29 tem renovado as negociações para render-se; porém ainda não tenho recebido a participação do resultado.

Não tenho recebido ultimamente noticia alguma do General *Clinton*.

GRJ, 2 de fevereiro de 1814.

As descrições, cheias de ação, vão alimentar as gazetas com boas histórias. Este tipo de texto toma a quase a totalidade do espaço editorial, de informações do estrangeiro, o que evidencia a concepção de que são textos que atraem os leitores. A guerra é um bom assunto. A Gazeta transpira esta segurança. Se de início transita por vários temas, tateante, depois incide fortemente na cobertura da guerra. Tal incidência demonstra a segurança das escolhas editoriais dos redatores. A Gazeta, neste momento, se mostra um periódico maduro, com forma estável e com relação estabelecida com o público. Esta vinculação transparece na área de anúncios, que não mais distingue produtos e serviços e incorpora toda sorte de informes à

praça, guia-se pelo princípio da publicização de informações privadas, quaisquer que sejam elas. O correio continua a se servir do espaço, da mesma forma que o príncipe regente, para divulgar atos de governo.

A V I S O S.

S. A. R. Foi Servido conceder o seu Regio Beneplacito á Nomeação de *Francisco Ribeiro Pessoa*, em Vice-Consul da nação *Russa* na Capitania da *Babia*.

Vede-se huma cartuagem de portas de vidraças, com sobresellente de portas; quem quizer comprar dirija se á rua dos *Pescadores*, N.º 10.

Quem quizer comprar duas escravas ainda moças, e de bonitas figuras, huma *Cabra*, e outra *Mina*, ambas quitadeiras, lavadeiras, e cozinheiras, e com principio de engomar, procure *Ignacio José Lopes*, na rua da *Candelaria*, entre a de *S. Pedro* e das *Viollas*, no 2.º andar da casa N.º 16.

Quem quizer comprar azulejos para cazas, dirija-se á rua dos *Pescadores*, N.º 2.

Quem quizer comprar huma preta, boa lavadeira, e cozinheira, procure *Manoel Ferreira de Araujo*, na rua do *Ouvidor*, na esquina do beco das cancellas.

No dia 28 de Abril, perderão-se tres bilhetes do banco de quantias diversas, quem os achar pôde entregar a *Antonio Gonçalves da Rocha*, morador na *Lagoa da Sentinella*, defronte do Official Maior da Policia, de quem receberá alviçaras.

Vende-se a Sumaca *Santa Anna Brazileira*, que carrega 70500 a 80 arrobas, de construção do Norte, vinda proxivamente do *Rio Grande*, e que está fundiada em frente do trapixe da Cidade: quem a quizer comprar procure *Francisco José da Cunha*, ou seu filho, moradores na rua da *Alfandega* N.º 13, que a vende por preço commodo: na mesma casa se acha o inventario dos pertences da mesma Sumaca.

Continua-se a fazer a Subscrição para o *Jornal de Coimbra*, na mesma loja de *Manoel Joaquim da Silva Porto*, na rua da *Quitanda*, á esquina da de *S. Pedro*, pelo mesmo preço de 4:000 réis por semestre, havendo para esta nova Subscrição dois volumes, N.ºs 19, e 20, e promete-se leva-los á casa dos Srs. Subscriptores á proporção que vierem chegando de *Lisboa*.

*** No N.º 34 se disse por engano que o Navio *Maria I.*, sahia para a *Babia* no dia 31 de Maio; devendo dizer-se no dia 3.

RIO DE JANEIRO NA IMPRESSÃO REGIA. 1814.

GRJ, 2 de abril de 1814.

Compra e venda de bens e imóveis continuam muito freqüentes, mas a oferta de serviços ganha espaço, bem como as notificações à praça, como, acima, a de perda de bilhetes. Vários são os exemplos desta natureza. São informes de espólio, nomeação de procuradores e toda uma infinidade de textos que produzem efeitos de informação tornada pública. Muito deles têm caráter performativo. Ou seja, eles realizam a ação que declaram fazer. A sociedade, em suma, interage via Gazeta. O crescimento deste espaço, cujo tamanho é variável, mas nunca inferior a meia página, mostra o quanto o periódico cumpria um papel social. Assim, o contexto externo, tanto quanto características internas (a segurança editorial), indicam que a Gazeta neste momento se insere organicamente naquela sociedade.

A Gazeta amadurece e se consolida como a própria presença da corte no Brasil. A situação inicial, precária, com uma elite rica, mas sem refinamento nem instrução, já está bastante mudada. Dom João distribui prodigamente títulos e honrarias em troca de recursos para sustentar a corte e suas campanhas militares, que vão reprimir rebeliões e impedir que partes do país se separem, formando nações independentes. Além disso, o regente investe na transformação da colônia, para tentar superar o atraso causado pela ação obscurantista de

Portugal. Ele cria uma escola superior de medicina, outra de técnicas agrícolas, um laboratório de estudos e análises químicas e a Academia Real Militar (Gomes, 2007: 217), da qual o próprio redator da Gazeta será professor. Ele também cria a Biblioteca Nacional, com acervo que vem de Portugal, e o Museu Nacional.

Além disso, também cuida para que a cidade seja melhorada. O príncipe regente cria a intendência da polícia, que tem funções de segurança e de administração urbana. Gomes explica da seguinte forma as funções desta intendência:

Sua missão incluía aterrar pântanos, organizar o abastecimento de água e comida e a coleta de lixo e esgoto, calçar e iluminar as ruas usando lampião a óleo de baleia, construir estradas, pontes, aquedutos, fontes, passeios e praças públicas. Ficou também sob sua responsabilidade policiar as ruas, expedir passaportes, vigiar os estrangeiros, fiscalizar as condições sanitárias dos depósitos de escravos e providenciar moradia para os novos habitantes que a cidade recebeu com a chegada da corte. (2007: 229)

A cidade está mais cuidada, há mais cultura, mais instrução, há livros circulando de forma mais abundante, o comércio cresce, a relação do país não passa mais pela matriz. O Brasil definitivamente está em situação mais confortável, ainda que lhe falte mais civilidade. Mas o país está cindido culturalmente. A nova nobreza tem atritos com a antiga nobreza. Os comerciantes portugueses cujos interesses se enraizaram no Brasil já não pensam em voltar. O sentimento de brasilidade aflora no temor de que dom João volte para Portugal com a derrota de Napoleão. Por isso, a guerra afeta portugueses, saudosos do lar, e brasileiros, temerosos de voltar à situação de colônia, de antes do desembarque de dom João. Assim, contraditoriamente, a instalação de uma cultura européia no Brasil, com todos os seus trejeitos e hábitos estranhos a um país tropical, vai aflorar intelectuais, uma elite mais numerosa, o início de uma nobreza brasileira, uma condição social e econômica da qual não se quer abrir mão e um princípio de Estado.

A Gazeta, já um dispositivo maduro, com espaços claramente delimitados, se insere neste ambiente civilizatório. Como o resto, ela desempenha o papel duplo de propagar a cultura da corte, fazer mercê aos súditos e dar origem à imprensa brasileira, cujo papel será fundamental na independência. Se a Idade d'Ouro toma um caminho mais comercial, é porque isto aflora como mais relevante. A Gazeta desempenha este papel funcional local, que será, a partir de então, demandado em toda história do Brasil, mas a cidade tem um foco no jogo político de forças, no destino do país que se confunde com o destino de sua nobreza. Daí porque o gênero, em conformidade com seus leitores, institui um enunciatório cujo interesse está, sobretudo, na política e, secundariamente, na economia.

Assim, quando, entre 1812 a 1816, a Gazeta tem os olhos na Europa, não é mais um olhar meramente português. Cada vez mais é um olhar também brasileiro. Daí o refluxo do tom patriótico nos textos. Não são mais os feitos dos irmãos portugueses que importam mais, mas o próprio andamento da guerra e, depois, das discussões diplomáticas. O Rio de Janeiro já é a cidade mais vinculada à Europa na América. Portanto, o papel que a Gazeta cumpre neste momento é menos ideológico que social. Ela tem que permitir que as elites cariocas sejam informadas. Neste sentido, ela se abrange. Não se volta mais apenas para os interesses portugueses, mas também para os interesses dos brasileiros, muitas vezes contraditórios com os interesses dos lusos.

A relação com os leitores é estreita e é o que determina o que a Gazeta vai veicular, sob pena dela perder sua função social, não fazer mais sentido. Ela própria faz parte do sentimento de brasilidade, pois é o jornal que atende aos brasileiros, que até então não dispunham de imprensa. Por isso, ela se vincula aos seus leitores fortemente, o que explica sua longevidade, bem como a da Idade d'Ouro, sem apoio financeiro da corte. Por isso, não é estranho que ela publique na íntegra, em 16 de agosto 1817, o discurso de posse do presidente da República mais representativa, o pior modelo mundial de sociedade para a nobreza portuguesa: os Estados Unidos da América. Tal fato só é possível graças ao estabelecimento de rotas comerciais com a América, posto que tal documento só poderia ter chegado de navio. Isso significa que Portugal mantinha relações com o país recentemente tornado independente da Inglaterra, principal parceiro comercial. Manter tais relações era um ato de altivez, posto que os Estados Unidos não tinham reatado completamente com a Inglaterra. Está ligado a um certo sentimento antibritânico, que vai resultar nas pressões para que dom João volte a Portugal. O discurso toma duas páginas e 2/3, todo o espaço editorial da edição, e continua sendo publicado na edição seguinte, para ser reproduzido na íntegra.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO.



SABBADO 16 DE AGOSTO DE 1817.

Doctrina . . . vim promovet insitam,

Rectique cultus pectora roborant. H O R A T I.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA.

Falla do novo Presidente James Monroe no dia 4 de Março ao tomar posse do seu emprego.

EU deveria ser falto de sentimentos, se não fizesse em mim profunda impressão a forte prova, que os meus Concidadãos me derão da sua confiança, chamando-me ao alto emprego, de que vou assumir as funções. Do bom conceito, que fazem do meu procedimento no serviço publico, deduzo eu huma consolação, que sómente podem sentir aquelles, que tem a consciencia de terem feito quanto podião para merece-lo. A minha sensibilidade se augmenta, avaliando devidamente a importancia do cargo, a natureza, e extensão de suas obrigações; a cujo desempenho estão intimamente ligados os maiores interesses de hum povo grande e livre. Conhecendo a minha insufficiencia, não posso sujeitar-me ás suas obrigações sem grande susto do resultado. Nunca me esquivarei de huma justa responsabilidade; contando com a confiança de que nos meus melhores esforços em promover o bem publico, sempre se avaliarão justamente os meus motivos, e pezar-se-ha o meu comportamento com aquella candura e indulgencia, que em outros lugares tenho experimentado.

Ao começar os deveres de Chefe Executivo, foi sempre costume dos homens illustres, que vierão antes de mim, explicar os principios, que os devião governar nas suas respectivas administrações. Segundo o seu respeitavel exemplo, a minha attenção se volve naturalmente ás grandes causas, que contribuirão principalmente para produzir a feliz condição actual dos *Estados Unidos*. Ellas explicarão melhor a natureza de nossas obrigações; e illustrarão a politica, que se deve seguir para o futuro.

São passados quasi quarenta annos desde o

principio da nossa revolução até o presente; e 28 desde o estabelecimento desta constituição. Em todo este termo o Governo tem sido o que propriamente se pode chamar *idio-governo* (governo em si mesmo), e qual tem sido o effeito? A qualquer objecto que voltamos nossas vistas, já relativamente aos negocios estrangeiros, já aos domesticos, achamos abundante motivo de nos congratularmos da excellencia das nossas instituições. Em huma época juncada de difficuldades, e marcada pelos mais extraordinarios acontecimentos, os *Estados Unidos* florecerão além de todo o exemplo. Seus Cidadãos em particular tem sido felizes, e a nação tem prosperado. Debaixo desta Constituição o nosso commercio se regulou acceitadamente com as nações estrangeiras, e entre os Estados; admitirão-se á nossa união novos Estados; nosso territorio se tem alargado por hum tratado excellent e honroso, e com grande vantagem dos Estados originarios; os Estados, respectivamente protegidos pelo Governo nacional, debaixo de hum systema brando e paternal, contra perigos estranhos, e gozando, dentro de suas esferas separadas, por huma prudente partilha de poder, huma justa proporção da Soberania, melhorarão sua policia, estenderão seus estabelecimentos, e chegarão á força e madureza, que são as melhores provas de saudaveis leis bem administradas. E se attentarmos á condição dos individuos, que soberbo espectacolo apresenta ella? Quem foi opprimido em algum lugar da nossa união? Quem foi privado de algóm direito de pessoa ou de propriedade? Quem cohibido de offerecer seus votos ao Divino Author do seu Ser na maneira que preferê? Bem sabido he que todos estes bens se gozarão na sua maior plenitude; e eu accrescento com singular satisfação que não ha exemplo de se impor a alguém castigo capital por grande crime de alta traição.

GRJ, 16 de agosto 1817.

Uma edição típica deste período contém textos longos ou curtos extraídos das gazetas européias relatando os movimentos de guerra ou assuntos correlatos. Há um predomínio de cartas e relatos oriundos das cidades onde as ações estão acontecendo. Mas serão sobretudo os despachos do front, de militares, que vão tomar as páginas. Vejamos exemplo deste tipo de texto, que se enquadra, porém, em dois gêneros de discurso, que fazem uso distinto dos gêneros primários.

31.º Boletim do Príncipe da Suécia.
Quartel General de Kiel, 21 de Dezembro

O General *Ben'endorff* se fez senhor de *Ger-trensdenberg*; o General *Loranzage*, que alli commandava, tem de voltar para a *França* com a sua guarnição, com condição de não servir contra os alliados por hum anno.

A fortaleza de *williamstadt* foi despejada com tanta precipitação, que o inimigo desamparou 20 barcas canhoneiras, que alli tinha.

Em todas as Cidades da *Hollanda*, que tem recobrado a liberdade, estão se formando guardas *Burguezas*.

Gluckstadt está cercada. Se a praça não se entregar ao primeiro geio, será assaltada. A guarnição estabeleceu perto da Villa de *Ivenfolth*, em huma posição muito vantajosa, huma bateria de quatro peças de 13 com 200 infantes para a servir. Hum batalhão da Brigada do General *Boyle* tomou a bateria, perseguiu o inimigo debaixo do fogo de metralha da fortaleza, e fez alguns prisioneiros.

Fizerão-se todos os preparativos para atacar a fortaleza de *Frederiksort*: as tropas da segunda Brigada sob o General Barão de *Posse* estavam a 300 passos das muralhas. Depois de hum fogo muito vivo, que durou hum dia e huma noite, e que os nossos soldados sustentarão com hum sangue frio verdadeiramente do Norte, o Commandante capitulou a 19. Achámos na praça 101 peças de artilharia, muitas munições, inclusos 400, ou 500 quintaes de polvora. A guarnição ficou prisioneira de guerra.

GRJ, 2 de abril de 1814.

É um procedimento conhecido e comum publicar documentos, cartas, relatos, etc. Mas há uma mudança sensível durante a cobertura de guerra. Os documentos utilizados são, em grande parte, despachos de guerra ou cartas que têm como função primeira relatar os acontecimentos. Por isso, são relatos secos, sem muitos adornos, focados nos movimentos de guerra. Assim, as gazetas se tornam muito mais informativas, pela demanda do momento de fazer circular informação. Saber sobre a guerra suplanta qualquer pretensão laudatória. Os textos têm normalmente estrutura narrativa, com informações supostamente precisas. Carregam, além disso, a confiabilidade do texto original (despachos oficiais), feitos para manter o governo informado e, portanto, poucos propensos a distorções. Por fim, soam como relatos do cenário de guerra, descrições de quem estava perto, o que aumentam o efeito de sentido de confiabilidade. As narrações de acontecimentos são os únicos momentos em que ocorre um efeito estético, com enfeites textuais, comuns nestes textos, como: “Depois de hum

fogo muito vivo, que durou hum dia e huma noite, e que os nossos soldados sustentarão com hum sangue frio verdadeiramente do Norte, o Commandante capitulou a 19”.

Muitas edições, no ardor da guerra, serão totalmente produzidas com este tipo de texto nas páginas informativas, mas os relatos que fazem um uso mais complexo destes gêneros primários vão começar a ganhar cada vez mais espaço e se tornam, a certa altura, majoritários. O exemplo abaixo é um destes textos.

Napoles 6 de Agosto de 1816.

OS habitantes desta Cidade estão em viva inquietação, esperando que ella seja bombeada pela esquadra *Americana*, composta do *Washington* de 74 peças, do *Java* de 50, da *Constellação* de 38, e da corveta *l'Erie*, e commandada pelo *Commodore Chauncey*. Elle trouxe aqui *M. Pinckney*, para exigir do *Governo Napolitano* quatro milhões de dollars, valor das propriedades *Americanas* confiscadas no tempo de *Murat*; requisição, á qual nos dizem que o *Governo* não quer annuir. O *Governo* fez com grande actividade preparativos de defeza contra todo o acto de hostilidade da parte dos *Americanos*; construindo fornilhos para balas ardentes, e montando peças e morteiros de grosso calibre; e espero que antes que ousem fazer hum ataque á Cidade, chegue huma esquadra *Ingleza*, visto que tocou aqui hum brigue de guerra Sexta feira passada, e o Capitão depois de fazer huma visita a *Sir Henry Lusington*, fez se á vèla immediatamente para *Gibraltar*, — sem duvida para informar *Lord Exmouth* da apparição da esquadra *Americana* diante deste porto, e de suas intenções hostis.

As tropas *Austriacas* estão de posse do castello e de todos os fortes, porque *ElRei* tomou a seu soldo 13:000 homens daquella nação; actualmente ha guardas dobradas nas baterias, e mechas acesas toda a noite. (*Courier*.)

GRJ, 4 de dezembro de 1816.

O relato, reportado pelo redator, é um desenvolvimento bastante claro dos gêneros que assimilam documentos para publicá-los. É um gênero distinto daqueles que se manifestam na Gazeta no seu começo. A explicitação da origem da informação perde relevância, é apagada, importando apenas a informação em si. As informações são relativamente precisas e completas, com poucos traços avaliativos. Muitas informações não estão explícitas, devendo ser deduzidas, o que pressupõe um background comum do redator com o leitor, uma relação permanente, uma escrita para um leitor habitual, já informado previamente sobre o assunto. É um gênero complexo, que tem alto poder de síntese e é muito informativo.

A estes dois gêneros, se somam poucos textos laudatórios e alguns que informam ações de governo, mas também minoritário. Estes gêneros, distribuídos em duas a três páginas de conteúdo informativo, somados à seção de informações funcionais, caracterizam a Gazeta neste momento. Mas a partir de 1817, novas mudanças no contexto cultural levaram o periódico a olhar para dentro; não apenas a escrever para brasileiros, mas também sobre o Brasil.

4.14 OS TEMPOS ÁUREOS

Em 1817, a questão do retorno de dom João a Portugal, que dividiu brasileiros e portugueses, já é questão vencida. Portugal continua abandonado. O Brasil tinha sido elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves (Fausto: 2004) em 1815. Em 1816, dom João começou a governar como rei e, em março, chegou ao país a Missão Artística Francesa, com o objetivo de elevar as artes e civilizar a população. Instala-se no país um “Versailles Tropical” (Gomes, 2007: 293). Diz Gomes:

De um lado do Atlântico, ancorada na Europa cansada de guerra, havia uma metrópole amorfa, empobrecida e humilhada pela longa ausência do rei. Do outro, uma ex-colônia que, no mesmo período e pela mesma razão, havia mudado, enriquecido, prosperado e agora contemplava o futuro com esperança e otimismo. (2007: 305)

É um novo país, com mais cultura, uma economia mais pujante e nobreza, que já não mais vai se conforma a um estatuto inferior. Já não vive apenas ligada às questões européias, mas tem dinâmica interna própria. 1817 e 1818 serão os anos áureos.

Foram os anos de 1817 e 1818 os mais faustos da corte do Brasil. Particularmente entre os meses que medeiam a chegada de dona Leopoldina, a 5 de novembro, e o aniversário de dom João, a 13 de maio, puderam os fluminenses experimentar os efeitos de um consórcio real e, mais inusitada ainda, a coroação e aclamação de um monarca de tradicional casa européia, até então inéditas abaixo do Equador. (Malerba, 2000: 52-53)

Dom João foi aclamado em 6 de fevereiro de 1818. Seu trabalho civilizador tinha produzido resultados. Era um outro país. Na Gazeta, isso se reflete numa incidência muito maior na cobertura local, inclusive dos conflitos internos. A edição de 8 de novembro de 1817, por exemplo, trata, na parte informativa, exclusivamente da chegada de dona

Leopoldina ao Brasil. Será uma exceção, mas o espaço destinado à cobertura local aumenta. Isso implica em gêneros que já não são meramente republicações de outros jornais, mas textos originais.

Neste contexto, há momentos em que a Gazeta volta aos artigos polêmicos, sempre colados em acontecimentos, nunca doutrinários. É o caso da notícia sobre a Revolução de Pernambuco, na edição de 14 de maio de 1817.

Temos demorado por longo tempo o communicar aos nossos leitores quanto nos constava dos desastrosos successos, acerca da revolta de Pernambuco, não tanto pelo horror, que sentiamos em referir semelhante acontecimento, ainda que bem desejaríamos não manchar com tal atrocidade as paginas da *Historia Portugueza*, tão distinta pelos testemunhos de amor, e respeito, que os vassallos desta nação consagrarão ao seu Soberano nas occasiões de maior apuro, e em distancias mui remotas; mas para não adiantar facto, ou circumstancia alguma, em cousa por sua natureza tão odiosa, de que não tivéssemos completa informação; e porque demais estando convencidos, assim como todos, de que os habitantes de Pernambuco não podião ter-se alienado até o ponto de perderem os sentimentos de fidelidade, e obediencia, que noutro tempo realçarão o seu caracter, não acertavamos, como pôde verificar-se a escandalosa ingratião, que acabavão de manifestar. As noticias mais individuaes, que ultimamente tem chegado, nos tirão desta incerteza, mostrando que na funesta rebellião de Pernambuco não teve parte a maioridade dos seus habitantes; e não nos arrependemos por isso de huma demora, que servio para confirmar a persuasão em que estavamos, e que tinhamos tanto a peito: sabe-se já com toda a evidencia, que foi unicamente o resultado da trama de alguns malvados, que tomarão este expediente, para fugir á justa punição dos seus crimes. — Tinha o Governador e Capitão General passado ordem de prisão contra alguns delles, que desde muito tempo a esta parte procuravão excitar animosidades, e maquirar desordens: em execução desta ordem foi preso no dia 6 de Março ultimo *Domingos José Martins*, que era hum dos principaes; e da prisão de outros, que erão Officiaes da guarnição, se encarregarão os dois Chefes dos Regimentos de Infantaria e Artilharia, de que esta se compõe; infelizmente porém tal espirito de insubordinação e indisciplina tinhão os Officiaes culpados introduzido nestes dois corpos, que nenhum delles obedeceu a voz dos seus Chefes, e se poserão em declarada insurreição. O Brigadeiro *Manoel Joaquim*, Commandante do regimento de artilharia, foi cobardemente assassinado

por hum Capitão, a quem deu a voz de prezo; e animados com este exemplo os Soldados dispararão as suas espingardas sobre o Coronel Ajudante d'Ordens, *Alexandre Thomaz*, Official geralmente estimado, que o Governador mandara aos quartéis, para com o mencionado Brigadeiro acomodar o tumulto. Perpetrados estes assassinios forão em tropel ás cadeias pôr em liberdade *Domingos José Martins*, e soltar todos os facinorosos, os quaes se lhes associarão para as desordens subsequentes desse dia, em que perderão a vida alguns dezeseis individuos. O Governador teve unicamente tempo de recolher-se com a sua diminuta guarda no forte do *Brum*, mas não havendo alli, nem mantimentos, nem meios de defeza, se vio obrigado a embarcar-se no dia 9 de Março, em a sumaca, que lhe subministrarão os rebeldes, para trazer-lo a este porto, onde chegou no dia 25.

O chefes principaes dos revoltosos, que são *Domingos José Martins*, o Padre *João Ribeiro*, o Advogado *José Luiz de Mendonça*, o Capitão de Artilharia *José de Barros Lima*, e o Coronel de Milicias *Manoel Correia de Aranja*, se instalarão em governo provisório no dia 7 de Março, e repartirão pela Soldadesca huma parte do dinheiro, que acharão nos cofres publicos.

Pouco depois da sumaca, em que vinha o Governador, entrou outra mandada expressamente da *Bahia*, pelo Conde dos Arcos, e por estas duas embarcações vierão as primeiras noticias de tão nefando dezar. S. M. ElRei Nosso Senhor apezar do abalo, que tão sacrilego attentado faria no Seu Extremoso e Paternal Coração, sem sosobro, e com a maior presteza, Deu logo providencias para obstar a que os malevolos não conseguissem por meio da força e da seducção, induzir á desordem mais alguns infelizes, e mandou promptificar com a maior actividade os navios de guerra e força armada, que devião sujeitar os rebeldes.

O texto continua. É um artigo polêmico e se insere nas características do gênero, mas inclui mudanças, pois polemiza com acontecimentos narrados por outros periódicos. Por isso,

a divisão entre informação e polêmica não existe mais. O gênero vai se assemelhar muito ao tipo de artigo polêmico que depois predominará na imprensa brasileira. Assim, os textos têm maior extensão e relatam acontecimentos enquanto se posicionam sobre eles, elogiam as ações da corte, tendo tom laudatório, mostram um autor livre, expressando sua opinião sem obstáculos, mesmo que as condições de produção sejam bem distintas disto. O efeito de sentido pretendido não é de um posicionamento do governo, mas de um posicionamento livre. Por isso, o autor aparenta ter liberdade, posto que esta é condição de confiabilidade do texto.

A atenção se volta para a questão interna. É um processo irreversível que vai colocar o Brasil cada vez mais nos temas abordados pela Gazeta. A própria dinâmica dos acontecimentos assim o impõe. Com o passar do tempo, a Europa já não é a principal fonte de acontecimentos que afetam Portugal e o Brasil. O próprio desenvolvimento interno terá conseqüências mais graves, como a Revolução de Pernambuco. Desde o fim da guerra e das discussões diplomáticas que restabelecem as monarquias européias, o velho continente vai deixando de ter relevância, pacificado, enquanto os conflitos internos perduram.

RIO DE JANEIRO.

P Or cartas recebidas modernamente, datadas de *Quaraym*, a 20 de Setembro, sabemos algumas particularidades do grande choque, que a partida volante da columna da direita sustentou com a do General dos Insurgentes *Verdun*, as quaes nos apressamos a communicar, emquanto não chegado noticias officiaes, e mais circunstanciadas.

Foi o ataque travado pelo Capitão *Bento Manoel* com os insurgentes no lugar, em que o *Arapey* faz barra no *Uruguay*. No dia 15 de Setembro, o dito Capitão com 100 homens do regimento de Milicias do *Rio Pardo*, surpreendeu o mencionado *Verdun*, que commandava mais de 200, e tinha algumas familias no seu acampamento. O resultado foi ficar prisioneiro o mesmo *Verdun*, 6 Officiaes, e as familias referidas, além dos 200 homens, sem haver da nossa parte hum só ferido. Da parte dos inimigos só morreu hum Capitão, que não se quiz entregar. Deve-se o bom exito desta acção a prudencia, com que o nosso Capitão atacou os postos do inimigo proximos á Villa da *Purificação* (que fora Quartel General de *Artigas*) antes de surpreender o corpo principal.

Tambem de *Missões* chegou parte de haverem os insurgentes atacado huma guarda, que o Brigadeiro *Chagas* tinha mandado postar no outro lado do *Uruguay*, porém ficando elles derrotados com perda de 40 mortos.

GRJ, 1º de novembro de 1817.

Mas há mudanças que também revelam que o leitor mudou. A cidade, que não merecia nota, seja por ser pequena demais e as informações locais circularem por via oral, passa a ser objeto de cobertura. O governo também presta contas das suas despesas pela Gazeta.

| <i>Despezas do Estado.</i> | |
|--|-------------------|
| | Reales de velhon. |
| Caza Real | 56,973,600 |
| Ministerio de Estado | 17,615,692 |
| — de Justiça | 12,046,151 |
| — de Guerra | 472,660,416 |
| — de Marinha | 83,985,637 |
| — da Fazenda | 186,986,420 |
| Despezas extraordinarias, e accidentaes | 150,000,000 |
| Dividas do Real Erario nos dois ultimos annos 708,097,234, fazendo cada anno | 354,048,617 |
| Total | 1,334,316,533 |
| O rendimento total he | 597,126,997 |
| <i>Deficit annual</i> | 737,189,546 |

Impoz-se hum tributo sobre ordenados segundo o seu valor. Hum ordenado de 100000 reales (4000 réis) paga 4 por cento, hum de 40,000 paga 16 por cento.

RIO DE JANEIRO.

Sexta feira, 29 do corrente, Dia Consagrado á Degolação de S. João Baptista, Assistio ELREI Nosso Senhor (na forma do costume), na Real Capella da Quinta da Boa Vista, á Festa daquelle glorioso Precursor, Orago da mesma, que constou pela manhã de Missa cantada e Sermão, findo a qual hum grande numero de pessoas, que tiveram a satisfação de assistir a este testemunho de piedade, gozarão tambem a fortuna de beijar a Real Mão de Sua Magestade; e á noite, de Novena e Sermão; e depois de hum mui agradável fogo de artificio; findo o qual, S. M. teve outra vez a Bondade de dar a beijar a Sua Real Mão ao numerosissimo concurso de pessoas, que se achavão no Real Paço.

As acertadas providencias, que S.M. tem dado para melhorar o estado físico e moral do Brazil, de que temos visto tão prosperos resultados, se conhecem opportunamente desempenhados pela Policia em a seguinte noticia, que benignamente nos foi confiada.

Em 1812 sabendo o Intendente Geral da Po-

licia que as inundações experimentadas nos Campos de Gottacazes inutilisavão muitos terrenos, e infectavão a atmosfera, mandou alimpar os cinco rios principaes, a saber, Onça, rio novo do Collegio, Injá ou Castanbeta, Barro vermelho, e Furado ou Iguaçu, o maior de todos assim em largura como em comprimento (que he de 7 legoas), os quaes todos esgotavão a Lagoa feia, e em 1814 vio acabados estes trabalhos. Nos annos seguintes se cuidou successivamente na limpeza dos mesmos rios, donde resultou aproveitar-se muita terra para a lavoura, reduzindo-se a campinas immensos pantanaes, de que abunda aquelle districto, que bem se podem calcular de 20 a 30 legoas; augmentar-se com este soccorro o numero de gado vacum e cavallar; melhorarem os caminhos e estradas, desempachados das aguas; e, o que he ainda mais precioso, desaparecerem as doencas epidemicas, que tantas vezes assolarão o paiz.

Merecerão igual desvelo outros rios mais pequenos; e de novo se abrirão vailas para communição e expedição das agoas de outras pequenas lagoas.

Diminuindo consideravelmente as agoas da Lagoa Feia, tem-se descoberto caminho para os viajantes, que vem dos Campos para o Rio de Janeiro; pela parte occidental da dita legoa, o qual já se tem melhorado com alguns beneficios, e lançando-se huma ponte no Rio de Jesus, a qual tem 12 palmos de largo, e 60 de comprimento com guardas dos lados, deixando por baixo passagem livre para canoas. Com os outros melhoramentos, que se vão fazendo a este caminho, pôde ficar permanente e real, cortando-se por elle mais de 12 legoas, que tem a estrada, que passa pela barra do Furado, cujo perigo se pôde evitar, assim como algumas outras passagens trabalhosas. Os povos conhecendo o beneficio, que daqui lhes resulta, tem espontaneamente concorrido com os serviços sem dispendio algum da Real Fazenda; e debaixo da direcção do Capitão de Milicias João Carneiro da Silva, empregado nesta administração por Mercê d'ELREI Nosso Senhor, a instancia do Conselheiro Intendente Geral da Policia, se hira continuando nestes trabalhos e na sua conservação, pelo prestimo, probidade e zelo, que constantemente tem empregado o dito Capitão; de que he huma evidente prova a construcção da ponte mencionada, toda á sua custa.

GRJ, 3 de setembro de 1917.

Estes textos se encaixam nos relatos de relatos orais, com elogios ao rei, mas fundados em descrições feitas por um terceiro. Neste caso, bem provavelmente o próprio intendente da policia. É o gênero que mais se esboça como uma forma embrionária de reportagem.

O desenvolvimento das estradas e transportes também vai possibilitar que informações do interior do país cheguem à capital e sejam publicadas, como acontece com missivas e relatos de São João, Goiás, São Paulo ou Minas Gerais. Não seriam publicadas se a Gazeta, porém, não tivesse mudado seu foco. Ou seja, há um fator material (estradas), exógeno, que afeta tal mudança, e um fator endógeno, que diz respeito ao projeto editorial do periódico e à relação com os seus leitores.

Este foco nas questões internas vem junto com as mudanças políticas, como a revolução do Porto, um movimento de caráter moderadamente liberalizante que teria impactos sobre o Brasil. Diz Fausto:

A revolução portuguesa de 1820 tinha aspectos contraditórios para os brasileiros. Podia ser definida como liberal, por considerar a monarquia absolutista um regime ultrapassado e opressivo e por tratar de dar vida a órgãos de representação da sociedade, como é o caso das Cortes. Ao mesmo tempo, ao promover os interesses da burguesia lusa e tentar limitar a influência inglesa, pretendia fazer com que o Brasil voltasse a se subordinar inteiramente a Portugal.

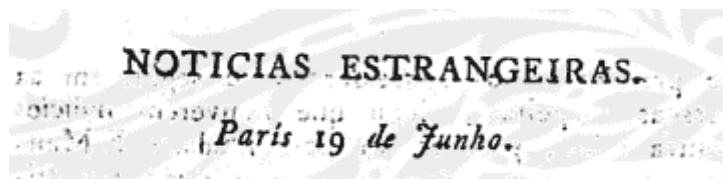
No fim de 1820, os revolucionários estabeleceram em Portugal uma junta provisória para governar em nome do rei e exigiram sua volta à metrópole. (2004: 130)

Mas todo processo que antecede, do qual a Gazeta faz parte, funda um sentimento de autonomia e de brasilidade. Neste contexto, os colonos vão reagir e levar o país a declarar sua independência. Havia alas radicais que defendiam, inclusive, a instalação de uma república. Dom João sabia que era impossível que o Brasil voltasse à condição anterior e deixou Pedro, seu filho, de sobreaviso, afirmando que se o país fosse se separar que fosse para ele e não para nenhum aventureiro (Gomes, 2007). A Gazeta reflete este momento, o primeiro de discussão interna relevante. Volta suas atenções para dentro, para a discussão que culminará na independência do Brasil. Tudo isso leva a Gazeta a mudar consideravelmente no final da sua vida.

4.15 RUMO AO FIM

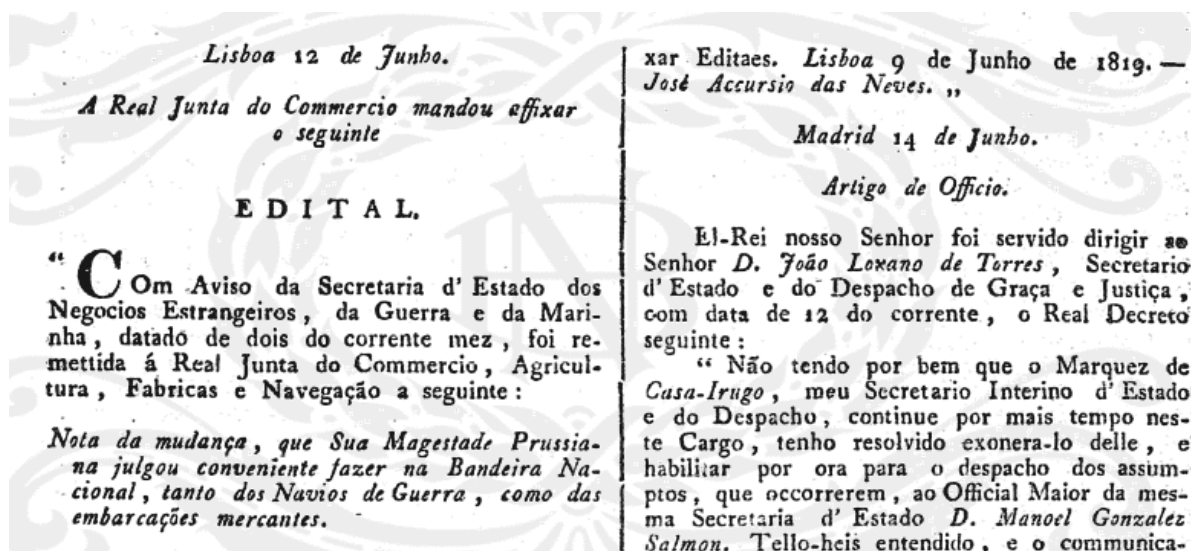
Em 1819, a Gazeta sente o efeito da censura. O movimento que culminará na revolução do Porto, em 1820, passará longe das suas páginas, mas vai influenciá-la. A cobertura se torna insossa, ignorando o processo mais relevante que acontece neste momento. A Gazeta, assim, se distancia de seus leitores. As informações funcionais ocupam

costumeiramente quase duas páginas. A cobertura local conseguiu criar uma nova rubrica, que distingue as notícias da Europa.



GRJ, 6 de outubro de 1818.

Mas a Gazeta perdeu seu élan. A partir de outubro, os comunicados de decisões de governos mudam de características. Sob a rubrica mais usual de Artigo d'Officio, os atos de governo começam a ser publicados. A Gazeta começa a se transformar num diário oficial do governo, instrumento para tornar válida publicamente uma decisão.



GRJ, 9 de outubro de 1919.

Até que a revolução do Porto tenha se concretizado, a Gazeta não recuperará, ao menos em parte, sua função informativa. Em abril de 1821, dom João, forçado pela revolução em Portugal, volta para a Europa e deixa Pedro, futuro dom Pedro I, como príncipe regente. Três meses antes, em janeiro, as cortes começaram a se reunir, sem a presença dos deputados brasileiros. As cortes eram um poder legislativo, que visava construir a constituição fundamental para a fundação de uma monarquia constitucional. Os deputados eleitos no Brasil eram todos brasileiros, o que mostra o sentimento de autonomia que imperava. Em 2 de maio de 1821, a Gazeta começa a republicar os relatos das sessões das cortes e passa, de novo, a ter uma função social clara.

CORTES. — Setima Sessão, 3 de Fevereiro.

Depois da approvação da acta do dia antecedente, leu hum dos Secretarios hum Officio do Ministro da Marinha, em que participa ao Congresso estar a sahir em breve para o Rio de Janeiro o Correio Maritimo Treze de Maio, perguntando se as Cortes querem enviar por elle a S. M. as suas participações.

Annunciou o Excellentissimo Presidente hum Memoria impressa do Corregedor de Portalegre, sobre o Papel-moeda.

GRJ, 2 de maio de 1821.

São textos burocráticos, mas vão cumprir o papel de trazer informações sobre o acontecimento mais importante para o Brasil. Com a regência de dom Pedro, a Gazeta defenderá posições progressistas, como a independência, no momento em que o príncipe regente muda sua posição e passa ele próprio a defender a independência.

Em 14 de julho de 1821, as cortes aprovam a lei que regula a liberdade de imprensa e acaba com a censura no Brasil. Será publicada na Gazeta em 20 de outubro.



GAZETA

DO

RIO DE JANEIRO.

SABBADO 20 DE OUTUBRO.

LISBOA 14 de Julho.

Dom João por Graça de Deos, e pela Constituição da Monarquia, Rei do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, d'aquem e d'além Mar em Africa, &c. Faço saber a todos os meus Subditos que as Cortes Decretarão o seguinte:

As Cortes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portuguesa, querendo desenvolver, e determinar os principios, que sobre a liberdade da Imprensa estabelecerão nos Artigos oitavo, nono, e decimo, das Bases da Constituição, por conhecerem que aquella liberdade he o apoio mais seguro do Systema Constitucional, Decretão o seguinte.

TITULO I.

Sobre a extensão da liberdade da Imprensa.

Art. 1.º Toda a pessoa pôde da publicação desta Lei em diante imprimir, publicar, comprar, e vender nos Estados Portuguezes quaesquer Livros ou Escriptos sem prévia censura, e só com as declarações seguintes:

2.º A faculdade de imprimir qualquer Livro, ou Escripto original, ou traduzido, constitue propriedade vitalicia de seu Author ou Traductor, a qual ainda pertencerá a seus herdeiros, e successores por espaço de dez annos. Quando o Author, ou Traductor for Sociedade Litteraria, ou outra qualquer Corporação, gozará da mesma propriedade por tempo de sessenta annos.

3.º Quem imprimir qualquer livro ou escripto, que, nos termos do Artigo antecedente, constitua propriedade de outrem, perderá todos os exemplares d'elle para o Proprietario; e se não chegarem ao numero de mil, pagará mais

o valor dos que faltarem para preencher este numero.

4.º Todo o escripto impresso nos Estados Portuguezes deve ter estampado o lugar, e anno da impressão, e o nome do Impressor.

5.º Quem imprimir, vender, ou publicar qualquer Livro ou Escripto sem algum dos requisitos mencionados no Artigo precedente, será condemnado em trinta mil réis.

6.º Quem falsificar algum dos requisitos mencionados no Artigo quarto, será condemnado em cinquenta mil reis; e se com essa falsificação attribuir o impresso a alguma pessoa existente, será condemnado no dobro desta pena.

7.º O Author, ou Edictor de escriptos impressos em Estados Portuguezes, e o Impressor delles, quando não conste quem seja o seu Author, ou Edictor, responderão por todo o abuso, que nelles se fizer da liberdade da Imprensa, nos casos determinados nesta Lei; e bem assim o Livrcivro, ou Publicador, pelos abusos, que se commetterem nos escriptos que vender, ou publicar impressos em Paizes Estrangeitos, quando contiverem expressões, ou estampas obscenas, ou libellos famosos.

TITULO II.

Das abusos da liberdade da Imprensa, e das penas correspondentes.

8.º Pôde abusar-se da liberdade da Imprensa: 1.º contra a Religião Catholica Romana: 2.º contra o Estado: 3.º contra os bons costumes: 4.º contra os particulares.

9.º Todos os delictos comprehendidos no Artigo antecedente serão qualificados em primeiro, segundo, terceiro, ou quarto grão, em attenção ás diversas circumstancias, que podem augmentar, ou diminuir a sua gravidade.

10.º Abusa-se da liberdade da Imprensa contra a Religião: 1.º quando se nega a verdade

Será o marco do fim de uma era na imprensa. A Gazeta atendeu, conforme as possibilidades, uma demanda, ao mesmo tempo em que a alimentava. A própria história trataria de superá-la, como superou. Em março de 1821, começa a primeira explosão de títulos no Brasil. Até julho, quando a liberdade de imprensa vira lei, surgem apenas jornais ideológicos de defesa da corte, como, por exemplo: *Semanário Cívico*, *Minerva Brasiliense*, *O Amigo do Rei e da Nação*, *O Bem da Ordem* e *O Conciliador do Reino Unido*, cujo grande gênero do discurso será muito semelhante aos artigos polêmicos da Gazeta. Independente da posição que defendam, este gênero vai ser basilar do jornalismo polêmico no Brasil. Surgem dois periódicos sui generis. O *Jornal dos Annuncios* vai ficar com uma função prioritária da Gazeta, ao cobrar para publicar anúncios. E só anúncios. O caráter informativo da Gazeta será assumido pelo *Diário do Rio de Janeiro*, que vai durar, informativo, até 1878. Vai publicar informações funcionais e, tal qual a Idade d'Ouro do Brasil, começa a publicar os preços dos produtos a venda.

Diversos outros surgem, após a legalização da liberdade de imprensa. São o *Diário Constitucional* (*O Constitucional*), *A Sentinela Baiense*, *O Analisador Constitucional*, *O Baluarte Constitucional*, *O Espreitor Constitucional*, *O Despertador dos Verdadeiros Constitucionais*, *A Abelha*, *Aurora Pernambucana*, *Revérbero Constitucional Fluminense*, *O Espelho* (de caráter informativo), *O Alfaiate Constitucional*, *O Conciliador do Maranhão*, *Segarrega*, *O Relator Verdadeiro*, *Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum* e *A Malagueta*. Com tantos jornais, muitas das funções da Gazeta são supridas por outros. Sem função, em 1822, ela muda de nome, para *Gazeta do Rio*. Insere-se nas polêmicas do momento, publicando *Artigos d'Oficio*. Adentra 1823 totalmente distinta do era, reduzida a diário oficial. Assim termina a história da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Seus gêneros, funções e as demandas que ela estimulou permanecem.

5 CONCLUSÃO

Pedro, relata a narrativa floreada e saborosa de Luiz Edmundo, “foi o mais mimado e o mais querido dos filhos de Carlota Joaquina” (1957: 199). Teve educação precária, vivia solto, adorava montar a cavalos e, segundo o próprio, levou 36 tombos, sabe-se lá se incluiu nesta conta as constantes desculpas que colocava nos cavalos quando tomava “cargas de pau” de pais de filhas seduzidas ou de maridos traídos. Pedro era um sedutor.

Chegou ao Rio de Janeiro com nove anos, quase dez (nasceu em 12 de outubro de 1798), jovem demais. Cresceu no Brasil e, de certa forma, cresceu mestiço, tornou-se luso-brasileiro. Pendeu, por vezes, para um lado, quando defendeu a Independência, inclusive pelas gazetas de seu tempo (Viana, 1967). Outras vezes, pendeu para o outro lado, quando privilegiava patrícios na composição do seu ministério. Assim, brasileiro, foi amado, mas português, caiu em desgraça, escolhendo por fim voltar para a terra natal.

Frei Tibúrcio, o primeiro redator da Gazeta do Rio de Janeiro, também será convertido, mais profundamente ainda, em terras brasilis. Em 1821, será cidadão brasileiro, de todo coração. Diz Gondin da Fonseca:

Em 1821, Frei Tibúrcio não poderia ser o jornalista-símbolo da imprensa do Rio de Janeiro. E não era. Despira o hábito. Comprara uma cartola, uma casaca, um bengalão. Esticara até as orelhas o colarinho. E uma extensa gravata envolvia-lhe agora o pescoço magro.

De Frei Tibúrcio, passara a Cidadão Tibúrcio, cheio de princípios liberais, falando em seitas maçônicas, na constituição espanhola de Cadiz, nas virtudes da República, e nos direitos do homem. Antigamente, a sua atividade limitava-se a louvar príncipes, desancar Napoleão e redigir anúncios. Possuía um único jornal: a Gazeta do Rio de Janeiro. Hoje, multiplica-se em várias redações, e em muitas delas não admite sequer o anúncio. Não a tempo a perder! A cabeça transborda-lhe de idéias, o dia tem apenas vinte e quatro horas, e o seu trabalho é enorme! (1941: 54)

A história da imprensa não é a história dos homens que a fizeram. Ainda que não haja periodismo sem sujeitos, nem jornalismo sem jornalistas, um não se confunde com o outro. Mas ambos sofrem os efeitos do mesmo processo histórico, conforme sua especificidade. Homens e periódicos se assemelham, mesmo distintos. Um se reflete no outro e vice-versa.

Assim, o caminho trilhado pela Gazeta do Rio de Janeiro se assemelha ao caminho trilhado por sujeitos que vivem a mesma época. Migra, do ponto de vista político, para uma posição mais progressista e liberal. Ao mesmo tempo, a identidade de sujeitos e jornais transmuta para uma identificação mais intensa com o Rio de Janeiro e com o Brasil, ainda que o país tenha valores nacionais precários. Mesmo assim, já se sabe não português, o que fica

explícito pela existência, nas proximidades da Revolução do Porto, de um partido português e de um partido brasileiro. No mínimo, os interesses políticos e econômicos são claramente distintos e estão em disputa, o que não havia no processo de colonização, quando portugueses exploravam as riquezas do novo mundo.

Estas mudanças em Pedro, Tibúrcio e na Gazeta acontecem porque eles vivem no ambiente que engendra um sentimento de brasilidade como nunca existira antes. Isto é fundamental e distintivo do processo que cerca periódicos como a Gazeta do Rio de Janeiro e a Idade d'Ouro do Brazil, em relação, por exemplo, ao processo exógeno que cerca o Correio Braziliense. Este permanece português, como seu redator, que é nomeado Cônsul de Portugal na Inglaterra. Sem saber da notícia, Hipólito morre 9 dias depois, em 11 de setembro de 1823, na Inglaterra, de "infecção intestinal" (Dourado, 1957). Seu nome também figurava entre os primeiros Oficiais da Ordem Imperial do Cruzeiro, instituída depois da independência do Brasil.

Por isso, o Correio tem influência política, mas ele não supre nem engendra demandas que a imprensa deve atender, como fazem os jornais publicados no país, muito mais próximos da realidade local. Estes se tornam brasileiros, tanto no conteúdo quanto na vinculação com a cultura e as condições sócias locais.

Assim, a imprensa brasileira passa por um período embrionário, quando não é de fato brasileira, mas sim publicada no Brasil (Gazeta do Rio de Janeiro, Idade d'Ouro do Brazil e O Patriota) ou escrita por brasileiro (Correio Braziliense). A Gazeta reflete a imaturidade da incipiente imprensa portuguesa, de início, e tateante parece não ter referências claras. Por isso, ela se desenvolve, muda, amadurece, incorporando influências estrangeiras, sobretudo das gazetas informativas, mas buscando se enraizar no local onde nasceu. Converte-se num espaço de mediação social, provê informações úteis, relaciona os habitantes locais. Com o tempo, contribui para a formação de uma mentalidade brasileira, estimula demandas a que ela própria, depois, é incapaz de atender, nem tem condições legais de fazê-lo, pois perde a exclusividade de publicação no Brasil. Além disso, tolhida pelo caráter oficial de suas páginas, se é um progresso no início, no fim está limitada e incapaz de competir, tornando-se apenas um embrião de diário oficial.

Contraditoriamente, a Gazeta, como instrumento da monarquia portuguesa, participa do processo que vai engendrar os sentimentos republicanos brasileiros, como acontece com Tibúrcio, vivendo no mesmo tempo e sob as mesmas influências. Esta é a marca deste momento: contradição. As ações que salvam a monarquia portuguesa, ao mesmo tempo a enterram, pelo menos no Brasil. Se dom João se nutre do desejo de títulos dos colonos, acaba

também inventando, por lei, a nobreza brasileira, nobreza tupiniquim, sem glórias passadas, sem história de batalhas, formadas de maneira muito distinta do processo de curialização que converte guerreiros em nobres na Europa. Surge daí uma nação mestiça, com uma mentalidade mestiça.

Nada mais emblemático destes tempos que o fato de um periódico sob censura, oficialesco, moderadamente livre, gestado dos laivos liberais da corte portuguesa, ser o embrião da imprensa brasileira. É o fato de pertencer a este tempo e de sofrer todas as influências locais, respondendo a elas da maneira como lhe é possível, que torna a Gazeta o periódico mais importante, para a história da imprensa no Brasil, do período que vai de 1808 a 1821. Desta forma, sendo o veículo mais acessível, o mais enalacrado nas demandas funcionais do momento, ele deixa marcas no futuro, condiciona o periodismo que lhe sucede.

Assim, a questão da periodização da imprensa, por mais que tenha relações com a periodização da história política e da história econômica, não se resume, nem decorre mecanicamente delas. Tal concepção é oriunda de uma colocação da imprensa como problema de outros campos e, portanto, subsumida a eles. Ao pensar a história da imprensa como problema específico, sem julgá-la pelo papel político progressista que cumpriu ou deixou de cumprir, impulsionando o avanço do país, sobra encará-la como materialidade simbólica, que se relaciona com seu tempo, que se insere na semiose social e com ela dialoga. Assim, a linguagem, materialidade concreta mais relevante que o passado lega para que a história da imprensa seja contada, ganha relevância central, da mesma forma como a linguagem tem relevância central para própria definição da imprensa e do jornalismo.

A linguagem, no caso da imprensa, materializa também os processos que a engendram, posto que na atividade informativa que é central em toda imprensa, mesmo na imprensa polêmica, que discute temas contemporâneos, a linguagem não se basta a si mesma, posto que não se trata apenas de estética. A imprensa serve-se da linguagem como meio, não como fim. Assim, a imprensa materializa em signos, confessa o processo de sua feitura, que pode ser, posteriormente, checado com base em outras fontes. Tais processos de produção são parte fundamental da história da imprensa, pensada em si mesma, como atividade cuja finalidade última é fazer circular informações e opiniões. Linguagem, em sentido amplo, é tudo aquilo que produz sentido. No caso da imprensa, envolve tanto os gêneros específicos que compõem os periódicos como a sua organização, mais rígida ou mais fluida, nas páginas impressas. Tanto os gêneros quanto a organização formal do dispositivo, são condicionadores dos temas que podem ou devem ser tratados e, portanto, condicionam o conteúdo, do qual não se apartam em

momento algum. A forma é sempre a forma de um conteúdo dado, que altera a forma da mesma maneira como é alterado por ela. Por isso, a história da imprensa é a história da linguagem da imprensa, condicionada pelos processos de produção práticas e possíveis, o que envolve as condições técnicas, materializadas em gêneros e organizadas em um dispositivo.

Assim, as condições de produção culturais e técnicas moldam a imprensa e nela se manifestam, mas não a substituem como objeto privilegiado na construção de sua história. Relacionada com tais condições, a imprensa não pode ser trocada como objeto de análise por elas porque, por razões culturais, profissionais ou políticas, não as reflete meramente, mas descreve um processo relativamente autônomo e relativamente dependente das condições de base que lhe propiciam. Daí porque a imprensa pode surgir sem que haja leitores suficientes, mas não pode perdurar sem isso. Ela pode se antecipar à alfabetização, tornando-a mais urgente, por estar relacionada com as condições que a engendram, mas não determinada por elas. A cada tempo, a relação que os periódicos terão com as condições existentes será diferente. Eles cumprem um papel funcional a cada momento. Por vezes, no entanto, se antecipam ao tempo, atuando como forças progressistas, como foi a Gazeta, ou se convertem em padrões estáveis e conservadores de circulação de informação e opinião. Devem ser julgados (avançados ou conservadores) relacionados a seu próprio tempo, não a partir dos valores do presente ou das possibilidades que existiram. Tal discussão, se pertinente para a imprensa hoje, não pode ser colocada para o passado. Se faz sentido discutir uma deontologia que oriente o jornalismo para suas reais potencialidades, no caso da análise do passado é mais importante entender meramente o que a imprensa fez, não o que poderia fazer, mesmo porque o passado não pode ser redirecionado.

Por fim, o foco no material simbólico, nas práticas profissionais, no papel que a imprensa cumpre a cada tempo, por sua especificidade, não pelos conteúdos que veicula, materializa uma abordagem que longe de ser a única possível ao menos tem a propriedade de ser interna às ciências da comunicação. O que há de mais peculiar na imprensa que a caracteriza como objeto das ciências da comunicação, logo que ela pode ser objeto de diversas áreas, são os processos a partir dos quais ela produz efeitos na sociedade. Neste aspecto, julgo ter olhados para o que há de mais característico e colaborado para que o campo amadureça e tenha capacidade de definir problemas de pesquisa que lhes são próprios. Creio que fiz o movimento que leva do problema prático ao problema acadêmico comunicacional, no que se refere à área específica da história da imprensa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ABREU, Alzira Alves de. **A imprensa em transição**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ABREU, M. **Quem lia no Brasil colonial?**. Anais do 24. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande/MS, setembro 2001 [cd-rom]. São Paulo, Intercom/Portcom: Intercom, 2001.
- AFFONSO, Ermelinda Adamo. **Jornalismo na independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Regional, s/d.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma Investigação), 1970. In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- AMARAL, Luiz. **Jornalismo: matéria de primeira página**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- ADORNO, Theodor W. HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. RJ: Jorge Zahar, 1985.
- BAHIA, Juarez. **Jornal: história e técnica**. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992b
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. SP: Hucitec, 1992a.
- _____. **Questões de literatura e estética**. São Paulo: Hucitec e Unesp, 1993.
- _____. **Problems of Dostoevsky's poetics**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro, Mauad, 2007.
- BARBOSA, Rui. **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Editora Papagaio, 1997.
- BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa**. São Paulo: Folco Masucci, 1969.
- _____, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.
- _____, Luiz. **Jornalismo interpretativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- _____. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1960.

BELTRÃO, Luiz. QUIRINO, Newton de Oliveira. **Subsídios para uma teoria da comunicação de massa**. São Paulo: Summus, 1986.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura** (obras escolhidas). São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTO, Cláudio Moreira. **Hipólito da Costa, o gaúcho fundador da Imprensa Brasileira**. Porto Alegre: Metrópole, 2005.

BERGER, Christa. MAROCCO, Beatriz (orgs). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa - vol. 1**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

BERGER, Christa. MAROCCO, Beatriz (orgs). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa - vol. 2**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

BOND, Fraser. **Introdução ao jornalismo**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1959.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In ORTIZ, Renato (org) **Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais. p. 122-155.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Editora Paulus, 2006.

_____. **Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação**. In: XIII Encontro Nacional da Compós, 2004, São Bernardo do Campo, SP. Anais do XIII Encontro Nacional da Compós. São Bernardo do Campo: Compós, 2004. v. 1.

BROOKES, Heather Jean. **'Suit, tie and touch of juju' - the ideological construction of Africa: a critical discourse analysis of news on Africa in the British press**. *Discourse and Society*, v.6(4), p.461-494. 1995.

CARDOSO, Tereza Maria R. A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (10808-1821). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, a. 152, n. 371, abril/junho de 1991. pp. 341-436.

CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico – a vida de Nelson Rodrigues**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

CASTELO BRANCO, Vitorino Prata. **Curso de jornalismo**. São Paulo: Tipografia Cultura, 1945.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. SP: Nacional, 1987.

COSTA, Hipólito José da. **Correio Braziliense, ou, Armazém Literário, vol. I**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002.

_____, Hipólito José da. **Correio Braziliense, ou, Armazém Literário, vol. XII**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002.

_____, Hipólito José da. **Correio Braziliense, ou, Armazém Literário, vol. XXV.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Brasília, DF: Correio Braziliense, 2002.

DIÁRIO CARIOCA. **Um conservador de vanguarda.** Disponível em <http://dc.serqueira.com.br/>. Acesso em 5 de agosto de 2006.

DORADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-Editôra, 1957.

DOVIFAT, Emil. **Periodismo.** Mexico: U.T.E.H.A, 1959.

DUARTE, Jorge. **Jornalista Luiz Beltrão, pioneiro em várias áreas.** Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/luizbeltrao/luizbeltrao.biografias.htm#luizbeltrao.biografias.enc4>>. Acesso em: 25 de setembro de 2006.

EDMUNDO, Luiz. **A côrte de D. João no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

EMERY, Edwin. **História da Imprensa nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

FAIRCLOUGH, Norman. **Media discourse.** London and New York: Edward Arnold. 1995.

FARACO, C. A et al. (org.). **Diálogos com Bakhtin.** Curitiba: UFPR, 2001.

FARINHA, Ramiro. **Imprensa Nacional – sinopse histórica.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1969.

FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa.** Estudo sobre a Aids. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. **Livros, bibliotecas e censores: os impedimentos para os leitores no Brasil do século XIX.** Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 11 de agosto de 2008.

FONSECA, Gondin da. **Biografia do jornalismo carioca: 1808-1908.** Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

Formação superior em jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade. Federação Nacional dos Jornalistas (org.) Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro. São Paulo: Loyola, 2000.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**. São Cristóvão, Aracaju: Editora UFS, Fundação Oviêdo Teixeira. 2005.

FREITAG, Bárbara. **Teoria crítica: ontem e hoje**. SP: Brasiliense, 1994.

FREUD, Sigmund. **Mal-estar da civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

FRUS, Phyllis. **The politics and poetics of journalistic narrative**. Cambridge: University Press. 1994. 90-119.

FUNCHAL, Marquez do. **O conde de Linhares: Dom Rodrigo Domingos Antonio de Sousa Coutinho**. Brasília: Thesaurus, 2008. pp. 1-34.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

GADET, F. HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

GANS, Herbert J. **Democracy and the news**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

GARDINER, Michael. **The dialogics of critique**. London: Routledge, 1992.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Porto Alegre: Ortiz. 1987

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

_____. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GOMES, Laurentino. **1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2007.

GRÁFICA: arte e indústria no Brasil: 180 anos de história / Organizado por Mário Camargo. São Paulo: Bandeirantes Gráfica, 2003.

HABERMAS, Jürgen. Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa. In: **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984. p.213 - 229.

_____. Técnica e ciência enquanto ideologia. In: (Ed.). **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, v.XLVIII, 1975. Técnica e ciência enquanto ideologia, p.313-343

HENN, Ronaldo. **Os fluxos da notícia**. São Leopoldo, RS: Editora da Unisinos, 2002.

HOHENBERG, John. **O jornalista profissional: guia às práticas e aos princípios dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Editora Interamericana, 1981.

HOHLFELDT, Antônio. MARTINO, Luiz C. FRANÇA, Vera (organizadores). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Instrumentação da edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense, 1821-1822 / organizada por Marcello de Ipanema (*in memorian*) e Cybelle de Ipanema. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005.

JALBERT, Paul L. **Critique and analysis in media studies; media criticism as practical action**. *Discourse and Society*, v.6(1), p.7-26. 1995.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

JOBIM, Danton. **Espírito do jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

JORNAL DO BRASIL. **A reforma que marcou a imprensa brasileira**. Disponível em http://jbonline.terra.com.br/destaques/113anos/1946_1960.html. Acesso em 5 de agosto de 2006.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KELLY, Celso. **As novas dimensões do jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1966.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: norte e sul**. São Paulo: Edusp, 1997.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores do AI5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004.

LAGE, Nilson. À frente, o passado. In: Federação Nacional dos Jornalistas (org.) **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis, SC: Imprensa da UFSC, 2002.

_____. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2006.

LAVANDERA, Beatriz R. **Decir e aludir: una propuesta metodológica**. *FIL*. XX, v.2, p.21-31. 1985.

LIMA, Alceu de Amoroso. **O jornalismo como gênero literário**. Rio de Janeiro: Agir. 1958.

LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da cultura de massa**. RJ: Paz e Terra, 2000.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **O problema da imprensa**. São Paulo: Edusp, 1997.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **O adiantado da hora**. São Paulo: Summus, 1990.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.

- MALERBA, Jurandir. **A Corte no exílio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1986.
- MARTINO, Luiz C. **História e identidade: Apontamentos epistemológicos sobre a fundação e fundamentação do campo comunicacional**. Artigo publicado na edição 1, em dezembro de 2004, da revista eletrônica e-compós. Disponível e: <<http://www.compos.org.br/e-compos>>. Acesso em 10 de junho de 2008.
- MARTINS, Eduardo (org.). **Manual de redação e estilo**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1990.
- MARTINS, Luiz. **Rui Barbosa e O Dever da Verdade**. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=341AZL005>. Acesso em 7 de agosto de 2006.
- MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política. In: FERNANDES, F. (org.). **K. Marx & F. Engels: História**. São Paulo, Ática, 1983, pp. 233-234.
- MATTELART, Armand e Michèle. **História das teorias da comunicação**. SP: Loyola, 1999.
- MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg**. SP: Editora Nacional, Editora da USP, 1972.
- MCNAIR, Brian. **News and journalism in the UK**. London and New York: Routledge, 1994.
- MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1995.
- MEDITSCH, Eduardo. **Ciespal trouxe progresso... e o problema quase insolúvel do comunicólogo**. Disponível em: <www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/meditsch-ciespal.html>; Acesso em: 2 de junho de 2007. 1999.
- _____. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992.
- MELO, José Marques de. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972.
- _____. **Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo**. São Paulo: FTD, 1992.
- _____. **Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Tese de livre docência apresentada ao Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1983.
- _____. **História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- _____. **Teoria do Jornalismo: Identidades Brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MELO E SOUZA. **Impressões do Brasil: a imprensa brasileira através dos tempos.** São Paulo: Globo, 1986.

MESSAGI Jr, Mário. **Diálogos em monólogo: jornalismo impresso, linguagem e ideologia.** Dissertação de mestrado. UFPR, 1998.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal: da forma ao sentido.** Brasília: Paralelo 15, 1997.

MOURA, Cláudia Peixoto. **O curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares.** Porto Alegre, RS: Edipucrs. 2002.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário.** São Paulo: Contexto, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento.** Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional.** Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

POPPER, Karl. **A Vida é Aprendizagem.** Lisboa. Edições 70, 2001.

RAE, John. DRURY, John. **Reification and evidence in rhetoric on economic recession: some methods used in the UK press, final quarter 1990.** Discourse and Society, v.4(3), p.329-356. 1993.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50.** Rio de Janeiro, Editora E-papers, 2006.

_____. **Uma história da imprensa, enfim.** Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 31, n. 1, jan./jun. 2008.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Um brasileiro em Berlim.** São Paulo: Nova Fronteira, 1995.

RIZZINI, Carlos. **Hipólito da costa e o Correio Braziliense.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1957.

ROJO, Luisa Martín. **Division and rejection: from the personification of the Gulf conflict to the demonization of Saddam Hussein.** Discourse and Society, v.6(1), p.49-80. 1995.

ROMANCINI, Richard. LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil.** Florianópolis: Insular, 2007.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

SÁBATO, Ernesto. **Homens e engrenagens.** Campinas: Papyrus, 1993.

- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix. 1995
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor, as batatas**. São Paulo: Duas Cidades. 1981
- SILVA, Juremir Machado da. **A miséria do jornalismo brasileiro: as (in)certezas da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- SMITH, Anthony. **The long road to objectivity and back again: the kinds of truth we get in journalism in Newspaper history: from the seventeenth century to the present day**. Ed. By G. Boyle; J. Curram & P. Wingate. London, Canstable, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes. 1983
- SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.
- SOUZA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.
- TARSINATO, Paulo Rogério. **Luiz Beltrão: vida e obra**. Disponível em <http://www2.metodista.br/unesco/luizbeltrao/arquivos.02.luizbeltrao.paulorogério.pdf>. Acesso em 5 de agosto de 2006.
- TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Portugália Editora, 1965.
- TERROU, F. ALBERT, Pierre. **História da imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- THOMSON, Thomas. **Annals of philosophy, or, Magazine of chemistry, mineralogy, mechanics, natural history, agriculture, and the arts**. London: Baldwin Cradock e Joy, 1818. Vol. XI, january to june. Pp. 83-86.
- TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2001.
- _____. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2004.
- TUCHMAN, Gaye. **Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity**. The American Journal of Sociology, Vol. 77, No. 4 (Jan., 1972), pp. 660-679.
- VASSALLO LOPES, Maria Immacolata. **As fronteiras entre as ciências sociais vistas da comunicação: Uma aproximação aos estudos sociais das ciências**. Artigo publicado na edição 1, em dezembro de 2004, da revista eletrônica e-compós. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/e-compos>>. Acesso em 10 de junho de 2008.
- VIANA, Helio. **D. Pedro I jornalista**. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

VILAS BOAS. **O estilo magazine: o texto em revista**. São Paulo: Summus, 1996.

VIZEU PEREIRA JUNIOR, Alfredo Eurico. **Jornalismo e representações sociais: algumas considerações**. Artigo publicado na edição 1, em dezembro de 2004, da revista eletrônica e-compós. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/e-compos>>. Acesso em: 10 de junho de 2008.

VIZEU, Alfredo. **Beltrão, os estudos e as teorias do Jornalismo**. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v.30, n.1, p. 13-34, jan./jun. 2007.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito capitalista**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

WILKEN, Patrick. **Império à deriva – a Corte portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821**. Porto: Civilização Editora, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Editorial Presença: Lisboa, 1987.

ANEXO

MANUAL DE ESTILO DO DIÁRIO CARIOCA

REGRAS DE REDAÇÃO DO DIÁRIO CARIOCA

Instituídas nos anos 50, pelo jornalista Pompeu de Souza, as regras de redação e estilo do extinto Diário Carioca (1928-1965) constituem o primeiro manual de redação moderno da imprensa brasileira.

Instruções gerais

- Escrever sempre a máquina, de um só lado da folha, no papel padronizado e em espaço dois.
- Começar todas as matérias no meio da folha, numerando, no alto, cada folha.
- Deixar uma margem de dois centímetros em cada lado da folha, e escrever em cada folha 30 linhas.
- Escrever uma palavra ou frase representativa do conteúdo da matéria (retranca), no alto da primeira folha imediatamente abaixo do nome do autor.
- Usar palavra “continua”, entre dois parênteses, ao fim de todas as folhas exceto a última.
- Usar símbolo X para significar conclusão da matéria e acrescentar “X” ao número da última folha.
- Não começar parágrafo novo na última linha da folha.

REDAÇÃO

Ocupar o primeiro parágrafo das notícias com:

a) um resumo conciso das principais e mais recentes informações do texto, esclarecendo o maior número das seguintes perguntas relativas ao acontecimento: quê?, quem?, onde?, como?, e por que?;

ou:

b) um aspecto mais sugestivo e suscetível de interessar o leitor no acontecimento.

Só compor de modo diverso o primeiro parágrafo em casos de matérias muito peculiares em que o elemento pitoresco, sentimental ou de surpresa o exija.

Ordenar o desenvolvimento do resto da notícia pela hierarquia da importância e atualidade dos pormenores.

Usar parágrafos curtos e evitar palavras desnecessárias, qualificativos, principalmente, tendenciosos, e frases-feitas. Só excepcionalmente usar períodos com mais de quatro linhas datilografadas.

Não começar períodos ou parágrafos sucessivos com a mesma palavra. Não usar repetidamente a mesma estrutura da frase.

Evitar palavras chulas e expressões de gíria não incorporadas à linguagem geral, assim como termos preciosos e frases de conteúdo puramente sensacionalista.

Ler sempre a própria matéria antes de entregá-la, a menos que o tempo não permita.

Ler a matéria depois de publicada e reparar nas alterações feitas.

Em qualquer dúvida, consultar dicionários, enciclopédias ou outras fontes de referências.

Evitar fórmulas e expressões genéricas sempre que se disponha de informações e pormenores precisos.

Nos editoriais, partir sempre do acontecimento ou do dado concreto para o comentário.

Comentar, de preferência, em cada editorial, um único assunto ou um aspecto comum de mais de um assunto.

CABEÇAS

Contar as unidades gráficas dos títulos (em alguns casos, também de certos subtítulos), de acordo com os padrões estabelecidos.

Não cortar palavras e, de preferência, não cortar frases de uma linha para outra.

De preferência, afirmar ou negar no título, evitando ambigüidade da expressão.

Variar a ordem das sentenças entre os títulos e os subtítulos de uma mesma “cabeça” e entre diversos títulos de uma mesma página.

Evitar abreviaturas, exceto de uso muito corrente.

Resumir a matéria ou destacar seu aspecto principal ou mais sugestivo.

Conter o máximo de informação.

Evitar palavras desnecessárias (especialmente adjetivos) e frases-feitas.

Conter um verbo, explícito ou implícito; de preferência, na voz ativa no presente ou no futuro.

Nunca repetir palavras numa mesma “cabeça”; a não ser para efeitos especiais.

Reduzir o emprego do artigo ao estritamente necessário.

Evitar fórmulas e expressões genéricas sempre que se disponha de informações e pormenores precisos.

Refletir o tom da matéria.

NÚMEROS

Escrevê-los com letras de um a dez; com algarismos de 11 em diante.

Substituir os zeros de números redondos a partir de cem, pelas palavras cem, mil, milhões, bilhões, trilhões, etc.

Usar algarismos para: data, horas, endereços, somas em dinheiro de enunciado muito extenso, resultados de competições esportivas ou eleitorais, telefone, temperaturas, tempo em corridas ou disputas esportivas, licenças de veículos, latitudes e longitudes, votos, rateios de apostas, idades, porcentagem, distancias e dimensões.

Não usar algarismos em começo de período.

Evitar, quanto possível, algarismos nas “cabeças” de matéria.

Quando se trate de uma seriação numérica escrever todos os números com algarismos.

Escrever com algarismos todos os números em estatísticas e tabulações.

Escrever com letras as frações, exceto quando precedidas de algarismos.

TRATAMENTO

preceder os nomes próprios de pessoas salvo nas “cabeças” e legendas apenas nominais e nas exceções autorizadas pelos elementos da direção — das abreviaturas “sr.,” “dr.,” “sra.” e “d.” Exceção para as figuras históricas e aquelas cuja notoriedade o dispense, a juízo dos elementos da direção.

Omitir estas abreviaturas sempre que o nome venha precedido de algum título honorífico, hierárquico ou de função.

Restringir aos médicos, quando no exercício de sua função, o título de “dr”.

Usar por extenso o nome usual das pessoas quando apareçam pela primeira vez numa matéria, permitindo-se, nas vezes subseqüentes, o emprego apenas de sua parte mais característica. Exceção para as figuras históricas e as de notoriedade reconhecida pelos elementos da direção.

MAIÚSCULAS

Usar maiúsculas:

nos nomes próprios em geral;

nas regiões e divisões político-geográficas, quando usadas como nomes próprios;

nos títulos de função, apenas quando figuram em vez ou depois dos nomes próprios: “O Presidente da República”, ou “o general Eurico Dutra, Presidente da República”; mas ‘o presidente Eurico Dutra’;

nas primeiras e principais palavras dos títulos de livros, peças de teatro, fitas, de cinemas, conferências, artigos de períodos em geral, etc.;

nas denominações de atos legislativos: “Código Civil, Lei de Imprensa, Lei de Segurança”,

nos nomes dos órgãos do poder público federal, estadual ou municipal, assim como nos das repartições e entidades públicas e particulares em geral;

nos pontos cardeais, quando designem regiões do mundo ou do país: “as nações do Ocidente, as secas do Nordeste”;

nos nomes de institutos de ensino e de cursos regulares, mas não nos de matérias: “Faculdade de Filosofia”, “Curso de Física”, mas “física”;

nos designativos Vice, Sub-, etc. — quando ligados a títulos de função em maiúsculas (nunca, porém, o designativo ex-);

no designativo Assistente, quando suceda ao substantivo do título da função: “Secretário de Estado Assistente”, mas “assistente do Secretário Geral”.

Não usar maiúsculas:

nos nomes auxiliares, quando não integrem o nome próprio: “o colégio La Fayette”, mas o “Instituto Lafayette”;

nas abreviações, exceto quando constituídas por iniciais; nos nomes de estudos em geral;

nos nomes científicos de plantas e animais;

nos nomes comuns que foram originalmente nomes próprios ou deles derivam: “ampere-byroniano”;

nos nomes de acidentes geográficos, desde que não façam parte o nome próprio: “restinga de Marambaia”, mas “Cabo Frio”;

nas expressões “em exercício”, “interino” ou outras que indiquem circunstância eventual do título de função.

ABREVIACÕES

(Em caso de dúvida, não abreviar)

Abreviar:

os títulos dr., prof., Excia., S. S.(Sua Santidade), sr., sra., d., mme., mlle., (nos demais, só em “cabeças”), apenas quando seguidos do nome próprio respectivo;

n. (número) quando seguidos imediatamente de algarismos;

S. apenas quando a forma for São, nunca quando for Santo: “S. Paulo”, mas não “S. Agostinho”;

& apenas em nomes de firmas comerciais;

designações comuns de pesos e medidas quando ocorram repetidamente na matéria;

nomes de partidos políticos, de repartições ou entidades que se tenham tornado mais conhecidos pela abreviatura que pelo nome por extenso;

jr. quando usado em seguida ao nome;

ap. (apartamento) apenas nos endereços.

Não abreviar:

a palavra cruzeiro, exceto em tabelas;

pontos cardeais, exceto quando integrando uma indicação numérica;

nomes de cidades, estados ou países, exceto URSS, EE.UU ou E.U.A., este último apenas em “cabeças” ou seguida a um nome de cidade ou estado;

Rua, Praça, Avenida — exceto em citações completas de endereço;

Endereços:

Suprimir a indicação “n.” e indicar, sempre que necessário, o bairro: Praça Eduardo Rego, 28, Grajaú”.

PONTUAÇÃO

Vírgula:

Usá-la, mesmo em título, sempre que o sentido seja dúbio e a vírgula o esclareça.
Para separar vocativos, títulos e apelidos, quando estes sucedam o nome.

Quando um adjunto adverbial inicia uma oração, separá-lo do que se segue com uma vírgula.

Quando uma oração terminada em verbo venha imediatamente seguida, por outro verbo, ou advérbio modificando o verbo, separá-los por uma vírgula: “o que quer que seja, serve”, ou “o que seja, não serve”.

As intercalações em geral serão encerradas entre vírgulas — salvo as muito extensas, nas quais se usarão traços.

Usar vírgulas entre as partes de sentenças compostas que não se liguem por partículas de ligação. Usá-las nas enumerações em geral. Não usá-las nas expressões numéricas escritas por extenso: “Mil, quinhentos e vinte e dois”; e não “Mil, quinhentos e vinte e dois”.

Usá-las separando sucessivos adjetivos ou advérbios que modifiquem a mesma palavra na frase.

Usá-las nos resultados de quaisquer pleitos: “Botafogo, 5; Vasco, 2”; “Milton Campos, 5.235.672; Ademar de Barros, 2.321.473”.

Ponto e vírgula:

Usá-los entre orações coordenadas não separadas por conjunções quando o uso da vírgula se preste a ambigüidades.

Em todas as enumerações em que haja vírgulas no interior das partes enumeradas: “sr. Otávio Tirso, senhora e filhos; sr. Jacinto de Tormes e senhora”.

Para separar os concorrentes no resultado de uma disputa: “Botafogo, 4; Fluminense, 1”.

Dois Pontos:

Usá-los para introduzir uma citação direta.

Para introduzir uma enumeração: “Os vitoriosos foram: Botafogo, América, etc.”.

para introduzir uma resolução: “Resolve: ...”

Traço:

Usá-lo em todas as citações diretas de entrevista. Entre o nome do entrevistado e sua declaração, toda vez que se trate de uma sucessão de entrevistas breves: “José Lira — Nada tenho a declarar”.

Em todas as passagens dialogadas, precedido da indicação nominal do interlocutor apenas e sempre que se trate de mais de dois interlocutores.

Usá-lo para indicar uma expressão interrompida: “Acho que — ...”

Para interromper uma citação direta: “A questão — prosseguiu o entrevistado — é sobretudo...”

Para indicar intercalações mais fortes que as das simples vírgulas.

Usá-lo antes da parte final de uma oração longamente interrompida por intercalação: “As forças que combateram a noroeste da cidade e asseguraram a posse da mesma na luta — foram agora retiradas para a retaguarda”.

Parênteses:

Evitar o parêntese. Quando usá-lo, pontuar o restante do trecho como se o parêntese e a expressão nele contida não existisse.

Usá-lo para indicar sumariamente o partido, o Estado de um congressista, um político, etc.: “Afonso Arinos (UDN Minas)”.

Para dar indicações explicativas estranhas ao texto de uma citação.

Usar meio parênteses: ao enumerar, com algarismos ou letras, as partes de uma enumeração: “os principais assuntos examinados foram 1º) o equilíbrio orçamentário”.

Pontos:

Omiti-los nas “cabeças” (substituí-los, nesse caso por ponto-e-vírgula ou por traço), nas legendas de um único período, nos milhares indicativos do ano, nas numerações de parágrafos, nos algarismos romanos, nas letras usadas em fórmulas.

Usá-lo em todas as abreviaturas, exceto as de instituições mais conhecidas pelas iniciais que pelo nome: SAPS, SESC.

No final de uma expressão entre parênteses, desde que esta represente um período completo: “(Outras notícias na página 5)”.

Fora do parênteses quando o período termina por uma expressão entre parênteses: “...uma vez que e tratava de morte natural (de acordo com a versão da Polícia)”.

Usar reticências para indicar omissão de uma matéria implicitamente citada.

Aspas:

Usá-las em todas as citações diretas, salvo quando estas venham indicadas por traços.

Nos títulos de livros, quadros, estátuas, peças de teatro, conferências, artigos de periódicos em geral, músicas, etc. Omiti-la, porém, nos nomes de personagens, nos apelidos de pessoas, assim como no nome de animais em geral.

No começo de cada parágrafo de uma citação, mas no fim apenas do último parágrafo.

No emprego de palavras em significados que não os correntes, nas gírias não incorporadas à linguagem geral, nos apelidos ou em palavras de ocasião pela primeira vez usada na matéria, dispensando-se as aspas nos aparecimentos subsequentes.

Incluir dentro das aspas apenas dois sinais de pontuação que pertençam à citação.

Quando se cite uma citação, usar aspas simples na citação intercalada.

Usar aspas simples igualmente nas “cabeças”.

Usar aspas sempre que o trecho citado seja composto no mesmo tipo e medida da matéria que o contém. Evitá-las quando a citação seja composta em tipo e medida especiais.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)